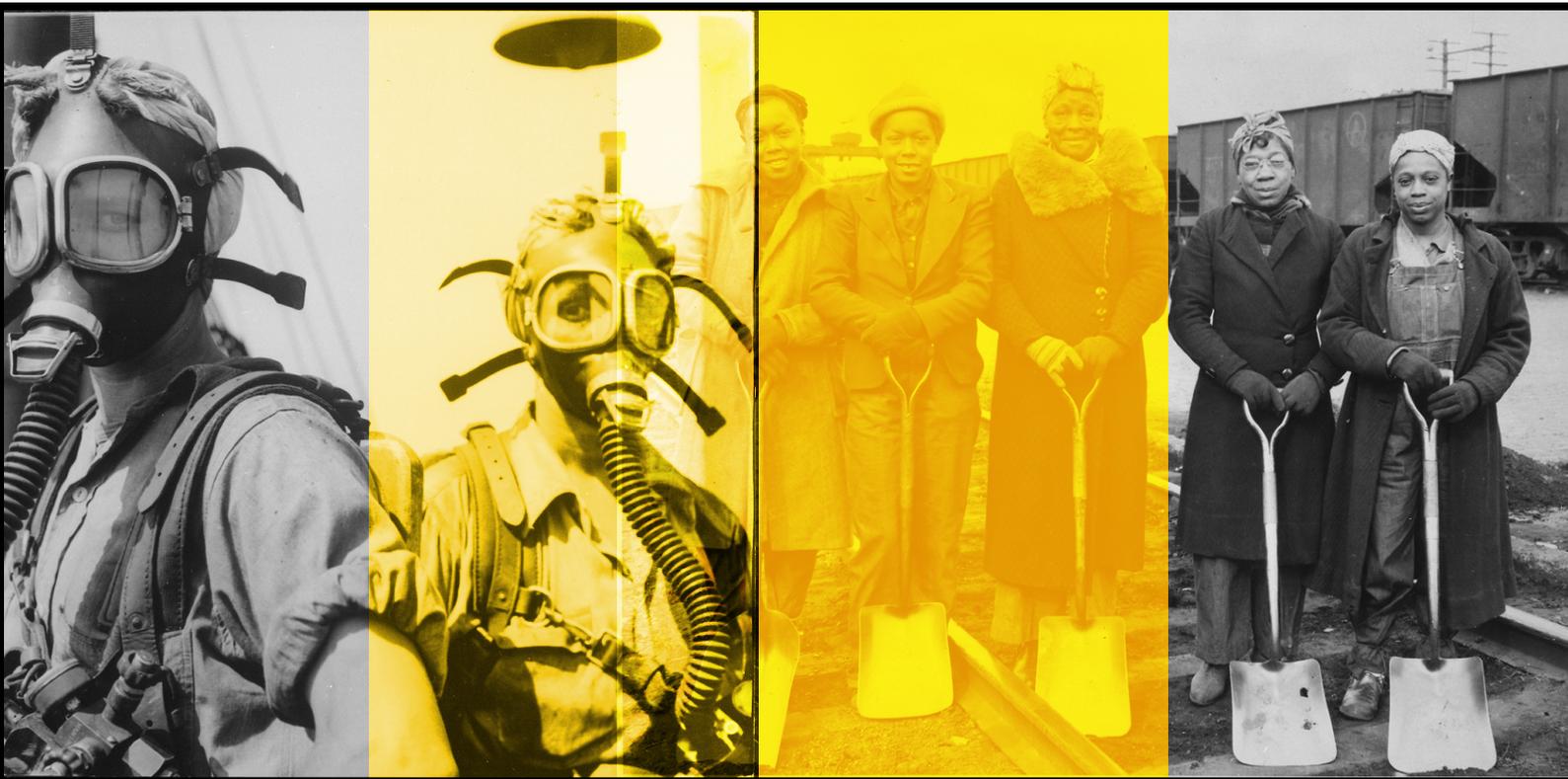


EPIGRAFE



edição três  
2016



Revista de Graduação em História  
Edição Três  
Ano 4 | Setembro de 2016  
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pretendemos que a revista seja um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios e resenhas na área de História, que tenham sido desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, almeja-se que haja um espaço para a apresentação de traduções de textos essenciais às disciplinas de graduação, bem como entrevistas realizadas com grandes historiadores.

## **EQUIPE EDITORIAL**

### **COMISSÃO EDITORIAL**

---

Catherine Elisabeth Brenner Galli  
Felipe Landim Ribeiro Mendes  
Harini Abja Kanesiro  
José Bento Camassa  
Lucas Gallo Otto  
Luccas Eduardo Castilho Maldonado  
Paulo Roberto Marques de Oliveira  
Rafael Carlos Lima Oliveira  
Renata Furió

## CONSELHO EDITORIAL

---

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Márcia Regina Berbel - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Lêda Oliveira Alves da Silva - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

## EXPEDIENTE

**Revisão:** José Bento de Oliveira Camassa

**Diagramação e Capa:** Renata Furió

**Fotos da capa:**

*Like girls from Mars are these "top women" at U.S. Steel's Gary, Indiana, Works. Their job is to clean up at regular intervals around the tops of twelve blast furnaces. As a safety precaution, the girls wear oxygen masks.* Fonte: [research.archives.gov/id/522883](http://research.archives.gov/id/522883)

*Trackwomen, 1943. Baltimore & Ohio Railroad Company* Fonte: [research.archives.gov/id/522888](http://research.archives.gov/id/522888)

### **Universidade de São Paulo**

**Reitor:** Prof. Dr. Marco Antonio Zago

**Vice-Reitor:** Prof. Dr. Vahan Agopyan

### **Pró-Reitoria de Graduação**

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

### **Pró-Reitoria de Pesquisa**

Prof. Dr. José Eduardo Krieger

### **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**Diretor:** Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

**Vice-Diretor:** Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

### **Epígrafe – Revista de Graduação em História**

[www.revistas.usp.br/epigrafe](http://www.revistas.usp.br/epigrafe)

[www.facebook.com/RevistaEpigrafe](https://www.facebook.com/RevistaEpigrafe)

[revepigrafe@gmail.com](mailto:revepigrafe@gmail.com)

Twitter - @RevistaEpigrafe

<b>EDITORIAL</b>	<b>_05</b>
<b>ARTIGOS</b>	
<i>O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830</i>	
<b>Nêilor Felipe Bastos</b>	<b>_09</b>
<i>Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto</i>	
<b>Isaías Holowate</b>	<b>_35</b>
<i>O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro</i>	
<b>Geisimara Soares Matos</b>	<b>_57</b>
<i>A concepção de “raças” impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d’Armada (1908-1918)</i>	
<b>Moacir Silva do Nascimento</b>	<b>_81</b>
<i>A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana</i>	
<b>Fernanda Barbosa Santos</b>	<b>_95</b>
<i>Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX</i>	
<b>Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua</b>	<b>_115</b>
<i>Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo</i>	
<b>Ademir Schetini Júnior</b>	<b>_137</b>
<i>A identidade latino-americana em Cem Anos de Solidão (1967), de Gabriel García Márquez</i>	
<b>Bruna Ferreira da Silva</b>	<b>_157</b>
<i>E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940</i>	
<b>Ricardo Luiz Souza</b>	<b>_171</b>
<i>Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX</i>	
<b>Julia Neves Toledo</b>	<b>_195</b>
<b>RESENHAS</b>	
<i>RÜSEN, Jörn. Humanismo e Didática da História. Curitiba: W.A. Editores, 2015.</i>	
<b>Michel Ehrlich</b>	<b>_209</b>
<b>ENTREVISTAS</b>	
<b>Paulo Sérgio Pinheiro</b>	<b>_219</b>

Salto. Esta pode ser uma boa forma de simbolizar o atual momento da *Revista Épígrafe*, em seu terceiro ano de existência.

Do projeto embrionário de estudantes terceiroanistas de 2013 de criar uma publicação acadêmica de, por e para graduandos em História, nos moldes da revista *Primeiros Estudos* (Ciências Sociais-USP), até esta rica e sólida edição de número 3, muito caminho sem dúvida foi percorrido. Quantas não foram as reuniões, os e-mails trocados com autores e pareceristas, os fechamentos de edições e, sobretudo, os aprendizados inerentes a um trabalho em grupo?

De tudo isso, guardamos um grande orgulho desse projeto que, de maneira totalmente voluntária, fizemos nascer, manter de pé e criar-lhe asas. Que se confunde com as nossas próprias trajetórias de estudantes universitários.

Crescemos com a *Epígrafe*, a *Epígrafe* cresceu. Consolidamos a página no *Facebook* como um importante meio de divulgação da revista e de conteúdos pertinentes ao graduando em História ou Humanidades – eventos acadêmicos, arquivos digitais, artigos ou ensaios acadêmicos de consagrados historiadores, matérias da imprensa relacionadas à nossa disciplina etc. Conseguimos também uma penetração no meio estudantil de graduandos em História jamais sonhada: em nossa última chamada de trabalhos (em fevereiro e março deste ano), atingimos a marca recorde de sessenta submissões de textos, vindas de Norte a Sul do país: do Amazonas ao Rio Grande do Sul, do Paraná à Paraíba, do interior paulista ao litoral fluminense. Sobrepujamos em muito o círculo uspiano, desejo existente desde a concepção da *Epígrafe*, na contramão do elitismo e do bairrismo que não raro (para usar um eufemismo) estão presentes em nossa Universidade.

Isso não significa que tenhamos ignorado os vínculos com a comunidade do nosso próprio curso. Pelo contrário, temos procurado intensificar o diálogo com os graduandos em História da FFLCH-USP. Seja pelos cartazes com “epígrafes” de grandes historiadores sobre nosso ofício e nossa disciplina colados nos corredores para recepcionar as e os ingressantes

de 2016<sup>1</sup>, seja na organização do seminário “Por que estamos no mesmo prédio?” com a coirmã *Revista Paisagens* (de graduandos em Geografia-USP), que buscou refletir sobre as relações entre os dois Departamentos que residem sobre este vão livre.

Contudo, sabemos que crescer sempre é um desafio. Se de um lado, flutuamos em mil ambições e ideias para desenvolver novos projetos e iniciativas, de outro as lides práticas chamam nossos pés ao chão. Organizar um evento, por exemplo, demanda muito esforço e dedicação, desde a reserva de salas até a comunicação com os palestrantes convidados e a preparação de certificados. No mesmo sentido, a maior parte dos nossos membros-fundadores atualmente já está aos poucos se desligando da *Epígrafe*, que pariram, e passando o bastão às novas gerações: à 2ª (entrada em 2014), à 3ª (em 2015) e à 4ª, que adentra agora, após a publicação desta edição. Manter a qualidade e a organização da *Epígrafe* com o passar do tempo será uma grande tarefa.

A *Epígrafe*, aliás, já nasceu sob esse signo. Conforme nos alertaram diversos professores da casa quando da nossa fundação em 2013, já foram editadas – ao menos – duas revistas acadêmicas de graduandos em História da USP: a impressa *Temporaes*, de 1992 a 1997, e a digital *Klepsidra* (<http://www.klepsidra.net/novaklepsidra.html>), de 2000 a 2006<sup>2</sup>. Ambas padeceram da falta de continuidade a partir do afastamento dos seus grupos fundadores.

Assim, somos chamados a dar um salto, em nome do prosseguimento, da posteridade e da reinvenção da *Epígrafe*, mas conservando seu compromisso com o primor acadêmico e com o graduando em História. Perante essa aventura “dialética”, podemos ter um ou outro percalço. Porém, temos um firme amparo para tal missão: uma maravilhosa leva de novos e novas integrantes<sup>3</sup>, um público-leitor-autor sempre atento, crítico e interessado e o apoio inestimável de vários professores do nosso Conselho Editorial.

Por fim, não podemos deixar passar: em um momento em que nossa área é vista de maneira tão simplista e deturpadora por certos setores sociais e políticos; em que há tanta

---

<sup>1</sup> Para conferir as citações selecionadas, acesse: [https://www.facebook.com/RevistaEpigrafe/photos/?tab=album&album\\_id=920898974690401](https://www.facebook.com/RevistaEpigrafe/photos/?tab=album&album_id=920898974690401)

<sup>2</sup> Futuramente, pretendemos realizar algum evento ou entrevista com os membros dessas duas revistas, com quem já entramos em contato.

<sup>3</sup> Escolhidos entre um grande número de excelentes candidatos, os quais não puderam ser todos selecionados em virtude da dificuldade organizacional de assimilarmos um número tão elevado de novos membros.

manifestação de ignorância histórica e ódio nas ruas e redes sociais; e em que o direito à educação é ameaçado por uma série de iminentes cortes e precarizações, é um privilégio poder fazer parte de uma entidade estudantil como a *Epígrafe*, um tesouro para o enriquecimento da formação de seus integrantes, autores e leitores como historiadores.

Que aproveitemos ao máximo essa oportunidade e a façamos persistir pelos tempos vindouros.



Em cada número da *Epígrafe*, entrevistamos um(a) grande historiador(a): já passaram por aqui Luiz Felipe de Alencastro, Maria Lígia Prado, Hilário Franco Júnior e José Jobson Arruda<sup>4</sup>. Desta vez, conversamos com um intelectual de uma área vizinha: Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político da USP e estudioso e militante na área de Direitos Humanos. Na entrevista, Pinheiro trata da relação entre História e Ciência Política, do histórico autoritarismo no Brasil, das atuais ameaças de retrocesso nos Direitos Humanos no país. Também conta um pouco de sua atuação nas Nações Unidas, onde preside a Comissão Independente Internacional de Investigação para a República Árabe da Síria.

Esta edição contém uma resenha e dez artigos escritos por graduandos de Minas Gerais, do Paraná, de São Paulo (capital e interior), do Amazonas, do Rio de Janeiro e da Bahia e do Rio Grande do Sul. Entre eles, vemos resultados de pesquisas de fôlego, evidenciando vasto trabalho documental em arquivos. Vemos textos que trabalham com fontes artísticas, como a literatura de García Márquez e a música popular na radiofonia paulistana do começo do século XX. Vemos ainda vários trabalhos que, em comum, abordam questões raciais na História do Brasil. Em todos eles, enxergamos com satisfação e nitidez a centralidade que a pesquisa teve na trajetória de cada estudante universitário. Nada mais afim ao propósito de nossa revista.

Boa leitura!

---

<sup>4</sup> É possível encontrar as entrevistas das edições anteriores em: <http://www.revistas.usp.br/epigrafe/issue/archive>.

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Nêilor Felipe Bastos\*

**Resumo:** Este artigo pretende compreender os fatores que levaram à mudança do perfil econômico da capitania/província de São Paulo a partir de meados do século XVIII, entender o surgimento das vilas de Itu, Campinas e Sorocaba e a mudança de seus aspectos demográfico e econômico no contexto das alterações pelas quais passa São Paulo no período em questão e, por fim, enxergar estas mudanças com foco na evolução da população escrava das citadas vilas, com base na análise das listas nominativas (documentos censitários) de Itu de 1773, 1801 e 1830, comparando os resultados com as análises de alguns estudiosos sobre Campinas e Sorocaba. Após a contagem da população total e do número de escravos, foram feitos quadros para se comparar a quantidade de escravos em relação à população, bem como gráficos para análise do total de proprietários de escravos produtores e não produtores de açúcar. Para se atingir os objetivos mencionados, recorreu-se principalmente aos trabalhos de Carlos de Almeida Prado Bacellar, Eni de Samara Mesquita, Maria Luiza Marcílio e Paulo Eduardo Teixeira, dentre outros.

**Palavras-Chave:** Escravos; Listas nominativas; Itu; Sorocaba; Campinas.

### O interior de São Paulo, hoje e ontem

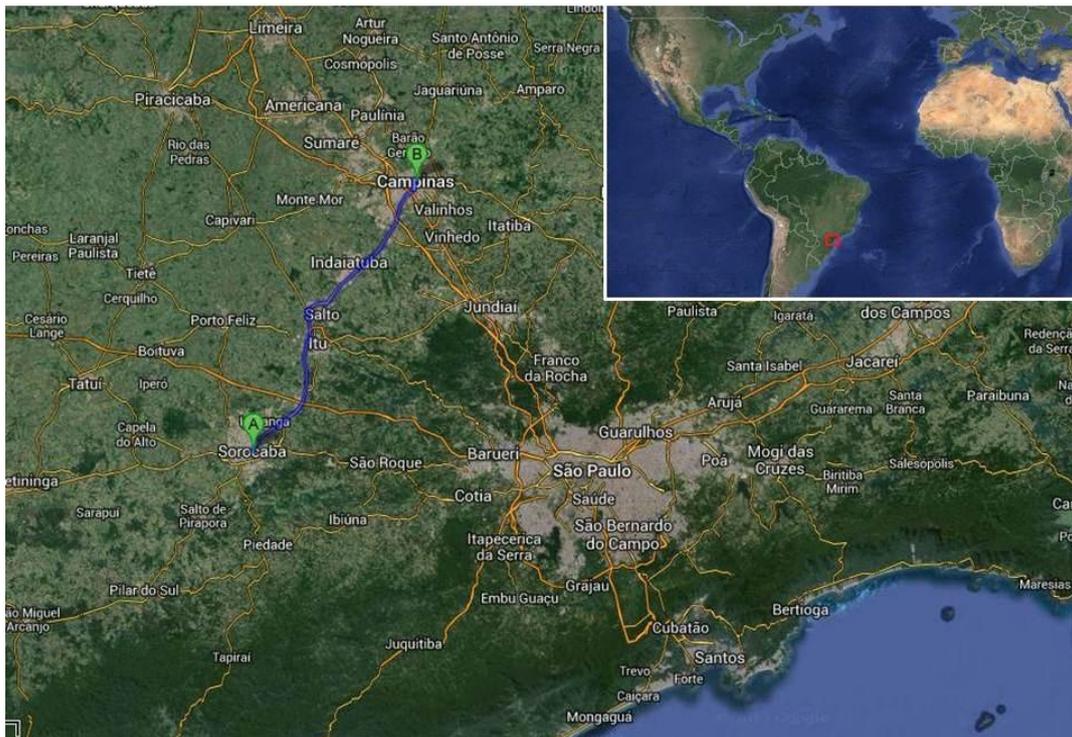
A região de Campinas – à qual pertence Indaiatuba – e a vizinha região de Sorocaba – onde estão Itu e Salto – estão entre as mais ricas do Brasil. É o próspero caminho do interior do estado de São Paulo, cuja produção industrial e população aumentam a cada ano<sup>1</sup>. Campinas, Sorocaba e os vários municípios dos arredores formam o “corredor asiático”, que

---

\* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Contato: neilor.bastos@usp.br.

<sup>1</sup> Para um estudo sobre o desenvolvimento urbano e demográfico recente da região de Campinas, consulte-se Rosana Baeninger – *“Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista”*.

produz um terço do PIB estadual e um décimo do nacional. A rodovia SP-75, eixo do “corredor asiático”, é ligada à grande São Paulo e ao porto de Santos pelas rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Castello Branco (mapa 1), tornando a região um estratégico polo econômico<sup>2</sup>.



Mapa 1: Sorocaba (A) e Campinas (B), ligadas pela rodovia SP-75, que passa por Itu, Salto e Indaiatuba. Sorocaba é ligada à região metropolitana de São Paulo pela rodovia Castello Branco, e Campinas é acessível de São Paulo pelas rodovias Bandeirantes e Anhanguera. O “corredor asiático”, formado por Sorocaba e Campinas e as cidades do entorno, é umas das regiões mais prósperas do Brasil.

Não era este o cenário dos primeiros dois séculos e meio da América Portuguesa, nos quais a riqueza da colônia se resumiu à agricultura do norte e nordeste e ao espasmo do ouro das Minas Gerais. Neste contexto, a situação da capitania de São Paulo era periférica no território português, sendo pouco povoada e caracterizada pela pobreza, em razão da ausência de uma atividade econômica consistente. Eni de Mesquita Samara escreve:

---

<sup>2</sup> Para dados econômicos de Campinas e Sorocaba, veja-se o estudo de 2013 *“Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo”* da Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, e os censos econômicos de 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; para mais dados econômicos da região de Campinas, veja-se *“Região de Governo de Campinas”*, de Rosana Baeninger.

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Num delineamento sumário da Capitania de São Paulo nesse momento, deparamo-nos com uma situação de intenso pauperismo da população, dedicada quase que exclusivamente à economia de subsistência. Encontramos quase que em toda sua extensão pequenos e rarefeitos contingentes populacionais e “ainda as de maior nome, falta de gente e sem nenhum modo de ganhar a vida, os campos incultos, tudo coberto de mata brava, as lavouras por mau método só se plantam em mato virgem pelo pouco que custa [...] A dispersão que se costuma habitar não permite a devida civilidade” (SAMARA, 2005, p. 69).

Adicionalmente, Paulo Eduardo Teixeira sublinha um comentário de Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador entre 1765 e 1775:

Porq.to me consta a grande falta de mantimentos, q.'deixam de produzir-se nesta capitania pela ocioza liberd.e em q.' vive a mayor parte dos seus habitantes, postos em vadiaçam e reduzidos a hua total pobreza, com repugnancia a todo trabalho, sem cuidarem do seu aumento (TEIXEIRA, 2002, p. 76).

O começo das histórias de Itu, Sorocaba e Campinas se enquadra neste contexto socioeconômico da capitania de São Paulo. Têm também de comum entre si o seu surgimento tímido como pousada de tropeiros e bandeirantes e da expansão do povoamento para o interior a partir da vila de São Paulo (SAMARA, 2005, pp. 66-68).

### O surgimento de Itu, Sorocaba e Campinas

Eni Samara afirma que as notícias acerca dos primeiros habitantes de Itu são da primeira metade do século XVII, sendo que o lugarejo é fundado em 1610, em território do município de Parnaíba. Citando Francisco Nardy Filho, conta que

No decorrer do ano de 1610, Domingos Fernandes aldeia nos campos de Pirapitingui, no lugar denominado Utu-Guaçu, uma bugrada que trouxera do sertão e aí, em companhia de seu genro Cristóvão Diniz, ergue uma capela sob a invocação de N. Senhora da Candelária, passando a residir nessa paragem com sua família e agregados, abrindo suas lavouras (SAMARA, 2005, p. 67).

Ainda segundo a autora, este fato é atestado em 12 de setembro de 1652 pelo mesmo Fernandes; quando este falece, no ano seguinte, 444 casais estariam estabelecidos nos campos de Pirapitingui. Em 1657, o povoado é erigido a vila pelo Capitão-Mor Gonçalo Couraça de Mesquita, com o nome de Nossa Senhora da Candelária do Outu-Guaçu,

“passando a adquirir, como a maior parte das vilas dos séculos XVI, XVII e XVIII, a condição de simples centro administrativo.” (SAMARA, 2005, p. 68). Samara conclui seu resumo acerca do surgimento de Itu dizendo:

De 1610 até a expansão da lavoura canavieira, Itu passa por um período de economia incipiente, tendo na atividade de subsistência a única forma de vida. De modo geral, os níveis de produção agrícola deviam ajustar-se ao consumo próprio com pequenos excedentes comercializados (SAMARA, 2005).

No que diz respeito a Sorocaba, Carlos de Almeida Prado Bacellar explica que

O pequeno povoado de Sorocaba surgiu, ainda no século XVII, como ponto de aglutinação rarefeita de anônimos povoadores, embrenhados no sertão da capitania vicentina. Sabe-se que a área era conhecida desde os primórdios da presença lusa no planalto de Piratininga, pois ali passava o então famoso caminho indígena do Peabiru ou Piabiju, que rumava do litoral para o Paraguai e o Guairá. Com certeza, aproveitado desde o século XVI por indivíduos anônimos cujos traços o tempo apagou, esse caminho facilitou as primeiras explorações dos vastos espaços interiores do Sudeste brasileiro. (BACELLAR, 2001, p. 21)

O historiador mostra então que estas explorações levam à identificação, a partir de 1590, de algumas jazidas de ferro no morro do Araçoiaba, que atraem a atenção de autoridades coloniais, como o Governador-Geral do Brasil, Dom Francisco de Sousa, que erige em 1599 o pelourinho da vila de Nossa Senhora de Monte-Serrate, em Ipanema. A vila e a exploração de ferro não vingam, mas a presença de povoadores torna-se constante desta época em diante. Em 1609, novamente Dom Francisco levanta uma vila num local denominado Itavovu, que parece ter sido chamada de São Filipe e que também não se desenvolve. (BACELLAR, 2001, p. 21)

Apesar de as duas tentativas de estabelecimento oficiais de uma povoação onde hoje é Sorocaba não terem se solidificado, Bacellar assevera que o fluxo de pessoas para o sertão continuou, obviamente de forma lenta. Sorocaba será criada de maneira permanente em 3 de março de 1661, num contexto que será melhor explicado adiante. Na ocasião, o lugar possuía “meros trinta casais na vila e outros tantos nos sítios”, mas embora diminuto em habitantes, “devia já comportar uma vida fervilhante, dinâmica, verdadeira encruzilhada de tangedores de gado e exploradores do sertão” (BACELLAR, 2001, pp. 22-23).

**O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830**

Já Campinas, conforme demonstrado por Paulo Eduardo Teixeira:

surgiu a partir da formação de um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a Cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire, estendia-se “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”, passando por Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca.

O recenseamento da população do “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz”, futura vila de Campinas, mostra que a dita localidade pertencia à Vila de Jundiá no ano de 1767, e que era composta por 53 domicílios, ou fogos (TEIXEIRA, 2002, p. 79).

Nota-se então, com as informações trazidas pelo autor, que a vila de Campinas é fundada oficialmente mais de cem anos depois de suas congêneres Itu e Sorocaba, ou seja, em 1774, quando é também elevada à condição de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, ainda por ordem de Morgado de Mateus. Em 1797 passa a ser chamada de Vila de São Carlos, para ter seu nome original restaurado em 1842.

Fica patente que o surgimento das três cidades se dá maneira semelhante: são mero ponto de descanso de tropas que atravessam a capitania de São Paulo, formando aquilo que Eni de Mesquita chama de “boca do sertão” (SAMARA, 2005, p. 68) e que, de maneira lenta e irregular, porém persistente no longo prazo, recebem contingentes populacionais doutras partes, como a vila de São Paulo. Estes povoados originais se caracterizam pela pobreza, lavoura de subsistência e falta de uma atividade econômica mais forte. Todavia, o aspecto de cada uma muda a partir da segunda metade do século XVIII, principalmente em decorrência de fatores políticos e econômicos internacionais e da própria colônia. Assim, Sorocaba transforma-se num importante centro regional de apresamento de índios e comércio de gado, com significativa produção agrícola para abastecimento interno e até mesmo com exportação de excedentes (BACELLAR, 2001, pp. 13, 23, 28, 121, 138, 140-142), e Itu (SAMARA, 2005, pp. 70-71) e Campinas (TEIXEIRA, 2002, p. 80) viram grandes produtoras de açúcar para exportação. Os acontecimentos que levaram a este cenário serão descritos de forma resumida.

### Fatores externos e internos que trazem consequências para o interior paulista

Uma das situações que influem nos rumos da capitania de São Paulo é o conflito luso-espanhol na bacia do rio da Prata em meados do século XVIII. Em 1762, os castelhanos já haviam ocupado o atual Rio Grande do Sul e a ilha de Santa Catarina. (TEIXEIRA, 2002, p. 75, BACELLAR, 2001, p. 22 e LUNA; KLEIN, 2006, p. 40) A Coroa portuguesa, temerosa de perder para Castela os territórios que atualmente constituem o Uruguai e os estados do sul do Brasil, transforma em política colonial o “consolidar os domínios” e conhecer os acessos por terra ao sul. Para isto, julgava necessário povoar a terra<sup>3</sup>, criando meios que ligassem os habitantes a ela, e estes meios deveriam ser a produção agrícola e o comércio. (TEIXEIRA, 2002, pp. 76, 134-135 e BACELLAR, 2001, p. 22) São Paulo tem restabelecida sua autonomia administrativa em 1765, desde 1748 em mãos do Rio de Janeiro (MARCÍLIO, 2000, p. 44 e SAMARA, 2005, p. 69), e censos da população e da agricultura começam a ser realizados regularmente, de forma a se conhecer os braços disponíveis para a guerra e de onde se poderiam obter mantimentos para as tropas que lutam contra a Espanha (MARCÍLIO, 2000, pp. 33-34). Além do mais, a linha de governo do Marquês de Pombal, fisiocrata, via na terra a recuperação da combalida economia da colônia (MARCÍLIO, 2000, pp. 32, 44 e TEIXEIRA, 2002, p. 76). Logo, via-se na agricultura, ao mesmo tempo, uma fonte de aumento das receitas e de proteção militar do território pela ampliação e fixação da população.

A exploração do Ouro nas Minas Gerais, que produzem demanda pelo gado do sul do Brasil, levando inclusive à abertura de uma rota ligando as minas àquela região em 1732, é um fator interno a ser citado. Além disso, a elevação do Rio de Janeiro a capital da colônia em 1763, o açúcar que começa a ser produzido no Rio e em São Paulo favorecido por motivos explicados adiante, e a vinda da família real portuguesa para a cidade carioca em 1808, aumentam exponencialmente a procura por bovinos. Sorocaba é especialmente beneficiada por esta conjuntura, em virtude de um comércio de animais que se formava desde o século XVI (MARCÍLIO, 2000, pp. 69-70, 178); a feira que ocorria na vila era vantajosa para

---

<sup>3</sup> Maria Luiza Marcílio chamou este processo de “povoamento dirigido” (MARCÍLIO, 2000, pp.134-135).

**O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830**

compradores e vendedores, pois poupava os primeiros da necessidade de se deslocar desde as Minas Gerais ou do Rio de Janeiro até Curitiba e proporcionava bons rendimentos aos últimos (BACELLAR, 2001, pp. 23-26, 31-32 e MARCÍLIO, pp. 176-178). Por exemplo, o historiador americano Stanley Stein, citando a “História do Café”, de Afonso d'Escragnolle Taunay, relata que a maioria das mulas usadas no transporte do café produzido no Município de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, antes da construção da ferrovia D.Pedro II, “provinham da Feira de Sorocaba que tinha lugar no sul de São Paulo todos os anos nos meses de abril e maio, antes da colheita do café”. Diz ainda que “até 1877 relatórios sobre a Feira de Sorocaba eram reproduzidos nos jornais de Vassouras” (STEIN, 1961, p. 111). Ainda, para se ter ideia da importância da feira, é interessante trazer à atenção os dados de Maria Thereza Petrone levantados por Cássia Maria Baddini: em 1793, 1801, 1820, 1821 e 1822, transitaram pela região de Sorocaba, respectivamente, 7.960, 22.186, 26.539, 23.610 e 30.474 animais (BADDINI, 2002, p. 114). Sobre o impacto do ouro das Minas Gerais sobre São Paulo, Maria Luiza Marcílio é categórica:

A principal razão e origem do extraordinário crescimento demográfico paulista, que pressionou transformações na vida rural e na produção agrícola em geral, na vida da capitania de São Paulo está na exploração das minas de ouro e diamantes das vizinhas regiões mineradoras. Foi a economia aurífera que criou estímulos econômicos e mercados consumidores crescentes para as profundas mudanças efetuadas, por reflexo e interação, na região de São Paulo. A população que “explodiu” nas Minas Gerais (principalmente) constituiu poderoso estímulo para as pequenas famílias pobres de roceiros de subsistência que se espalhavam em torno de algumas pequenas vilas do planalto paulista e em outras estagnadas do litoral.

Sob o estímulo das minas, as populações paulistas responderam rapidamente e passaram a organizar suas produções de forma que atendesse ao abastecimento de uma região nova e que passou, de súbito, a concentrar importante população urbana. A agricultura de autoconsumo da capitania de São Paulo estruturou-se em moldes que se transformasse em agricultura para o comércio interno. Ao lado dela, o gado trazido pelos primeiros colonos portugueses do sul da colônia e que multiplicava selvagememente pelos vastos campos meridionais da capitania, convidava a uma domesticação e a uma criação mais sistemática, a fim de atender de imediato às populações mineiras concentradas. Uma região especializada na pecuária para o corte e para os transportes formou-se rapidamente no sul (MARCÍLIO, 2000, p.19).

Outro conflito, ocorrido na virada do XVIII para o XIX, contribuiu para mudar a feição da capitania paulista: em 1791, a revolução dos escravos da colônia francesa de *Saint Domingue* (o atual Haiti) anula a produção de açúcar da ilha, até então a maior do mundo. Isso resulta numa maior demanda pelo açúcar brasileiro e no aumento da lucratividade deste negócio. Assim, ao mesmo tempo em que as autoridades coloniais tentam fomentar a agricultura, como por exemplo com as políticas dos governadores Morgado de Mateus e Lobo de Saldanha, torna-se atrativo plantar açúcar. (MARCÍLIO, 2000, p.179 e TEIXEIRA, 2002, p. 77) Francisco Vidal Luna e Herbert Klein assinalam:

Implementou-se uma nova política de estímulo à produção agrícola e renovou-se o interesse pela expansão da fronteira meridional na direção do Rio da Prata, para competir com a Espanha. São Paulo era na época a área efetivamente colonizada mais ao sul e contava com a capacidade militar necessária para essa expansão. Em 1765 a região tornou-se novamente uma capitania autônoma, com governo próprio. O novo governador, Morgado de Mateus, criticou amargamente o que via como atraso econômico da região e propôs modos de incrementar o comércio, a agricultura e população local, além de organizar a defesa contra as incursões espanholas no sul.

Morgado de Mateus e os governadores que o sucederam viam o “problema” da agricultura paulista como uma questão de modernizar a produção, exportar produtos de alta qualidade e estabelecer uma infraestrutura de comunicações mais moderna para promover essas exportações. É difícil avaliar a eficácia das reformas propostas. As práticas agrícolas mudaram pouco até o início do século XIX e antes dessa época poucos novos produtos estavam sendo exportados. Por sua vez, os produtos agrícolas tradicionais expandiram-se, e um setor açucareiro exportador por fim se estabeleceu no Oeste Paulista e no Litoral Norte, o que pode ter sido impulsionado por investimentos governamentais em estradas e portos. Certamente esse avanço foi incentivado pela expansão do mercado da capital vice-real do Rio de Janeiro.

O investimento governamental nos últimos trinta anos do século XVIII inclui a limpeza e manutenção de caminhos para o transporte por mulas, criação de áreas de pasto e paradas para descanso dos animais, crucial para a preservação da carga -, além da construção de uma estrada pavimentada de Santos a São Paulo atravessando a Serra do Mar, concluída em 1791 (LUNA; KLEIN, 2006, pp. 40-42).

Amílcar Torrão Filho explica que Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o 4.º Morgado de Mateus, nasceu em 1722 na vila de Amarante, Portugal. Recebeu educação militar e foi comandante da resistência aos ataques da França e da Espanha durante a Guerra

**O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830**

dos Sete Anos (1756-1763). Suas habilidades militares lhe levaram à nomeação para governador de São Paulo, com as diretrizes de “garantir a defesa da complicada fronteira sul da colônia com os castelhanos, a ‘recuperação’ econômica e de introduzir novos e modernos elementos de governo e ‘gerenciamento’ da administração pública e econômica” (FILHO, 2005, p. 147). Citando Caio Jardim, Torrão Filho mostra que os planos do Morgado para a capitania eram “a militarização, visível nas tentativas de organizar tropas de ordenanças”, “a regularização dos serviços de arrecadação de rendas, a disseminação de núcleos de povoamento pelo sertão, bem como tornar São Paulo ‘uma base para a resistência a movimentos bélicos [dos espanhóis] no sul e oeste’. Essas diretrizes eram, na verdade, instruções dadas ao governador pelo então Conde de Oeiras, que pretendia ‘constituir no Sul uma barreira defensiva e talvez, uma força ofensiva contra os castelhanos’”. (FILHO, 2005, p. 148)

Em São Paulo, Botelho Mourão “se ocupou não apenas da fundação de novas povoações e vilas, confecção de mapas para melhor conhecimento do território, de seus caminhos e de suas riquezas, como pela história das povoações existentes, recebendo de Pedro Taques uma Informação Histórica sobre a fundação das vilas da capitania. (...) A formação de povoações foi uma das primeiras e principais preocupações do Morgado de Mateus; mesmo atendendo a determinações régias, a formação de freguesias, distritos e vilas estava de acordo com suas ideias para a promoção do crescimento econômico da capitania e era um dos motivos de orgulho de sua administração que ele não deixava de recordar ao rei e ao marquês de Pombal, tendo formado mais de vinte povoações em seus dez anos de governo”. (FILHO, 2005, p. 152) O Morgado tomou providências ainda no sentido de forçar as pessoas a não viverem isoladas ou levarem vida nômade, estabelecendo assim uma atividade econômica fixa e recolhendo impostos, bem como no de construir uma política de respeito à autoridade real e ao catolicismo. (FILHO, 2005, pp. 153, 156-159) Uma das principais preocupações do governador será, sobretudo, conhecer o território, sua população, sua produção e suas potencialidades: realiza a prática ilustrada nascida na Inglaterra da segunda metade do XVIII do censo, a fim de saber tudo o que a população planta, com o objetivo de

“otimizar a administração e a produção da capitania e garantir a defesa contra inimigos externos, os eternos rivais castelhanos, e internos, os delinquentes que passavam de uma capitania a outra sem medo da justiça. Assim, o governador se ocupou da reorganização espacial da capitania e da cidade de São Paulo numa tentativa de ‘racionalizar’ a administração e o uso da terra e de seus recursos”, explica Amilcar Torrão Filho. (FILHO, 2005, pp. 159-160) Adicionalmente, o Morgado trouxe técnicos agrícolas de Portugal, promoveu o uso de manuais de lavoura, a laicização do ensino e a dinamização da vida cultural (MARCÍLIO, 2000, pp. 179-182).

Em resumo, em começos do século XIX, o perfil da capitania bandeirante está significativamente diverso daquele existente até meados do século anterior. Antes uma região periférica, sem peso na economia colonial, com uma população miserável sobrevivendo de lavoura para consumo próprio e do apresamento de índios, São Paulo torna-se uma área em vias de prosperidade, tendo em Itu e Campinas representantes da produção de açúcar em larga escala para exportação, e em Sorocaba um fervilhante comércio de gado, com uma lavoura interna para sustento deste comércio. (TEIXEIRA, 2002, p. 77) Marcílio traça o cenário:

A política metropolitana na capitania de São Paulo acabou por ser bem-sucedida. No último quartel do século XVIII a agricultura comercial de exportação instalou-se de vez na região e, a partir daí, não deixou mais de se expandir: primeiro a cana, depois o café.

(...)

A introdução e o conseqüente desenvolvimento da agricultura do lucro fizeram nascer a oportunidade de uma divisão do trabalho mais complexa. Um punhado de lavradores que se beneficiaram do comércio abastecedor das Minas e de centros urbanos não hesitaram em abandonar seus velhos hábitos e práticas agrícolas, atraídos pelos estimulantes econômicos que a exportação lhes abria. A economia de plantation penetrou firmemente na região (MARCÍLIO, 2000, p. 183).

Esta mudança do perfil econômico da capitania levou à metamorfose também daquela parcela de habitantes que detinha a produção de açúcar para exportação e o comércio de gado. Inicialmente mais humildes que seus similares da Bahia ou do Pernambuco (BACELLAR, 1997, pp. 75-76), os senhores de engenho e grandes tropeiros paulistas passarão

O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba,  
Itu e Campinas – 1770-1830

paulatinamente a enxergar a si próprios como elite, ostentando hábitos aristocráticos e fazendo alianças entre si através de casamentos e dominando a política regional (BACELLAR, 1997, pp. 89-91, 97, 177-179, 185-186). No tocante ao restante da sociedade, tanto Eni de Mesquita quanto Carlos Bacellar e Maria Marcílio, trouxeram à atenção a importância das faixas populacionais que não faziam parte da elite, mas também não eram escravos. Tendo como foco a vila de Itu, Eni estuda o papel do agregado, e Bacellar, trabalhando com Sorocaba, mostra uma significativa atividade econômica dos pequenos proprietários que abasteciam a vila com mantimentos, tendo, ao contrário dos grandes senhores, apenas um ou pouco mais de um escravo.

Sendo a economia de *plantation* movida fundamentalmente por escravos, parece lógico supor que, se a produção açucareira cresceu em São Paulo, a quantidade de escravos deve também ter crescido. Diz M.L. Marcílio:

No intervalo entre os censos de 1765 e 1808, o crescimento demográfico foi igualmente notável. As condições criadas na economia e na sociedade paulistas por estímulo da mineração confirmaram-se, nessa fase, e desenvolveram-se ainda mais sob o impulso da intervenção capitalista - colonial na área, pela introdução da agricultura empresarial da grande lavoura. (...) Para atender à agricultura de *plantation*, e também à economia produtora para um comércio interno em expansão, acelerou-se a introdução de escravos importados, que contribuíam para manter a progressão demográfica. O período seguinte, 1808 a 1872, foi marcado pelo extraordinário desenvolvimento da agricultura de exportação, que estimulava a entrada maciça de mão-de-obra escrava e ensaiava a imigração de mão-de-obra livre de procedência europeia (MARCÍLIO, 2000, p. 72).

Usando os censos, ou listas nominativas, de 1773, 1801 e 1830, tentar-se-á aqui verificar se isso realmente ocorreu na vila açucareira de Itu. Será esboçada também uma comparação com as vizinhas vilas de Campinas, também açucareira, e Sorocaba, cujo maior peso econômico não estava na *plantation*, mas no comércio de gado. Serão usados para esta comparação os trabalhos de Carlos de Almeida Prado Bacellar, Eni de Mesquita Samara e Paulo Eduardo Teixeira.

## A evolução da população escrava em Itu, Campinas e Sorocaba

Para a vila de Itu, os números aos quais cheguei em contagem pessoal das listas nominativas estão expressos no quadro 1:

Quadro 1: Evolução do total da população e de escravos em Itu entre 1773 e 1830.

ANO	POPULAÇÃO	ESCRAVOS	LIVRES	PROPORÇÃO ESCRAVOS/LIVRES	% DE LIVRES NA POPULAÇÃO	% DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO
1773	7.457	2.245	5.212	0,43	70%	30%
1801	9.408	3.754	5.654	0,66	60%	40%
1830	8.271	4.500	3.771	1,19	46%	54%

Com estes dados, é possível observar um significativo aumento do número de escravos e sua proporção em relação ao número de livres na vila de Itu, num claro reflexo do crescimento da atividade açucareira, que tinha o escravo por motor. Em 1801, há na vila 3.754 escravos, 67% a mais do que 28 anos antes, período no qual a proporção vai de 0,43 para 0,66 escravos por habitante livre. De 1801 a 1830, a população escrava aumenta mais 20%, indo a 4.500 indivíduos, e a proporção sobe para 1,19. Assim, infere-se que, num intervalo de 57 anos, o total de escravos em Itu praticamente dobrou, enquanto que a população geral cresceu apenas 11%. Em 1830, após os fatores anteriormente descritos que estimularam a produção do açúcar, a população livre vê os escravos tornarem-se maioria na vila (54%) após muitos anos. O quadro 2 mostra os mesmos dados para a vila de Campinas, obtidos por Paulo Teixeira (TEIXEIRA, 2002, pp. 79-80):

Quadro 2: Evolução do total da população e de escravos em Campinas entre 1774 e 1829.

ANO	POPULAÇÃO	ESCRAVOS	LIVRES	PROPORÇÃO ESCRAVOS/LIVRES	% DE LIVRES NA POPULAÇÃO	% DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO
1774	475	85	390	0,22	82%	18%
1794	1.862	503	1.359	0,37	73%	27%
1814	5.593	1.902	3.691	0,51	66%	34%
1829	8.545	4.785	3.760	1,27	44%	56%

Como foi dito, Campinas foi oficialmente fundada e o potencial de suas terras para o açúcar descoberto apenas mais tardiamente do que no caso de Itu (BACELLAR, 1997, p. 115), o que explica a população muito menor em 1774 (475 pessoas contra 7.457 em Itu em 1773). Mas, inserida no mesmo cenário que sua vizinha mais velha, em que a cana vai se tornando o

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

sustentáculo da economia paulista, a evolução do perfil demográfico de Campinas é quase idêntica ao caso ituano, com a diferença de que o crescimento em termos relativos é vertiginoso<sup>4</sup>: a porcentagem de escravos na população sai de 18% em 1774 para 56% em 1829, de forma que, se no último quartel do XVIII há na vila 1 escravo para cada 5 livres, 55 anos depois conta-se mais de 1 cativo por livre. Em 5 décadas, Campinas ganha 4.700 escravos, ou seja, um aumento de 5629%, e a população geral cresce em 1799%, de forma que neste curto período a vila supera Itu.

Em termos absolutos, as populações escravas aqui consideradas talvez não pareçam muito expressivas. Mas na virada do XVIII para o XIX, a população era rarefeita em quase todo o Brasil e, mais importante que isso, devemos lembrar que um escravo era muito caro; para se ter uma ideia de quão alto deveria ser o preço para aquele que desejava adquirir uma unidade na América, veja-se o que escreveu Robin Blackburn acerca do tráfico negreiro:

Na verdade, a noção de que o cativo africano podia ser comprado por um punhado de contas era fantasiosa, e a história econométrica moderna reconstruiu equivalências coerentes e sistemáticas de modo que é possível determinar preços de escravos em termos de moedas europeias contemporâneas. Em partes da costa, os próprios escravos eram usados como um tipo de moeda; em Luanda, os mercadores portugueses adiantavam artigos importados aos comerciantes luso-africanos em troca de notas promissórias cujo valor era estipulado pelo número de escravos que deveriam ser entregues.

O custo de partida de um navio na rota africana – ou seja, o valor de suas mercadorias – era duas ou três vezes superior ao da maioria dos outros ramos do comércio europeu ou atlântico. A compra de 180 escravos na costa de Gâmbia em 1740-41, muito antes que o preço dos escravos atingisse o ponto máximo, exigia o seguinte sortimento de mercadorias: 1.179 moedas de prata pesando 17 kg, 430 barras de ferro pesando 4.730 kg, 92 cutelos, 430 pederneiras para armas de fogo, 1.162 kg de sal, 300 kg de tecido de linho, 130 kg de produtos têxteis de Manchester, 108 kg de tecidos indianos, 219 kg de tecido de lã, 47 resmas de papel, 164 armas de fogo, 71 pares de pistolas, 518 kg de pólvora, 16 kg de bolas de chumbo, 102 bolas de bronze pesando 457 kg, 301 kg de utensílios de estanho, 2 vergalhões de cobre e 119 galões de rum. Neste caso, o sortimento também incluía contas e conchas, que serviam de moeda em algumas partes da costa; para ser exato, 15.195 contas de

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes sobre o desenvolvimento demográfico de Campinas, consulte-se Paulo Eduardo Teixeira, “O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830”, pp. 79-91.

calcedônia vermelha, 60.000 pedras de cristal e 17 kg de conchas de cauri. A importância econômica ou militar desta única partida para um mercador ou monarca africano é bastante evidente. Além das mercadorias haveria presentes especiais para os monarcas e príncipes mercadores africanos e seus subordinados: armas de fogo, vinho e *brandy*, boas roupas e talvez um relógio ou lampião. (BLACKBURN, 2003, p. 468)

Os lucros do comércio de escravos compensavam este alto custo, e os compradores do Novo Mundo estavam dispostos a pagar o preço final em virtude da “produtividade e lucratividade das *plantations*, assim como a demanda europeia de produtos exóticos”, o que era então o caso do açúcar. Se usarmos de maneira superficial os números de Sheridan, além de Gemery e Hogendorn, trazidos por Blackburn, teremos que o escravo custava na América cerca de 28 libras esterlinas em 1773 e 50 a partir de 1792, de forma que podemos estimar – reforço que de maneira bastante superficial – um patrimônio em escravos em Itu de 62.860 libras em 1773, 187.700 libras em 1801 e 225.000 libras em 1830; em Campinas, o patrimônio em escravos é de quase 240.000 libras em 1829. Para efeito de comparação, o investimento necessário para uma viagem de um navio negreiro era de 8.000 libras na década de 1780. (BLACKBURN, 2003, p. 469).

O quadro 3 demonstra os mesmos dados analisados com Itu e Campinas, desta vez com a vila de Sorocaba, baseado no trabalho de Carlos Bacellar (2001, p. 36) e outros:

Quadro 3: Evolução do total da população e de escravos em Sorocaba entre 1772 e 1832.

ANO	POPULAÇÃO	ESCRAVOS	LIVRES	PROPORÇÃO ESCRAVOS/LIVRES	% DE LIVRES NA POPULAÇÃO	% DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO
1772	5.919	922	4.997	0,18	84%	16%
1794	7.256	1.214	6.042	0,20	83%	17%
1802	9.712	1.945	7.767	0,25	80%	20%
1810	9.576	1.880	7.696	0,24	80%	20%
1832	10.070 <sup>5</sup>	2.999 <sup>6</sup>	7.071	0,42	70%	30%

<sup>5</sup> Ver: Baddini (2002, p. 133).

<sup>6</sup> Não tive acesso ao número exato de escravos em Sorocaba em 1832; assim optei por usar o número mais alto da faixa na qual Luciana Suarez Lopes classifica a vila em “*Saldos e sobras: finanças públicas municipais na primeira metade do oitocentos (província de São Paulo, 1834-1850)*”, pp. 13-14, disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/ArtigoHeC2405.docx>. Acesso em 12/11/2013. Neste trabalho a autora diz que Sorocaba e outras duas vilas tinham entre 2.000 e 2.999 escravos naquele ano. Embora inexato, o número serve para mostrar que, mesmo com uma suposição alta, a porcentagem de escravos em Sorocaba era efetivamente menor que em Campinas e Itu.

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

A população total de Sorocaba é similar à de Itu no período estudado, mas é notável como a proporção de escravos é muito menor do que nas outras duas vilas em questão (BACELLAR, 2001, pp. 38-39)<sup>7</sup>.

No começo da década de 1770, Itu, Campinas e Sorocaba possuem porcentagens similares – respectivamente, 70%, 82% e 84% – de livres no total de habitantes; mas à medida que a grande lavoura exportadora de açúcar, trabalhada por escravos, ganha importância em Itu e Campinas, estas cifras diminuem até chegar a 60% e 66% em 1801 e 1814 e a menos de 50% em 1830, enquanto que em Sorocaba, até 1832, os escravos não representaram mais que 30% da população. O gráfico 1 compara as três vilas:

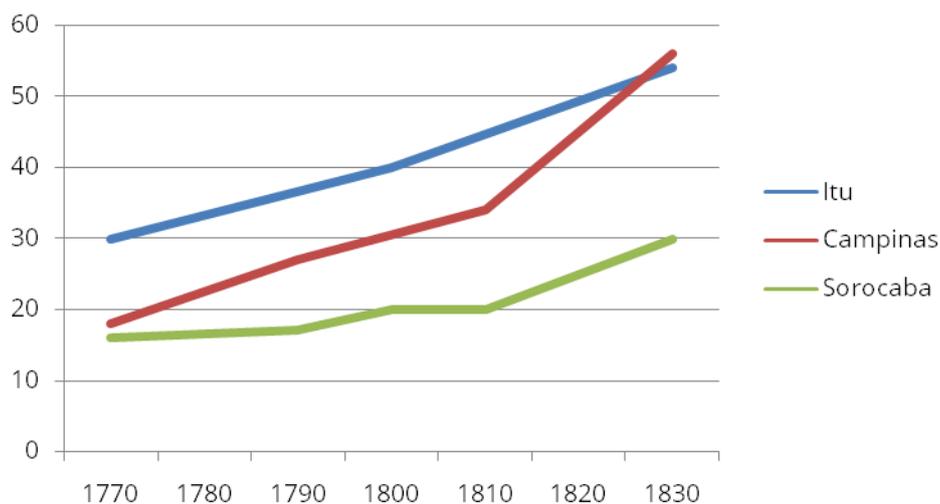


Gráfico 1: Evolução da porcentagem de escravos nas populações de Itu, Campinas e Sorocaba entre 1770 e 1830.

A razão básica para tal fenômeno em Sorocaba, diverso do que houve nas suas vilas vizinhas, é que a *plantation* nunca alcançou naquele local a importância que obteve alguns quilômetros a nordeste (IDEM, pp. 36-38), embora a vila tenha sido beneficiada por aquela atividade, pois a produção de açúcar demandou gado (IBID., pp. 38-39) Além da maior parte de suas terras não serem apropriadas para a cana, com exceção do bairro de Pirajibu, o mais

<sup>7</sup> Ver especialmente, no livro de Carlos Bacellar, a nota de rodapé 37.

próximo a Itu, com poucas terras disponíveis, e haver pouca madeira para combustível (IBID., pp. 122-123), a própria formação de Sorocaba foi alicerçada pelo comércio de muares, por uma produção de mantimentos para manutenção da economia do gado e pela arrecadação de impostos (IBID., pp. 28, 122-125), e estas atividades se consolidaram e cresceram a ponto de se formar uma elite local, que buscava se aliar aos senhores do açúcar através do matrimônio de seus filhos.

Um último ponto a se chamar a atenção é o seguinte: Maria Luiza Marcílio calcula que a população de São Paulo no fim do século XVII era de 15.000 habitantes; em 1765, de 78.855 habitantes, e em 1800, de 169.544 pessoas. (MARCÍLIO, 2000, p. 172) No fim do século XVIII em média  $\frac{1}{4}$  dos habitantes da província de São Paulo eram escravos. A proporção de cativos na população paulista calculada pela autora por anos é a seguinte: em 1798, 23%; em 1808, 22%; em 1818, 24%; em 1828, 29%; e em 1836, 27% (MARCÍLIO, 2000, p. 105). Esta média, similar à encontrada para Sorocaba, leva a historiadora a concluir que

A sociedade paulista que venho estudando fundamentava-se preponderantemente no trabalho livre. Sendo sua unidade básica de produção o “fogo”, 74 e 77% dos fogos da capitania/província de São Paulo, entre 1798 e 1828, produziam exclusivamente por meio do trabalho familiar livre. No tocante à população havia a mesma preponderância, uma vez que as proporções de escravos nunca atingiram 30% do total de habitantes da região (MARCÍLIO, 2000, p. 105).

Em suma, as altas proporções de escravos encontradas em Itu e em Campinas devem-se à forte presença da *plantation* naquelas localidades, não sendo aquele cenário a regra para a província de São Paulo.

### **Proprietários de escravos produtores e não-produtores de açúcar em Itu**

Contabilizar, através das listas nominativas, quantas pessoas possuíam quantos escravos e qual a atividade desempenhada por estes cativos, é revelador. Os quadros 4, 5 e 6 relacionam, respectivamente para os anos de 1773, 1801 e 1830, o número de escravos possuídos pelo número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar na vila de Itu. Em seguida, os gráficos de dispersão 2, 3 e 4 mostram, também respectivamente para os

O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

anos mencionados, a mesma relação. O gráfico 5 reconstitui a evolução do total de proprietários e a composição do tipo de atividade do proprietário no todo.

Quadro 4: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773.

<b>Quantidade de escravos</b>	<b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>produzem açúcar</i></b>	<b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>não produzem açúcar</i></b>
51-100	2	1
21-50	7	6
11-20	6	38
1-10	9	279

Quadro 5: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801.

<b>Quantidade de escravos</b>	<b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>produzem açúcar</i></b>	<b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>não produzem açúcar</i></b>
51-100	7	0
21-50	52	4
11-20	27	8
1-10	36	230

Quadro 6: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830.

<b>Quantidade de escravos</b>	<b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>produzem açúcar</i></b>	<b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>não produzem açúcar</i></b>
51-100	13	1
21-50	43	6
11-20	39	18
1-10	18	250

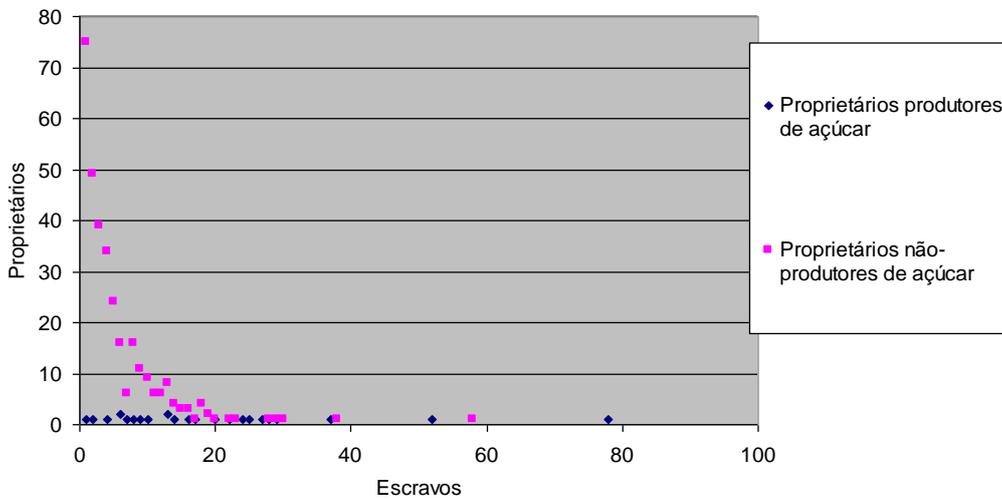


Gráfico 2: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773.

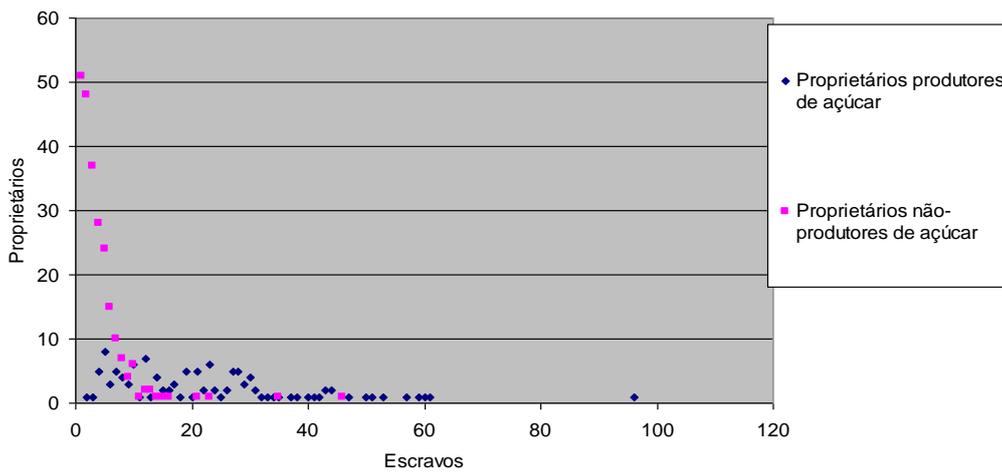


Gráfico 3: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801.

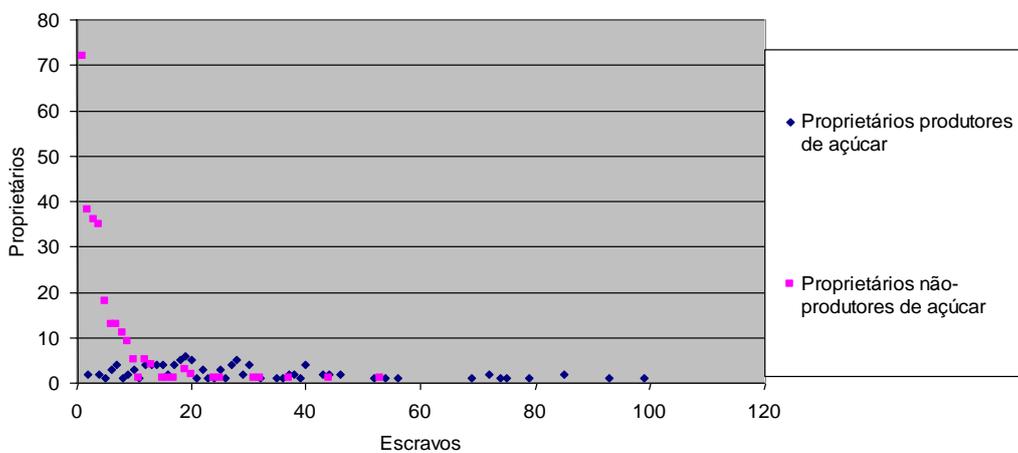


Gráfico 4: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830.

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

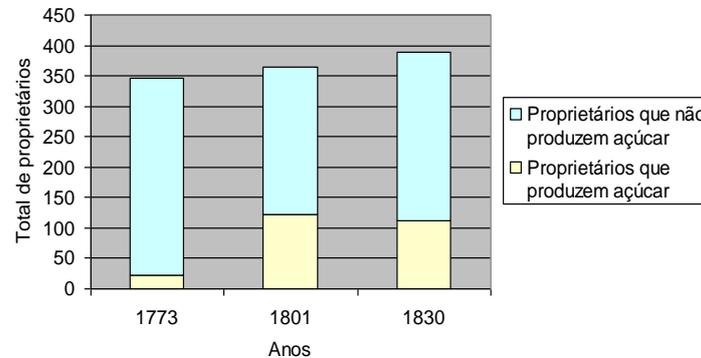


Gráfico 5: Evolução do número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos em Itu, 1773-1830.

Algumas das constatações que podem ser feitas frente a estes quadros e gráficos são as seguintes.

Em 1773 (quadro 4), Itu possui 347 proprietários de escravos, o que corresponde a 4,6% de sua população. Este total aumenta 4,7% em 28 anos, de forma que em 1801 (quadro 5), 364 habitantes, ou 3,8% da população, possuem cativos. Em 1830 (quadro 6), são 388 proprietários, ou 4,7% do total de habitantes – um aumento de 6% em 29 anos. Em resumo, entre 1773 e 1830, o total de proprietários de escravos em Itu nunca ultrapassou os 5% da população total. Se considerarmos a quantidade de proprietários em relação à população livre, temos que, em 1773, 1801 e 1830, respectivamente 6,6%, 6,4% e 10% dos livres possuem escravos, o que ainda são níveis baixos, o que era de se esperar devido ao alto preço do escravo, conforme considerado anteriormente. Isto ajuda a explicar também o porquê do possuir escravos ser sinal de distinção social naquele tempo (BACELLAR, 1997, pp. 125-126, 133-134; MARCÍLIO, 2000, p. 107).

Mais exclusivo do que ter escravos, era tê-los investidos na produção de açúcar. Em 1773 (gráfico 5), apenas 23 indivíduos que possuem cativos produzem o valioso produto, ou 6,7% do total de proprietários. Num claro sinal do crescimento da economia açucareira, esta cifra sobe 530%, passando a 122 produtores de açúcar em 1801 (33% do total de proprietários), tendo um pequeno decréscimo de 9 pessoas até 1830, quando os senhores de engenho em Itu somavam 113 indivíduos, o que equivale a 29% do total de proprietários e a

apenas 1,4% da população geral. De fato, isto contradiz o senso comum, que liga automaticamente a imagem do escravo à da casa grande e da senzala; as listas nominativas demonstram que muitos proprietários trabalhavam ao lado de seus cativos (BACELLAR, 2001, pp. 138, 143, 145, 157), por exemplo, na produção de feijão, milho e arroz; outros ainda nada possuíam, chegando mesmo a viver de favores ou esmolas (MARCÍLIO, 2000, pp. 115-116).

Quanto maior o número de escravos, maior a possibilidade de o proprietário ser produtor de açúcar (BACELLAR, 1997, pp. 138, 143, 145, 157), e quanto menor o número de cativos, menor a probabilidade de o proprietário produzir açúcar, tendência que aumenta no intervalo de 57 anos (gráficos 2 a 4). Em 1773 (quadro 4), apenas 9 indivíduos envolvidos diretamente com o açúcar tinham 10 escravos ou menos, contra 270 proprietários não envolvidos, o que corresponde a 78% do total geral de proprietários. Em 1801 e 1830 (quadros 5 e 6), respectivamente 51 e 72 indivíduos não-produtores de açúcar possuíam apenas um escravo, contra zero produtores em ambos os casos. Tal fato se deve ao vultoso capital necessário para a construção e manutenção de um engenho, bem como à ampla e cara mão-de-obra necessária ao seu funcionamento (BACELLAR, 1997, pp. 126, 161-162).

Em 1773 (quadro 4), 468 escravos de Itu (21% do total) pertencem a produtores de açúcar. Este valor sobe para 68% (2547 cativos) em 1801 (quadro 5) e 69% (3094 pessoas) em 1830 (quadro 6). Assim, infere-se que, apesar de minoria, os proprietários produtores de açúcar passam a deter a maior parte dos escravos da vila na virada do século XVIII para o XIX.

Em 1773, 1801 e 1830 (quadros 4 a 6), respectivamente 8%, 13% e 23% dos escravos em Itu pertencem a senhores com 50 ou mais cativos, e 26%, 58% e 61% pertencem a senhores com 20 ou mais cabeças, configurando um movimento de acúmulo de capital nas mãos de poucos proprietários.

Em 1773, 1801 e 1830 (quadros 4 a 6), respectivamente 25%, 15% e 11% dos escravos em Itu pertencem a senhores com 5 escravos ou menos, demonstrando que o avanço da monocultura escravista de exportação provoca concentração de renda nas mãos de poucos proprietários, e diminui o espaço dos proprietários menos capitalizados (MARCÍLIO, 2000, p. 186-187).

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Os itens 5 e 6 apontam resultados similares aos de Campinas, encontrados por Paulo Eduardo Teixeira:

A maioria dos senhores de escravos em 1814 correspondia aos pequenos proprietários, mas eram os senhores que tinham acima de 20 escravos os responsáveis por 60% do total.

Quando comparamos essas mesmas informações com aquelas disponíveis para o ano de 1829, notamos que a participação dos pequenos proprietários caiu 10% e que sua participação no total de escravos caiu pela metade! Os senhores que possuíam de 51 a 100 cativos passaram a responder por 33,6% do total de cativos, além de surgir uma pequena elite de apenas cinco senhores com mais de cem escravos, responsável por 12,8% do total de cativos. Portanto, um modelo concentrador de rendas encontrava-se em pleno funcionamento, baseado na grande propriedade de escravos e na monocultura.

Essa transformação esteve associada à menor importância que os agricultores passaram a ter no quadro da economia local após 1814, quando a produção de açúcar ultrapassou todas as demais. Em Campinas, esse período correspondeu àquele momento, referido por Amaral Lapa (1985, p.24-25), em que se fundiram as fronteiras demográfica e econômica, resultando na etapa de superação da produção de subsistência pela atividade principal: a produção açucareira (TEIXEIRA, 2002, p. 83).

e diversos dos de Sorocaba, encontrados por Bacellar (2001, pp. 144-145):

A tentativa de análise aqui desenvolvida baseia-se nos dados fornecidos pela lista nominativa de habitantes para o ano de 1810. Sorocaba contava, então, com um total de 9.581 habitantes. Destes, 1.938 (20,2%) eram escravos, numa proporção relativamente baixa, típica de comunidades não intensamente envolvidas com a grande lavoura escravista. Esta força de trabalho se encontrava inserida em somente 360 domicílios (20,4% do total), com uma média de 5,4 escravos em cada um.

Os plantéis que contavam com 11 ou mais escravos, correspondendo a 11,4% daqueles possuidores de mão-de-obra cativa, detinham 46,8% dos cativos sorocabanos. E, em oposição, os 73,9% dos domicílios possuidores de 1 a 5 escravos representavam somente 32,2% do total de cativos. Portanto, Sorocaba, não se destacando pela existência de grandes escravarias, se enquadrava no padrão de concentração dos plantéis escravos usualmente observados para as vilas coloniais brasileiras pouco representativas no panorama da grande lavoura exportadora.

Ou seja, Itu e Campinas, cujas economias giram em torno da *plantation*, vivem, na virada do século XVIII para o XIX, tendências similares de acúmulo de capital nas mãos de poucos proprietários, que respondem sozinhos por grandes parcelas dos escravos. À medida que a

grande lavoura cresce, os pequenos agricultores têm suas terras tomadas pelos grandes senhores e são forçados a procurar novos assentamentos a oeste (TEIXEIRA, 2002, p. 90; BACELLAR, 1997, p. 163). Assim, onde há a grande lavoura exportadora, há menor espaço para os pequenos lavradores proprietários de poucos escravos.

Já em Sorocaba, onde a *plantation* não tem a mesma força que em Itu e Campinas, os pequenos proprietários possuem maior espaço, produzindo excedentes agrícolas necessários à manutenção do comércio da vila e alguns que chegam a ser exportados. Desta forma, enquanto em Itu, em 1830, apenas 11% dos proprietários de escravos possuem 5 ou menos homens, em Sorocaba, um ano antes, esta cifra chega a 73,9%. (BACELLAR, 2001, pp. 144-145).

### Conclusão

As vilas de Itu, Sorocaba e Campinas possuíram um surgimento embrionário similar, servindo inicialmente de pousada para bandeirantes e tropeiros que viajavam pela América Portuguesa no século XVII, num contexto em que a capitania de São Paulo não tinha uma atividade econômica significativa, sendo pobre, pouco povoada e politicamente periférica no território português.

A situação de São Paulo passa a mudar na segunda metade do século XVIII, em virtude da demanda comercial da mineração das Gerais e da ameaça espanhola na bacia do Rio da Prata, que leva o governo português a tomar medidas para estimular a agricultura da província paulista, povoando-a e formando assim uma barreira contra o avanço espanhol. Estas medidas combinam com a política fisiocrata do Marquês de Pombal, preocupado em aumentar as receitas do império, e são fortalecidas pela revolta de escravos na colônia francesa de Saint Domingue, que acaba com a produção de açúcar da ilha e gera grande procura mundial pelo açúcar brasileiro.

Nesta onda de acontecimentos, alguns agricultores do interior paulista, como os de Itu, autofinanciados, puderam aos poucos construir engenhos e comprar mais escravos, formando gradativamente uma nova elite do açúcar (BACELLAR, 1997, pp. 168-171).

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Campinas desenvolve-se mais tarde que Itu, mas também ali o açúcar será o motor da economia. Já em Sorocaba, cujas terras não eram favoráveis à economia de *plantation*, o eixo econômico será o comércio de gado, alimentado inicialmente pela demanda das Minas Gerais e depois pela transformação do Rio de Janeiro em capital da colônia e do império português. A economia do açúcar nas cidades vizinhas também beneficia Sorocaba, que vê a sua elite do gado se formar e se aliar às famílias açucareiras através dos casamentos de seus filhos.

Em Itu e Campinas, cuja atividade econômica principal se baseia na grande lavoura de açúcar trabalhada por escravos, encontramos uma proporção muito maior de cativos na população, que supera os 50% do total em 1830. Já em Sorocaba, onde o açúcar tem peso bem menor, os cativos nunca são mais que 30% da população geral até aquele ano, na média da província.

Ter um escravo era sinal de distinção social na América Portuguesa, onde o trabalho braçal era visto como coisa indigna; por ser muito caro, ter mesmo que apenas uma unidade era privilégio, constatando-se que, entre 1773 e 1830, nunca mais que 10% dos livres ou 5% da população geral de Itu teve escravos. A maior parte dos proprietários que possuíam muitos escravos eram produtores de açúcar, atividade bastante capitalizada; mas a maior parte dos proprietários de escravos não estava envolvida nesta atividade: entre 1773 e 1831, nunca mais que 33% do total de proprietários de escravos em Itu produzia açúcar, o que destoa da tradicional imagem que sempre liga a figura do escravo à do senhor de engenho; as listas nominativas mostram vários habitantes que possuem escravos e que com eles trabalham em lavouras para sustento próprio. Encontramos também uma série de pessoas que produzem itens necessários ao sustento da vila com a ajuda de seus escravos: milho, arroz, feijão, algodão, etc. Para Sorocaba, Bacellar demonstrou a importância deste mercado interno, que embora não fosse a atividade econômica principal, era necessário à manutenção da economia do gado.

É nesta conjuntura que a capitania/província de São Paulo passa a ter seu interior povoado e enriquecido, primeiramente com o açúcar como atividade principal e posteriormente com o café, financiado pela atividade anterior (BACELLAR, 1997, pp. 172-176,

185-186; MARCÍLIO, 2000, p. 129). Para Maria Luiza Marcílio, até mesmo a industrialização paulista pode ter seus primórdios encontrados neste ciclo (MARCÍLIO, 2000, p. 193).<sup>8</sup>

### Referências bibliográficas

BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**– Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU / Unicamp, 1997.

BADDINI, C. M. **Sorocaba no império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002.

BAENINGER, R. **Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista**. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao\\_urbanas/02pronex\\_11\\_Regi\\_ao\\_Metropolitana\\_de\\_Campinas.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_urbanas/02pronex_11_Regi_ao_Metropolitana_de_Campinas.pdf). Acesso em 12/11/2013.

\_\_\_\_\_; MAIA, P. B. Região de governo de Campinas. In: **Textos NEPO 22**. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 1992. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos\\_nepo/textos\\_nepo\\_22.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_22.pdf). Acesso em 12/11/2013.

BLACKBURN, R. **A construção do escravismo no Novo Mundo: 1492-1800**. São Paulo: Record, 2003.

FILHO, A. T. O “milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). **Estudos Ibero-Americanos PUCRS**, 31(1):145-165, Porto Alegre, junho 2005. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1330/1035>. Acesso em 02/09/2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos municípios 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default.shtm>. Acesso em 12/11/2013.

---

<sup>8</sup> Apesar do Brasil ter ganho, ao longo do século XX, uma robusta atividade industrial, a agricultura continua sendo um significativo setor da economia. No que diz respeito à cana-de-açúcar em particular, o país é atualmente o maior produtor mundial da cultura, usada para produzir açúcar e etanol. Metade do açúcar comercializado no mundo é produzido no Brasil, que é também o maior produtor global do álcool para veículos. Em 2012, foram colhidas 670 milhões de toneladas de cana, mais que o dobro do valor do segundo maior produtor mundial, a Índia, conforme *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, disponível em <http://faostat.fao.org/site/567/DesktopDefault.aspx?PageID=567#ancor> e *Ministério da Agricultura do Brasil*, disponível em <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>. Acessos em 24/11/2013.

O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba,  
Itu e Campinas – 1770-1830

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2005.

LOPES, L. S. **Saldos e sobras: finanças públicas municipais na primeira metade do oitocentos – província de São Paulo, 1834-1850**. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/ArtigoHeC2405.docx>. Acesso em 12/11/2013.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700-1836**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SAMARA, E. M. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano – Itu, 1780-1830**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo **1.ª Análise Seade**, 1, São Paulo, abril 2013. Disponível em: [https://www.seade.gov.br/pdfs/primeira\\_analise/Primeira\\_Analise\\_n1\\_abril\\_2013.pdf](https://www.seade.gov.br/pdfs/primeira_analise/Primeira_Analise_n1_abril_2013.pdf). Acesso em 12/11/2013.

STEIN, S. J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao Município de Vassouras**. São Paulo: Brasiliense, 1961

TEIXEIRA, P. E. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 19(1):75-93, Campinas, jan./jun. 2002.

## Mapas

Mapa 1: SÃO PAULO E INTERIOR PRÓXIMO. Detalhe do mapa mundial com destaque para a Grande São Paulo e Regiões Metropolitanas de Campinas e Sorocaba, baseado no *Google Maps™*. 2013.

## Quadros

Quadro 1: DEMOGRAFIA ITU 1773-1830. Evolução do total da população e de escravos em Itu entre 1773 e 1830. 2013.

Quadro 2: DEMOGRAFIA CAMPINAS 1774-1829. Evolução do total da população e de escravos em Campinas entre 1774 e 1829. 2013.

Quadro 3: DEMOGRAFIA SOROCABA 1772-1832. Evolução do total da população e de escravos em Sorocaba entre 1772 e 1832. 2013.

Quadro 4: PROPRIETÁRIOS ITU 1773. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773. 2013.

Quadro 5: PROPRIETÁRIOS ITU 1801. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801. 2013.

Quadro 6: PROPRIETÁRIOS ITU 1830. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830. 2013.

### Gráficos

Gráfico 1: ESCRAVOS ITU, CAMPINAS E SOROCABA 1770-1830. Evolução da porcentagem de escravos nas populações de Itu, Campinas e Sorocaba entre 1770 e 1830. 2013.

Gráfico 2: PROPRIETÁRIOS ITU 1773. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773. 2013

Gráfico 3: PROPRIETÁRIOS ITU 1801. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801. 2013

Gráfico 4: PROPRIETÁRIOS ITU 1830. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830. 2013

Gráfico 5: PROPRIETÁRIOS ITU 1773-1830. Evolução do número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar em Itu – 1773-1830. 2013

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

Isaias Holowate\*

**Resumo:** A eugenia surgiu no final do século XIX como a ciência do aprimoramento da espécie humana. Seus defensores acreditavam que, através da seleção dos indivíduos considerados como eugenicamente superiores e da restrição à reprodução dos indivíduos não-eugênicos, seria possível promover um melhoramento da espécie. Os discursos eugenistas foram apropriados por pensadores de diversas regiões do mundo, sendo ressignificados para atender às necessidades das culturas locais. Em Ponta Grossa, no Paraná, os pressupostos eugenistas foram defendidos por um grupo de pensadores proveniente da burguesia urbana, que colaboravam com o periódico Diário dos Campos, havendo uma multiplicidade de representações sobre a eugenia defendidos na publicação. A pesquisa busca analisar a representação sobre a eugenia produzida pelo colaborador do jornal José Martins Pinto, que apresentava diversas aproximações com princípios defendidos pela eugenia negativa. A partir das investigações, busca-se refletir sobre as características da representação produzida por esse personagem em relação ao discurso de outros colaboradores do periódico, e embasados na teoria das representações do historiador Roger Chartier, compreender as ressignificações produzidas por esse indivíduo e as aproximações com os discursos produzidos sobre o tema no meio nacional e internacional.

**Palavras-Chave:** Eugenia; História Cultural; Jornal Diário dos Campos; Representações.

---

\* Graduando em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: isaiasholowate@gmail.com.

## Introdução

O jornal *Diário dos Campos* é o periódico mais antigo em atividade na cidade de Ponta Grossa. O jornal foi fundado em 27 de abril de 1907, inicialmente intitulado como Jornal *O Progresso*, com uma tiragem inicial de 300 exemplares (O PROGRESSO, 27 abr. 1907, p. 1).

A publicação foi fundada por Jacob Holzmann, um imigrante russo-alemão que chegou à cidade no final do século XIX. Holzmann foi membro de uma burguesia atuante na cidade, um dos fundadores da *Companhia Tipográfica Pontagrossense* e personagem influente das discussões políticas locais, tendo sido considerado por José Cadilhe como o “Fundador da Imprensa de Ponta Grossa” (CHAVES, 2011, p. 29). O jornal, inicialmente publicado quinzenalmente após poucas edições, passou a ser publicado a cada três dias. O objetivo do periódico era promover a sociedade local, divulgando as peculiaridades da cidade, tal como afirma Chaves (2011, p. 30):

[o objetivo do periódico era divulgar] os acontecimentos políticos; as atrações culturais; a vida social; os avanços urbanos e tecnológicos e os problemas decorrentes de tais avanços; os acontecimentos fortuitos e pitorescos; quem chegava e quem partia; tudo era objeto das colunas publicadas em *O Progresso*.

A publicação acompanhava, refletia, questionava e debatia os mais variados acontecimentos aos quais a sociedade ponta-grossense entrava em contato naquele período.

Tendo surgido em uma época de industrialização da cidade, o jornal foi conquistando espaço no público dos Campos Gerais<sup>1</sup> na medida em que a cidade foi aumentando sua influência na região (REIS, 9 Out. 1915, p. 1), e se tornou o jornal de maior circulação local. Numa época em que alguns grupos sociais se apropriavam dos ideais progressistas, o

---

<sup>1</sup> A região dos Campos Gerais no Paraná ocupa uma faixa de território do Segundo Planalto paranaense, entre o Planalto Curitibano e o Planalto de Guarapuava. Caracteriza-se por ser uma região campeira, que durante os séculos XVIII e XIX, foi ocupada pela economia tropeira, com a instalação das fazendas de engorda dos animais que passavam pela região.

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

periódico surgiu, nas palavras de Jacob Holzmann<sup>2</sup>, “pequerrucho”, mas com “o progresso” até no título (HOLZMANN, 27 abr. 1915, p. 1).

Em 1º de janeiro de 1913 o jornal, agora de propriedade da *Companhia Tipográfica Pontagrossense*, se tornou finalmente um diário, passando a se chamar *Diário dos Campos*, o que demonstra a aceitação da publicação por parte dos leitores (DIÁRIO DOS CAMPOS, 01 jan. 1913, p. 1).

Apesar de ter pertencido a diversos proprietários, a publicação teve desde 1908 a presença de uma figura marcante nas atividades do periódico. Vindo do Rio de Janeiro por motivos de saúde, Hugo dos Reis<sup>3</sup> assumiu a redação do jornal, ao qual imprimiu características próprias. Defensor do espiritualismo científico<sup>4</sup> foi um grande combatente em favor das causas sociais e sempre se posicionou defendendo bandeiras relativas à melhoria da educação e da saúde.

Hugo dos Reis, enquanto esteve à frente da publicação, permitiu a existência de uma diversidade de discursos em relação às questões sociais e raciais brasileiras, inclusive permitindo a publicação de pensamentos opostos às suas convicções (HOLZMANN, 2004, p. 30).

Além da figura central de Hugo dos Reis, a publicação contou, naquela época, com a presença de vários colaboradores, sendo que a maioria deles pertenciam à crescente burguesia urbana de Ponta Grossa. Julio Xavier e Flávio Carvalho Guimarães eram advogados.

---

<sup>2</sup> Na edição de 27 de abril de 1915 do *Diário dos Campos*, foram comemorados os 8 anos da publicação. Nessa edição, Jacob Holzmann publicou um editorial em que parabeniza o crescimento e a persistência da publicação, e relembra o surgimento do jornal.

<sup>3</sup> Hugo dos Reis nasceu em Valença, Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1884, e migrou para Ponta Grossa, em 1908, por recomendação médica. Atuou entre 1908 e 1921 como redator literário, redator, gerente e proprietário do periódico *Diário dos Campos*. Saiu da publicação em 1921, tendo comprado algumas terras em Tibagi, onde buscou desenvolver a agricultura. Retornou em 1925, fundando o jornal *O Comércio*, voltado para a modernização do setor comercial da cidade. Retirou-se para o interior de São Paulo, tendo morrido em meados da década de 1930 (HOLZMANN, 2004).

<sup>4</sup> Espiritualismo científico é a uma corrente ideológica que atingiu boa parte da intelectualidade brasileira no final do século XIX e início do século XX. Partindo do movimento Kardecista, teve notoriedade na segunda metade do século XIX, após a morte de Allan Kardec, e a primeira metade do século XX. Seus propagadores associavam os discursos espiritualista com científico e que deveria ser compreendida no sentido estrito da palavra. Segundo Maldonado, “boa parte da intelectualidade brasileira do século XIX interessou-se pela doutrina espírita e até mesmo converteu-se a ela”. (MALDONADO, 2008, p. 11).

Francisco Barbosa Maciel que assinou dezenas de publicações polêmicas sobre a possibilidade de uma eugeniização cultural e afirmava ter experiência na Real Universidade de Berlim, era médico.

O colaborador José Martins Pinto aparece apenas na edição 1.098 do periódico assinando o artigo intitulado “Seleção”, aceito e publicado nas páginas do jornal no dia 4 de julho de 1914, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Seu posicionamento possui diversas peculiaridades em relação aos discursos sobre a eugenia mais aceitos na sociedade brasileira e ponta-grossense naquele momento, pois o autor defende princípios sobre a eugenia que não estavam em acordo com o discurso majoritário dos colaboradores da publicação que possuíam aproximações com o discurso neolamarckista<sup>5</sup> e um eugenismo que priorizava atuação no meio como forma de influir no aprimoramento da raça (HLOWATE, 2016). O discurso de Martins representa uma forma distinta de ressignificação dos pressupostos de eugenia e raça, que o autor constrói a partir de um amálgama entre diversas teorias que estavam em voga naquela época.

Como vemos, a fonte de pesquisa utilizada consiste de discursos publicados no jornal *Diário dos Campos*, em Ponta Grossa. A pesquisa com esse tipo de fonte, tem se tornado mais comum nas últimas décadas, principalmente após a diversificação das fontes e métodos de pesquisa promovidos pela terceira geração da *Escola dos Annales* (LE GOFF e NORA, 1978, p. 11-12).

Luca (2011, p. 111-153) aponta para os avanços na pesquisa em jornais, que se tornaram uma importante fonte de pesquisa para diversas áreas. Os documentos jornalísticos contém uma diversidade de representações sobre seu tempo e apresentam uma

---

<sup>5</sup> O lamarckismo foi a teoria da evolução pela transmissão dos caracteres adquiridos surgida em 1809 a partir dos estudos do Francês Jean Baptist Lamarck (1744-1829). Lamarck afirmava que os seres humanos tendem a se aperfeiçoar, desde os seres menos complexos até os mais complexos. O estímulo para a evolução seria externo, ou seja, o meio em que os organismos vivem. A evolução, contudo, não ocorreria por si mesma, mas sim através de uma lei de uso e desuso, em que um órgão ou uma parte do corpo utilizado constantemente tenderia a evoluir, enquanto que outro que não fosse utilizado tenderia a se atrofiar. Segundo ele, a evolução do indivíduo seria passada a seus descendentes. Por sua vez, o termo neolamarckismo foi utilizado pela primeira vez por Alpheus Packard, em 1885 e corresponderia a uma forma moderna de lamarckismo, designando uma série de fatores da evolução orgânica (MARTINS, 2004, p. 282).

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

variedade de possibilidades de pesquisa, pois, tais documentos, além de serem uma ferramenta comunicativa, trazem consigo os usos sociais da notícia e - longe de serem imparciais - revelam interesses aos quais essas publicações defendem. Estudar o jornal pode possibilitar uma melhor compreensão das formas com que determinados grupos, pertencentes a uma determinada cultura, representavam a sua realidade.

A pesquisa em periódico envolve a reconhecimento da fonte como uma ferramenta que constrói uma realidade, ao mesmo tempo em que é influenciado pelo meio social, realizando uma constante troca de informações. O jornal, ao mesmo tempo em que influência a opinião de seus leitores, também é influenciado pelos grupos que acessam à publicação, sejam eles os patrocinadores, produtores, colaboradores ou consumidores. Sobre os usos sociais do jornal, Pontes e Silva, (2012, p. 52) defendem que:

Tendo a capacidade de mobilizar ou de garantir a construção subjetiva do “informado” o jornal deve ser visto como um campo de disputas políticas, econômicas e, principalmente, culturais. Os grupos são influenciados pelos jornalistas e também se articulam para exercer influência na mídia noticiosa [ ... ]. A mídia noticiosa possui um próprio modo de afirmar a realidade que retrata/constrói e isso acontece em negociação com os receptores.

Portanto, a pesquisa em jornal deve considerar o periódico como um documento histórico e submeter esses documentos ao crivo de uma pesquisa que envolva a utilização do método, considerando o jornal como um documento e como uma construção histórica. Sobre os aspectos metodológicos de pesquisa nos jornais, Luca (2011, p. 140) afirma que:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. [...] Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas. [...] A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou a revista pretende atingir.

Para o estudo sobre as representações produzidas no periódico parte-se do pressuposto defendido pela História das Representações de que os significados das representações são socialmente construídos, concordando com Roger Chartier (1990, p. 16) quando ele aponta para a necessidade de se “identificar o modo como em diferentes lugares

e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler". Compreende-se que na representação "o real assume [...] um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é" (CHARTIER, 1990, p. 62).

Deixa-se para trás, portanto, a dualidade verdade/ficção para pensar a História das Representações do real através da relação signo – significado "entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objecto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme" (CHARTIER, 1991, p. 184).

Sendo o jornal como um documento histórico, a análise das representações busca compreender os fatores que determinam os discursos do periódico, e suas especificidades, desde seu formato, abrangência, apresentação, paginação, até a estrutura das matérias, colaborações, hierarquias discursivas e debatidas, além de analisar o contexto e texto em que tais matérias foram publicadas, buscando realizar um estudo das representações produzidas por Martins sobre a sociedade ponta-grossense, analisando a forma com que o indivíduo pensa, pratica e representa a realidade.

### O surgimento da eugenia e suas ressignificações

Os pressupostos da eugenia foram publicados inicialmente em 1869, quando o antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911) no livro *Hereditarius Genius* defendeu a tese de que era não apenas possível, mas também necessário o desenvolvimento de uma ciência dedicada ao aprimoramento da espécie humana. Os preceitos básicos da ciência aparecem já nas primeiras linhas da obra, quando Galton (1869, p. 1) defende que:

As habilidades naturais de um homem são derivadas por hereditariedade [...] Consequentemente, assim como é fácil [...] obter por meio de cuidadosa seleção uma raça de cães ou cavalos dotada de capacidade peculiar para correr, ou de qualquer capacidade, seria também perfeitamente praticável reproduzir uma raça de homens altamente dotada promovendo casamentos criteriosos ao longo de várias gerações consecutivas.

O termo *eugenia*, que possui origem do grego e significa "bem-nascido", surgiria apenas em 1883, cunhada por Galton. A eugenia embasa-se em princípios científicos da época, e também privilegia a importância da aplicação na sociedade dos fundamentos eugenistas.

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

Segundo ele, as características humanas – sociais, intelectuais – eram transmitidas biologicamente e, portanto, eugenia deveria ocorrer a partir do aprimoramento pela seleção das características hereditárias desejáveis.

Portanto, segundo Galton, seria possível melhorar a raça a partir de cruzamentos selecionados, tanto estimulando que grupos com atributos superiores cruzassem entre si, quanto evitando que inferiores proliferassem. Dessa forma, cada vez mais haveria indivíduos de raças superiores e menos de raças inferiores até o desaparecimento destes últimos.

Galton também se posicionava de forma contrária à miscigenação, pois, segundo ele, a ela conduziria à degeneração. Para ele, o ato de cruzamento de um indivíduo inferior com um superior, fatalmente produziria indivíduos aos quais ele considerava degenerados, como os alcoólatras, doentes, prostitutas, entre outros.

O discurso eugenista atingiu uma grande quantidade de intelectuais, médicos e cientistas na primeira metade do século XX, em diferentes regiões do mundo. Contudo, a teoria foi modificada ao ser resignificada por esses pensadores, de forma a atender os interesses dos grupos aos quais eles faziam parte. As transformações sofridas pela eugenia durante o processo de apreensão de seus signos por diversas culturas produziram uma diversidade de representações sobre o tema, o que está em acordo com a teoria das representações, que afirma que as representações de um signo são influenciadas pelo ambiente ao qual este entra em contato. Nas palavras de Chartier (1990, p. 52):

A passagem de um sistema de representações a outro pode, desde logo, ser entendida simultaneamente como uma ruptura radical (nos saberes, mas também nas próprias estruturas do pensamento) e como um processo feito de hesitações, de retrocessos, de bloqueios [...].

A diversidade das resignificações sobre a teoria de Galton deu origem a uma variedade de discursos e práticas sobre o tema. Nesse aspecto, a distinção entre a eugenia negativa e eugenia positiva foi apresentada pela primeira vez em 1909, no livro *Parenthood and Race Culture*, do médico inglês C.W. Saleeby, na qual o autor defende que:

It is necessary to be reasonable, and, in seeking the superman, to remain at least human. Now if we were to achieve any immediate success we must clearly divide our proposals, as the present writer did some years ago, with Mr.

Galton's approval, into two classes: positive eugenics and negative eugenics. The one would seek to encourage the parenthood of the most desirable, the other to discourage the parenthood of the least desirable (SALEEBY 1909, p. 199).

A eugenia positiva tinha por objetivo central possibilitar um aumento da quantidade de indivíduos que eram considerados aptos para o melhoramento da espécie. Os meios de melhoramento se davam através da seleção eugênica na orientação dos casamentos e o estímulo à procriação dos bem-nascidos. No viés da eugenia positiva, a seleção matrimonial, visava estimular a reprodução de indivíduos representantes da “synthese feliz de qualidades superiores de temperamento e de inteligencia” (VIANA, 1930, p. 3).

A eugenia negativa tinha por objetivo evitar a propagação indivíduos considerados degenerados através do um controle mais rígido sobre os casamentos e a reprodução, defendendo a exigência de exames pré-nupciais, desaconselhando o casamento entre indivíduos que possuíssem características disgênicas, como idade avançada, consanguinidade, disfunções físicas ou mentais e doenças às quais os eugenistas julgavam passarem características negativas hereditariamente, como a sífilis, a tuberculose, as doenças mentais, entre outras. Defendia-se também o aborto eugênico, a segregação e esterilização de doentes mentais e outros degenerados (MAI e ANGERAMI, 2006, p. 254).

Nos EUA a eugenia negativa recebeu um grande impulso com a atuação do eugenista Charles Davenport, fundador do *Eugenics Record Office*, em 1910. Davenport defendeu a proibição de casamentos interraciais, a diminuição da imigração nos EUA para evitar o contato com supostas raças inferiores e sob sua liderança, milhões de norte-americanos foram listados eugenicamente (BLACK, 2003)<sup>6</sup> e “estima-se que mais de 50 mil pessoas tenham sido esterilizadas, nos Estados Unidos, entre os anos de 1907 a 1949” (DIWAN, 2007, p. 57).

---

<sup>6</sup> Edwin Black (2003), no livro *Guerra contra os fracos*, demonstra como os ideais eugenistas floresceram na América do Norte, sua fortalecimento e aceitação por parte de alguns grupos, com objetivo da promoção de uma raça superior, fazendo também uma reconstrução da associação das práticas eugenistas dos EUA com as medidas tomadas pelo nazistas durante o genocídio.

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

Nas sociedades latinas houve uma apropriação do pensamento eugenista bastante diferente das ideias presentes na obra de Galton e da eugenia estadunidense (STEPAN, 2005, pp. 45-69). A preferência por um discurso eugenista que defendia a existência de uma influência do meio social no aprimoramento da raça, pautado em um viés neolamarckista não excluía a presença da teoria darwinista nas representações da eugenia e, de acordo com Stepan (2005, p. 123) “a leitura feita dependia das circunstâncias locais e de fatores ideológicos”.

Da mesma forma, a apropriação feita por um pensador brasileiro, ou de qualquer outro país da América Latina fazia das publicações eugenistas, era influenciado pelas suas experiências sociais anteriores com a cultura ao qual pertencia. Assim, muitos cientistas brasileiros não faziam uma diferença expressiva entre o neolamarckismo e a hereditariedade. Como afirma Stepan (2005, p. 90) “O estilo eclético de boa parte das obras sobre a eugenia e o uso indiscriminado das fontes [...] indicam que muito poucos médicos viam qualquer incompatibilidade entre o neolamarckismo e outros tipos de hereditariedade”.

O historiador Marco Antonio Stancik, ao afirmar a existência de ressignificações do discurso eugenista no âmbito brasileiro, defende que:

Se a eugenia desenvolveu-se como uma ciência e um movimento social cuja meta primordial era o aprimoramento da raça humana, no Brasil ela incorporou, durante certo período, a esperança de que as condições do meio ambiente teriam repercussão sobre o patrimônio hereditário. Acreditando que a miséria e as doenças comprometiam não apenas as condições físicas e mentais dos indivíduos a elas expostos, mas também à sua prole, os defensores do saneamento clamavam pela urgência de se transformar aquela realidade (STANCIK, 2005, p. 52).

Do amálgama entre a eugenia, a teoria da evolução natural, as representações do pensamento neolamarckista e a hereditariedade, surgiram no Brasil representações sobre a eugenia com características próprias, e em muitos aspectos até mesmo opostas às ideias originais (STEPAN, 2005, p. 213). Caracterizavam-se por uma valorização da ação do cientista no meio natural e social, de forma a eliminar os “venenos raciais” e promover uma melhora

nas condições de vida da população através de medidas higiênicas, do puericulturismo<sup>7</sup> (JANZ JUNIOR, 2012, p. 147), e no âmbito local, também da defesa de discursos de intervenção nos indivíduos percebidos como degenerados através de ressignificações da antropometria e do estímulo à instrução da população.

### **A sociedade ponta-grossense e a eugenia**

No momento em que as representações da eugenia começam a surgir nas páginas do *Diário dos Campos*, a região dos Campos Gerais passava por um período de intensa imigração que trouxe pessoas de diversas nacionalidades possibilitando a existência de uma sociedade caracterizada por uma multiplicidade cultural. A população ponta-grossense passou entre o final do século XIX e o início do século XX, de 4.774 habitantes de acordo com o Censo de 1890, para 20771 no Censo de 1920 (PINTO, 1980, p. 61). Esse aumento populacional possibilitou uma dinamização da economia da região, pois os recém-chegados que migraram para a área urbana funcionavam como mão de obra barata e público consumidor para as crescentes fábricas. Ao mesmo tempo, a urbanização ponta-grossense permitiu o surgimento de um florescente e diversificado comércio de alimentos e produtos beneficiados como madeira e tecidos.

As transformações econômicas ocorreram contiguamente ao fenômeno de urbanização da cidade, provocando uma modificação estrutural na sociedade. Nesse período, estabeleceu-se uma distinção mais clara entre o rural e o urbano (PEREIRA, 1996, pp. 97-115), criando-se com a urbanização e a industrialização um sentimento de identidade urbana. A atuação na cidade, associado cada vez mais à riqueza e ao progresso, acentua e diferencia o meio rural da urbanidade ponta-grossense. Tal como afirma Zulian (1998, p. 40):

---

<sup>7</sup> Puericultura consistia em uma série de cuidados da futura mãe e do bebê desde o ato sexual até os primeiros anos de vida da criança, tais como o exame pré-natal e os manuais puericulturistas. Estes buscavam ensinar as mães a tratar das necessidades das crianças nos primeiros anos de vida. Os médicos, principais escritores desses manuais, acreditavam que uma das principais causas da mortalidade infantil era o desconhecimento das mães sobre as práticas puericulturistas e buscavam na melhoria da atuação das futuras mães um melhoramento das condições da infância. Thomaz (2014, p. 61) afirma que “A puericultura fez parte do esquema de higiene social [...] para aumentar e melhorar a saúde de sua população, ou seja, apresentava fortes características eugênicas”.

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

Transformações sensíveis na estrutura social e econômica vão se evidenciando na Ponta Grossa do fim do século, que se manifestam na concentração urbana e em contraste com a dispersão rural de proprietários em busca de outro tipo de atividade. Em função destas transformações, Ponta Grossa, que parecia confundir-se com o campo que a invadia, assume “ares de cidade”.

O fenômeno da urbanização que ocorreu em Ponta Grossa no final do século XIX e início do século XX modificou também o imaginário da cidade. Anteriormente, além de serem pequenas e quase indistintas da área rural, elas também se caracterizavam por uma dependência em relação à economia das fazendas e do tropeirismo, ambas as atividades principalmente rurais.

A partir do final do século XIX, com a urbanização e industrialização, a população campestre orbita a cidade, que passa agora a ser um local de atração. A cidade é o lugar do progresso, por excelência. Lá se discutia política e sociedade, se comercializava matérias-primas e produtos industrializados, e uma parcela da população se divertia nos lugares morigerados<sup>8</sup> ou não. Estar na cidade era um símbolo de status superior para os grupos modernizantes da população.

Nessa época, muitos dos filhos de fazendeiros partiam em direção às capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, onde realizavam seus cursos de bacharéis, e após retornarem à região, assumiam postos de empregos públicos e cargos na política pontagrossense (LEANDRO, 1995, p. 13). Essa injeção de ideias seria uma das responsáveis pelo aparecimento de um grupo de “intelectuais locais” que debatiam teorias científicas nas páginas do jornal e as discussões sobre as questões sociais na ponta-grossense. Segundo os historiadores Chaves e Karvat (2013, p. 2), o grupo dos “intelectuais locais”, era constituído por:

Notadamente escritores, que se pautando em diferentes leituras, autores e referências, participaram ativamente das discussões locais. Cabe ressaltar que

---

<sup>8</sup> O termo “morigerado” era frequentemente utilizado na sociedade paranaense do século XIX para referir-se aos indivíduos cujas qualidades eram defendidas pelas elites socioeconômicas. O indivíduo morigerado era aquele que defendia o trabalho, a acumulação de capital, comportando-se de acordo com as leis e regras de etiqueta sociais. Os não-morigerados eram aqueles que construíam essas regras e constituíam a grande maioria da população (PEREIRA, 1996, p. 5).

essas discussões, quando problematizadas, deixam entrever questões de ordem mais ampla, referentes à aspectos nacionais – de foro social, econômico e/ou político – e/ou, mesmo, internacional, principalmente naquilo que toca os grandes dilemas históricos do século passado, sejam os grandes conflitos bélicos e/ou a implantação de diferentes regimes políticos.

Nesse mesmo período, os códigos de postura buscam regrar as práticas sociais da população, através da ordenação dos espaços urbanos e a busca pelo estabelecimento de normas de controle das ações dos indivíduos (PEREIRA, 1996, p. 6). Ao mesmo tempo, a ordenação da população procurava criar uma identidade cultural de classe média em torno dos discursos progressistas doutrinadores daquele momento, como a ideologia de ciência que se tornava cada vez mais poderosa.

A noção de civilização se afirmaria, principalmente, no caráter desse progresso. É um progresso, em seus diversos aspectos, à moda europeia. A cidade vai surgindo como uma urbe cosmopolita, onde o comércio, a estrada de ferro, o novo arruamento, as construções, os habitantes (sérios, ordeiros, empreendedores) e seus novos hábitos civilizados são elementos denotativos de uma “nova Ponta Grossa” (ZULIAN, 1998, p. 53).

A população burguesa recém-ascendida ao poder ponta-grossense<sup>9</sup> contava com muitos personagens que defendiam os ideais positivistas. O progresso é associado à ocupação do interior e ao desenvolvimento tecnológico da região. Assim como a chegada da ferrovia, a criação do periódico *O Progresso* – que viria a ser o *Diário dos Campos* – representam, nesse momento, como aponta Chaves (2011, p. 30-31), algo que tendia a ser percebido por alguns grupos da sociedade local, como um importante avanço da cidade rumo à sua modernização.

O aumento populacional significou também um aumento de necessidades de estruturas políticas e sociais capazes de atender às recentes demandas da população. Segundo os colaboradores do *Diário dos Campos*, a estrutura municipal não tinha condições

---

<sup>9</sup> Tal como afirma Zulian, é necessário levar em conta que não havia uma homogeneidade de constituição da burguesia ponta-grossense, nem econômica, nem culturalmente. A autora fala sobre a ecleticidade da nova burguesia, composta por elementos da cultura dos fazendeiros do tropeirismo e dos novos industriais. Sobre a cosmovisão da nova classe, ela defende que “enquanto os criadores dos Campos Gerais ainda se definiam como fração regional da antiga burguesia colonial, os novos industriais definiam-se como parte da burguesia universal” (ZULIAN, 1998, p. 41).

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

de arcar com o preço da urbanização, e transformações na estrutura urbana não acompanharam as mudanças sociais, acentuando os problemas no ambiente citadino e tornando as condições de vida difíceis para a maioria da população mais pobre.

Com o crescimento populacional, houve um inchamento da cidade, provocando a multiplicação das tensões sociais. As publicações do *Diário dos Campos* denunciam constantemente a intensificação da criminalidade na área urbana, e os chamados “venenos raciais”, como o jogo, a prostituição, o alcoolismo e a vagabundagem. Com uma estrutura sanitária escassa, a cidade era também vítima constante de epidemias de tifo, sífilis e febre amarela. As páginas do jornal constantemente reclamam ações das autoridades em relação aos problemas higiênicos.

A eugenia, em Ponta Grossa, caracterizava-se pela presença de três categorias principais: as políticas de branqueamento, o combate aos “venenos raciais” e a promoção da instrução e do puericulturismo da população (HOLLOWATE, 2016). Contudo, pode-se sugerir que a forma com que cada colaborador pensava cada uma dessas a questão da eugenia, é própria, pois cada eugenista defendia práticas de acordo com suas relações na sociedade. Sobre isso Stepan (2005, p. 16) afirma que “como a eugenia foi tanto uma ciência quanto um movimento social [...] fatores políticos e outros fatores cercam seu desenvolvimento e o endosso a teorias genéticas particulares – e as políticas sociais que delas derivaram”.

Hollowate (2016, p. 41) defende que “as condições culturais da sociedade pontagrossense permitiram a existência, nas páginas do periódico, de representações eugenistas que se baseavam em um amalgamento entre princípios de eugenia mendelistas e neolamarckistas, havendo inclusive uma preponderância de princípios neolamarckistas” e Castañeda (2003, p. 924), aponta que no Brasil “o neolamarckismo, como era conhecido, trazia para a discussão eugênica a herança dos efeitos da reforma social. Ou seja, o meio social poderia modificar a natureza biológica dos humanos”. Esses posicionamentos estão em concordância com o princípio defendido por Stepan (2005, p. 82) de que não agradava aos pensadores brasileiros uma teoria eugenista propriamente dura, pautada na hereditariedade biológica das condições superiores da raça, pois isso impedia a ação dos seres humanos para

o melhoramento racial. Nisso o neolamarckismo era bem mais flexível, pois, segundo essa teoria, as ações no meio influiriam no melhoramento da raça (STEPAN, 2005, p. 83), e foi aceito pela maioria dos colaboradores do *Diário dos Campos* que publicaram sobre a eugenia. Porém, o discurso de Martins representa uma exceção e as representações que ele produz apresentam notáveis diferenças em relação aos outros colaboradores.

### As representações sobre a eugenia e raça de José Martins Pinto

A eugenia nas páginas do *Diário dos Campos* se caracteriza por uma multiplicidade de representações produzidas. Porém, nas páginas da publicação, a defesa de princípios de eugenia negativa é bastante rara, pois a sociedade ponta-grossense possuía princípios culturais e religiosos – era majoritariamente católica – que não condiziam com um discurso mais restritivo e que defendesse, por exemplo, a eutanásia de indivíduos considerados degenerados<sup>10</sup>.

Por conseguinte, o discurso de José Martins Pinto representa uma exceção aos discursos majoritários nas páginas do periódico. Contudo, o fato de essa exceção ter sido publicada significa que interessava ao jornal divulgar também essas representações, mesmo sendo divergentes da opinião da maioria dos outros colaboradores (HLOWATE, 2016, pp. 55-56). Portanto, o discurso peculiar de Martins em relação ao meio social ao qual fazia parte, defendendo ideais de eugenia negativa e que possui aproximações com o discurso eugenista estadunidense, embora não tão influente, também possuía espaço no âmbito social em Ponta Grossa.

O artigo assinado por José Martins Pinto tem por título “Selección”, no qual o autor, que defende discursos de eugeniação da sociedade. Para promover a seleção o autor defende

---

<sup>10</sup> Wegner e Souza (2013, p. 272) apontam a presença de um grupo de intelectuais católicos no Brasil em constante combate aos discursos e práticas de eugenia negativa. A disputa entre o catolicismo e a “religião eugênica” culminou na publicação pelo Papa Pio XI da bula *Casti connubii*, em 1930. Segundo Stepan (2005, p.135), “a encíclica reafirmava a autoridade da Igreja na esfera da família, do matrimônio e da sexualidade”. Wegner e Souza (2013, p.263) apontam entre os eugenistas, a presença de um grupo de pensadores que na década de 1930 “elegeram a religião católica como empecilho para que o Brasil pudesse seguir caminho semelhante, especialmente quanto à resistência à implantação da esterilização dos ditos ‘degenerados’”. Já Holowate (2016) afirma uma pouca receptividade da eugenia negativa no meio ponta-grossense já nas primeiras duas décadas do século XX.

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

pressupostos da eugenia negativa, tal como a restrição do casamento em grupos aos quais ele supõe serem eugenicamente inaptos. Para restringir a reprodução desses grupos, Martins defende a proibição de casamentos com delinquentes e a exigência da apresentação de atestados de boa conduta eugênica por noivos para a efetivação dos casamentos:

Assim como nos matrimônios exige-se uma certa idade para os conjuges, assim como são proibidas os casamentos de pessoas unidas por um certo grau de cognação, assim também e com mais razão a lei deveria proibir a união conjugal de pessoas afetadas por moléstias hereditárias. Assim deviam os conjuges apresentar rigorosos atestados passados por juntas medicas. Seria o unico meio de refrear a carreira vertiginosa e devastadora da tuberculose da escrophula e da syphilis e de tantas outras enfermidades que se arraigam fazendo tombar tantas victimas (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

Martins legitima seu discurso de uma suposta necessidade de seleção matrimonial através de uma comparação com o discurso de exigência de maturidade para casamentos e a proibição dos casamentos consanguíneos. O autor defende também uma necessidade de restrição quanto a casamentos de indivíduos que possuíssem moléstias hereditárias. A palavra “hereditárias”<sup>11</sup>, caracteriza o ponto principal do argumento de Martins, que nesse ponto, se aproxima do discurso da eugenia estadunidense derivada do discurso de Galton. A preocupação de Martins com a hereditariedade dessas doenças e seu discurso de apoio às restrições tinha por objetivo impedir que o indivíduo passasse suas disgenias para gerações futuras. Sobre a relação entre o discurso de hereditariedade e a eugenia na representação nos EUA do início do século XX, Maciel (1999, p. 121) defende que:

a hereditariedade determinaria o destino do indivíduo, ou seja, as condições de sua vida já estariam dadas de antemão, e seu futuro desenhado ao nascer segundo a classificação de determinados critérios que o colocavam numa

---

<sup>11</sup> Dijk (2010) aponta para a existência de relações entre o acesso à produção do discurso e as relações de poder. Ele afirma que a partir da análise – semântica, psicológica, lexical, e metodológica - é possível realizar uma análise do discurso e das semelhanças presentes entre discursos. A aproximação semântica entre dois discursos significam uma aproximação de ideias. Nesse aspecto, palavras como “hereditárias” naquele momento social, e naquele ambiente cultural, aproxima-se do discurso de Galton (*vide* citação de Galton), assim como outras palavras comuns ao discurso eugênico, como a comparação da sociedade com uma árvore social, culturismo, venenos raciais, antropometria, homicultura, degeneração racial, entre outras (DIWAN, 2007; SCHWARCZ; 1993; STEPAN, 2005).

categoria “inferior” ou “superior”. (...) Justificavam-se, assim, as condições de vida pelas condições biológicas.

Também é notável a aproximação entre os pressupostos sobre a restrição matrimonial presentes no discurso de Martins e o discurso publicado por Newman (1921, p. 477), nos EUA.

Nos Estados Unidos da América, há leis que proíbem o casamento de epiléticos, insanos, alcoólatras, miseráveis, idiotas, defeituosos e aqueles afetados por doenças venéreas. Seria desejável que essas leis não só fossem mais uniformes e difundidas, como também mais rigidamente obrigadas a serem cumpridas.

Já a nomeação das moléstias “tuberculoso, da escrophula e da syphilis” apresenta uma aproximação com os discursos eugenistas brasileiros, pois essas doenças são exemplos bastante comuns no discurso dos chamados “venenos raciais” no Brasil e que constituíam segundo Stepan (2005, p. 92), uma série elementos presentes no meio social que segundo os eugenistas, se apropriados pelo indivíduo, provocariam a sua degeneração racial. Como a degeneração racial poderia ser transmitida para seus descendentes, a presença dos “venenos raciais” causaria a degeneração das futuras gerações e o deterioramento a raça. No Brasil, o “alcooolismo”, a “vagabundagem”, a “prostituição” e doenças como a sífilis e tuberculose eram considerados como “venenos raciais” e combatidos pelos profissionais da eugenia (STEPAN, 2005, p. 83-84).

Pinto (4 jul. 1914, p. 2) afirma que “cruzando-se pessoas num determinado plano, podemos não só formar populações caracterizadas por elementos físicos determinados, como também por determinados caracteres morales e intelectuais”, defendendo, portanto, a possibilidade de uma eugeniização através da seleção artificial pela hereditariedade.

Esse discurso apresenta uma grande diferença em relação ao discurso majoritário sobre a eugenia nas páginas da publicação que se aproximava de um discurso de eugenia amalgamado com o neolamarckismo e que defendia a eugeniização, através da atuação no meio social, tal como defende o estudante de Direito e colaborador Flávio Carvalho Guimarães, ao afirmar que:

No momento em que as paixões se explodem, é um hábito velho condenar a nossa degeneração. Esta existe e funda. Nos costumes políticos, privados, a

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

intolerancia é a norma que seguimos. Falta o remédio para esse mal. É a reação. Reajamos, portanto. Não é um mal hereditário. Ao contrário, todo homem é preso às leis mesológicas. A sociologia é tudo. A Biologia entra como exceção (GUIMARAES, 12 jan. 1916, p. 1).

Portanto, Guimarães defendia uma superioridade das condições do meio no aprimoramento racial, defendendo que os princípios da hereditariedade mendeliana atuariam apenas em situações de exceção no aprimoramento da raça.

Também as representações produzidas por Martins sobre a miscigenação possuem diversas peculiaridades em relação às representações dos outros colaboradores da publicação. Nas páginas do *Diário dos Campos*, a presença de representações defendendo os princípios de branqueamento<sup>12</sup> atendia às necessidades da sociedade local que era multicultural e miscigenada (HOLLOWATE, 2016), tendo sido formada pela imigração espontânea ou forçada de diversos grupos<sup>13</sup>.

Ao contrário dos discursos de branqueamento comumente aceitos, o autor propõe restrições à reprodução de supostas “raças inferiores”, tal como demonstra essa passagem:

O cruzamento de povos deve ser tido em consideração no sentido de melhorar as raças. É uma lei natural: - O mestiço de uma raça inferior em contato com uma superior ou vice versa é um verdadeiro degenerado, sem caráter, bem diferente de seus ancestrais. Dahi o rigoroso escrúpulo que tem os norteamericanos em não consentir na sua terra a fusão do elemento branco com o negro (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

---

<sup>12</sup> O branqueamento foi uma teoria racial que partia do pressuposto de uma superioridade das raças brancas para defender a possibilidade de embranquecer a população cruzando as populações de outras raças com a branca, pois teoricamente, sendo o fenótipo da raça branca superior ao das outras raças, ele iria se sobressair no cruzamento, dando origem a indivíduos cada vez mais brancos, até que a partir de uma certa quantidade de cruzamentos, toda a população se tornaria branca. Ou seja, contrariamente a versão europeia que pressupunha o cruzamento como um problema, alguns eugenistas brasileiros viam nesta prática a possibilidade de branqueamento racial através da eliminação gradual do elemento mestiço. As teorias de branqueamento receberam suporte com a chegada de milhões de imigrantes no início do século XX sendo que quase a totalidade deles, se instalaram nas regiões sudeste e sul (HOFBAUER, 2006, pp. 172-179).

<sup>13</sup> A pluriculturalidade da região dos Campos Gerais deve-se a sua formação étnica e cultural diversificada. A região foi ocupada e colonizada por portugueses vindos do litoral, paulistas do norte, tropeiros do sul, culturas indígenas, diversas culturas africanas escravizadas (PINTO, 1980, pp. 46-47) e por uma variedade de populações de imigrantes oriundos de diversas regiões do mundo, formado por Ucrânicos, Poloneses, Alemães, Sírios, Japoneses, entre outros (LAMB, 1999, pp. 1-4)

Nota-se que o autor defende um discurso de racismo no Brasil, mas que se aproxima do apoiado nos EUA. Porém, a sociedade brasileira do início do século XX tinha características peculiares, apresentando uma diversidade de práticas culturais, tendo recém-saído da escravidão e possuindo uma sociedade desigual onde o racismo era presente. O discurso de eugenia amalgamado com o racismo é uma característica comum no Brasil do início do século XX (SCHWARCZ, 1993), mas esse discurso eugenista com uma aproximação com o racismo dos EUA presente no discurso de Martins é algo incomum na sociedade brasileira naquele período (BLACK, 2003).

O autor apoia-se no discurso de Gustave Le Bon (1841 – 1931), um sociólogo francês, que foi um dos principais pensadores do racismo e da diferença hereditária entre as raças, para defender uma das principais teses da eugenia negativa: a restrição da imigração de grupos considerados inferiores:

A presença de estrangeiros em um país, diz o eminente Lebon é o que basta para destruir a alma do seu povo. À emigração é um problema que deve exigir bastante critério por parte das raças superiores, que não devem admitir em seu seio, populações inferiores, condenadas a desaparecerem para dar origem a um mestiço desmoralizado e sem energia (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

Ao defender a restrição às práticas imigratórias e a seleção dos imigrantes considerados indesejáveis, Martins busca, restringindo a imigração, impedir a chegada de indivíduos supostamente considerados como inferiores e que poderiam causar uma decrescência da raça. O Sociólogo Weber Lopes Góes (2015, p. 128), ao estudar o pensamento brasileiro sobre a eugenia, também aponta a existência de discursos que defendiam uma

política restritiva no que diz respeito à imigração, para que em nosso território não viessem indivíduos degenerados para estragar os “homens brasileiros”. A imigração “promíscua” inflamaria o Brasil de pessoas com doenças transmissíveis obstaculizando a construção de homens eugenizados.

Ainda se utilizando de Le Bon, Martins apresenta uma faceta do racismo científico, que era a discriminação dos indivíduos provenientes das culturas africanas, ao afirmar que “o grande número de mestiços provenientes do elemento africano importado da Guiné e do

## Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

Congo, é a origem de um sem número de males que acarretam a ruína da República brasileira” (PINTO, 4 jul. 1914, p.2).

Tal como foi observado, a eugenia defendida por Martins apoia-se em diversos princípios da eugenia europeia e norte-americana, ressignificando-os para as necessidades locais. Seu discurso, embora sendo uma exceção em relação aos outros colaboradores do periódico, também possuiu espaço na publicação. A representação produzida por ele sobre a eugenia e raça apresenta divergências em relação ao discurso majoritário na sociedade local e a publicação do artigo assinado por ele onde defende eugenia restritiva e racismo, demonstram a presença da diversidade de representações produzidas sobre o tema no meio social ponta-grossense.

### Considerações finais

A publicação de um artigo onde são defendidos pressupostos de eugenia negativa no jornal *Diário dos Campos* ocorre principalmente pela liberalidade do redator Hugo dos Reis, sendo que, após a sua saída em 1921, a diversidade de representações no periódico sofre uma grande diminuição, sem, contudo, deixar de existir.

A defesa de princípios de eugenia negativa no discurso de Martins demonstra uma diversidade de teorias presentes na publicação. Esses discursos não descartavam a presença da eugenia mendelista, mas funcionavam também como um amálgama do neolamarckismo, mendelismo e discursos raciais. Com isso, ratifica-se o que diz Stepan (2005, p.33), ao afirmar sobre as ressignificações da eugenia no Brasil que - “as ideias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas”.

Além da quase inexistência da defesa de práticas de eugenia negativa nas páginas do periódico, também é notável a reação a que essas publicações causavam entre os outros colaboradores. O que nos permite afirmar que discursos defendendo práticas extremas e segregadoras de eugenia constituíam apenas exceções. Nota-se essa reação no caso dos artigos sobre a germanização do sul do Brasil, do médico Francisco Barbosa Maciel, que

defendia uma “germanização” da cultura brasileira. Logo após a publicação do artigo de Maciel, o jornal publicou uma nota em que afirmava que “não precisamos declarar que sob muitos pontos de vista [...] nossa redação se acha em completo antagonismo com este artigo de fundo” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 dez. 1915, p. 1).

No discurso de Martins Pinto observa-se a presença de uma restritividade à reprodução de determinados grupos, tendo o autor defendido um controle na procriação de indivíduos considerados como disgênicos e que segundo ele, eram inadequados para a evolução da espécie. Segundo ele “Uma das cousas que mais revoltam o bom senso e o homem de carácter é o facto de casamentos de tuberculosos, leprosos, syphilicos, etc. E muitas vezes com pessoas verdadeiramente sãs” (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

A defesa de princípios de seleção de indivíduos na forma com que é proposta nas representações sobre eugenia e raça de Martins apresentam aproximações com a eugenia estadunidense e europeia sem deixar de possuir vínculos com os discursos sobre a eugenia nacional e local. O autor produz as ressignificações amalgamando diferentes teorias científicas que naquele momento se fortaleciam como ferramentas para explicar o funcionamento da sociedade. Porém, o viés principal de seu discurso e sua principal peculiaridade é a defesa de práticas de eugenia negativa.

### Fontes

**Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 01 jan. 1913, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 27 dez. 1915, p.1.

\_\_\_\_\_. 15 Annos passados. Ponta Grossa, 27 abr. 1922, p. 1.

GUIMARÃES, Flávio Carvalho. Carta aberta. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 12 jan. 1916, p. 1.

HOLZMANN, Jacob. 8 Annos. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 27 abr. 1915, p. 1

PINTO, José Martins. Seleccção. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 04 jul. 1914, p. 2.

**O Progresso**. Ponta Grossa, 27 abr.1907, p. 1.

REIS, Hugo dos. O grupo escolar de Palmas. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 9 out. 1915, p. 1.

Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto

Referências bibliográficas

- BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.
- CASTAÑEDA, L. A.. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Ed. Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, vol.5, nr.11, jan/abr. 1991, p. 173-191.
- CHAVES, N. B. **Entre “preceitos” e “conselhos”**: Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Tese de Doutorado, Curitiba, UFPR, 2011.
- \_\_\_\_\_; KARVAT, Erivan Cassiano. **Intelectuais, Discursos e Instituições**: as relações entre a História Intelectual (e/ou de Intelectuais) e a História Local (reflexões sobre possibilidades de pesquisa). Anais do VI Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2013.
- DIJK, T. V. **Discurso e poder**. Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.) São Paulo: Contexto, 2010.
- DIWAN, P: **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.
- GALTON, F. **Hereditarius Genius**. Disponível em <http://www.mugu.com/galton/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>. Acesso em 14 de março de 2015.
- GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação de Mestrado. Marília, UNESP, 2015.
- HOFBAUER, A. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- HOLOWATE, I. **Representações sobre a eugenia no jornal *Diário dos Campos*, 1907-1921**. Trabalho de conclusão de curso. Ponta Grossa, UEPG, 2016.
- HOLZMANN, E. **Cinco Histórias Convergentes**. Ponta Grossa: UEPG, 2004.
- JANZ JUNIOR, D. C. **A eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2012.
- LAMB, R. E. **Uma jornada civilizadora**: Imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. Curitiba: Aos quatro Ventos. 2º Ed. 1999.
- LEANDRO, J. A. **Palco e tela na modernização de Castro**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR; 1995.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História: Novos problemas**. 1. ed. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org). **Fontes Históricas**. 3º ed. São Paulo, Contexto, 2011.
- MACIEL, E. S. A Eugenia no Brasil. **Revista Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS. 1999.

- MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. **Rev. Latino-am Enfermagem**, 2006 março-abril; 14(2):251-8.
- MALDONADO, E. C. **Machado de Assis e o espiritismo: diálogos machadianos com a doutrina de Allan Kardec (1865-1896)**. Dissertação de Mestrado. Assis, UNESP, 2008.
- MARTINS, L. A. C. P. Herbert Spencer e o neolamarckismo: Um estudo de caso. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e História da Ciência no cone Sul**. 3º Encontro. Campinas: AFHIC, 2004.
- NEWMAN, H. H. **Readings in evolution, genetics, and eugenics**. Chicago, The University of Chicago Press, 1921.
- PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba, UTFPR, 1996.
- PINTO, E. A. **A população de Ponta grossa a partir dos registro civil. - 1889 -1920**. Curitiba, 1980.
- PONTES, F. S.; SILVA, G. Mídia noticiosa como material de pesquisa: Recursos para a pesquisa de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, J. A.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. (Orgs). **Pesquisa em Ciências sociais: interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa. Toda palavra, 2012.
- SALEEBY, C. W. **Parenthood and Race culture: An outline of eugenics**. New York; Moffat, Yard and Company, 1909.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, V. S. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul | dez 2008.
- STANCIK, M. A. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. **Publicatio UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**. Ponta Grossa, nº 13(1) 45-62, junho 2005.
- STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- THOMAZ, L. C. L. Puericultura: “cultivando” cidadãos mais aptos. São Paulo: **Revista Circumscribere**, v. 14 (2014): 53-62
- VIANNA O. Os typos eugenicos. **Boletim de Eugenia**. 1930; março; 2(15):3.
- WEGNER, R.; SOUZA, V. S. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde; Manguinhos**, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p. 263-288.
- ZULIAN, R. W. A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. Ponta Grossa: **Revista de História Regional**; 3(2):37-76, 1998.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

Geisimara Soares Matos\*

**Resumo:** O artigo que aqui apresentamos faz parte de minha monografia de conclusão de curso. Nela, procuramos identificar como se deu a construção da memória histórica de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900) e sua longevidade na memória histórica amazonense. A escolha desse personagem se deu devido a importância dada à sua figura no estado do Amazonas, o discurso ufanista e laudatório construído sobre ele e o silenciamento de sua negritude. A parte que aqui iremos apresentar trata da morte, velório e enterro de Eduardo Ribeiro como momentos emblemáticos para sua consolidação e consagração como herói do Amazonas, ou seja, sujeito que trouxe a modernidade para esse povo. Para isso, utilizamos basicamente de fontes jornalísticas da época a fim de entender como se deu o ritual, e mais do que isso, também entender que discursos a grande imprensa fez e apresentou a respeito deste morto e sua morte. Ao fim e ao cabo, nos deparamos com um ritual fúnebre que teve como objetivo importante a consagração de Ribeiro, fazendo isso através do enaltecimento de seus feitos, e de sua popularidade<sup>1</sup>.

**Palavras-Chave:** Eduardo Ribeiro; Consagração; Memória; Herói; Rito Fúnebre.

### Introdução

É inegável que, a partir de 1889, com o estabelecimento da República Brasileira é assinalado não apenas a inauguração de um novo regime, mas também a ascensão de grupos diferenciados aos postos de comando (LAMB, 2012, p.183). Nesse sentido, se vê um cenário com transformações e continuidades nos diversos setores da vida pública, econômica, política e social em todos os cantos do país.

---

\* Licenciada em História pela Universidade Federal do Amazonas. Contato: geisimara.soaresmatos@gmail.com.

<sup>1</sup> Apresenta considerações iniciais da pesquisa.

Este trabalho é oriundo de uma parte de minha monografia de conclusão de curso, que permeia a problemática da trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900) como governador do Amazonas sob os primeiros anos da República. Esse, apesar de ser um ponto importante para a construção da dinâmica da pesquisa, não é nosso objetivo principal, sendo assim, muito além de reconstituir sua trajetória, procuramos identificar como se deu a construção de sua memória como herói do Amazonas, tendo em vista o discurso ufanista e laudatório que se constrói sobre esse sujeito e sua longevidade na memória histórica amazonense.

Sabendo disso, as discussões aqui apresentadas giram em torno de mostrar como o ritual fúnebre e o enterro de Eduardo Gonçalves Ribeiro foram momentos importantes para reafirmar seu papel de herói do Amazonas, o homem que trouxe a modernidade para o Estado. Além disso, ao utilizarmos de fontes jornalísticas, procuramos entender que representações esse meio de comunicação apresentou a respeito de sua morte e de sua figura. Esta proposta se mostrou relevante, pois observamos a importância desse tipo de cerimônia para a consagração desse indivíduo.

Para que essas análises sejam possíveis, é necessário que resgatemos importantes considerações em torno da construção da memória. Como sabemos, são os grupos sociais que determinam o que merece ser lembrado, como será lembrado e o que será esquecido. Sendo assim, com a morte de Ribeiro, entramos nos espaços de disputa da memória de nosso personagem, que buscaremos elucidar. É importante destacar que este trabalho procura identificar, primeiramente, os discursos laudatórios sobre Eduardo Ribeiro, sendo assim, os discursos na contramão dos que utilizaremos não serão abordados no momento, já que pretendemos focar na construção do mito Eduardo Ribeiro.

Michael Pollak, no artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, reconhece o caráter potencial dos estudos da memória coletiva e as perspectivas atuais sobre esse fenômeno. Ou seja, “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 2). O autor ainda salienta que, ao se estudar memórias

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

coletivas fortemente constituídas, é necessário, primeiramente, analisar sua função. Para isso, Pollak resgata o termo “memória enquadrada” de Henry Rousso:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de diferenças associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 8)

Para ele, o trabalho de enquadramento da memória, ou seja, a análise de seus agentes e traços materiais, pode ser uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas (POLLAK, 1989, p. 10).

Entre os anos de 1920 e 1930, Maurice Halbwachs enfatiza “que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p.201).

Assim, ao propor esta pesquisa, é importante relacionar o estudo da trajetória do indivíduo a uma memória coletiva construída por meio de vivências, apropriações e experiências coletivas que se formam a partir de sua morte. Sua memória está presente em nomes de avenidas, escolas e museus de Manaus. Eduardo Ribeiro, após sua morte, que até hoje é apresentada como um mistério, passou a representar o herói, o sujeito que trouxe a modernidade para o Amazonas. Ribeiro está presente no cotidiano dos manauaras, que não se cansam de discutir sobre como se deu sua morte ou como um homem negro e nordestino tornou-se governador.

### O Morto

A trajetória de vida de Eduardo Ribeiro é um exemplo das possibilidades da nova sociedade republicana. Homem negro, nascido em São Luiz – MA em 18 de setembro de 1862, teve uma infância humilde e logo iniciou sua vida profissional. A princípio, fixou-se como ajudante de sapateiro, posteriormente, foi sacristão e ajudante de vaquejada. Apadrinhado por um político poderoso, Ribeiro pode ingressar no Liceu onde conseguiu

cursar o ensino primário e secundário, concluindo assim o curso de humanidades (ANDRADE, 1995, p. 65). Ainda no Maranhão, teve uma vida bastante ativa, pois foi fundador do Jornal *O Pensador*, juntamente com outras ilustres figuras, como a de Aluísio de Azevedo. Intitulava-se um jornal anticlerical e nele faziam críticas severas à sociedade em que viviam e, principalmente, à Igreja Católica.

Anos depois, entra para a escola militar e fixa-se no Rio de Janeiro, bacharelando-se em ciências matemáticas em 1886 (MONTEIRO, 1990, p. 12). Já promovido a 2º tenente, é enviado para Manaus em 1887. Ao desembarcar, é mandado diretamente para que se recolhesse ao batalhão por medida disciplinar, pois, durante sua passagem em Belém, havia tido alguns problemas tendo em vista sua forte adesão ao movimento republicano<sup>2</sup> (BITTENCOURT, 1973, p. 195). Em agosto de 1887, Eduardo Gonçalves Ribeiro chega a Manaus.

Já em Manaus e assumindo diversos cargos de prestígio e vivenciando vários embates partidários marcados por troca de acusações e de idas e vindas no governo do Amazonas, Eduardo Ribeiro se consolida como governador de 27 de fevereiro de 1892 a 23 de julho de 1896. Após sua saída do governo do Estado, continua no meio político, exercendo o cargo de senador. Passando por vários problemas de saúde no fim de sua vida, sua morte acontece em 14 de outubro de 1900 e é marcada por controvérsias, persistindo até hoje um mistério, o suicídio é a causa mais relatada em literatura sobre sua figura.

Observamos assim, o início da principal administração de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896). Administração esta que é conhecida pelas obras de intervenção urbana, edificações suntuosas e pela ênfase na modernidade urbana. Obras como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, reservatório do Mocó, a ponte Benjamin Constant, dentre tantos outros fatos, são registradas e conhecidas na história do Amazonas. Sobre isso, Mário Ypiranga Monteiro nos diz que “tornou-se lugar-comum admitir-se tudo quanto Manaus possui de bonito e moderno ao governador dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro”, fato que acaba por deixar à margem os feitos durante a monarquia (MONTEIRO, 1990, p. 95).

---

<sup>2</sup> Mário Ypiranga Monteiro, em sua obra *Negritude e Modernidade*, acredita que isso não fora motivo suficiente para que Eduardo Ribeiro recebesse essa medida disciplinar.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

Mas nem tudo eram flores, as lutas políticas, que aconteciam desde o estabelecimento da república, não cessaram. Diversas acusações ao seu governo aconteciam a todo o momento. Olympio Lima em Carta Aberta a Eduardo Ribeiro nos faz saber sobre algumas das acusações de que Ribeiro era alvo em jornais de oposição, ele diz:

Hontem, por exemplo, andavam a dizer:

- a) que recebestes pelo Pernambuco, duas peças de tiro rápido;
  - b) que mandastes comprar a uma ou duas lojas de ferragens 3 contos de reis em rifles;
  - c) que tendes mandado comprar no Pará, grande quantidade de armamento.
- (Diário de Notícias, 04 de abril de 1893)

Ainda nessa Carta, Olympio Lima nos informa que há boatos correndo pela cidade de que por ordem de Eduardo Ribeiro, que pessoas que não pensavam ou que não morriam de afetos por ele estava sofrendo algum tipo de represália. Olympio não acredita nas acusações que chegam a seus ouvidos e enaltece a índole de Ribeiro ao longo de seu texto.

Os boatos já corriam muito antes desta denúncia de Olympio Lima. Por ocasião de artigos publicados em jornais que eram ofensivos a imagem do governador, as primeiras censuras à imprensa foram feitas. Jornais como o *Commercio do Amazonas* e *Diario de Manaós* foram punidos já em 1892. Luciano Costa Teles, em artigo sobre jornais operários no início da República no Amazonas, nos apresenta o caso do jornal operário Gutenberg que, após passar a tecer críticas ao governo de Ribeiro, teve suas publicações suspensas.

O autor ainda nos apresenta o jornal *Operário* que, depois de também ter seus números suspensos, reaparecem fazendo críticas mais severas à administração de Ribeiro, publicando artigos que caracterizavam o governo como sendo um “terror”. Falar mal de Eduardo Ribeiro não era fácil e talvez essa seja uma outra faceta de Ribeiro que ainda é pouco explorada: seu autoritarismo em situações contrárias.

Em 1893, por uma exposição de tentativa de atentado feita por Eduardo Ribeiro, o mesmo nos faz saber sobre tentativa de conspiração contra seu mandato já em janeiro daquele ano. Após esses acontecimentos, teve início, em 26 de fevereiro de do mesmo ano, o que ficou conhecido como “A Revolução em Manaós”, em que os principais chefes do Partido Nacional aliados aos militares do 36º Batalhão de Infantaria organizaram-se para que Ribeiro

fosse deposto e que, conseqüentemente, Antônio Constantino Nery assumisse o posto. O acontecimento causou abalo na população e mortes<sup>3</sup>.

Sobre sua administração, Agnello Bittencourt é enfático: “com aquele espírito de iniciativa a realização de Eduardo Ribeiro, foi fácil, em 4 anos, transformar a grande aldeia que era Manaus, na cidade moderna que passou a ser” (BITTENCOURT, 1973, p.196). Esse é o pensamento corrente na historiografia amazonense, como também na memória da população sobre sua figura, Mário Ypiranga, apesar de enfatizar o caráter visionário de administrações anteriores, não nega a notória capacidade de trabalho que ele tinha:

Essa energia contaminadora, que o levava a estabelecer linha de navegação para o Maranhão, a mandar vir colonos e operários maranhenses, pois as obras novas exigiam mão-de-obra especializada, adjutórios extras, tantas as disponibilidades chamarizes do braço trabalhador, tantas as escavações, as paredes, os tetos, as valas, os aterros, as pontes, os desmontes, aqui, acolá (MONTEIRO, 1990, p.100).

Havia um projeto de modernização de Manaus, não há como negar, mas é importante destacar que esse plano foi possível pelo crescimento econômico que o estado passava, tendo em vista a grande arrecadação de impostos com a borracha que era exportada. Por outro lado, o Congresso apoiava Eduardo Ribeiro, fazendo com que vários de seus projetos enviados ao Congresso fossem aprovados e assim pudessem receber financiamento. Muitas dessas obras realizadas por Ribeiro concentraram-se no centro de Manaus, com o objetivo de embelezamento, como muito destacam, mas não apenas por isso, já que sabemos que o período da Belle Époque não se resumia a uma maior proeminência de uma vida artística e boemia.

Ao final de seu mandato, e com mais impasses diante de sua pessoa e de seu partido, o republicano, nas eleições de 1896, Eduardo Ribeiro é eleito para ocupar uma cadeira no senado federal como representante do Amazonas, contudo, Ribeiro não conseguiu assumir o

---

<sup>3</sup> Os acontecimentos referentes à conhecida “Revolução em Manaós” não fazem parte, não neste momento, do objetivo proposto por este trabalho. Apesar de ter sido pouco abordada na historiografia amazonense, o livro *Negritude e Modernidade* de Mário Ypiranga Monteiro, Jornais como o Amazonas de março de 1893 e exposição de tentativa de atentado feita por Eduardo Ribeiro (06 de abril de 1893) nos fazem saber com mais detalhes sobre esse acontecimento.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

cargo. Já que não possuía privilégios por conta de cargo público, continuava sobre as miras da imprensa.

Em 1898, manteve-se como líder do Partido Republicano Federal e assume o posto de presidente do Congresso Estadual e o cargo de redator do jornal *A Federação*. Ainda naquele ano, concorreu as eleições para o senado federal novamente, mas não é eleito. Os desgastes políticos estavam sendo constantes e as investidas da imprensa continuavam e seus problemas de saúde ficaram evidentes (MESQUITA, p.298).

Este personagem é lembrado no Amazonas, como o responsável por trazer a modernidade para a região norte do país, tendo em vista ter dado início à construção do grande Teatro Amazonas e até ter feito grandes melhoramentos na cidade. Ou seja, tirou o Amazonas do obscurantismo. Para além disso, sua imagem é sempre ligada às inúmeras polêmicas que norteiam sua figura, como seu possível desequilíbrio mental, seu enriquecimento ilícito, uma concubina e um filho bastardo, até culminar no mistério que a sua morte é até hoje.

### Da morte...

Eram 8 horas e 30 minutos da manhã de ante-hontem, seguiram no bond do Flores os srs Bonifácio de Almeida, Castello Branco, Tranquilino Leitão, Deometes Costa, o escrivão Nogueira, J. Feire da Silva, Major Joao Batista, J. dos Anjos do Amazonas, até a chácara Pensador. [...] Ao entrar na habitação opulenta do dr Eduardo, uma nuvem de tristeza "passou por todos os semblantes. Todos sofriam naquele momento a saudade do amigo, do chefe querido que partira. (Jornal O Amazonas, 17 de outubro de 1900)

Quando o ex-governador do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro morreu em 14 de outubro de 1900 em sua casa, a Chácara Pensador, já era tratado como herói por grande parte da população amazonense. Na ocasião descrita acima, o juiz iria fazer o arrolamento dos pertences deixados por Ribeiro.

Sua situação clínica já não estava indo bem, e isso anunciava tempos difíceis para *O Pensador*<sup>4</sup>. Durante o primeiro semestre do ano de 1900, publicações de mensagens em jornais, como *A Federação*, nos mostram ora a sua piora, como posteriormente a sua melhora. Sem dúvidas, Eduardo Ribeiro esforçava-se em se tratar, tendo em vista sua insistente busca por tratamentos no exterior<sup>5</sup>, como exemplifica a nota abaixo:

Restabelecido dos sofrimentos, que determinaram sua viagem à Europa, s. exe. Volta ao seio dos seus amigos, que ansiosos o esperam, cheio de vida e disposto a dedicar toda sua bôa vontade e superior intelligencia ao progresso do Amazonas, que lhe deve boas e reaes serviços (Jornal A Federação, 25 de Agosto de 1900).

Mas essas notícias já vinham acontecendo desde o final do ano de 1899. Entretanto, essas notas não nos dão conta de saber do que realmente consistia o problema de saúde de Eduardo Ribeiro, talvez por desconhecimento da gravidade da enfermidade, por total indiferença, ou ainda por tentar deixar a doença de Ribeiro fora dos holofotes, tendo em vista as polêmicas em que esteve envolvido no final de sua vida, seja na política, ou em embates constantes com o Barão de Ladario. Como podemos observar em telegrama recebido e publicado pelo o jornal *A Federação*, as informações sobre a enfermidade de Eduardo Ribeiro não nos são dadas.

[...] sabemos haver embarcado no <Olinda>, esperado aqui no dia 21, o prestimoso chefe republicano do Estado do Amazonas, dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que vem a este Estado convalescer de incommodos de saúde que o obrigam a fazer essa viagem, procurando em nosso benéfico clima o refasimento de suas forças phisicas (Jornal A Federação, 21 de novembro de 1899).

Entre idas e vindas de viagens a diversas partes do Brasil e a cidades do exterior, Ribeiro voltara do Velho Mundo em 05 de setembro de 1900, aparentemente restabelecido, segundo texto de Júlio Benevides Uchoa, divulgado por Mário Ypiranga Monteiro. Ainda segundo esse

---

<sup>4</sup> *O Pensador* faz referência ao nome dado ao jornal fundado por Eduardo Gonçalves Ribeiro juntamente com outros famosos personagens maranhenses como Pedro Freyre, Manuel de Béntheucourt e Aluísio de Azevedo, editado a partir de 1880. Este jornal de caráter altamente anticlerical, abrigava a efervescência de ideias de uma geração insatisfeita com a hipocrisia social existente. (*Negritude e Modernidade*, 1990, p. 138)

<sup>5</sup> O Jornal carioca *O Paiz* de 13 de março de 1900 também já noticiava a saída do país de Eduardo Ribeiro, para que o mesmo pudesse cuidar de sua saúde.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

texto, Eduardo Ribeiro permanecia aos cuidados de médicos e alferes da Força Pública que estavam ali para garantir que o mesmo não cometesse nenhum ato de insensatez<sup>6</sup>.

Entretanto, tantas pessoas assim não foram suficientes para evitar o fatídico acontecimento. Sua morte foi notícia nos mais variados jornais e ecoa até hoje na memória histórica amazonense como um dos maiores mistérios ocorridos no Estado. Sobre ela teceram-se os mais variados comentários, sendo o suicídio o mais aceito e divulgado até hoje.

Durante a madrugada de sua morte, segundo Júlio Benevides Uchoa (apud Monteiro, 1990, p. 47), Eduardo passara agitadíssimo, em grande estado nervoso. Até o momento em que, na madrugada do dia 13 de outubro, o enfermo tirou as correntes de sua rede, sacudiu-as e jogou-as umas nas outras. O enfermeiro que o acompanhava tirou-as de sua posse, até que Ribeiro solicitou que o mesmo trouxesse-lhe leite. Durante o curtíssimo tempo em que ficara só, pôs termo a vida:

Suicidara-se no próprio quarto de dormir, uma sala junto a varanda, com janelas para quintal e pátio. Tinha enlaçado no pescoço uma corda de mosqueteiro – uma corda de cor verde – que pendia do armador. Eduardo Ribeiro jazia com a cabeça para o lado direito, sentado no soalho, a cabeça e o tronco apoiados na parede, as pernas estendidas ao comprido, os pés ligeiramente cruzados (Jornal A Federação, 25 de Agosto de 1900).

Após sua morte, inúmeras polêmicas em torno dos médicos que cuidaram de Eduardo Ribeiro ecoaram nos jornais locais. Como exemplo disso, podemos destacar uma resposta escrita pelos médicos Carlos Grey, Miranda Leão, Jorge de Moraes e Antonio de Carvalho Palhamo ao Jornal *Commercio do Amazonas* em 18 outubro de 1900, onde contrapõem a nota divulgada no jornal *Amazonas Commercial*, em que Antonio de Figueiredo diz ter exercido atividades como médico de Eduardo Ribeiro até 11 de outubro, ocasião em que a comissão de sanidade assume, fazendo-o retirar a camisa de força que usava. Em contrapartida à comissão citada acima, dizia que ao realizar os exames de sanidade o ex-governador já se

---

<sup>6</sup> Trecho de trabalho do professor Júlio Benevides Uchoa, apresentado por Mário Ypiranga Monteiro em seu livro *Negritude e Modernidade* (1990). Monteiro não nos fornece maiores detalhes quanto à origem dessa sua publicação. (p.47)

encontrava sem o devido equipamento (Jornal Commercio do Amazonas, 18 de outubro de 1900).

Pairava uma aura de mistério sobre Manaus, diversos jornais publicavam notícias que deixavam em dúvida as circunstâncias em que a morte havia acontecido. Tendo em vista a posição do corpo, questionava-se se havia sido suicídio ou homicídio<sup>7</sup>. Discursos em torno de sua morte continuaram a ser tecidos mesmo muito depois de sua morte. O Jornal *Quo Vadis?*, em nota sobre a passagem de três anos da morte de Ribeiro, deixa explícita a possibilidade de ter sido assassinato.

“Se são reaes os boatos, que Deus dê paz à sua alma e remorsos ao seu assassinos, que não podiam ser outros se não aquelles que o cercavam, que ele havia levantado da lama e nos quaes dava o nome de amigos” (Jornal Quo Vadis? 12 de dezembro de 1903)

Diversos autores que estudaram a figura de Eduardo Ribeiro também enfatizaram as condições misteriosas em que fora encontrado morto<sup>8</sup>. Mário Ypiranga Monteiro, que escreveu uma das obras memorialistas mais conhecidas sobre ele, coloca alguns questionamentos ao desconfiar do laudo médico que indicava asfixia por estrangulamento. Para ele, a corda de mosqueteiro e a roldana pequena não poderiam sustentar um corpo. Ainda sobre isso, Monteiro afirma que:

“[...] um médico italiano que vinha acompanhando o doente, estranhou aquela cena tão pouco revestida de naturalidade, chegando ao clímax de suspeita de homicídio, de assassinato! Para escurecer ainda mais o episódio trágico, o processo sumira da polícia!” (MONTEIRO, 1990, p. 48)<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Sobre a morte de Ribeiro, Mário Ypiranga Monteiro nos apresenta ainda duas versões sobre a morte misteriosa. Uma das mais antigas diz respeito ao seu envenenamento através de um charuto. Outra versão diz que seu assassinato havia sido encomendado pelo barão de Santa-Anna Nery. Uma terceira diz que teria sido envenenado com ervas trazidas de Santarém. Ainda sobre isso Monteiro propõe que era “preciso liquidar o negro”. (Negritude e Modernidade, p. 83)

<sup>8</sup> Nomes como Agnello Bittencourt (1973), Moacir Andrade (1995), Robério Braga (2011), Antonio Loureiro (2004) apontam os mistérios sobre esse acontecimento, este último traça algumas hipóteses contrárias a notícia de suicídio, mas que não cabem neste momento no trabalho por deixar lacunas quanto as referências em seu texto.

<sup>9</sup> Nas páginas seguintes de seu livro, Monteiro trata a morte de Eduardo Ribeiro como crime e aponta que o fato de documentação pessoal do ex-governador ter desaparecido é explicado por um “silêncio imposto pelos interessados em apagar os vestígios do crime”. p. 50.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

Como podemos observar, a notícia da morte do ex-governador causou um grande abalo na vida cotidiana da cidade, como também propiciou um grande debate em torno dos acontecimentos. Não nos interessa, ao menos neste momento, desvendar o mistério que paira há mais de 100 anos na história do Amazonas, o que nos interessa mais detidamente é a construção da mitologia em torno desta figura.

Sabemos que a morte faz surgir inúmeras questões em torno da memória, tanto individual quanto coletiva. Mesmo tendo morrido em um momento de extremo embate político e em circunstâncias de grande fragilidade física e mental o povo amazonense faria sua homenagem. Vamos acompanhar agora o evento de despedida a Eduardo Ribeiro a fim de identificar os atores da cerimônia fúnebre, como também seus interesses simbólicos na consagração de Ribeiro.

### Entre a morte e o túmulo

A prova substantiva de que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro era estimado pelo povo de Manaus está no ato de seu enterro. Foi uma apoteose, [...] (MONTEIRO, 1990, p.51)

Durante a Primeira República, os funerais dos grandes homens eram ritualmente apoteóticos. Sendo assim, não seria diferente com o ex-governador Eduardo Ribeiro como bem adjectivou Mário Ypiranga na citação acima. Luigi Bonofé, ao estudar os detalhes do enterro e funeral de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro, nos mostra que esse tipo de ritual fúnebre pode ser um exemplo representativo de práticas cívicas naquela época (BONAFÉ, 2008, p.82).

Bonafé ainda nos mostra outros contextos, no Brasil e no mundo, que objetivaram promover festas cívicas. Sendo assim, volta à França do Antigo Regime, mais especificamente ao reinado de Luís XIV, reinado este que contava com um “departamento de glória”, que tinha como intuito glorificar a imagem do rei, cujo emblema mais conhecido hoje é o de Rei Sol. Avançando um pouco no tempo e voltando para o Brasil, durante o Segundo Reinado, o autor nos mostra Dom Pedro II tomando parte, pessoalmente, de algumas instituições, a fim de

promover uma glorificação da Monarquia. Ainda sobre isso, destaca que as festas imperiais funcionavam como estratégia de afirmação da realeza (BONAFÉ, 2008, p. 83-84).

Apesar de destacar a profusão desses rituais cívicos, o autor alerta que, durante a Primeira República, não houve um projeto bem arquitetado de glorificação de heróis nacionais, como os que aconteceram em períodos anteriores. Mas, apesar disso, o autor afirma a importância de destacar a grande quantidade desse tipo de operação simbólica, pois oferece a possibilidade “de investigar a sociedade brasileira e, em especial, as tentativas de legitimação da República” (BONAFÉ, 2008, p. 85).

A recorrência desse tipo de ritual é citada por João Felipe Gonçalves (2000), que relaciona, em seu trabalho, vários funerais ocorridos no Rio de Janeiro e que tiveram um caráter simbólico bem evidenciado como: Rodrigues Alves (1921), Euclides da Cunha (1909), Machado de Assis (1908), Afonso Pena (1909), Joaquim Nabuco (1910), entre outros. Como podemos observar, “notadamente homens de letras e políticos” eram “celebrados no momento de sua morte” (GONÇALVES, 2000, p.148).

Apesar deste trabalho não ter como objetivo analisar as funções dos rituais cívicos para a consolidação da República brasileira, acredita-se que é importante destacar para nossos leitores a importância desse tipo de prática ao longo do período analisado. O objetivo desta parte do trabalho não é apresentar como Eduardo Ribeiro foi consagrado herói no momento de sua morte, mas sim, apresentar este momento como um caso específico capaz de revelar um dos momentos significativos de sua consagração como herói.

### **O Roteiro<sup>10</sup>**

Eram 6 horas da manhã quando a notícia da morte de Eduardo Gonçalves Ribeiro começou a correr pela cidade de Manaus. Imediatamente começou a romaria para a residência do morto, sendo os primeiros a chegar, o Dr. Alvares Pereira, o major Silva Serra e Euclides Nazareth, assim como tantos outros amigos de Ribeiro.

---

<sup>10</sup> As informações que compõem o roteiro funerário de Eduardo Ribeiro, e que será apresentado a partir de agora, foram retirados da edição especial do Jornal A Federação, em homenagem à memória do ex-governador, de 18 de outubro de 1900.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

Posteriormente, chegaram à chácara o senhor coronel Affonso de Carvalho, acompanhado de uma junta composta por Alfredo Araujo, Carlos Grey, Miranda Leão, Clementino Ramos. Esteve presente também o subprefeito de segurança, Castor de Araujo, podendo-se assim iniciar o procedimento de interrogatório aos enfermeiros e o exame de corpo de delito, este que diagnosticou o estrangulamento por asfixia.

Depois de findada as formalidades legais, o corpo do morto foi colocado no sofá e ali foi vestido com um terno preto de casaca e calçado com botinas de verniz. Em seguida, transportaram o corpo para uma cama, montada para a ocasião, em sua alcova, lugar onde aconteceu a tragédia. Enquanto tudo isso acontecia, ia chegando à residência de Ribeiro vários de seus amigos e admiradores, seja a pé ou em bondes elétricos. O jornal *O Amazonas* de 16 de outubro de 1900 nos faz saber que o Congresso do Estado, o Diretório do Partido Republicano e a Redação do jornal *Commercio do Amazonas* fizeram distribuir boletins que falavam sobre o ocorrido e que faziam o convite para o enterro. Sem dúvidas seria um evento importante.

Às três e meia da tarde chega o caixão fúnebre, onde prontamente o corpo foi colocado. Sob uma pequena eça<sup>11</sup> na sala de visitas, o cadáver foi colocado e ali conservado até a hora de saída. Por volta das cinco horas da tarde, o monsenhor Coutinho chegou à residência acompanhado por quatro padres agostinianos, foi feita, então, a encomendação do corpo. Segundo o jornal *A Federação*, a cerimônia causou grande comoção e lágrimas nos presentes.

Teve lugar, às cinco horas e 20 minutos, o saimento do corpo. Levantaram o caixão e carregaram até o coche fúnebre, os senhores Affonso de Carvalho, doutor Alvares Pereira, o desembargador Lisboa, coronel Pinheiro e doutor Pofírio Nogueira, sendo substituídos posteriormente por Joaquim Catramby, Joaquim Teixeira, o desembargador Sindulpho Santiago, o capitão Pedro de Souza e o major Anízio Teixeira.

O governo do Amazonas colocou à disposição 11 bondes, todos lotados, e que deixaram os passageiros ao lado do cemitério. Além disso, vários carros de praça foram mandados para

---

<sup>11</sup> Nome do estrado onde se colocavam os caixões para os corpos serem velados.

acompanhar o enterro. O préstito chegou ao cemitério São João Batista às 6 horas da tarde, onde já se encontrava muitos amigos e admiradores. Tendo em vista a grande quantidade de pessoas, o desfile do cortejo da capela até a sepultura foi feito com muita demora.

Ao chegar o coche fúnebre, a força policial fez as devidas continências. Tirado o caixão, foi o mesmo levado até a frente do cemitério por figuras como Uchôa Rodrigues, doutor Alvares Pereira e o desembargador Lisboa. Depois de depositado sobre a erva o caixão, foi feita novamente a encomendação do corpo pelo monsenhor Coutinho. Concluída a cerimônia, o corpo foi levado para a sepultura, tendo orado, antes disso, os senhores Porfírio Nogueira pelo Estado do Amazonas e pelo governador, João Barreto em nome do *Amazonas Commercial*, Annibal Mascarenhas pelo jornal A Federação, J. dos Anjos pela classe operária, Alberto Leal pela Colônia Portuguesa e, em último lugar, o coronel Affonso de Carvalho pelo Congresso Amazonense e Partido Republicano Federal.

As homenagens ao morto não se deram apenas durante a cerimônia e cortejo. Inúmeras coroas de flores foram enviadas dos mais diversos endereços de figuras ou entidades importantes do Estado do Amazonas. Vários consulados, edifícios públicos, redações de jornais hastearam suas bandeiras em funeral. Além disso, uma comissão foi reunida, no escritório do *Commercio do Amazonas*, afim de tratar a respeito de monumento a ser erguido em memória de Ribeiro.

Essa rápida etnografia do funeral de Eduardo Ribeiro já nos indica algumas informações pertinentes quanto ao seu valor simbólico para a construção de sua memória local. Ao analisar funerais de personagens importantes da história da elite carioca, durante a República Velha, João Felipe Gonçalves aponta algumas características em comum em boa parte deles: “Longos cortejos com uma rígida ordem hierárquica, a assistência de numerosos populares e a participação de autoridades e pessoas de destaque da mais elevada elite carioca [...]” (GONÇALVES, 2000, p.149).

Como bem podemos observar na análise feita por Gonçalves, algumas dessas características acima elencadas nos fazem remeter ao funeral do personagem aqui analisado. Primeiro, é importante destacar, o fato dos jornais e de obras biográficas pesquisadas

**O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro**

afirmarem enfaticamente a presença popular no funeral de Eduardo Ribeiro. Segundo o Jornal O Amazonas de 16 de outubro de 1900, o povo, que disputava um lugar para se despedir, representava todas as classes sociais.

Enfatizar a presença massiva da população no espetáculo do enterro servia para um único objetivo: atestar a popularidade do herói. Sabendo disso, sem dúvidas podemos apontar o papel primordial do povo no processo de heroificação deste personagem. E, como bem evidencia Pierre Bourdieu, é no “campo do político que o uso do ‘povo’ e do ‘popular’ é mais diretamente rentável” (BOURDIEU, 2004, p.184).

Se há um povo, certamente existe uma elite. Eduardo Ribeiro estava sempre acompanhado de pessoas importantes, tendo em vista sua aclamada e conturbada vida política, e não seria diferente na hora de sua morte até o seu sepultamento. Como bem nos é mostrado na descrição de seu rito fúnebre, grandes personalidades da política amazonense fizeram-se presentes para fazer sua homenagem. Embora não tenhamos acesso aos discursos ou orações proferidas por essas personalidades, podemos inferir que nesses momentos residiram os laudatórios discursos fúnebres. Sobre isso, Gonçalves nos diz:

Os funerais eram grande ocasião para a ostentação da verbosidade complicada e do vocabulário difícil, grandes símbolos de superioridade social. Os discursos eram tão numerosos quanto longos, e visavam explicitamente à imortalização do “preclaro morto” e ao seu ingresso no panteão da nação (GONÇALVES, 2000, p.150).

Ainda sobre esse aspecto, o autor desenvolve a tese de que esses funerais funcionavam como desfiles da elite para o povo. Assim, os rituais fúnebres “eram uma demonstração pública e teatral do mundo das letras e do poder político, dois dos maiores símbolos da elite de então. Sua firme associação simbólica e ritual com poderes militares apenas salientava o caráter de reforço das hierarquias” (GONÇALVES, 2000, p. 153). Ou seja, o fato dessas camadas sociais tão opostas estarem juntas nesse tipo de cerimônia, só servia para reforçar a ideia de hierarquia e diferença entre elas.

Outra dinâmica para ser apontada nessa discussão são as entidades que enviaram representantes ao funeral de Ribeiro como: o *Jornal Commercio do Amazonas*, o *A Federação* e

o *Gremio Dramatico Taborda* ou tantos outros que hastearam bandeiras em funeral, mandaram telegramas em comoção ou coroas de flores para o velório. Isso nos indica, mais do que sua popularidade, “a diversidade de valores simbólicos atribuídas à figura do ilustre morto” (BONAFÉ, 2008, p. 101). Para além de significar a pessoa que trouxera a “modernidade” para o Amazonas, representava a República e o lugar de prestígio que essas entidades queriam estar ou continuar.

### O defunto nos jornais

Saindo da dimensão ritualística propriamente dita, entramos na dimensão cognitiva e discursiva da morte e do funeral analisado. Isso nos leva a perguntar quais foram os discursos construídos pelos artigos jornalísticos sobre esse evento? Ou seja, que ideias e valores eram suscitados, nesse tipo de veículo, a respeito da morte de Eduardo Ribeiro?

Como sabemos, todo regime político busca criar um panteão cívico e enaltecer figuras que possam servir de modelo para toda uma comunidade e, sendo assim, não seria diferente com a República. Apesar de nos referirmos a heróis, que são figuras mitológicas por excelência, nos tempos modernos eles são pessoas reais, como nos alerta José Murilo de Carvalho em seu *A Formação das Almas* (1990). Sabendo disso, a importância de analisar o papel da imprensa, no que tange a “heroificação”, é importantíssimo.

Selecionamos dois jornais que produziram por ocasião da morte de Ribeiro, edição especial sobre o mesmo. O primeiro, e que nos deu suporte para entender o roteiro do velório e enterro do ex-governador é o *A Federação* de 18 de outubro de 1900, que tece, em várias páginas, homenagem à sua memória. O outro jornal que dedicou edição especial em homenagem a Ribeiro é o *A Escola* de 13 de novembro de 1900. É importante destacar que inúmeros outros jornais fizeram suas homenagens a Eduardo Ribeiro, sempre com notas de pesar e destacando suas características positivas. Entretanto, escolhemos essas duas edições, de jornais diferentes, primeiro por terem dedicado mais páginas, no caso uma edição, para comentar a morte da nossa personagem e, segundo porque, acreditamos que eles demonstram o papel central da imprensa na construção da memória desta personagem.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

A imprensa Amazonense debruçou-se em noticiar a morte e o séquito que acompanhava este “querido cidadão”. O jornal *A Federação* de 18 de outubro de 1900 dedica uma “Homenagem à memória do preclaro Chefe do Partido Republicano Federal do Amazonas e fundador d’ A Federação”. Sem dúvidas este acontecimento não poderia passar despercebido. Como tratamos aqui do período de surgimento e consolidação da República brasileira, é inevitável que um jornal republicano como este não começasse sua homenagem enaltecendo o novo regime, este, tão caro a Eduardo Ribeiro, como também enfatizando a importância de grandes homens para a consolidação desse regime:

Não quis a providencia, no entanto, que a obra de Benjamin e Deodoro tivesse a triste história da conjuração Mineira ou da **Revolução** Pernambucana, e se lhe faltava o entusiasmo popular pela escassez de instrução do povo, conservado em trevas pela conveniências monarcas, permitto que se abrassem de zello por ella alguns grandes espíritos, cuja função seria revelar ao povo a grandeza do novo regime [...] (*A Federação*, 18 de outubro de 1900)

E, claro, Eduardo Gonçalves Ribeiro era um desses grandes espíritos, como bem explicitado em um parágrafo posterior: “Ora, o grande cidadão que levamos ao túmulo no domingo ultimo era um desses fronteiros, emissário da ideia nova n’esta região da Patria, defensor entusiasta dos princípios que Benjamin apostolara e pelos quais Floriano morrera.” A legitimação da República brasileira não poderia ser feita a partir do discurso, já que este era inacessível ao público com menor nível de educação. Isso teria de ser feito através de sinais universais, símbolos e, claro, mitos. Carvalho nos diz que para a consolidação e legitimação de um novo regime político, o imaginário é parte importante. Assim, é por meio do imaginário que se pode atingir além da cabeça, o coração, ou seja, os medos e aspirações de um povo (CARVALHO, 1990, p. 10).

Sem dúvidas, Eduardo Ribeiro era herói, mas um herói de carne e osso, que “apezar dos preconceitos<sup>12</sup> arraigados e de continuo choque de espirito de rotina e pelo apego a

---

<sup>12</sup> Aqui, o jornal refere-se a cor da pele de Eduardo Ribeiro. Isso nos mostra que mesmo sendo negro, o que na época configurava como um empecilho ainda maior que hoje para a ascensão social, o mesmo conseguiu superar essa suposta “dificuldade”.

instituições destruidoras”; o mesmo conseguiu fazer com que o Amazonas compreendesse “que a republica era sua salvaguarda e sua força nas jornadas a commetter ou nas luctas a ferir para a conquista do progresso” (*A Federação*, 18 de outubro de 1900).

O jornal caracteriza a grande obra de Ribeiro a partir de duas características diferentes: o político e o administrativo. Este primeiro se cumpriu, pois não se fez às custas da ignorância, mas sim por sua poderosa inteligência e que mesmo sendo odiado por diversas pessoas conseguiu firma-se no coração do povo amazonense. Já como administrador configurava-se como protetor supremo desta região, pois este não era apenas um ilustre republicano, mas um homem dedicado e de bom espírito. É o que nos diz Aníbal Mascarenhas sobre o Pensador.

Essa edição do jornal conta com a participação de ilustres figuras do Amazonas, que tecem considerações sobre a figura tanto pessoal quanto política de nosso personagem. Entre eles temos: João Leda, Ludovico Lins, Mariano Leda, João Diaz Lopez, Flavio Teixeira, entre tantos outros. João Leda compara sua trajetória a de Lincoln e William Pitt e diz que apesar de não poder igualá-los, diz que a grande obra de Ribeiro foi também opulenta e extraordinária. João Leda ainda destaca que, de um Amazonas obscuro, tido como pátria selvagem, Eduardo Ribeiro, em seu grande espírito havia feito brilhar.

Apesar de ser pouco recorrente nos discurso ufanista e laudatório sobre Eduardo Ribeiro, o tema de seu possível desequilíbrio mental é colocado nessas homenagens póstumas. Sua loucura é colocada por Mariano Leda de forma bastante passiva, como se o suicídio fosse esperado tendo em vista o mesmo ser considerado incapaz diante dos perigos de sua doença. O *Amazonas Commercial*, em nota publicada no jornal *A Federação*, nos mostra que: “resultante da própria moléstia, consequente do próprio estado mórbido de Eduardo Ribeiro, cuja exaltação mental se fazia insistente por vezes, o suicídio não seria impossível [...]” Para eles, a morte acabou com o sofrimento do ilustre ex-governador. Ou seja, o discurso de seu corpo louco, aqui, em nenhum momento desqualifica o homem que Ribeiro foi um dia.

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

Isso nos demonstra outra faceta simbólica e discursiva sobre o seu desequilíbrio mental, que culminou em seu suicídio. Os relatos nos jornais e até mesmo na escrita memorialística sobre isso, envolve-se a morte de Ribeiro em uma esfera mágica, heroica, de fascinação. Carregados de dramatismo, esses relatos nos levam a crer na magia de um suicídio heroico, onde Ribeiro, acometido por uma doença mental, talvez acarretada por sua conturbada vida política só poderia ter um fim com a morte.

Muitas dessas notas a respeito da morte de Ribeiro e da pessoa que teria sido em vida, enfatizam que o mesmo sempre esteve envolto de pessoas queridas, que se preocupavam com seu bem estar, mesmo que estivesse em más condições físicas. Entretanto, Mário Ypiranga Monteiro (1990, p.43), em obra já citada, nos apresenta um Eduardo Ribeiro diferente, politicamente infeliz depois de deixar o governo. No fim de sua vida, conta o mesmo, ele encontrava-se “abandonado por amigos e detestado pelos inimigos, deveria refugiar-se na mais humilhante das posições, se é que já não estava desde muito em situação de não poder conter-se”.

Era unânime dentre todos esses senhores a dedicação de Eduardo Ribeiro ao Estado do Amazonas, sua inteligência e amor que dedicou a esta região que o acolheu tão bem, tendo dedicado sua existência a perpetuar os princípios de republicanismo. Seu patriotismo é inúmeras vezes destacada, como característica fundamental para a construção da nação e prosperidade do Amazonas.

O outro jornal que dedicou um número em homenagem a Eduardo Ribeiro foi o *A Escola*, órgão do Colégio 15 de novembro. O número 6 do periódico, de 13 de novembro de 1900 não fugia dos inúmeros superlativos e elogios proferidos à figura do Pensador. O ilustre morto, agora, protegeria a juventude do Amazonas que venerava sua memória. Ribeiro não era um morto qualquer, sua memória deveria ser extensa e nem mesmo as extensas críticas que destruiria a posteridade, que lembraria dele como bom cidadão.

Diferentemente do *A Federação*, que deu grande destaque à figura política de Ribeiro e sua importância para o cenário republicano que crescia em todo Brasil, o jornal agora aqui analisado, era escrito por estudantes. Alguns deles, saídos da sombra de sua intimidade para

prestarem sua última homenagem ao ex-governador, enfatizaram a obra de Eduardo Ribeiro no que tange à modernização da cidade. Ou seja, sua multiplicidade de ações possibilitou a prosperidade desta terra, sobre isso nos diz que: “A sua prodigiosa actividade desdobrou-se, multiplicou-se, e, em estreita aliança com seu gênio empreendedor, attendem a tudo, n’um espaço de tempo diminuto. [...]” (A Escola, 13 de novembro de 1900).

### Considerações finais

As discussões aqui levantadas, mesmo que de forma inicial, dão vista a pensarmos questões em torno da memória. Sendo assim, procuramos acompanhar de perto o evento de morte e enterro de nosso personagem a fim de identificar na cerimônia fúnebre as simbologias que marcaram a consagração de Eduardo Ribeiro. A escolha de estudar essa personagem vem de encontro a questionamentos sobre sua trajetória, sua consagração como herói do Amazonas e a longevidade do discurso ufanista e laudatório construído sobre esse sujeito. O rito fúnebre aqui é entendido como momento emblemático para heroificar Ribeiro.

Como podemos observar com as descrições durante o artigo sobre a morte, enterro e homenagens a Eduardo Gonçalves Ribeiro, os atos solenes e de reverência ao morto precisavam ser publicitados. Embora saibamos que os espaços de sociabilidade em que Ribeiro estava envolvido havia rivalidade e que há um discurso na contramão do que releva essas passagens de conteúdo ufanista e laudatório sobre ele, no momento o estudo procura fazer um apurado da construção do Eduardo Ribeiro como herói, como também sua longevidade na memória histórica amazonense.

Sendo assim, observamos que antes de morrer, Ribeiro já era alguém querido por boa parte da população amazonense, com isso, a comoção pública e a simbologia que envolvia sua morte é totalmente compreensível. O processo ritual que envolveu seu velório e o seu enterro, como as construções do discurso envolvendo em que circunstâncias haviam acontecido sua morte, evidencia que Eduardo Ribeiro precisava ser lembrado e muito mais

## O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro

do que isso, que seus feitos como governador do Amazonas deveriam ser enaltecidos, e que a morte não seria o fim de sua memória e seus feitos.

Os atores envolvidos no ritual fúnebre, em sua maioria políticos importantes e jornalistas de grandes jornais em Manaus dão conta de transformar o ritual em ato político e em marcar a grandiosidade do evento e do morto. O povo, também presente, é sempre lembrado nas descrições do evento, sempre evidenciando a quantidade de pessoas que fizeram questão de se despedir de Ribeiro, afinal, era fundamental, se estamos falando em consagrar heróis e uma memória, que nossa personagem fosse popular.

Sem dúvidas, a República não se fez apenas pelas leis.

### Referências bibliográficas

- ABREU, R. **A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro. Rocco: Lapa, 1996.
- AVELAR, A. S. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões.** Revista Dimensões, vol.24, 2010, p. 157-172.
- AZEVEDO, E. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.** / Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.
- BITTENCOURT, A. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado.** Rio de Janeiro, Conquistas, 1973, 520 p.
- BONAFÉ, L. **Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.
- BORGES, V. P. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas.** - 2. ed. 1ª impressão – São Paulo: Contexto, 2008.
- BOURDIEU, P. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe [1970]. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 183-202.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** 4ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 183-191.
- BRAGA, R. S. P. **Eduardo Ribeiro: Vida e Obra.** Manaus: Academia Amazonense de Letras. 2011.
- BURKE, P. História como memória social. In: \_\_\_\_\_. **Variedades de História Cultural.** Tradução de Alda Porto. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

- COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** – 8ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.
- DOSSE, F. Uma História Social da Memória. In: \_\_\_\_\_. **A história.** Tradução Roberto Leal Ferreira. 1. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- ENDERS, A. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FERREIRA, S. M. P. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha: 1889-1914.** Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 228 p.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRINBERG, K. **O fiador dos brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. In: **Estudos Históricos.** vol. 14, nº 25, p. 135-161, 2000.
- LAMB, N. E. Figurações do passado: heroicidade e nacionalismo na virada do século XIX para o XX. **Revista Maracanã,** 8ª edição, janeiro/ dezembro 2012. p. 183-205.
- LESSA, R. **A invenção republicana.** Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LORIGA, S. **O pequeno X: da biografia à história / tradução Fernando Scheibe** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. – (Coleção História e Historiografia / coordenação Eliana De Freitas Dutra, 6)
- LOUREIRO, A. J. S. **História da medicina e das doenças no Amazonas.** Manaus. Impresso nas oficinas da Gráfica Lorena, 2004.
- MALATIAN, T. M. **A Biografia e a História.** Cadernos Cedem. Vol. I. Nº I (2008).
- MARTINS, E. C. R. O enigma do passado: construção social da memória histórica. In: **Textos de História,** vol. 15, nº 1/2, 2007.
- MESQUITA, O. M. **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900).** Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- MONTEIRO, M. Y. **Negritude e Modernidade.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990.
- MUSIEDLAK, D. Biografia e História. Reflexões Metodológicas. In: **Revista Esboços,** nº 15. UFSC. pp. 103-109.

**O Amazonas de Luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro**

NETO, J. R. T. **A república no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896)** – Manaus: UFAM/ Instituto de Ciências Humanas e Letras. Dissertação (Mestrado em História Social), 2011.

NORA, P. Entre memória e história. In: **Projeto História**, São Paulo (10), dez. 1993. pp. 07-28.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 03-15.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Itatiaia. 1989.

REMOND, R. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

RICON, L. C. C. O retorno das biografias através de um prisma problematizado ou ultrapassando os limites da solidão. **Revista Poder & Cultura**. Ano I. Vol. I. Março 2014 / [www.poderecultura.com](http://www.poderecultura.com).

SILVA, W. C. L. Biografias: construção e reconstrução da memória. In: **Revista Fronteiras**, Dourados, MS, v.11, n.20, p. 151-166, jul/dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Vida póstuma de um ilustre desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859-1944). In: **Revista Maracanan**. Vol. VIII. nº8 – Jan,/Dez 2012.

SILVA, H. **Nasce a república**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

## A concepção de “raças” impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d’Armada (1908-1918)

Moacir Silva do Nascimento\*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a concepção de raças presente na Marinha de Guerra Brasileira (MB), no período de 1908 a 1918, por meio do exame dos Livros-Registros de oficiais do Gabinete de Identificação d’Armada (GIA), localizados no Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), onde constam dados dos militares que compunham a oficialidade da MB. Através de um brevíssimo relato sobre os principais teóricos raciais brasileiros e suas percepções, podemos constatar o esteio que formava a ideologia sócio-racial predominante na sociedade brasileira, ora determinando a inferioridade das raças “não brancas”, ora sinalizando a aceitação da mestiçagem como caminho viável para a consolidação da supremacia do branco, como que por uma seleção natural. Aqui, enfatizamos o lugar central das questões raciais no Brasil, já que podiam determinar os destinos do país.

**Palavras-Chave:** Marinha de Guerra Brasileira; Oficiais; Concepção de Raças.

### Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a concepção de raças presente na Marinha de Guerra Brasileira (MB), no período de 1908 a 1918, por meio do exame dos Livros-Registros de oficiais do *Gabinete de Identificação d’Armada* (GIA), localizados no Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), onde constam dados dos militares que compunham a oficialidade da MB. Optaremos por utilizar o método de Análise de Conteúdo conceituado por Laurence Bardin (BARDIN, 1977) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” com o objetivo de “evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”; devido seu rigor

---

\* Graduando em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: moacir\_jc@yahoo.com.br.

metodológico e sua possibilidade de produzir sentidos e significados de forma multifacetados. Dessa forma, aplicaremos o método para estabelecermos unidades que, posteriormente, se configurarão em categorias; por exemplo, aquelas relacionadas às unidades semânticas de classificação de cor, fator que revela o sistema classificatório da época.

Assim, direcionamos nossa reflexão ancorada na percepção de Stuart Hall (HALL, 1992) sobre o conceito de raças quando defende como uma “categoria discursiva” que “diferencia socialmente um grupo do outro”; primeiro, para externarmos que raça é uma categoria de concepção ideológica e não científica. Em um segundo momento, destacamos que tais discursos ideológico-raciais – por mais que não tenham uma fundamentação biológica – desempenham um papel relevante na construção de uma nação e sua identidade nacional, uma vez que assumem noções culturais que articulam os quadros sociais da época. Desse modo, assumimos a perspectiva teórica da Nova História Cultural, pois segundo Roger Chartier (1990), a pesquisa histórica deve analisar as sociedades a partir de suas estruturas, onde se configuram os lugares sociais de cada grupo, demonstrando os “mecanismos que asseguram a mobilidade (ou a reprodução) social, os funcionamentos não apreendidos pelos sujeitos sociais e sobre os quais a sua acção voluntária não tem qualquer influência” (CHARTIER, 1990, p. 92).

### **A nascente intelectualidade brasileira: a gênese do racismo**

Na história do pensamento histórico-racial brasileiro, especificamente do século XIX e das primeiras décadas do século XX, existiram intelectuais que na intenção de – primeiramente, constituir uma ideia de Nação em resposta às previsões pessimistas e negativas de teóricos europeus como Lapouge, Gobineau e Buckle – foram, também, responsáveis pela constituição de um ideal de sociedade que tinha como paradigma a sociedade europeia e como antídoto para eliminar da estrutura racial, negros e índios, a miscigenação. Tais pressupostos baseavam-se na crença que a presença dessas raças tidas como “não brancas”, era sinônima de atraso, já que se acreditava que essas populações

## A concepção de “raças” impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d’Armada (1908-1918)

tinham, na sua formação biológica, tendências sócio-morais que não contribuiriam para o progresso do Brasil. No entanto, a ideia de fusão de raças não era aceita entre os pensadores da Europa, o que levou historiadores brasileiros a buscar uma adaptação dessas teorias raciais à realidade da nova sociedade brasileira que se estabelecia (ODALIA, 1997).

No livro intitulado *Os Africanos no Brasil* (escrito entre 1890 e 1905, publicado em 1932), Raymundo Nina Rodrigues evidenciava sua concepção de que o “negro” era um problema para o Brasil. O médico e antropólogo Nina Rodrigues considerava as populações negras atrasadas moral e civicamente, e que esta “anomalia” comprometia o futuro do Brasil, tendo em vista que:

Adstrito por agora ao exame da capacidade cultural do negro brasileiro, é a este padrão da morosidade extrema em considerar-se que havemos de referir, pois, se o futuro do Brasil dependesse de chegarem os seus negros ao mesmo grau de aperfeiçoamento que os brancos, muitas vezes se poderiam transformar antes os seus destinos de povo, se é que algum dia se houvesse de realizar. Ocorre, portanto, demonstrar que de fato nessa morosidade reside o ponto fraco da civilização dos negros (RODRIGUES, 2010, p. 292).

Dessa maneira, constatamos que o pensamento de Nina Rodrigues estava alicerçado no pressuposto de que os povos africanos possuíam uma capacidade muito inferior para evoluir e de civilização, em comparação a dos brancos. Para Nina Rodrigues, a presença dos negros constituía a razão determinante para a inferioridade do povo brasileiro pois, ele entendia e apontava a “supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo” (RODRIGUES, 2010, p. 15).

Por sua vez, Francisco José de Oliveira Viana na obra *Populações Meridionais do Brasil* (1920), deixava claro sua visão sobre os elementos raciais que integravam a recém-sociedade do Brasil republicano. Para Oliveira Viana, as populações negras, mestiças e pardas representavam o que de marginal, violento e desordeiro existia no país, haja vista que:

Os grandes feudatários coloniais encontram nesses “cabras”, nesses “pardos”, nesses “curibocas”, nesses “mamelucos” e mais “variedade de gente que há por aquele sertão”, na frase de Miguel Pereira, os combatentes ideais, os soldados por excelência para o seu pequeno exército dominical. O luso, o peninsular puro, não serve para esse mister de capanga, rude e pouco

honrado. Os seus hábitos laboriosos, a sua honestidade fundamental, a sua índole morigerada e branda, o tornam incompatível com as ações habituais da capangagem. Com o mestiço, o caso é diverso. O mestiço inferior, que é o mais numeroso, talha-se maravilhosamente à feição dessas necessidades; sem repugnâncias intempestivas, ou fraquezas inoportunas, ele pode ser, ora o homem da horda, que ataca, afronta, agride, ora o sicário isolado, que assassina por paga e de ânimo frio (VIANA, 2005, p. 252).

Como podemos perceber a concepção desse intelectual era a de que todas as gentes negras e oriundas da reunião das raças existentes no Brasil possuíam aspectos desagregadores, agressivos e imorais inatos às suas naturezas. Portanto, sinalizavam um grande problema na composição de uma sociedade que se pretendia ascender ao patamar daquelas tidas como superiores, as europeias. Nesta direção, Oliveira Viana acreditava que os mestiços provenientes de duas raças distintas, depois de certo tempo, estavam sujeitos a um movimento de retomada de aspectos de um dos tipos étnicos geradores. Assim, afirmava que “os retornos têm, em geral, um caráter degenerescente: o elemento inferior é que reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior” (VIANA, 2005, p. 173). Dada a enorme repercussão social de afirmações como essas e o grande protagonismo de Oliveira Viana no cenário político-nacional brasileiro durante décadas, fica evidente a razão da predominância nas estruturas socioculturais do Brasil os conceitos relativos à ideia de raças.

Por outro lado, um teórico racial que se diferenciou desses discursos contra a mestiçagem, mas que jamais abriu mão do determinismo racial foi Silvio Romero. Na Faculdade de Direito de Recife, após os anos 70 do século XIX, Romero se destacou por defender a figura do mestiço como sinal de triunfo da raça branca no país. Seu pensamento defendia que:

[...] na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. É conhecida, por isso, a proverbial tendência do pardo, do mulato em geral, a fazer-se passar por branco, quando sua cor pode iludir (ROMERO, 1949, p. 21).

Assim, Romero se afastava dos modelos teóricos que defendiam a predominância de uma raça pura, para pensar a questão racial a partir de uma realidade híbrida e mestiça que

### A concepção de “raças” impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d’Armada (1908-1918)

era o caso brasileiro. Usando a expressão de Lilia Moritz Schwarcz, Silvio Romero pensava em definir uma “viabilidade nacional”. Como não existia uma etnia predominante no Brasil, esse intelectual optou por defender a mestiçagem como saída para a consolidação da supremacia da “raça branca”, forte e de caráter biológico dominante, portanto vitoriosa na estrutura racial.

Diante desse brevíssimo relato sobre os principais teóricos raciais brasileiros e suas percepções, podemos constatar o esteio que formava a ideologia sócio-racial predominante na sociedade brasileira, ora determinando a inferioridade das raças “não brancas”, ora sinalizando a aceitação da mestiçagem como caminho viável para a consolidação da supremacia do branco, como que por uma seleção natural. Aqui, enfatizamos o lugar central das questões raciais no Brasil, já que podiam determinar os destinos do país. Para isso, basta explicitarmos que, nas principais instituições de irradiação das concepções que amalgamavam ideologias e modelos de interpretação da realidade social, especialmente a partir da década de 70 dos oitocentos, assimilaram com grande aceitação as teorias raciais da Europa, notavelmente, o ideário positivo-evolucionista (SCHWARCZ, 1993).

Somados aos pressupostos teórico-racistas que se engendraram na estrutura cultural do imaginário da sociedade brasileira, estão os “mitos fundadores” que imbricados na matriz social naturalizaram as desigualdades e determinaram a inferioridade de uns e a superioridade de outros. Marilena Chauí esclarece que foi na formação do “caráter nacional” e da “identidade nacional” que as divisões sociais foram estabelecidas, naturalizadas e assimiladas:

As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos), e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma (no caso das diferenças étnicas e de gênero), ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais (CHAUÍ, 2000, p. 90).

Isto posto, podemos afirmar que, no entendimento de Chauí, foram os traços estruturantes da sociedade brasileira que determinaram os valores de cada raça fundante e, conseqüentemente, os seus lugares sociais.

A partir da premissa teórica da Nova História Cultural que afirma que o sistema cultural, com seus códigos, crenças e atitudes, disciplina o indivíduo e o punçiona a assimilar comportamentos e conceitos, entendemos que as percepções teórico-raciais fundidas com o imaginário embrionário, inseridos ao longo do processo histórico no bojo da estrutura cultural do Brasil, formaram os quadros sociais onde negros, pardos e mestiços tem seus espaços limitados e suas possibilidades de ascensão social definida.

### **Gabinete de Identificação d'Armada: a racialidade à bordo**

Por fim, evidenciamos que ao analisarmos os Livros-Registros de oficiais do *Gabinete de Identificação d'Armada* (GIA), com a intenção de percebermos a concepção de raças presente na Marinha de Guerra Brasileira (MB), antes de tudo, faz-se necessário salientar que a MB, tanto no império como ainda nas primeiras décadas da república, foi uma instituição que dava preferência na formação de sua oficialidade às grandes famílias de proprietários de terras, da elite senhorial e aristocrática. Sobre este ponto Sérgio Buarque de Holanda nos assegura que:

Assim sendo, os que se encaminhavam para a Escola Naval vinham com frequência de famílias, não só abastadas, como poderosas ou influentes na política. Sabiam que seus filhos, além de poderem fazer um curso relativamente suave, teriam oportunidades, nas viagens e nos cruzeiros marítimos, de aprimorar a educação e as maneiras (HOLANDA, 2012, p. 296).

Desse modo, como vimos, a Força Naval formava seu quadro de oficiais por meio da cooptação das elites, uma casta formada por filhos de aristocratas e, também, de oficiais de altas patentes da própria Marinha e do Exército. Assim, as fileiras da Armada recrudesciam o seu acesso, privilegiando a nobreza. Em outras palavras, o “padrão elitista”, no dizer de José Murilo de Carvalho, foi dilatado até mesmo já na República:

Durante o período imperial, a Marinha manteve um padrão de recrutamento mais alto do que o do Exército. Podemos encontrar almirantes filhos de

## A concepção de “raças” impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d’Armada (1908-1918)

importantes políticos, como o barão de Jaceguai, de famílias nobres, como Saldanha da Gama, e filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha. No depoimento de um oficial dessa força, “a oficialidade da marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil”. Tobias Monteiro, em seu libelo contra o domínio de doutores no Brasil, escreveu em 1917 que as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em direito, medicina e engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha. O estilo aristocrático do oficial da Marinha personificou-se ao final do Império e início da República na figura de Saldanha da Gama, que tanto brilhava na Academia Naval, de que era diretor, como nos teatros e salões do Brasil e do exterior (CARVALHO, 2006, p. 19).

Com relação aos Livros-Registros, destacamos que são fichas de identificação do GIA. Este Gabinete foi criado em 1908 com o objetivo de identificar soldados navais, marinheiros, oficiais e civis assemelhados. Assim, ao Gabinete de Identificação d’Armada competia:

proceder a identificação de todos os indivíduos que se destinarem ao serviço da Marinha de guerra e fornecer [...] a individual datiloscópica e as demais informações necessárias dos desertores da Armada, a fim de serem requisitadas as capturas dos mesmos, devendo constar a identificação da filiação morfológica e exame descritivo, notas cromáticas, traços característicos, marcas e sinais particulares, cicatrizes e tatuagens na vida ordinária e anomalias congênicas, acidentais ou adquiridas, e ainda as impressões das linhas papilares das extremidades digitais [...] Ao oficial encarregado do gabinete, incumbe [...] a manutenção de estreitas relações com o Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal e com as repartições congêneres do interior...<sup>1</sup>

Segundo Sílvia Capanema P. de Almeida:

O Gabinete de Identificação da Marinha teve, no entanto, sua função ampliada para além do controle interno. A identificação iria servir também para o serviço de pensões e reservas, bem como para a constituição de documentos de identificação úteis na vida civil. Era comum que as fichas servissem para identificações posteriores, quando o ex-militar voltava ao serviço para fazer uma carteira de identidade ou antes de ter baixa ou se aposentar, anexando, muitas vezes, fotografias (ALMEIDA, 2010, p. 92).

Como podemos observar, o GIA era encarregado da identificação de todo o pessoal da MB, a fim de cumprir uma série de atividades relacionadas à carreira dos militares.

---

<sup>1</sup> Aviso 0853, 25 de fevereiro de 1908, anexo ao Relatório do Ministro da Marinha de 1908. Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Assim, elegemos estes documentos por possibilitarem a constatação de dados concernentes não só a carreira dos militares, mas também a visualização de suas características físicas e de como são classificadas, que nesse contexto, são marcas simbólicas definidoras de estratos sociais.

Para tanto, foram analisadas 500 fichas em dois Livros-Registros de oficiais. Cada livro possui 250 páginas, com a mesma quantidade para o número de identificações. Das unidades semânticas de cor presentes, foi possível constatar:

Quadro 1: Classificação de cor dos Oficiais da MB.

LIVRO-REGISTRO nº 1		
ETNIA/RAÇA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Branca	234	93,6%
"Branco corado"	3	1,2%
"Branco moreno"	5	2%
Mestiça	2	0,8%
"Mestiço moreno"	2	0,8%
Morena	3	1,2%
"Parda clara"	1	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100%</b>

Fonte: DPHDM, GIA, OF, L1, 1908.

Quadro 2: Classificação de cor dos Oficiais da MB.

LIVRO-REGISTRO nº 2		
ETNIA/RAÇA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Branca	209	83,6%
"Branco corado"	1	0,4%
"Branco moreno"	9	3,6%
Mestiça	7	2,8%
"Mestiço moreno"	2	0,8%
Morena	13	5,2%
Parda	6	2,4%
"Parda clara"	1	0,4%
Preta	2	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100%</b>

Fonte: DPHDM, GIA, OF, L2, 1908.

A partir da análise dos quadros listados anteriormente, evidenciamos que apenas 4,6% dos indivíduos identificados são classificados como "mestiços", "mestiços morenos", "pardos", "pardos claros" e "pretos". Assim, cabe ressaltar que os presentes registros perpassam um

### A concepção de “raças” impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d’Armada (1908-1918)

período que vai de 1908 até 1918, fator que demonstra uma clara desvantagem das populações mestiças e negras no processo de inserção em instituições como a Armada Brasileira.

No entanto, o que chama muito a atenção é como determinadas categorias de cor são distinguidas umas das outras. Em muitos casos em que um indivíduo foi classificado como de cor “parda” ou “mestiça”, na verdade, pela observação que realizamos das fotografias constantes das fichas de identificação, ficou notório que se tratava de um militar negro. Segundo Almeida, especificamente, o termo “pardo”, muitas vezes, era utilizado de forma pejorativa para designar não só a mestiçagem, mas também “representava uma relativização quanto à origem docativeiro” (ALMEIDA, 2010, p. 94). Vejamos as imagens, a seguir, asquaisdemonstram as contraditórias classificações:

188

## GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO D'ARMADA

Registro N. 188

<p><i>Nome</i> Gaspar José dos Santos  <i>Idade</i> 25 Anos - 11 Junho 1892 <i>Naturalidade</i> São José  <i>Pai</i> Athanazio José dos Santos <i>Mãe</i> Amélia Maria  <i>do Santos</i> <i>Profissão</i> 2º Sargento d. C. - <i>manipulação</i>  <i>17.</i> <i>Estado</i> solteiro <i>Residência</i> 14 - Junho</p> <p><i>Nota</i> 2º Sargento estado civil em Comandante d. S. J. - <i>Manoel</i></p>		<p style="text-align: center;">Filiação morfológica e exame descritivo</p> <p><i>Estatura</i> 1.70 64 <i>Tamanho</i> grande</p> <p><i>Inclinação</i> fugitiva <i>Forma</i></p> <p><i>Altura</i> grande <i>Original</i> castanho</p> <p><i>Largura</i> grande <i>Bordas</i> Superior pequena</p> <p><i>Particularidades</i> <i>Posterior</i> pequena</p> <p><i>Orelhas</i></p> <p><i>Sobrancelhas</i> pouco abrigadas <i>Dobras</i></p> <p><i>Palpebras</i> pouco abrigadas <i>Lobulo</i> adhérent</p> <p><i>Raiz</i> média <i>Tragus</i> pequeno alto</p> <p><i>Dorso</i> côncavo <i>Anti-tragus</i> abrigado</p> <p><i>Base</i> levantada <i>Particularidades</i></p> <p><i>Nariz</i></p> <p><i>Altura</i> pequena <i>Outras particularidades</i></p> <p><i>Largura</i> grande</p> <p><i>Particularidades</i> <span style="border: 1px solid red; padding: 2px;">Cór. castanho</span></p> <p><i>Tamanho</i> grande <i>Cabelos</i> castanhos</p> <p><i>Boca</i> <i>Forma</i> fechada <i>Barba</i> feita</p> <p><i>Particularidades</i> <i>Bigodes</i> pouco luzo</p> <p><i>Lábios</i> pouco espessos <i>Olhos</i> castanhos</p> <p><i>Queixo</i> em boudin <i>superiores</i> castanhos</p>	
<p style="text-align: center;">MARCAS PARTICULARES, CICATRIZES E TATUAGENS</p> <p><i>Não direita</i> Nada tem</p> <p><i>Não esquerda</i> Na sarnadura face superior de altura pharynx para abaxo existem duas cicatrizes de lepra</p> <p><i>Cabeça</i> Nada tem</p>		<p style="text-align: center;">NOTAS DIVERSAS</p>	
		<p style="text-align: center;">INDIVIDUAL DACTYLOSÓPICA</p> <p><i>Série</i> 2 2314 <i>Sequência</i> 1222</p>	
<p style="text-align: center;">HISTORICO</p> <p>Identificado em 26 de julho de 1917 trazendo a memorandun N.º 6 do Comandante da Defesa adionado do post. do Rio de Janeiro da m. data. Nada consta o seu respeito na Polícia Off. N.º 6188 a 6207 e 6237 a 6248 de 6 de Junho de 1917. Por conseguinte, tendo em 10 de Janeiro de 1918, para Dissol. a carteira de identidade n.º 1, e da mesma data da Defesa mineira da Recolem a carteira de identidade, sob N.º 6926, em 12 de Janeiro de 1918.</p>			

Figura1: Ficha de Identificação. Fonte: DPHDM, GIA, OF, L1, 1911, registro 188.

A concepção de "raças" impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d'Armada (1908-1918)

**GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO D'ARMADA**  
D'Alvarez, Embaixador

Registro Parcial N. 278

Nome <i>Santo Valente</i> Idade <i>49 anos</i> <i>18 de Junho 1873</i> Naturalidade <i>do Rio de Janeiro</i> Pai <i>Francisco Pinto Rodrigues</i> Mãe <i>Marta da Conceição Rodrigues</i> Instrução <i>de Santa Cruz 2585</i> Estado <i>brasil</i> Residência <i>Estimada Real</i> Motivo <i>Importância</i>		Filiação morfológica e exame discriptivo Estatura <i>1.66</i> Tamanho <i>Grande</i> Inclinação <i>Interna</i> Forma <i>Original</i> Altura <i>Grande</i> Bordas Superior <i>Grande</i> Largura <i>Grande</i> Posterior <i>Grande</i> Particularidades	
Marcas Particulares, Cicatrizes e Tatuagens Mão direita <i>Na medula fovea sup da ultima phalanx da 2ª e 3ª e cicatrizes em ungueal phalanx da ultima phalanx e cicatrizes</i> Mão esquerda <i>Nada</i>		ORELHAS Dobras <i>Nada</i> Lobulo <i>Advertido</i> Tragus <i>Alto</i> Anti-Tragus <i>Alto</i> Particularidades	
Cabeça <i>Nada, tem 1 toaz arredado de volta direita e esquerda, nos pontos onde se unem, em questão de dentes tem 1 phalanx igual a um</i>		Nariz Raiz <i>Grande</i> Dorsal <i>Grande</i> Bico <i>Grande</i> Particularidades	
NOMES SUPPOSTOS		Outras Particularidades Cor <i>Pard.</i> Cabelo <i>Preto</i> Barba <i>Preto</i> BOCCA Tamanho <i>Grande</i> Forma <i>Recta</i> Particularidades Labios <i>Grande</i> Queixo <i>Interno</i>	
		Olhos <i>Castanho</i> Individual Dactyloscopia Série <i>1333</i> Seção <i>2222</i>	
HISTORICO <i>Identificado em 14 Janeiro 1915. O mesmo cativeiro de 1873, em 19 de Junho 1873</i>			
		Polegar direito 	

Figura 2: Ficha de Identificação. Fonte: DPHDM, GIA, OF, L2, 1915, registro 278.

Diante do exposto, percebemos a influência das concepções teórico-raciais no modo como os indivíduos tinham sua “raça” (etnia) definida no momento de sua identificação, haja vista todos os emblemas culturais que estruturavam o pensamento ideológico naquele período. Nesse sentido, concordamos com a visão de Thomas E. Skidmore que, tratando sobre o pensamento racial após abolição, assevera que dada a realidade multiétnica do Brasil, foi necessário articular esta condição racial com a rígida estratificação social no país:

A aplicação bem-sucedida desse sistema multirracial exigia que os brasileiros desenvolvessem uma intensa sensibilidade às categorias raciais e às nuances na maneira de aplicá-las. Isso tinha como resultado uma rede instável de linhas de cor, cujas marcas podem ser vistas no volumoso folclore brasileiro sobre o mulato “pernóstico”(SKIDMORE, 2012, p. 82).

Com base nestas informações podemos apontar que, dentro da Marinha de Guerra Brasileira, havia uma concepção racial que era reflexo de um grande sistema cultural que preconizava os lugares sociais de cada grupo étnico, revelando o padrão de classificação de etnias como microcosmo de uma sociedade racista, senhorial e articuladora de um processo de branqueamento.

Nesta direção, Skidmore nos apresenta uma contribuição relevante no que tange à preferência da Armada Brasileira por brancos na composição de sua oficialidade, revelando o seguinte:

A Marinha, que tinha a reputação de só recrutar oficiais brancos, deu ensejo a numerosos incidentes. Em 1907, segundo se alegou, marinheiros negros teriam sido excluídos de uma missão naval enviada aos Estados Unidos. O governo foi acusado de tentar apresentar ao Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, como um país branco – imputação que, obviamente, tinha fundamento. Num incidente semelhante, a Marinha teria excluído marinheiros negros da guarnição do navio que recebeu a visita do presidente da Argentina, o general Roca. A Marinha já havia sofrido desfeitas raciais nos Estados Unidos: em 1905, um cruzador brasileiro ancorou em Norfolk, Virgínia, onde alguns de seus oficiais foram acusados em hotéis sob a alegação de que eram negros – uma experiência especialmente exasperada em vista da visível tentativa da Marinha de manter branca sua oficialidade (SKIDMORE, 2012, p. 91).

## A concepção de “raças” impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d’Armada (1908-1918)

### Considerações finais

Fica, assim, explícito como que os ideários racistas, fomentados ao longo dos oitocentos e primeiras décadas do século XX, determinavam as regras de seleção para compor as fileiras da oficialidade na Marinha Brasileira e que, também, expressavam os intentos do país em “branquear” sua população. Neste caso, percebemos, ao nos depararmos com as classificações de “cor”, pensamentos contraditórios presentes nos Livros-Registros do GIA, no que diz respeito à inserção dessas concepções quando se prefere aferir o termo “pardo” ou “mestiço” a um indivíduo que, pelas suas feições fenotípicas, pode ser considerado negro.

O legado da escravidão aliado ao pensamento racial no Brasil foram peças-chaves para constituição do estrato social da sociedade e, também, para a ideia de que a “raça negra” – e seus “mestiços” ou “pardos” – tivessem a imagem de decadentes. Portanto, ao se ter em mente a questão do progresso, conseqüentemente, o branqueamento surgia como fator determinante.

Em outras palavras, o que fez aparecer nos Livros-Registros as contradições nas categorias semânticas de cor, ensejando um ideário racista e segregacionista, foram as forças estruturantes da ideologia cultural dominante no Brasil da época. Assim, a estrutura cultural, que tem como um dos seus signos o racismo, moldou as formas de pensar e de agir dos indivíduos, diluindo seus códigos em diversas instituições do país e no imaginário da sociedade, como é o caso da Marinha de Guerra Brasileira.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. P. Capanema de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. In: **Revista Antíteses**, v. 3, n. esp. pp. 90-114, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 26 jul. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.
- HOLANDA, S. B. (Org). A Fonda Pretoriana. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico: Do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. t. II, v. 7.
- ODALIA, N. **As Formas do Mesmo**: ensaios sobre o pensamento histórico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- RODRIGUES, R. N. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: BVCE, 2010.
- ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br). Acesso em 25 jul. 2014.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.
- SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VIANA, O. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

Fernanda Barbosa dos Santos\*

**Resumo:** Este artigo é parte de pesquisa desenvolvida no Departamento de História da USP para investigar o aparecimento e a presença da música popular brasileira na programação de três estações de rádio paulistanas: a Sociedade Rádio Educadora, a Rádio Record e a Rádio Cruzeiro do Sul, entre os anos de 1924 e 1935. A escolha das emissoras se deu por suas especificidades: a Sociedade Rádio Educadora, pioneira, teve características mais elitistas, enquanto a Rádio Record se tornou mais rapidamente voltada para a música popular e a Cruzeiro do Sul, vinculada a uma ação empresarial. A periodização adotada inclui a primeira transmissão em São Paulo, em 1924, e os anos imediatamente posteriores à regulamentação da publicidade, em 1932. Essencial para este trabalho, a pesquisa nos acervos dos periódicos “Correio Paulistano” e “O Estado de São Paulo” foi organizada em fichas catalográficas. Também foram consultados acervos orais, bibliografia sobre música e radiofonia, documentos de cartórios, e a historiografia sobre São Paulo. O material catalogado mostra que a música popular brasileira era transmitida via rádio na cidade desde 1924, mas com menos espaço do que as canções instrumentais, eruditas e estrangeiras. Após a regulação da publicidade, em 1932, houve a profissionalização dos artistas e o aumento da presença da música brasileira nas grades horárias. Em 1935, as três emissoras transmitiam diversos programas com esse tipo de canções.

**Palavras-Chave:** Música popular brasileira; Radiofonia; Educadora; Record; Cruzeiro do Sul.

---

\* Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Contato: fernanda.barbosa.santos@usp.br.

Este artigo se desenvolveu a partir da pesquisa de iniciação científica “A presença da música popular na radiofonia paulistana (1924/1935)”, realizada entre novembro de 2013 e julho de 2015 no Departamento de História da Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor doutor José Geraldo Vinci de Moraes. O principal objetivo da investigação foi detectar o aparecimento e a presença da música popular brasileira na programação de três estações de rádio paulistas: a Sociedade Rádio Educadora, a Rádio Record e a Rádio Cruzeiro do Sul, entre os anos 1924 e 1935. O trabalho foi idealizado diante da pouca bibliografia específica sobre o tema e de uma inquietação em perceber quando e por quais motivos as emissoras passaram a transmitir os gêneros populares.

Para efeitos desta pesquisa, foi considerada como música popular brasileira aquela feita no Brasil, à época, transmitida pelas emissoras e não erudita<sup>1</sup>. A disseminação da radiodifusão em São Paulo está intrinsecamente ligada às mudanças que a cidade enfrentava nesse período, incluindo seu processo de urbanização e composição, com a chegada de imigrantes, que colaboraram para estabelecer novas relações culturais e sociais, apontando para novas formas de experiências relacionadas com o mundo moderno. A radiofonia teve papel central na construção desse universo, e a música foi fundamental na formação do imaginário radiofônico.

Se, no início, a música erudita ou de concerto tinha destaque, gradativamente os gêneros populares, ainda em formação, ocuparam seu espaço, colaborando, inclusive, para construir as especificidades e identidades de cada emissora.

---

<sup>1</sup>Embora seja possível identificar alguns elementos consensuais que permitem estabelecer um senso comum no qual se possa identificar o que seja música popular, o conceito ainda contém uma série de interpretações e polêmicas entre autores de História Social da Música e de Estudos Culturais, o que este artigo não pretende discutir. Vale, no entanto, a referência de que no período estudado por esta pesquisa o conceito ainda não tinha nem mesmo estabelecido esse “senso comum”. Mário de Andrade, por exemplo, na sua busca incessante para classificá-la, ofereceu interpretações diferentes (Ver PÉREZ GONZÁLEZ, Juliana. “Da música folclórica à música mecânica: Mário de Andrade e o conceito de música popular (1893-1945)”. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 171-240). Assim, para este artigo, toda música transmitida pelas emissoras de rádios que não fosse erudita ou de concerto será incluída nesta categoria: da música folclórica à de entretenimento.

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

A escolha das três emissoras se deu pela relevância que tiveram nos anos 1920 e 1930, e por suas características específicas, que também influenciavam na programação. A Sociedade Rádio Educadora, pioneira na cidade, desde o início teve característica mais elitista, e surgiu como uma espécie de clube amador, ou rádio clube, cujo acesso se restringia a quem tivesse os aparelhos sincronizados em sua onda. A Rádio Record, em contrapartida, rapidamente se tornou uma emissora com espectro mais abrangente, com programação musical mais popular e espaço para discos. Já a Cruzeiro do Sul se destacou por ser ligada a importadores de aparelhos radiofônicos e representantes da Columbia no Brasil, o que indicava uma ação mais empresarial.

A programação das emissoras de rádio paulistanas se expandiu significativamente no período estudado, sobretudo após a abertura da programação para a publicidade, em 1932. A periodização adotada pela pesquisa leva em conta esse cenário de mudanças: começa na primeira transmissão radiofônica em São Paulo, em 1924, que estabeleceu uma fase mais amadorística do meio de comunicação, e se encerra em 1935, no período imediatamente posterior à regulamentação da publicidade, que possibilitou o ingresso de investimentos e a profissionalização das emissoras.

Considerando as dificuldades decorrentes da limitação bibliográfica sobre a emergência da música popular brasileira em rádios paulistanas, os registros da imprensa especializada (revistas) e generalista (jornais) da época se tornaram fontes primordiais. O acompanhamento em série dos periódicos “Correio Paulistano” e “O Estado de São Paulo” foi determinante para a obtenção de informações sobre a evolução do cenário musical da radiodifusão paulistana, e esse material foi organizado em fichas catalográficas, que detalham tanto o espaço que o jornal dava à programação de rádio, especificando a sua localização, como o conteúdo musical abordado, o estilo das músicas transmitidas e os músicos populares citados ou participantes. A pesquisa foi feita nos arquivos virtuais dos dois jornais, sendo o “Correio Paulistano” hospedado no site da Biblioteca Nacional, e “O Estado de São Paulo”, na página do próprio jornal. Também foram consultados o acervo da “Revista do Rádio”, cartórios de registros de pessoa jurídica e memórias orais gravadas por personagens

da época e disponíveis no Museu da Imagem e do Som e no Centro Cultural São Paulo. Apesar de solicitados junto às emissoras Record e Gazeta (sucessora da Educadora), roteiros da época diferentes dos dispostos nos periódicos não foram encontrados.

### **A radiofonia e a vida do paulistano**

O surgimento das três emissoras de rádio e a sua programação estão vinculados ao contexto da cidade de São Paulo no período estudado, cujo estudo historiográfico colaborou para a melhor compreensão e interpretação dos dados obtidos na pesquisa em fontes primárias. O lugar da radiofonia na vida do paulistano foi moldado pelas poucas opções de lazer na cidade, nos anos 1920, que possuía uma esfera pública excludente e privatizadora. A vida mais simples do campo já não tinha espaço, devido à crescente urbanização e à importação de costumes estrangeiros, considerados “civilizados” pela elite. Os espaços de entretenimento das camadas mais abastadas não eram majoritariamente praças e parques, mas sim cafés, cinemas, restaurantes e teatros, além das ruas comerciais (RAGO, 2004, p. 392). Para os operários e imigrantes, por outro lado, o espaço mais comum de entretenimento era o dos chamados cafés cantantes.

O cosmopolitismo gerou também uma experiência de exclusão social, que era quebrada em poucas datas nas quais havia a apropriação da rua pelas camadas populares, como o carnaval. O rádio, e a música popular brasileira, ganharam importância nesse contexto, por construírem em sua programação um espaço de entretenimento – e de reconhecimento para certos setores da população – que não era encontrado nas ruas de uma cidade em processo de metropolização, que só diminuía o espaço do lazer público. Por outro lado, o rádio também não deixou de ser uma mediação para essa interação cultural, que transformou manifestações informais em programas com interesses políticos ou empresariais (RAGO, 2004, p. 429).

O rádio, então, reproduzia a vida cotidiana segundo interesses dos donos do meio de comunicação, e criava “novas formas de produção e recepção cultural” (PINTO, 2004, p.141).

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

Em contrapartida, refletia em si as experiências dos ouvintes em sua linguagem, e se tornava parte da vida urbana.

A composição da cidade de São Paulo, com imigrantes estrangeiros e internos, também influenciou tanto nos ritmos musicais desenvolvidos e disseminados, como na preferência dos ouvintes. A cidade, no início do século 20, estava entre as que mais recebiam migrantes no mundo. Os estrangeiros eram 54,6% da população em 1893 e, em 1920, 35%, dos quais 67% tinham filhos nascidos na cidade (a chegada de trabalhadores do interior do Estado, como migrantes internos, influenciou na diminuição da porcentagem), o que tornaria São Paulo, na década de 1950, uma cidade com grande diversidade cultural (HALL, 2004, p. 121).

Muitos cantores da rádio paulistana nasceram em bairros de imigrantes, como o Brás do músico Roque Ricciardi, que é um bom exemplo de uma fusão de referências. O cantor chegou a ser conhecido como o “italianinho do Brás”, mas o apelido o desagradava e estava vinculado a músicas de ritmos importados, como a valsa, ou mesclados entre sonoridades europeias e locais, como a seresta. Ricciardi, então, inventou o apelido Paraguassu, proveniente do tupi, e pelo qual ele ficou conhecido nacionalmente<sup>2</sup>. A influência dos ouvintes das colônias de imigrantes na grade da programação das emissoras se nota mais claramente na década de 1930, quando foram criados programas específicos destinados às comunidades de imigrantes. Na Rádio Record, por exemplo, em 1934, havia programas de música argentina, italiana, portuguesa, americana, alemã e árabe.

O historiador José de Souza Martins afirma que o habitante fixo da cidade no início do século 20 se sentia um “hóspede” (MARTINS, 2004, p. 153), devido à presença de estrangeiros e de trabalhadores provenientes do interior do Estado e do país. A presença massiva de europeus e de uma elite europeizada no município deu ao migrante interno uma aura pejorativa. Entretanto, o que era símbolo de alteridade, tornou-se parte da identidade da cidade. O imaginário caipira transladado às músicas e aos livros deixou de representar algo de mau gosto e passou a ser também um reflexo de ingenuidade e sabedoria. Esse

---

<sup>2</sup> Paraguassu conta como passou a usar o apelido em depoimento gravado pelo Museu da Imagem e do Som, consultado para a pesquisa.

movimento foi influenciado por um esforço de governo do presidente Getúlio Vargas em construir uma identidade nacional brasileira dita moderna e pelo movimento modernista, que teve São Paulo como berço. Os ouvintes de São Paulo aceitavam com naturalidade diversas maneiras de falar, diferentes sotaques e a mistura de idiomas. Em programas de humor, como a “Cascatinha do Genaro” e o do Nho Totico, personagens feitos a partir de tipos caipiras eram representados ao lado de outros feitos a partir de tipos estrangeiros, como italianos, japoneses e árabes (MORAES, 1999, p. 89).

Se, no Rio de Janeiro, onde o rádio foi estabelecido anteriormente, os mais conhecidos ritmos populares foram derivados de uma tradição afrobrasileira e da música do nordeste do Brasil, em São Paulo o conjunto de ritmos incluía o samba e a marcha afrobrasileiros, mas também a seresta, a modinha e as músicas caipiras e sertanejas, um reflexo da quantidade de imigrantes nacionais e internacionais que participaram da construção cultural da cidade (CANTERO, 2013, p. 29). A construção culturalmente diversa de São Paulo também influenciou na linguagem dos locutores (CANTERO, 2013, p. 46)<sup>3</sup>, que alcançaram popularidade na medida em que falavam de forma mais informal e próxima ao que se ouvia no dia a dia, com o pioneirismo da Rádio Record, a partir de 1930.

### Diferentes trajetórias

Por mais que seja possível traçar um panorama geral da presença da música popular brasileira na radiofonia paulistana, cada emissora de rádio a inseriu em sua grade de uma forma específica, respeitando seu objetivo e seu público. Por isso, é importante detalhar algumas informações do histórico da Sociedade Rádio Educadora Paulista, da Rádio Cruzeiro do Sul e da Rádio Record. As fontes encontradas não são unânimes quanto às informações, e há datas conflitantes, mas os dados encontrados foram suficientes –e essenciais– para traçar um perfil das emissoras.

---

<sup>3</sup> A importância da informalidade para o sucesso dos locutores também é abordada pelos radialistas Henrique Lobo e Nicolau Tuma, em depoimentos deixados para o Museu da Imagem e do Som de São Paulo.

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

O primeiro registro da primeira rádio de São Paulo, a Sociedade Rádio Educadora Paulista, encontrado nos periódicos, é de dezembro de 1923. A rádio “recentemente formada”, segundo descrito no “Correio Paulistano”, localizava-se na rua da Quitanda, sede do Instituto de Engenharia, no centro de São Paulo, e tinha como sócios membros de uma elite intelectual de São Paulo. No estatuto da rádio, encontrado no 1º Cartório Oficial de Registros de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica, a sua constituição se deu em 30 de novembro de 1923. A idealização da rádio ocorreu no clube de Engenharia de São Paulo, com a presença do médico Belisário Pena, que seria ministro da Educação nos anos 1930, dos engenheiros Leonardo Jones Jr, Otávio Ferraz Sampaio, Georges Corbisier e Luiz Ferraz de Mesquita, e do comerciante Luiz do Amaral Cezar, membros de uma elite econômica que tinha como “hobby” a radiofonia, e se reunia para escutar estações estrangeiras que podiam captar em seus aparelhos de rádio (ROCHA, 1993, p.16). Em seu início, a emissora tinha um formato de clube, de sociedade, que ficava expresso na mensalidade cobrada dos usuários que possuíam os receptores em suas casas. A tecnologia, a princípio, era cara, e estava disponível a poucos.

As primeiras irradiações da emissora, ainda antes de sua constituição oficial, foram realizadas da rua Frei Caneca, no centro de São Paulo, nas casas de Leonardo Jones Jr e Luiz Amaral Cesar. No fim de 1924, a emissora se transferiu para o Palácio das Indústrias, na avenida Mercúrio, s/n (atualmente praça cívica Ulisses Guimarães), que foi cedido por Ramos de Azevedo, então diretor da Escola Politécnica de São Paulo. A rádio teria ainda mais um endereço, a partir de março 1926, quando foi transferida para a Rua Carlos Sampaio, 5, no Paraíso, para um terreno cedido pela prefeitura de São Paulo, onde instalou aparelhos mais modernos, da Cia Western Electric, e novas torres de transmissão. As condições estruturais no início da emissora passavam longe do glamour que o rádio adquiriria posteriormente. A torre de transmissão do Palácio das Indústrias, por exemplo, era um estúdio de cerca de cinco metros quadrados, forrado com saco de estopa aberto para formar a acústica, e com um microfone de carvão, segundo depoimento de Enéas Machado de Assis, que foi diretor das rádios Cultura e Bandeirantes, disponível no Centro Cultural São Paulo.

A primeira transmissão da emissora encontrada nos periódicos analisados é de março de 1924, com uma audição musical, que seria seguida de uma programação inconstante. Os programas musicais da rádio tornam-se constantes apenas a partir de 9 de dezembro de 1924, com dois programas ao dia de música variada (estrangeira e brasileira, sem separação temática), ao vivo, nos quais atuava o Trio Rádio Bandeirante, já nos estúdio da emissora no Palácio das Indústrias. Nos primeiros anos de transmissões, surgiram programas de orquestra e recitais, que substituíam um dos programas de música variada na grade. Eram oferecidas também cotações diárias da Bolsa de São Paulo e concertos do Theatro Municipal ou do Conservatório Dramático e Musical.

Em 1926, a programação se expandiu em novas faixas horárias, com a inserção de discos pela manhã, da Casa Victor, e jazz band à noite, além de boletins de informações e programas educativos (palestras e aulas de idiomas, por exemplo). O primeiro programa aparentemente patrocinado, “oferecido aos sócios” por Amaral Cesar & Cia, data de 5 de março de 1927, e apresenta músicos brasileiros regionais. Em janeiro de 1932, ano em que a publicidade seria regulamentada, a Educadora, que já possuía programação de manhã, à tarde e à noite, mas não de forma contínua por todo o dia, transmitia um programa regional (com música de carnaval, choro, samba e cateretê), além de três programas de música variada, dois de discos, uma orquestra e um de jazz.

A segunda rádio a aparecer na pesquisa em periódicos foi a Sociedade Rádio Cruzeiro do Sul, com sua primeira transmissão encontrada em notícias de 06 de outubro de 1927, feita a partir da sede, no centro de São Paulo. A programação se constituía com dois horários de transmissão de discos da Casa Victor, de manhã e à tarde, um de notícias e, no início da noite, no horário mais nobre, um programa variado, com jazz band, orquestra típica argentina e um trio clássico. No entanto, a emissora só permaneceria no ar até 09 de novembro de 1927, por dificuldades técnicas com um transmissor<sup>4</sup>. O “Almanaque do Rádio de 1951”<sup>5</sup> afirma que a

---

<sup>4</sup> A suspensão por tempo indeterminado da transmissão da rádio foi anunciada no “Correio Paulistano” de 9 de novembro de 1927.

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

emissora havia sido fundada um pouco antes, em 2 de maio de 1927, e aponta para a existência de rumores sobre a sua abertura, em caráter amador, ainda em 1924. Um fato curioso, que indica a vocação comercial da emissora, segundo a publicação, é o de que as suas audições experimentais já haviam sido patrocinadas pela Atlantic Motor Oil, o que coloca a rádio como pioneira no setor empresarial. Isso se explica porque o seu fundador, Alberto Byington Junior era da família de donos de uma importadora que representava a gravadora Columbia no Brasil e, posteriormente, contaria com apresentações ao vivo dos cantores que gravavam na sede da empresa. Em seu início, a emissora funcionava no Edifício Byington, no largo da Misericórdia, com um transmissor construído pela companhia.

Após cinco anos fechada, a Cruzeiro do Sul reabriu em 1932, ano da regulamentação da publicidade no Brasil. No dia 10 de janeiro desse ano, o jornal O Estado de São Paulo indica um programa de 15 minutos da “Empresa Cruzeiro do Sul” dentro da grade da Rádio Record, o que mostra ou um acordo entre as emissoras ou uma ação patrocinada da Cruzeiro do Sul antes de sua volta oficial. A ação empresarial da emissora é evidenciada com patrocínios de lojas, como na Hora Mappin, e com a primeira formação de uma rede de transmissão, denominada Rede Verde e Amarela, ao lado da rádio Kosmos, do Rio de Janeiro, e que depois seria interligada também com emissoras do interior paulista. A música popular brasileira estava presente na grade da Cruzeiro do Sul em sua volta oficial, em 11 junho de 1932, com um programa do Paraguassu, de 15 minutos. Dois anos depois, a grade da rádio possuía 25 programas ao dia, entre eles um Programa Columbia e um da Orquestra Columbia, mantendo a ligação com a gravadora estadunidense, um programa dos ouvintes e três programas com música popular brasileira. A ação empresarial da Cruzeiro do Sul, cujo início foi moldado pelo diretor norte-americano Wallace Downey, passou a ser feita “para combater a Record”, emissora popular de mais sucesso na cidade na década de 1930, segundo depoimento do antigo diretor da rádio da família Byington, Lahir de Castro Cotti, sucessor de Downey, disponível no Centro Cultural São Paulo.

---

<sup>5</sup> O “Almanaque do Rádio de 1951”, compilado e editado por Thyrsó Pires (Rua Fortunato, 79, São Paulo), está disponível no arquivo do Centro Cultural São Paulo

A Sociedade Rádio Record, segundo matéria da edição 23 da Revista do Rádio, de 1950, havia começado suas transmissões em 11 de junho de 1925, fundada pelo advogado e comerciante Álvaro Liberato de Macedo na Praça da República, 15, no mesmo local onde ficava a Casa de Discos Record. Entretanto, a ata de constituição da rádio arquivada no 1º Cartório Oficial de Registros de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica atesta que a emissora foi criada oficialmente como uma sociedade civil em 2 de abril de 1928, no mesmo endereço, com três categorias de sócios, separadas pelo montante financeiro dado por cada um, e com Liberato de Macedo na presidência do Conselho Deliberativo. A entrada de novos associados, no início, era julgada quinzenalmente pelo Conselho Diretor, o que mostra um aspecto de clube, de sociedade. A ata expõe também que a rádio não buscava lucro em seu início, e era “fundada para fins exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de educação popular” (CANTERO, 2013, p. 114).

O primeiro registro de transmissão da Record encontrado nos periódicos “Correio Paulistano” e “O Estado de São Paulo” ocorreu em 13 de outubro de 1928, descrito como “a inauguração” da emissora. A transmissão, apenas noturna e em dias alternados, iniciou com um programa variado de canto e música, apresentado ao vivo por uma “jazzband” (denominação para conjuntos musicais que interpretavam música popular brasileira), pelo Quartetto Paulista e por sopranos e barítonos. Apesar de o evento contar também com o elemento instrumental e erudito, a vocação popular da rádio é demonstrada neste início porque, mesmo quando a profissionalização dos músicos populares brasileiros ainda era incipiente, a emissora apostou na transmissão das músicas produzidas e interpretadas por brasileiros.

A partir de 31 outubro de 1928, nos registros dos periódicos pesquisados, a emissora transmitia de forma fixa um programa de discos da Casa Record à tarde e um programa de “música regional” à noite, apresentado por amadores (não profissionais) ou por grupos, como o Jewell Box e Os Batutas Paulistanos, transmitido de forma alternada com outros programas, como o de orquestra. A partir de março de 1929, a emissora passa a transmitir dois programas de discos diários, da Casa Record. Em abril de 1930, a Record promoveu um

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

concurso de música brasileira, com 20 cantores/competidores, que se apresentaram ao vivo, segundo registro no “Estado de São Paulo”. Em outubro do mesmo ano, a grade da emissora já era mais diversa e expandida, com três programas de discos, um com exemplares da Columbia, outro da Victor e o último, da Casa Record, além de um Programa Selecionado de Orquestra e um Programa Regional, ao vivo.

Em junho de 1931, a emissora passou para as mãos de Paulo Machado de Carvalho (ao lado de dois outros sócios), que afirmou que pagou uma quantia simbólica por ela e que não conhecia o ramo. “Na brincadeira, quisemos tocar umas notas no piano. E batemos e não tocava. Quando abriu-se, encontramos um entulhado de tampinhas de garrafa de cerveja”, disse Carvalho, em depoimento disponível no Centro Cultural São Paulo. O empresário afirmou também que os funcionários faziam “prodígios”, como colocar óperas para tocar, com grupos de músicos em salas diferentes, já que não cabiam no mesmo estúdio.

O estilo mais popular reforçado após a venda da emissora contrastou com o da então estabelecida Rádio Educadora, focado em um modelo educacional, e alçaria a Record ao sucesso em uma época em que a maioria da população não possuía capital para comprar discos de seus cantores favoritos, mas tinha acesso às transmissões de rádio, ainda que não fosse em suas casas (CANTERO, 2013, p. 18). O radialista Raul Duarte, em depoimento gravado pelo Centro Cultural São Paulo, fala sobre as diferenças entre a Educadora e a Record:

Era um contraste enorme. A Record era uma estação precaríssima, tudo amarrado, com fios descobertos e tal, e a Educadora rigorosamente dentro dos padrões técnicos. (...) A Educadora era muito respeitosa, formal, solene, e a Record veio mais irreverente, com mais intimidade com o ouvinte.

Em 1932, após a regulamentação da propaganda, a Record passa a irradiar transmissões desde as 8h até as 23h30, de forma ainda não consecutiva, com jornais, programas de discos, orquestra e “números de conhecimento popular”. Em dezembro de 1934, a grade diária já possuía 33 programas, entre eles dois “Programas Brasileiros”, dois de “Música Brasileira” e um “Programa Regional”, porém, a descrição nos periódicos não especifica se eram feitos ao vivo ou se também utilizavam discos. A vocação popular da

Record, no fim da década de 1930 se expandiria para os programas de auditório. No início da década, entretanto, fortalecia-se em transmissões para a rua, feita com alto-falantes colocados na sede da emissora, como a que ocorreu no Carnaval de 1933.

Considerando as três emissoras analisadas, e já apresentadas, os periódicos catalogados entre os anos de 1924 e 1935 mostram que a cultura radiofônica foi crescendo pouco a pouco na esfera pública de São Paulo, e, no decorrer dos anos, ganhou mais espaço nos jornais. Por exemplo, se, no início, os jornais traziam as informações da programação da Rádio Educadora sem subtítulo específico ou periodicidade constante, em 1927 já havia um espaço majoritariamente fixo. No “Correio Paulistano”, ele se localizava na seção “Factos Diversos”, com o subtítulo “Radiotelephonia”, próximo às notas de Sociedade. Em “O Estado de São Paulo”, a programação era publicada na página 2, nobre por ser no início do jornal, com uma característica de serviço ou agenda cultural.

Os periódicos também apresentaram limitações como fontes. O “Correio Paulistano”, por exemplo, teve a circulação interrompida pelo governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1934, período no qual a pesquisa foi centrada em “O Estado de São Paulo”. Este segundo jornal também apresentou limitações, por não ter publicado a programação da Sociedade Rádio Educadora entre 1930 e 1931, mas, sim, críticas à abordagem da emissora.

### Tímido início

A catalogação dos jornais possibilitou a identificação de diferentes ritmos nas transmissões das três rádios estudadas, entre eles valsa, fox-trot, fado, música clássica, tango, maxixe, toada, samba, além de música caipira e o genérico “música regional”. Os músicos e cantores citados pelos periódicos ultrapassam cem nomes, entre os mais conhecidos e com documentação disponível, como Joubert de Carvalho e Roque Ricciardi (Paraguassu), cujas músicas aparecem com alguma frequência, e outros sobre os quais não foram encontradas informações. Foram registrados também os nomes dos grupos populares que interpretavam as músicas nas transmissões – também chamados de *jazz bands* –, como o trio Rádio Bandeirante, da Sociedade Rádio Educadora, e a *Jazz Band* Gem-Box, da Record.

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

Notou-se a presença de música popular brasileira desde as primeiras transmissões, mas de maneira tímida em relação à música estrangeira, instrumental e erudita. Nos primeiros anos de irradiação, a partir de 1924, a Sociedade Rádio Educadora Paulista, a primeira a surgir na cidade, possuía programação variada, com música estrangeira e brasileira, apresentada em dois programas diários de nove músicas, ao vivo, por um mesmo grupo, majoritariamente o Trio Rádio Bandeirante. Tudo indica que as canções estrangeiras eram irradiadas em maior número, informação obtida a partir de uma quantificação aproximativa de roteiros divulgados pelos jornais analisados. Por exemplo, no programa de quatro de março de 1925<sup>6</sup>, a rádio educadora transmitiu dois programas de música, um vespertino e um noturno, com nove canções cada um, interpretadas pelo Trio Rádio Bandeirante. Das 18 músicas, quatro das apresentadas no programa da tarde eram de compositores brasileiros: os maxixes “Teu desprezo me mata” e “É praga que você tem”, de Freitas, o samba “Depois de rezado”, também de Freitas, e o fox-trot “Idyllio” de Tupynambá.

É interessante mencionar que, da mesma forma em que possuíam um trio ou grupo que se encarregava da execução das músicas tanto populares e brasileiras como estrangeiras, as rádios, em seu início, apostavam em orquestras próprias, o que demonstra uma aposta predominante pelo erudito. Outras vezes, transmitiam óperas feitas no Theatro Municipal ou em suas sedes. Já a música popular era apresentada por conjuntos regionais, muitas vezes não remunerados. Os músicos brasileiros, inclusive, também compunham e interpretavam ritmos estrangeiros, como tangos, fados e fox-trot, segundo os registros obtidos nos periódicos. Apenas com a emergência dos programas de “música regional” ou de “música caipira”, a veiculação da música popular brasileira ficou mais evidente, já no fim da década de 1920, com a sua separação dos gêneros internacionais, interpretados ou não por brasileiros.

Roque Ricciardi, conhecido pelo nome artístico Paraguassu, afirmou, em depoimento disponível no Museu da Imagem e do Som, ter sido o primeiro cantor a interpretar uma

---

<sup>6</sup> Informação publicada pelo jornal “Correio Paulistano”, na edição de 4 de março de 1925, página 5, seção Radiophonia

música ao vivo na Rádio Educadora, pelo bocal de um telefone, enquanto um músico tocava piano<sup>7</sup>, em 1924. A primeira vez registrada nos periódicos analisados que um compositor popular toca sua própria música ao vivo em uma rádio ocorre em 6 de maio de 1925, com Américo Jacomino, o Canhoto, na rádio Educadora (a única em funcionamento na cidade na época). Até então, as músicas brasileiras eram interpretadas pelo conjunto fixo da emissora, o Trio Rádio Bandeirante, segundo os registros nos periódicos.

A partir de setembro de 1926, e, principalmente, após 1927, foram identificados programas de discos de diferentes gravadoras, como Victor, Murano, Record e Columbia. Não ficou claro se os espaços eram patrocinados pelas gravadoras ou se os discos eram cedidos em parceria. A partir de 1927, a programação da Sociedade Rádio Educadora se organizava em dois grandes blocos: o primeiro entre as 11 horas e as 13 horas, com música brasileira em disco, e o segundo entre 17 horas e 22 horas, com música leve e de orquestra, precedida de boletins de informações e contos. No mesmo ano, é irradiado o primeiro “programa de música regional brasileira”, descrito com esse nome. A expansão da grade de programação é evidente, se comparada com os dois programas diários de música variada que antes eram transmitidos pela rádio.

A partir de 1928, tornam-se mais comuns os programas com músicas organizadas por unidades temáticas, como de “música popular” e “música regional”, sem que os jornais especificassem as canções. A mudança expõe uma editorialização e uma seleção das canções, que passam a ser veiculadas de forma organizada pelas emissoras. Por outro lado, como os títulos das canções não são citados, foi impossível que este trabalho analisasse as características de cada música separadamente.

Pouco a pouco, de acordo com as programações disponíveis nos jornais pesquisados, as músicas clássicas e estrangeiras demonstraram a tendência a dar mais espaço para as brasileiras sem, entretanto, desaparecerem. Em fevereiro de 1935, segundo “O Estado de São Paulo”, a Record tinha um programa brasileiro, um programa regional e de choros e outro de

---

<sup>7</sup>A informação de que Paraguassu foi o primeiro cantor a se apresentar ao vivo em uma rádio de São Paulo foi encontrada também na descrição de outros memorialistas.

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

músicas de Carnaval; a Educadora, programa nacional, hora da fazenda e programa carnavalesco; e a Cruzeiro do Sul, dois programas carnavalescos e um de música regional, o que representa um aumento significativo em relação às quatro canções populares brasileiras transmitidas pela rádio Educadora no exemplo de março de 1925, ocasião em que a música estrangeira e erudita dominava os dois programas de nove músicas cada um.

### Regulamentação e profissionalização

A regulamentação da publicidade teve grande importância para as transmissões de música popular brasileira pelas emissoras estudadas. Essa mudança começou ainda em 1931, no dia 27 de maio, o quando decreto 20047 adotou o modelo norte-americano de concessão de canais para a comunicação por rádio, permitindo que 10% da programação fosse constituída de publicidade. Já em 1º de março de 1932, a regulamentação da propaganda se deu pelo decreto 20047, que implantou o estatuto jurídico da radiocomunicação.

O modelo europeu de rádio sociedade e rádio educativa, como questão de Estado, foi substituído então pelo modelo comercial norte-americano. O “boom” da radiofonia em 1932 foi notado na pesquisa, em primeiro lugar, pelo número de citações à palavra “rádio” em “O Estado de São Paulo” (verificadas pelo mecanismo de buscas do acervo do jornal). Em 1931 foram 409, que subiram para 647 em 1932, 727 em 1933 e 915 em 1935. Na Record e na Educadora, por exemplo, foram instituídos programas de veiculação de propaganda, que ajudaram na arrecadação de verba para manter a grade da programação completa, tanto com músicos populares como clássicos. No início, os anúncios eram curtos, porque eram cobrados por palavras, como em um telegrama. A partir da regulamentação da publicidade, o espaço ocupado pela descrição dos programas de rádio no jornal também foi ampliado, e as emissoras, como empresas, entraram também para a página de anúncios, com pequenos informes com sua a localização, horários de transmissão e disponibilidade para irradiar anúncios.

As iniciativas de patrocínio que financiaram músicos populares e as parcerias com empresas, entretanto, são anteriores à regulamentação da publicidade, mesmo que de forma

incipiente. A Rádio Cruzeiro do Sul usou patrocínio da *Atlantic Motor Oil* já em suas audições experimentais. Na Educadora, a partir de setembro de 1926, e, principalmente, após 1927, foram identificados programas de discos de diferentes gravadoras, como Victor, Murano, Record e Columbia, além de programas descritos como “oferecidos” por empresas, como “Amaral César & Cia” e “A Luminária”. Nos anos 1930, entretanto, o aumento dos recursos da publicidade ocorreu sob influência da instituição de agências de publicidade em São Paulo, inclusive estrangeiras, como McCann Erickson, Standard e JW Thompson.

As emissoras de rádio, como empresas, ganharam uma nova dimensão profissional, dentro do contexto socioeconômico da “marcha da civilização urbano-industrial” e da construção de um estilo de vida urbano na cidade. Entre as consequências da presença da publicidade na radiofonia paulistana, descritas pelo historiador João Baptista Borges Pereira, está a estruturação das emissoras como empresas que buscavam rentabilidade e, por isso, passavam a ter uma programação mais sensível à preferência do ouvinte, e menos atrelada a um projeto de educação através do meio de comunicação. A segunda consequência é a democratização do uso da rádio, que se desvincula dos clubes de elite e, com o barateamento dos aparelhos, entra definitivamente na vida das camadas mais populares (PEREIRA, 2001, p. 28). Além disso, com o lucro das empresas, foi possível profissionalizar a área, o que alargou a esfera de participação social e incluiu nessa carreira cantores, autores e locutores menos abastados.

É importante mencionar que, ainda que não sejam o objeto central de estudo deste trabalho, as gravadoras também tiveram um importante papel para a difusão e a profissionalização da música popular brasileira, pois influenciaram na criação de ídolos e de canções de sucesso. As gravações de música regional se tornaram uma marca da musicalidade local nos anos 1930 (GONÇALVES, 2013, p. 20). O crítico musical, jornalista e historiador Ary Vasconcelos, citado por Thaís Matarazzo Cantero, afirma que o período entre 1927 e 1946 foi a “fase de ouro” da música popular brasileira, inclusive com o surgimento de sociedades arrecadadoras para os artistas, como a Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música (CANTERO, 2013, p. 23).

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

### Fecham-se as cortinas e termina a transmissão

A pesquisa nos periódicos demonstrou que a radiofonia paulistana se desenvolveu de maneira vinculada aos processos de crescimento, urbanização e metropolização da cidade, com forte influência da migração, e foi impactada também pelos acontecimentos nacionais. O início da presença da música popular brasileira nas emissoras de rádio analisadas começou timidamente ainda na década de 1920, quando ficava relegada a um segundo plano, mas cresceu vertiginosamente após a regulamentação da publicidade e a transformação das emissoras de rádio em empresas.

No início das transmissões, a elite dona dos aparelhos receptores era o público a ser atingido, e o principal objetivo do meio de comunicação se fixava na transmissão de educação e cultura, por meio de transmissões predominantes de músicas estrangeiras e eruditas, incluindo apresentações de óperas e concertos, ao vivo, do Theatro Municipal, um espaço frequentado por essa elite. Com a popularização do rádio, as emissoras passaram também a realizar programas para recreação e entretenimento, com fins comerciais, e incorporaram elementos da cultura popular, como a contratação de músicos dos cafés cantantes, um espaço de entretenimento dos setores populares.

A rádio, então, também incluiu o imaginário do interior na sua programação, com a música caipira que ganhou fama falando da alma sertaneja e mostrando um migrante fora do seu lugar de conforto. As anedotas e canções do migrante interno faziam a elite rir, ao mesmo tempo em que atraíam as classes populares, que se identificavam. Cantores e compositores como Cornélio Pires, João Pacífico, Raul Torres e Sorocabinha se estabeleceram como ícones.

A exaltação da produção brasileira foi influenciada pelo movimento modernista de 1922 e pela estratégia varguista de construção de uma identidade nacional. Além disso, a popularização da música “regional” na década 1930 também sofreu influência do aumento da participação dos cidadãos brasileiros na vida artística e literária do país, fenômeno que o sociólogo Antônio Candido chamou de “rotinização da cultura” (CÂNDIDO, 1984, p. 1 e 7).

A busca por rentabilidade nas emissoras de rádio analisadas, depois de 1932, possivelmente tornou a programação mais sensível à preferência do ouvinte, e menos atrelada a um projeto educativo. Com a venda de anúncios, foi possível ter mais capital e construir uma carreira para cantores, autores e locutores, alargando a esfera de participação social.

Além disso, os novos gêneros populares com traços dos migrantes internos e externos encontravam eco no imaginário dos ouvintes, que estavam acostumados com essa mistura em seu dia a dia. A música popular brasileira encontrou seu público, que se sentia representado nas transmissões, em uma época em que o rádio se firmava como uma importante possibilidade de lazer.

Juntos, os fatores aqui apresentados contribuíram para o aumento da presença da música popular brasileira nas rádios Educadora, Record e Cruzeiro do Sul, entre 1924 e 1935, fenômeno que foi demonstrado pelas mudanças nas programações musicais das emissoras no período analisado.

### Referências bibliográficas

CABRAL, S. **MPB na Era do Rádio**. São Paulo: Moderna, 1996.

CÂNDIDO, A. **A revolução de 30 e a cultura**. Revista Novos Estudos, nº 4, São Paulo, Cebrap, 1984.

CANTERO, T. M. **A Música Popular no Rádio Paulista, 1928-1960**. Bragança Paulista, SP: ABR Editora, 2013.

\_\_\_\_\_; COMEGNO, V. **A Dinastia do Rádio Paulista**. Bragança Paulista: ABR Editora, 2013.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. **O rádio paulista no centenário de Roquette Pinto**. 1884-1984. São Paulo: 1984.

GONÇALVES, C. K. **Música em 78 rotações**. Discos a todos os preços na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Alameda, 2013.

DUARTE, G. R. Sons de São Paulo: a atividade radiofônica paulista nos anos 1930/40. **Revista de História Regional**, 8(2): 9-47, Inverno 2003. Disponível em: [www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2177/1657](http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2177/1657).

GURGUEIRA, F. L. **Integração Nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo**. SP, Ed. HUCITEC, 2009.

## A presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana

HALL, M. Imigrantes da cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo**. 3 vols., SP, Ed. Paz e Terra, 2004, p. 121-151.

MORAES, J. G. V. **Metrópole em Sinfonia**. SP: Estação Liberdade, 2000 .

\_\_\_\_\_. Rádio e música popular nos anos 30, **Revista de História** (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999).

PEREIRA, J. B. B. **Cor, profissão e mobilidade: O Negro e o Rádio de São Paulo**. 2ª. Edição. São Paulo: Edusp, 2001.

PÉREZ GONZÁLEZ, J. **Da música folclórica à música mecânica: Mário de Andrade e o conceito de música popular (1893-1945)**. São Paulo: Intermeios, 2005.

PINTO, M. I. M. B. A reinvenção das tradições no cenário da modernidade: a radiodifusão e suas raízes urbanas. **ArtCultura**, Revista de História, Cultura e Arte. Uberlândia, vol.8, nº9, pp. 139-150, jul-dez/2004.

RAGO, M. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, P. **História da cidade de São Paulo**. 3 vols., SP, Ed. Paz e Terra, 2004, p. 387-435.

ROCHA, V. A. **Cronologia do rádio paulistano: anos 20 e 30**. São Paulo: CCSP/Divisão de Pesquisas, 1993.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

TINHORÃO, J. R. **Música popular: do gramofone ao rádio e TV**. SP: Editora Ática, 1981.

TOTA, A. P. **A Locomotiva no Ar** (Rádio na Cidade de São Paulo: 1924/1934). São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1987

### Periódicos (Jornais e Revistas)

Correio Paulistano, O Estado de São Paulo, Revista do Rádio, Almanaque do Rádio de 1951 (o último, disponível no arquivo do Centro Cultural São Paulo).

### Depoimentos

Arquivo do Centro Cultural São Paulo (CCSP): Paulo Machado de Carvalho, Lahir de Castro Cotti, João Ferreira Fontes, Enéas Machado de Assis, Raul Duarte.

Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS - SP): Roque Ricciardi (Paraguassu), Luiza Ricciardi Lopes, Fausto Macedo, Nicolau Tuma, Olegário José de Godói (Sorocabinha), João Pacífico, Enrique Lobo.

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

## Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua \*

**Resumo:** Neste artigo apresentamos uma discussão acerca de diferentes leituras historiográficas sobre o processo de colonização da África pelos europeus nos séculos XIX e XX, visando discutir especialmente as ideias de pensadores que compreendem a importância de se estudar a história de tal continente pela perspectiva de seus próprios habitantes. Objetivamos demonstrar como os negros não foram pacíficos às ações estrangeiras, analisando algumas de suas formas de resistência. Dentre estas, ressaltamos a articulação do movimento Pan-africanista, que ansiava pela construção de uma identidade capaz de valorizar o *ser negro* e a lutar contra o racismo e o colonialismo europeu. Daremos destaque aos trabalhos de artistas e intelectuais como Aimé Césaire e Frantz Fanon, analisando brevemente algumas de suas produções. Importante ressaltar que o nosso trabalho não pretende apresentar conclusões definitivas, mas contribuir para uma maior reflexão sobre os novos debates historiográficos acerca da História da África. Utilizaremos também como fonte, obras de intelectuais como M'BAH Abogo e S. K. B. Asante, por considerá-los representantes de uma linha intelectual comprometida que nos auxilia no processo de desconstrução de uma visão comum sobre o continente africano.

**Palavras-Chave:** Historiografia; Colonização; Resistência; Pan-africanismo; Identidade negra.

### Introdução

O processo de conquista e ocupação do continente africano pelas potências europeias recebeu, ao longo dos anos, inúmeros estudos. Muitos destes, todavia, apresentavam

---

\* Graduandas em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich/UFMG). Contato: jacqueline.historia@gmail.com e isadora.vivacqua@yahoo.com.br.

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

explicações simplistas para este processo, descrevendo as políticas expansionistas europeias como capazes de dominar tal região sem enfrentar muitas resistências das diversas populações locais e sendo as responsáveis por todos os embates e mudanças lá ocorridas nos séculos XIX e XX. Assim, entendem-se as transformações apenas como consequência das iniciativas dos europeus, e a própria população autóctone como passiva diante das ações estrangeiras. Outra análise comum sobre este período diz respeito ao tipo de contato entre europeus e africanos, geralmente sendo visto como dois grupos de “inimigos naturais” que ao se encontrarem deram início imediato a embates físicos pelo domínio do território, vindo os europeus “civilizarem” a população local e aumentar o seu poderio econômico.

Neste artigo, visamos analisar criticamente tal visão comum construída pelo ocidente sobre a história da África e ressaltar a importância de se compreendê-la na perspectiva dos próprios africanos, pensando nas dinâmicas internas que existem neste continente e não as considerando como mero reflexo de influências estrangeiras. Não pretendemos, todavia, oferecer uma leitura que se propõe como a “oficial” ou “absoluta” dos fatos, mas apenas indicar outra forma possível de refletir acerca da história deste continente. Para isso, vamos nos apoiar em obras de escritores como Aimé Césaire, M’BAH Abogo, S. K. B. Asante e Frantz Fanon, por considerá-los representantes de uma linha intelectual comprometida com a construção de uma nova identidade negra, elaborada pelos próprios africanos.

Iniciaremos o artigo discutindo acerca da violência imposta pelos europeus no processo de conquista da África e apresentando algumas estratégias elaboradas por grupos locais como forma de resistência a este processo, objetivando demonstrar como foram ativos na luta contra a colonização. Em seguida, nos dedicaremos a analisar de modo mais detalhado um tipo específico de resistência elaborada pelos negros - o Panafricanismo, percebendo os sucessos e fracassos desta forma de luta.

### **Iniciativas e resistências africanas**

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em seu discurso “O perigo de uma única história”, proferido em uma conferência do TED (Technology, Entertainment, Design) em

## Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX

2009<sup>1</sup>, demonstra, a partir das suas experiências, o quão traiçoeiro pode ser a visão da África apenas sob o ponto de vista eurocêntrico. A autora narra situações tragicômicas pelas quais passou devido a mensagem errônea propagada em larga escala de que a África é única e está imersa somente em catástrofes. Desde a ocupação do continente, intensificada no século XIX, foi difundida de forma reiterada a imagem de um enorme território sem fronteiras, na qual se enfatizava as histórias negativas e criava-se estereótipos que colocavam os africanos em um nível inferior em relação aos europeus. Em seu discurso, Ngozi conta que, aos 19 anos, deixou a Nigéria e mudou-se para os Estados Unidos para realizar um curso superior. Lá, passou a morar com uma estudante americana que surpreendeu-se, dentre outras coisas, com o fato dela falar inglês, não ouvir apenas “música tribal” e saber utilizar aparelhos domésticos e eletrônicos do mesmo modo que ela. Segundo a escritora:

O que me impressionou foi que: ela sentiu pena de mim antes mesmo de ter me visto. Sua posição padrão para comigo, como uma africana, era um tipo de arrogância bem intencionada, piedade. **Minha colega de quarto tinha uma única história sobre a África. Uma única história de catástrofe.** Nessa única história não havia possibilidade de os africanos serem iguais a ela, de jeito nenhum. Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que piedade. Nenhuma possibilidade de uma conexão como humanos iguais. (NGOZI, 2009. Grifo nosso.)

Assim como a escrita da história pode ser usada para desqualificar um povo, também pode ser usada para valorizá-lo. O historiador Muryatan Santana Barbosa (2012, p. 212) aponta que a escrita da história sob uma perspectiva africana poderia impulsionar a superação dos preconceitos colonialistas sobre o continente, colaborando para mostrar as contribuições africanas para a civilização humana. Uma visão pós-eurocêntrica do saber histórico sobre o continente considera os africanos como sujeitos, e não apenas meros objetos da história, combatendo assim a visão até então predominante de que a África e os africanos seriam passivos, à espera de serem conquistados pelos europeus.

---

<sup>1</sup> Segundo informações presentes no site oficial (<https://www.ted.com/about/our-organization>), TED é “uma organização sem fins lucrativos dedicado à difusão de ideias, geralmente sob a forma de palestras curtas e poderosas (18 minutos ou menos)”. Tradução livre. O discurso de Chimamanda Adichie Ngozi foi amplamente divulgado nas redes sociais e ainda encontra-se disponível no site da organização.

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

Como consequência da perspectiva africana da história, desenvolvida a partir do século XX, hoje, sabe-se que, ao se estabelecerem na costa da África, os europeus aderiram primeiramente não a um confronto direto, mas a políticas diplomáticas para realizar negócios com os comerciantes locais ou chefes de família – era uma relação de complementaridade que favorecia tanto os “de fora”, quanto alguns nativos (UZOIGWE, 2010, p. 32-34). Esta relação de cooperação não foi vista inicialmente como uma ameaça aos interesses locais visto que não atingia diretamente a autonomia da população autóctone, permitindo-a manter o controle sobre as suas terras e as trocas econômicas lá estabelecidas. Tal relação diplomática é abalada quando os europeus começam a tentar controlar todo o comércio e a impor a sua autoridade. É então importante ressaltar que a primeira investida europeia ocorre por meio do diálogo objetivando convencer a população local a se submeterem a eles pacificamente.

Os africanos, todavia, rejeitam a perda de sua soberania, afirmando que não existe razão para tornarem-se súditos. Para exemplificar esta situação, podemos recordar do caso de Mchemba, nome pelo qual era conhecido o chefe do grupo étnico e linguístico Yao, que afirmou ao comandante alemão Hermann von Wissmann, em 1880, quando este tentava estabelecer um domínio sobre os negros na África:

Prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razão para vos obedecer. Preferiria morrer. Se for amizade que você deseja, então eu estou pronto para ela, hoje e sempre; mas para ser seu súdito, isto eu não posso ser. Se for guerra você deseja, então eu estou pronto, mas nunca para ser seu súdito. Não caio a vossos pés, pois sois uma criatura de Deus como eu [...]. Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na sua. No entanto, vede, não vos digo que me deveis obedecer, pois sei sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar. (BOAHEN, 1987, p. 56).

Nota-se assim que o grupo Yao não partiu de um ódio natural para rejeitar as ações europeias e não foi movido por “instintos primitivos”, mas apenas desejava manter a sua autonomia. Diante disso, os europeus deram início aos embates armados, visando ocupar e dominar todo o território. A Conferência de Berlim, ocorrida entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, ajudou a estipular as regras de ocupação da África pelos colonizadores e a fomentar essa ação imperialista, embora não tenha sido ela a dar início às

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

investidas europeias. Diante desta nova atitude dos europeus, os africanos ofereceram diversas formas de resistência, sendo esta generalizada em todo o continente.

A resistência primária, segundo o estudioso Terence O. Ranger (2010, p. 51-72), ocorreu em oposição à perda de soberania e a ocupação de territórios pelos os europeus. Após embates diretos, essa resistência foi enfraquecida e as potências estrangeiras conseguiram se fixar em diversas regiões. Essa primeira derrota, entretanto, não findou as resistências, mas apenas fez com que fossem reformuladas. Ranger ressalta que “[...] entre 1880 e 1900, a África tropical apresentava um estranho e brutal paradoxo. Se o processo de conquista e da ocupação pelos europeus era claramente irreversível, também era altamente resistível [...]” (*Ibid.*, p. 51). Interessante notar que ao provocarem tal situação de adversidade os próprios europeus ajudaram na união e no fortalecimento da resistência por parte dos africanos, visto que embora existissem conflitos entre os povos locais, estas diferenças foram postas em segundo plano em prol da luta contra o opressor comum.

Após o enfraquecimento da primeira resistência, surgiram as resistências secundárias ou retardadas, indicando que os africanos não haviam se resignado à “pacificação” europeia (*Ibid.*, p. 52). Estas assumiram formas variadas mobilizando elementos políticos, econômicos, culturais, etc. Podemos citar a resistência na forma de migrações e guerrilhas: ao verem seu território ocupado diversos africanos não aceitavam se transformarem em escravos ou serem submetidos ao sistema colonial que os europeus tentavam impor e assim, fugiam para novas regiões e se rebelavam contra os inimigos que encontravam no caminho. Outros, que optavam por não fugir e a lutar no seu território, realizavam greves e protestos, manifestando-se contra a dominação, os impostos e as formas de trabalho a que estavam tentando sujeitá-los (BOAHEN, 1987, p. 66). É válido ressaltar que essas formas de luta demonstram que a capacidade de resistir não precisa ser articulada apenas por chefes de Estado, mas podem ser organizadas por quaisquer grupos sociais.

Conforme Ranger (2010, p. 51-72) destacou, muitos chefes africanos organizaram movimentos de resistências, mas estes algumas vezes não estavam em consonância com as demandas populares visando apenas à manutenção do seu “status quo”. Isso traz outro

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

elemento a ser destacado: a complexidade destas rebeliões e a necessidade de não as tratarmos simplesmente como um embate entre estrangeiros e nativos. O autor ainda destaca que alguns africanos, especialmente os provenientes de camadas exploradas em suas próprias comunidades, se uniram aos europeus por acreditar que eles poderiam lhes oferecer melhores condições de vida. Na Rodésia do Norte (região que hoje corresponde ao país chamado Zâmbia), por exemplo, diversos escravizados se manifestaram favoráveis ao aumento da influência britânica visto que estes eram contra o sistema escravocrata, diferentemente de líderes locais africanos (RANGER, 2010, p. 58).

O historiador Elikia M'Bokolo, em seu trabalho "Conquistas europeias e resistências africanas" (2003) já ressalta que ocorreram também revoltas por parte de mercenários dos exércitos europeus: alguns africanos que eram contratados pelas potências europeias acreditando que enriqueceriam após a conquista, tiveram os seus sonhos frustrados quando os estrangeiros dominaram terras e tesouros mas nada repartiram com eles, conforme havia sido acordado. Isso teria desencadeado diversas ondas de protestos, seja por parte dos mercenários que não receberam recompensas por seu trabalho, ou por parte de membros de grupos étnicos africanos, que revoltaram-se contra os negros que se uniram aos invasores (*Ibid.*, p. 339-340).

Outro ponto a ser atentado diz respeito às resistências articuladas em torno de líderes religiosos ou que envolvessem "elementos mágicos". Uma visão comum presente até na contemporaneidade descreve as cosmovisões africanas como manifestações ilógicas, mas novas leituras historiográficas demonstram que elas são fundamentais para se compreender a estrutura política de diversos Estados ou sociedade. Muitos líderes locais eram associados pela população à divindades, ou vistos como sujeitos capazes de estabelecer uma conexão entre os planos terreno e sobrenatural. O abalo das lideranças e organizações locais representaria também a crise de uma cosmovisão de mundo. Segundo Ranger (2010, p. 59-65), diante das ameaças estrangeiras despontaram movimentos messiânicos trazendo novos líderes capazes de apresentar esperança de reconstrução desta cosmovisão, dos saberes e da soberania africana sobre as suas terras. Realizaram cultos, utilizaram objetos que

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

acreditavam oferecer proteção espiritual, mobilizando diversas pessoas nas lutas contra a opressão. As respostas religiosas podem assim serem compreendidas como consequência da forma em que o poder era estruturado e devem ser vistas como munidas de lógica, com capacidade de despertar laços unitários e articular outra forma importante de resistir.

A chamada “resistência da acomodação controlada” (RANGER, 2010, p. 63) refere-se também a outra maneira encontrada pelos africanos de lutar pela manutenção de sua soberania, suas crenças e, principalmente, de sua identidade. Tratava-se de selecionar elementos tecnológicos, culturais, medicinais, etc., que os europeus trouxeram, partindo da ideia de que poderiam incorporar àquilo que apresentasse benefícios para a sua vida cotidiana, mas sem aceitar passivamente todas as imposições estrangeiras. Consideramos relevante ressaltar esse tipo de resistência visto que ajuda a combater a visão comum de que os africanos teriam rejeitado indiscriminadamente tudo que se relacionasse com às nações estrangeiras, mostrando que assimilaram criticamente elementos de outras culturas.

Ao analisar estas diversas iniciativas africanas, M'Bokolo (2003, p. 321) ressalta ser importante inserir tais episódios na perspectiva da longa duração. A primeira geração de africanos em contato com os europeus lidou com a chegada do desconhecido e ofereceram resistência diante da ameaça da perda de soberania sobre seu território. A segunda geração já cresceu acostumada à presença europeia, todavia eram mobilizados pela tradição de luta transmitida pelos seus antepassados. Rejeitavam assim, não apenas a conquista, mas todos os abusos do modelo colonial que os europeus impunham. Essa resistência continuada em busca de autonomia e liberdade tornou possível, segundo alguns pesquisadores, pensar futuramente nas lutas de libertação nacional:

As resistências à colonização, que, durante os anos 1960, no momento em que os dirigentes dos novos Estados independentemente se reclamavam da longa tradição de luta dos povos africanos contra a espoliação estrangeira, surgiram como um dos temas inovadores e fecundos de investigação, tornaram-se uma das figuras obrigatórias da historiografia africana. O essencial passou a ser o ponto Asante: por todo o lado, e independentemente das circunstâncias locais e das conjunturas particulares, a dominação teve por corolário a resistência (*Ibid.*, p. 331).

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

Analisando as resistências desta maneira, concebemo-las não como revoltas isoladas, mas inseridas dentro de uma tradição de luta que marca a história da África. Embora existam alguns estudiosos que rejeitem a ligação direta entre os movimentos de resistência à colonização e a construção do nacionalismo moderno africano, é essencial destacarmos a importância, variedade e a complexidade destas resistências, e demonstrar como tal população não foi passiva diante das ações das potências europeias. A resistência foi contínua, generalizada e trouxe significativos impactos para a história da África, por isso, independentemente se foram derrotadas ou não, elas se tornam relevantes de serem lembradas criticamente.

### **A violência colonial e a resistência Pan-africanista**

Aimé Césaire (1913-2008) foi um importante poeta, ensaísta martinicano e um dos ideólogos do conceito de *negritude*. Em linhas gerais, “Negritude” pode ser compreendido como um movimento artístico-literário desenvolvido por intelectuais negros, no começo do século XX, na França. Tal movimento defendia a valorização da cultura negra que se manifestava contrário ao racismo e ao regime colonial imposto na África e em outras regiões do mundo. O escritor desenvolveu diversas obras em que trata da sua defesa das raízes africanas e critica o processo de colonização ao qual a África e outras regiões foram submetidas. Em seu texto “Discurso sobre o colonialismo”, escrito nos anos 1950, o autor afirma que “a Europa, moralmente, espiritualmente, é indefensável” (CÉSAIRE, 2010, p. 14), devido a todo o regime de exploração a que subjugou outros povos. Césaire se propõe a discutir a essência do Colonialismo e para o autor ele seria constituído de dois aspectos principais: primeiramente pode-se compreendê-lo como um sistema de exploração de massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustenta pela violência. O segundo aspecto refere-se à capacidade do Colonialismo de disseminar o racismo, introjetar uma visão pejorativa sobre os negros, e descivilizar tanto o colonizado que sofre com tal sistema, como o próprio colonizador que se torna capaz de implementar este regime, abrindo mão de sua sensibilidade humanística (*Ibid*, p. 07).

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

O intelectual M'Bah Abogo, em seu trabalho "Panafricanismo Clásico: Identidad y Reconocimiento" (2004), escrito posteriormente ao trabalho de Césaire, também se dedica a pensar sobre o regime de violência a que os povos da África foram submetidos e seus instrumentos de mobilização e luta. O autor ressalta que no pensamento contemporâneo africano um dos enfoques predominantes diria respeito à preocupação em perceber como o africano internalizou e reagiu diante da representação social criada pelos colonizadores para tentar justificar a prática do escravismo e depois, do violento colonialismo (ABOGO, 2004, p. 02). O movimento da Negritude, o qual Césaire fazia parte, e a Etnofilosofia seriam algumas correntes de pensamento que possuem tal preocupação, objetivando lutar contra a negação da condição humana imposta aos negros, contudo, as qualidades que atribuíam aos africanos seriam os defeitos que o pensamento ocidental racista designava aos negros (*Ibid.*, p. 02). Ou seja, utilizavam-se da própria visão pejorativa elaborada pelos europeus, mas a transformavam em motivo de orgulho, invertendo a ideia original deste olhar. Para esclarecer melhor este aspecto, podemos recordar das adjetivações impostas pelos colonizadores aos negros, chamando-os por exemplo de seres ilógicos e passionais, ao contrário dos europeus que seriam os representantes do racionalismo humanístico. O senegalês Léopold Sédar Senghor, em seu texto "O contributo do homem negro" (2011), apropriou-se de tal designação, afirmando que os negros eram passionais por serem dotados de uma sensibilidade e empatia que os colonizadores não possuiriam, subvertendo a ideia original das adjetivações e as tornando, assim, uma característica positiva.

Abogo ressalta que embora seja possível tecermos críticas a tal tipo de reação por ainda estar "presa" ao discurso do colonizador, não devemos esquecer que ela auxiliou no processo de busca da libertação da estrutura colonialista. O autor trata da Negritude como pertencente ao Pan-africanismo Clássico, e define-o como um movimento de negação com respeito ao mundo que se gestou com o Colonialismo:

En nuestra opinión, el Panafricanismo clásico es el fruto de un incuantificable esfuerzo: aprehender la condición humana negada durante siglos a los africanos y a los descendientes de africanos. Pretendía el Panafricanismo clásico romper el pentágono de negaciones que sostenía la inhumana vejación que los blancos ejercían sobre los pueblos de color, en general, y de forma

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

particular, dada la extrema crueldad, sobre los heterodenominados negros (ABOGO, 2004, p. 06).

O pentágono de negações ao qual o autor se refere seria: o não ao racismo, não ao escravismo, não à marginalização social, não à marginalização religiosa e não à colonização (*Ibid.*, p. 06-07). Ser africano ou descendente de africano foi visto pelos colonizadores como algo negativo, inferior, como o pertencimento a uma raça impura que poderia ser tratada como mero objeto de exploração. Representaria um “não-povo”, que não teria uma história independente ou uma identidade própria. Muitos negros internalizaram tal pentágono de negações e passaram a se considerar como seres inferiores. Para sobreviver, alguns assumiram costumes, língua e a religião de seus opressores, “branquearam” seu modo de ser, “el pentágono de la negación provocó una pasión tan intensa en el colectivo heterodenominado negro que casi mató en aquellos seres humanos la conciencia de ser personas” (*Ibid.*, p. 08).

Para o autor, buscando a superação dessa humilhação a que os negros eram submetidos o Pan-africanismo atacou por duas vias principais, ou por “*dos flancos*”. O primeiro diria respeito à luta pela reconquista da identidade e da personalidade africana, reestabelecendo e potencializando as fontes culturais. Com este objetivo, diversos intelectuais como Léon-Gontran Damas, René Maran e Frantz Fanon, desenvolveram obras artísticas capazes de valorizar a cultura negra. O século XX, para Abogo, pode ser visto como o grande momento dessas explosões artísticas em que os africanos ou descendentes de africanos atuaram em praticamente todas as áreas, como na música, literatura, pintura, e abarcando estilos variados.

Diante deste contexto, movimentos como o da Negritude podem ser vistos como um instrumento de luta, de busca da recuperação da auto-estima e da liberdade das populações imersas ao colonialismo. O próprio “Discurso sobre o Colonialismo”, trabalho já mencionado de Césaire, pode ser visto como dotado dessa capacidade, ou que pelo menos tinha tal objetivo. Outros trabalhos deste escritor, assim como de diversos poetas e ensaístas, possuíam esta linha literária comprometida. Destacamos ainda a figura de W.E.B. Du Bois que

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

teria sido o grande responsável por possibilitar a transição do Pannegrismo ao Panafricanismo, ajudando na elaboração de congressos e movimentos, exigindo maiores direitos para os negros e denunciando a violência do Colonialismo.

Embora muitas obras literárias, musicais, etc., do Panafricanismo tenham sido desenvolvidas por intelectuais negros no exílio, ou que nasceram fora do continente africano, é importante ressaltar que estes mantiveram suas raízes, se identificando e mobilizando por também serem vítimas do racismo, da exploração. Conforme afirma Abogo:

[...] por un lado tenemos a los intelectuales africanos y, por otro, a los intelectuales de la diáspora, antillanos generalmente. La pregunta es ¿qué es lo que les unía?, la respuesta es evidente, el color o, mejor, la raza. Puesto que el epicentro, como hemos señalado antes, de las propuestas de liberación era África, lo negro fue reducido a africano. Todos los negros eran africanos [...] de esta manera, a ambos lados del Atlántico, quedó sellada la identificación de negridad con la africanidad [...] Africano y negro se identificaban por el color, por la discriminación basada en el color, por el sufrimiento y la alienación comunes[...] (ABOGO, 2004, p. 18).

Para o autor, nas diversas manifestações artísticas desenvolvidas, buscou-se então, tornar legítimo o *ser negro*, ou seja, a sua forma própria de habitar o mundo, a sua cultura, vestimentas, danças, religiões, a sua maneira de amar (*Ibid*, p. 13). Os negros não estariam, contudo, desenvolvendo uma xenofobia natural aos outros povos, mas apenas visariam não assimilar acriticamente uma cultura dominante, o que o escritor Léopold Senghor caracterizaria como “la construcción de una civilización del dar y el recibir” (*Idem*), ou o que já identificamos como um processo da “resistência da acomodação controlada”. Para exemplificar este aspecto pode-se pensar nas diversas maneiras encontradas pelos africanos para manter as suas cosmo-visões de mundo. Ao entrar em contato com a religião pregada e imposta pelos colonizadores, como por exemplo o Catolicismo, muitos negros incorporaram alguns elementos mas mantiveram outros da matriz original de suas crenças que consideravam essenciais de serem preservados. Com isso, novas religiões surgiram, misturando símbolos e ritos africanos com outros europeus.

No campo musical podemos pensar no grande número de instrumentistas, compositores e intérpretes negros que mesmo não vivendo na África desenvolveram canções

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

engajadas e realizaram denúncias ao racismo. Um dos estilos de grande destaque neste período foi o Jazz, surgido no espaço urbano americano, mas misturando elementos de diversas origens. Ao mesmo tempo em que o ritmo e o estilo de interpretação, por exemplo, tem fortes raízes no continente africano, também utilizam instrumentos de matriz europeia, como o saxofone e o piano. O Jazz teve importantes representantes negros como Nina Simone, Miles Davis, Ella Fitzgerald e John Coltrane. Embora tais músicos não necessariamente se digam como membros do Pan-africanismo pode-se considerar que diversos elementos mobilizados por este movimento (em seu aspecto cultural, ou primeiro *flanco*) ultrapassaram a fronteira do próprio continente, visto que os artistas citados são todos norte-americanos, mas com uma forte identidade negra e preocupação em difundi-la para outros afrodescendentes por meio de suas produções culturais.

Por fim, apesar de não ser objetivo do texto aprofundar nas considerações sobre o Jazz, não podemos deixar de mencionar algumas importantes incursões do ritmo no continente africano no fim da década de 1960, representadas pelo Afrobeat do cantor e compositor nigeriano Fela Kuti (que também foi um importante ativista dos direitos humanos) e do Ethio-jazz do etíope Mulato Astake.

Segundo Abogo, o Pan-africanismo teria então, obtido grande sucesso em seu primeiro *flanco* sendo capaz de mobilizar-se em prol da valorização da cultura e da identidade negra por meio de diversas produções artísticas na África e em outros continentes. O escritor Frantz Fanon é bastante associado a este *flanco* e uma de suas produções de maior destaque chama-se “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1952), na qual ele discorre criticamente sobre as diversas construções do racismo a partir de uma perspectiva psicanalítica. Este livro obteve notável destaque no século XX, e por isso realizaremos uma breve análise visando esclarecer melhor como as obras destes representantes do Pan-africanismo possuíam forte caráter engajado.

**Frantz Fanon e a literatura comprometida do Pan-Africanismo: uma breve análise da obra “Peles Negras, Máscaras brancas” (1952)<sup>2</sup>**

Frantz Fanon foi um autor martinicano, nascido em 1925. Morreu jovem, em 1961, quando tinha 36 anos. Todavia, apesar do curto período de vida, sua formação em Psiquiatria e Filosofia permitiu que produzisse obras com características ímpares e que influenciaram diversos pensadores no século XX, com destaque para aqueles que lutaram em movimentos anticolonialistas na África e no Caribe.

Em seu livro “Peles Negras, Máscaras Brancas”, de 1952, Fanon trata de um grande problema social que afetava - e ainda afeta - mulheres e homens negros, o racismo. O escritor era um intelectual e militante político e sua obra coloca em debate um assunto até então pouco discutido: a forma inferiorizada como pessoas de pele negra eram enxergadas e tratadas. Além disso, a partir de sua experiência como psicanalista aliado as suas vivências de homem negro, o autor propõem interessantes reflexões a respeito das consequências psicológicas e sociais do racismo.

A Martinica, ilha onde Fanon nasceu, é um território ultramarino francês na região das Antilhas. Ao contrário de muitas ilhas na região do mar do Caribe, ela não é um estado independente. A população autóctone martinicana foi exterminada no início da colonização francesa, desta forma a ocupação da ilha foi feita por uma minoria de franceses brancos na administração colonial, e por uma maioria de negros africanos escravizados como mão de obra na lavoura e na pecuária. A abolição da escravidão na França, e conseqüentemente em seus domínios, propiciou o surgimento na Martinica de um inconsciente coletivo branco. Afinal de contas, a ilha era parte da França, mesmo que estivessem geograficamente distantes. Com base nestas informações é crível afirmar que o título “Peles negras, Máscaras Brancas” reflete a percepção do autor do desconhecimento da população martinicana de uma identidade negra. E é essa uma das premissas a partir da qual Fanon desenvolve seu

---

<sup>2</sup> Nesta parte do artigo não objetivamos desenvolver uma ampla resenha, mas realizar alguns apontamentos sobre como o livro de Frantz Fanon - e outras obras de intelectuais Pan-africanistas - pode auxiliar na percepção de uma visão mais crítica acerca da história da África, e a refletir sobre a situação dos negros na contemporaneidade (sejam africanos ou afrodescendentes).

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

trabalho, partindo primeiramente de um olhar localizado sobre os seus conterrâneos negros, passando por uma visão dos negros nas Antilhas e chegando a conclusão de que era necessário estender um olhar sobre a posição do negro em geral.

No primeiro capítulo do livro (FANON, 1983, p. 33-51), *O negro e a linguagem*, Fanon explicita que a luta contra o racismo serviria para o negro entrar na “dialética do eu e do outro”. Isso porque o negro, para ele, possui duas dimensões: uma com o branco, que exerce sempre uma relação de poder em relação ao negro, e outra com o seu semelhante. O comportamento entre negros e negros, negros e brancos é diferente. Na colonização de um povo negro por brancos, essa relação de poder se expressa, por exemplo, na fala, no uso da linguagem. Falar o idioma do colonizador pressupõe assumir a cultura do mesmo, paralelo ao sepultamento de uma originalidade natural. Para ilustrar esse fato, Fanon faz uma narrativa tragicômica dos negros antilhanos tentando imitar o sotaque do francês falado na França, e do rechaço ao uso dos dialetos locais. Ele destaca ainda a mudança do comportamento do antilhano após ir à metrópole. No afã de eliminar o sentimento de inferioridade, posturas ingênuas são adotadas. Em contrapartida o autor critica a postura dos brancos de se dirigem aos negros, da mesma forma como adultos se dirigem a uma criança.

Desta forma é importante que seja dado ao negro o conhecimento, inclusive da filosofia, para a promoção da igualdade, e ajuda-los a se livrar dos complexos causados pela colonização. A inteligência aliada aos esforços para provar a existência prévia de uma civilização negra, contribuiriam para mitigar a necessidade do antilhano de se embranquecer ao renegar o seu idioma crioulo, e assumir cada vez mais o instrumento cultural que é a linguagem. Dominar francês não seria, ou não deveria ser, mais uma importante ferramenta para “abrir portas”.

O capítulo *A mulher de cor e o branco* (*ibid*, p. 53-68) é o segundo do livro, e nele o escritor fala das complexas relações entre um homem branco e a mulher negra. No histórico da colonização esse relacionamento era baseado na violência. Porém, somos apresentados ao ponto de vista de Mayote Capécia, uma mulher martinicana para qual se relacionar com um homem branco é um privilégio. Por amar um branco, ela aceita tudo dele. Inclusive ela

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

escreveu um livro, duramente criticado por Fanon, onde narra essa relação. Uma das críticas estaria relacionado a possibilidade de que essa aceitação e esse amor são ligadas a um sentimento de inferioridade, principalmente econômica.

Apesar da sombra da violência do relacionamento do homem branco com a mulher negra, em um determinado momento entre as antilhanas nasce uma necessidade de embranquecer a raça. Quanto mais clara a cor da pele das próximas gerações, melhor a possibilidade de ascensão econômica e social. Porém, mesmo que a relação inter-racial seja “consentida” pela mulher negra, apesar de não haver necessariamente uma violência física, há uma violência simbólica. Ter um homem branco como companheiro era uma forma de ascensão social - mas homens brancos não se casam com mulheres negras. Desta forma, essas mulheres teriam as portas para o sonho de torna-se brancas, pela convivência no meio dos brancos, fechadas. Apesar disso, persiste entre as negras o desejo de embranquecer, e entre as mulatas o desejo de embranquecer ainda mais e não retroceder. Inclusive, Fanon cita um romance na qual a moça de cor reage de forma agressiva a declaração de amor de um semelhante. A conclusão a qual se chega no segundo capítulo é que teoricamente a situação da mulata é menos desconfortável que a da negra. A preta se sente inferior e por isso aspira ser admitida no mundo branco. Essa inferioridade, porém, se manterá na medida em que a negra será sempre a mulher estepe, dos prazeres extraconjugais, não a moradora dos bairros chiques, senhora da casa grande.

No terceiro capítulo, *O homem de cor e a branca*, (FANON, 1983, p. 69-82) Fanon fala que o homem negro, digno de ser amado por uma branca, se apropria de uma dignidade branca. A partir desta perspectiva explana sobre o homem preto que apesar da cor tem um pertencimento branco, por estar desde pequeno na França. Todavia esse pertencimento não é completo, já que o homem negro na Europa, chega à um “não-lugar”, no qual o branco não o reconhece como um dos seus, e o renega. E os seus conterrâneos também o renegam, devido a transformação sofrida após a passagem pela metrópole.

Em, *Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado*, (*Ibid.*, p. 83-101) Fanon discute criticamente o texto “*Psychologie de la colonisation*” (1948) do etnólogo, filósofo e

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

psicanalista francês Octave Mannoni e através disto analisa a incapacidade do homem branco de tentar se colocar no lugar do negro e compreender o sofrimento do mesmo. Segundo Mannoni, brancos em minoria na colônia não se sentiriam inferiores, visto que quando é estabelecida uma relação de dependência o branco teria tendência para a superioridade e o negro para a inferioridade. Em outras palavras, a predisposição natural dos negros seria estar em posições inferiores. Neste capítulo faz também um interessante apontamento para aqueles que acreditam na luta de classes: o proletariado branco age com agressividade contra o proletariado negro, como uma forma de expressar superioridade, não ocorrendo uma união em prol da luta contra os “dominadores”.

Fanon em sua ocupação de psicanalista tem como propósito conscientizar o negro da sua negritude, demonstrando que branquear ou desaparecer não são as únicas possibilidades para as pessoas de cor. O quinto capítulo de sua obra é o mais extenso e nele o autor fala da importante influência dos poemas de Aimé Césaire (que como já foi destacado neste trabalho, também era martinicano) para a solidificação de uma imagem de *negritude* (FANON, 1983, p.103-126). Antes de o europeu chegar à África, já havia diversas sociedades consolidadas no continente. As manifestações religiosas lá encontradas, são encaradas pela visão eurocêntrica daquele período, como uma prova do atraso do povo negro em relação a evolução da humanidade. Já Fanon encara o resgate dessas expressões religiosas como a recuperação de uma ancestralidade e da comprovação da existência de sociedades antes da dominação européia. Esse é um capítulo onde no final os poemas surrealistas e engajados de Césaire são melhor discutidos, tendo por objetivo demonstrar que é possível construir uma cultura e identidade negra, e romper com o ciclo de sentimento de inferioridade.

Em seu trabalho, o escritor ressalta ainda o problema de se falar apenas do antilhano - é preciso falar do negro, porém os negros não têm uma unidade de raça. Apesar das particularidades de cada nacionalidade, aonde o negro vai permanece sendo negro, sendo necessário promover tal união. Percebe-se assim que o livro “Peles Negras, Máscaras Brancas” é uma importante fonte para todos aqueles que pretendem compreender os mecanismos do racismo, algo ainda atual. A partir das experiências e situações narradas por

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

Fanon é possível desenvolver e/ou aprimorar um senso crítico a respeito das práticas racistas na sociedade e a necessidade de combatê-las.

Conforme destacamos, nossa proposta foi de realizar apenas uma breve análise desta importante obra para melhor esclarecer como tais autores do movimento Pan-africanista utilizaram da literatura, e outras expressões artísticas, como uma maneira de engajamento e questionamento político. Retomando a discussão de M'BAH Abogo (2004), o Pan-africanismo teria então conquistado sucesso em seu primeiro *flanço*, visto que mobilizou inúmeros intelectuais na elaboração de trabalhos capazes de discutir a importância da construção de uma identidade negra diferente dos estereótipos impostos pelo pensamento ocidental racista, e de combater o colonialismo e a violência – física e simbólica - imposta sobre a população negra, seja na África ou em outros continentes. Agora, vamos nos deter em analisar melhor o segundo *flanço* do Pan-africanismo, ainda na perspectiva do debate levantado por Abogo.

**O Pan-africanismo em seu segundo *flanço***

O segundo *flanço* do movimento Pan-africanista, segundo M'BAH Abogo (2004), diria respeito a tentativa de dotar este movimento de um conteúdo político mais sistematizado e alcançar a unidade dos estados independentes africanos. Defendia-se que tais estados se encontravam em condição de inferioridade material diante de “agentes externos”, assim a união tornaria essencial para se ajudarem mutuamente na construção de um único Estado forte e independente capaz de fazer frente às contingências externas, ou seja, às potências globais (M'BAH, 2004, p. 12).

Todavia, é importante rememorarmos que a independência dos Estados africanos não despertou tal sentimento de unidade entre eles. Parte disso pode ser explicado como uma “herança” do período colonial, visto que as potências colonizadoras haviam criado fronteiras artificiais na divisão das regiões do território africano, desconsiderando os desejos da população local e as rivalidades existentes entre vários grupos que foram arbitrariamente aglutinados. Além disso, mesmo antes dos colonizadores adentrarem a África já havia

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

inúmeras disputas naquele território que são explicadas por questões internas próprias do continente e que já mobilizavam confrontos entre os povos. Durante o processo de luta pela libertação dos Estados tais problemas muitas vezes foram postos em segundo plano frente à necessidade de derrotarem um inimigo comum, o colonizador. Contudo, após vencerem esta batalha as diversas diferenças que existiam no continente voltaram a mobilizar intensas disputas internas, dificultando a promoção da união entre os povos.

S. K. B. Asante, em seu trabalho intitulado “O Pan-africanismo e a Integração Regional” (2010, p. 873-896) ressalta que os novos dirigentes dos países independentes direcionavam seus esforços para solucionar os problemas de seus próprios Estados, fortalecer o seu partido político, o controle sobre as massas e sobre os chefes opositores, além de mobilizarem-se pela segurança do país frente às potências estrangeiras. Deste modo, era difícil que se engajassem em prol de políticas Pan-africanistas. Para o autor, praticamente não havia líderes locais dispostos a renunciar ou arriscar a sua soberania em prol da luta pela união dos Estados africanos, o que contribuiu diretamente para que o *flanco* dois não se concretizasse. É também importante ressaltar que o chefe do governo normalmente não representava os interesses de todos os grupos locais, levando diversos sujeitos que não se sentiam representados por ele a se manifestarem e a ocorrerem golpes de Estado e guerras civis.

Analisando o contexto internacional devemos refletir sobre os impactos da Guerra Fria (1949-1989) para a África e o Pan-africanismo. Em um momento em que o mundo encontrava-se bipolarizado entre os Estados Unidos e a União Soviética, novos Estados independentes eram vistos por tais potências como importantes locais para estenderem o seu campo de influência. Devido a isso, o Pan-africanismo considerava essencial a união dos Estados africanos para que os mesmos não se tornassem meros súditos destas potências. Entretanto, o continente africano abarcava um amplo contingente de propostas políticas, econômicas, etc., e tal heterogeneidade dificultava uma possível solidariedade ou integração diante do contexto externo. Asante (2010, p. 876-877) ressalta, por exemplo, os famosos grupos “Casablanca” e “Monróvia”, que se mobilizaram em diversas conferências defendendo

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

propostas antagônicas. Monróvia acreditava que o melhor para o continente seria a criação de uma confederação de Estados mais flexível, que garantisse a autonomia dos mesmos. Já Casablanca era favorável ao Socialismo, embora pregasse um não alinhamento no contexto internacional, e defendia a unidade político-econômica da África. Monróvia também não era favorável a um alinhamento, mas diferentemente do outro grupo defendia que o engajamento em assuntos político-econômicos deveria ser algo voluntariamente realizado pelos Estados e não por meio de uma união de todo o continente aos moldes do que pregavam os integrantes do Casablanca (*Ibid*, p. 877).

Nos anos 1960, segundo Asante (*Ibid.*, p. 876-877), o número de Estados africanos que conquistou a independência deu um considerável salto, contudo, este mesmo período foi marcado por inúmeras dificuldades econômicas para o continente decorrentes, dentre outras questões, da dependência que possuíam em relação à Europa. Assim, após a conquista da independência muitos Estados consideraram que seria melhor, ou menos arriscado, continuar a manter relações com países que haviam lhes colonizado do que enfrentar essa crise por meio da unificação dos novos Estados. Conforme afirmou o autor:

A conquista da independência por elevado número de Estados africanos, entre 1960 e 1964 – o número de Estados independentes passou de 9 para 26, em 1960, dentre os quais todas as ex-colônias francesas, acrescidas em número pela Nigéria, pelo Zaire e pela Somália, atingindo 33 países em 1964 – prejudicou consideravelmente a ação integradora do pan-africanismo. (*Ibid.*, p. 876)

Neste período outro elemento que desfavoreceu uma possível união diz respeito à necessidade de se criar uma identidade nacional para os Estados recém-independentes, o que levou aos países a mobilizarem símbolos e ritos próprios, diferentes de outras regiões, movimentando novas disputas.

Deste modo, é possível concluir que o segundo *flanco* proposto pelo Pan-africanismo lidou com diversos entraves que o fizeram não ser considerado viável de se concretizar, tornando-se algo mais presente no campo das ideias. Segundo Abogo (2004, p.14) o fracasso deste ponto está associado ao sucesso do primeiro *flanco*. O primeiro ponto pelo qual o Pan-africanismo se mobilizou, conforme já ressaltamos, relaciona-se a luta pela conquista de uma

Jacqueline Maia dos Santos e Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

identidade negra e a valorização do africano por meio de ações culturais que fizessem frente ao pensamento racista difundido pelos colonizadores. Este primeiro *flanco* não enfrentou muitos problemas relacionados a conflitos internos ou disputas internacionais, visto que o fato de *ser negro*, seja na África ou em outras regiões do mundo, fazia com que os sujeitos se identificassem e se mobilizassem por enfrentarem problemas semelhantes, como a discriminação racial. No caso do segundo *flanco*, o desejo de líderes locais em manter sua soberania, os conflitos entre grupos internos, os divergentes projetos futuros propostos para o continente africano, dentre outras questões, acabaram impossibilitando que conseguissem unificar política e economicamente todos os Estados. Isso, contudo, não torna a luta Pan-africana menos significativa de ser lembrada, visto que contribuiu para a construção de uma identidade que valorizava o *ser negro*, e lutava contra o racismo e o colonialismo europeu.

Aimé Césaire, uma vez escreveu:

Minha negritude não é uma pedra/sua surdez lançada contra o clamor/do dia/Minha negritude não é uma catarata/de água no olho morto da/terra/Minha negritude não é nem torre/nem catedral/Mergulha na carne vermelha do sol/Mergulha na carne ardente do céu/Perfura a opressão opaca de sua paciência/equânime. (CÉSAIRE, apud. FANON, 1983, p. 102)

Analisando este poema, percebemos como o autor ressalta que, para ele, a sua identidade como negro não é algo estático, não é um entrave, mas é instrumento de luta em constante atuação. Sua negritude perfura o preconceito, ressalta a beleza e a força dos homens e mulheres negras. O professor e pesquisador Elio Ferreira também destaca que “Na concepção da poética de Césaire, a negritude é um organismo vivo, algo que brota no âmago do ser negro e profundo, vivificador, dinâmico, renovável, em estado de plenitude para reoxigenar a alma do mundo [...]” (FERREIRA, 2008, p. 04). Césaire, Fanon, Du Bois, e tantos outros intelectuais comprometidos, foram assim essenciais na disseminação de outra visão acerca do processo de colonização da África e dos inúmeros instrumentos de lutas contra a opressão aos negros.

### Considerações finais

**Lentes de Resistência: olhares de intelectuais negros sobre iniciativas africanas nos séculos XIX e XX**

A revisão bibliográfica ou historiográfica nos mostra que o estudo das iniciativas e resistências africanas é importante, dentre outras questões, por nos apresentar uma perspectiva da partilha europeia da África do ponto de vista do africano, e não somente do colonizador. Demonstra também, que a população africana não aceitou passivamente a perda de seu território e de sua autonomia, e que resistiu de diversas formas e em variados graus de intensidade.

O Pan-africanismo, nascido no século XX, pode ser enquadrado na categoria de resistência e embora não tenha alcançado todos os seus objetivos, se constituiu em um importante instrumento de mobilização em prol da valorização do *ser negro* e da luta contra o racismo e o colonialismo. Ele foi um sucesso ao proporcionar a construção de uma identidade negra, com raízes africanas, mediante a produção artístico-cultural: música, escultura, pintura, literatura, com destaque para a produção literária da corrente *Negritude*. Em contrapartida, o sucesso político do Pan-africanismo foi parcial, visto que ele subsidiou a independência das colônias em território africano, porém o grande objetivo final, de uma integração política continental, não foi alcançado.

Na atual conjuntura, um Pan-africanismo que contemplasse uma integração econômico-regional poderia contribuir para minimizar as estruturas de dependência econômica herdadas do colonialismo, desde que não se exija paralelamente uma união política, visto que este seria um elemento complexo de se articular, podendo gerar mais conflitos do que uniões.

Por fim, reiteramos que nosso objetivo neste trabalho não é o de construir leituras definitivas sobre a África, mas de apresentar reflexões de alguns intelectuais que apresentaram “lentes de resistência” à “história oficial”, ao olhar único sobre tal continente. Consideramos essencial a difusão das ideias desses pesquisadores, artistas, etc., visto que nos ajudam a desnaturalizar e a desconstruir preconceitos enraizados em nossa sociedade, além de complexificar nosso olhar acerca dos processos históricos ocorridos no continente africano.

**Referências bibliográficas**

- ASANTE, S. K. B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Eli. A; WONDJI, Christophe (Orgs.). **História Geral da África**, Vol. VIII: África desde 1935-2010. Brasília: UNESCO, 2010.
- BARBOSA, M. S. A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (Unesco). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2012, vol.32, n.64, pp. 211-230. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/12.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.
- BOAHEN, A. A. African Perspectives on Colonialism. Johns Hopkins University Press (Org.) **História Geral da África**. São Paulo: Ática, 1987. v. VII.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: SILVEIRA, R. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, E. Memória, construção de identidades e utopia em "Canto dos Palmares", de Solano Trindade. In: **Anais do XI congresso internacional da ABRALIC**. São Paulo: ABRALIC, 2008. Disponível em: [http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/078/ELIO\\_SOUZA.pdf](http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/078/ELIO_SOUZA.pdf). Acesso em 07 de fevereiro de 2016.
- M´BAH Abogo. **Panafricanismo clássico: Identidad y reconocimiento**. Nsibidi, 2004.
- M'BOKOLO, E. **Conquistas europeias e resistências africanas**. África Negra: História e Civilizações, até ao século XVIII, Tomo I : Lisboa, Vulgata, 2003.
- NGOZI, C. A. **O perigo de uma única história**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg> Outubro 2009. Acesso em 20 de fevereiro 2016.
- RANGER, T. O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, A. A. (Org.). **História Geral da África**, Vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª Ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- SENGHOR, L. S. O contributo do homem negro. In: SANCHES, M. R. (org.). **Malhas que os Impérios Tecem – Textos anticolonias, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- TED, **Ideas worth spreading**. Disponível em: <https://www.ted.com>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.
- UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: Apanhado Geral. In: BOAHEN, A. A. (Org.). **História Geral da África**, Vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª Ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.

## Cristãos-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo

Ademir Schetini Júnior\*

**Resumo:** Na Península Ibérica, a historiografia sobre a Inquisição ganhou impulso nos idos de 1990 e as pesquisas resultaram na produção de uma vasta literatura a respeito da atuação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Em Portugal, as investigações foram facilitadas com a ampliação do acesso aos arquivos abrigados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no qual podem ser contabilizados mais de quarenta mil processos, além de variados núcleos documentais. A pesquisa ganhou maior complexidade com as recentes investigações relativas à presença feminina na documentação inquisitorial e, em particular, de mulheres acusadas de preservação de práticas judaicas. A teia das relações abrangidas pela territorialidade colonial – distando sujeitos, fortalecendo hierarquias e suscitando formas distintas de atuação – delimita o pano de fundo sobre o qual se assenta o presente trabalho, sobre o papel das mulheres associadas ao criptojudaísmo em três grupos de cristãos-novos, nas capitanias do Rio de Janeiro (GORENSTEIN, 2005), da Bahia (ASSIS, 2012) e de Pernambuco (VEIGA, 2013).

**Palavras-Chave:** Tribunal do Santo Ofício; Brasil Colônia; Criptojudaísmo feminino.

### Introdução

Este texto vislumbra apresentar um panorama historiográfico acerca da ação inquisitorial contra os cristãos-novos na América portuguesa, especialmente contra mulheres associadas a práticas criptojudaicas.

Excetuando-se as imagens estereotipadas consagradas pela historiografia inquisitorial e pela historiografia do Brasil Colônia, até a primeira metade do século XX pouco foi dito sobre a presença e o comportamento do personagem judeu, demudado em cristão-novo, na

---

\* Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: schetinijr@yahoo.com.br. Obs.: Quando o artigo foi submetido, em 2015, o autor ainda não havia ingressado na pós-graduação e havia se graduado a menos de um ano, se adequando dentro das normas de publicação da *Epígrafe*.

conformação colonial (NOVINSKY, 1976, 1992, 1996, 2001). Nas quatro últimas décadas, a divulgação e ampliação do acesso à documentação produzida pela Inquisição logrou, entretanto, suscitar entre os historiadores novas questões e novas formas de abordagem sobre a instituição e a sociedade que a enleava. Esses trabalhos põem em foco distintos objetos, como a ação do Santo Ofício nos diferentes contextos territoriais da colônia, os sujeitos e modos de atuação dos ministros e de indivíduos, dos mais variados ofícios, cujos nomes passaram a compor o rol dos acusados de heresias<sup>1</sup>.

A Torre do Tombo é o centro crucial da documentação produzida pelo Santo Ofício português em escala intercontinental. Os documentos ali salvaguardados dão conta da área da jurisdição institucional, que extrapola os limites territoriais europeus e atinge recantos africanos, asiáticos e americanos, áreas coloniais ultramarinas de onde advém parte dos suspeitos de cometerem crimes contra a fé e contra a moral e que foram submetidos ao Santo Ofício português.

Todavia, durante um longo tempo, a investigação permaneceu restrita a quem podia deslocar-se para o edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Na transição para o século XXI, microfimes particulares se constituíram em suporte para as pesquisas, como demonstram os resultados dos estudos realizados no âmbito do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI/USP). Atualmente, os documentos relativos à Inquisição, especialmente os que constituem o subfundo da Inquisição de Lisboa, podem ser lidos por meio de representação digital. São inegáveis os avanços na pesquisa histórica, nos âmbitos quantitativo e qualitativo, que decorrem dos processos de preservação, digitalização, catalogação e disponibilização de documentos na rede mundial de computadores.

No Brasil, a facilidade do acesso a documentos abrigados na Torre do Tombo veio somar-se aos resultados das pesquisas de Novinsky, consolidada em profícua publicação acadêmica, como fator desencadeante de uma nova leva de estudos, no campo da

---

<sup>1</sup> Para análise de uma série de fontes inquisitoriais publicadas no Brasil, consultar: Lapa (1978); Vainfas (1997); Novinsky (1976; 2007; 2009); Siqueira (2011).

## Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo

historiografia brasileira, sobre a presença da Inquisição na colônia<sup>2</sup>. Laura de Mello e Souza situa os trabalhos de Novinsky no cruzamento entre a História Cultural e a História das Mentalidades e indica a novidade da sua abordagem:

A autora procura entender o universo mental e cultural [...]. O aspecto religioso só lhe interessa na medida em que lança luz sobre a cultura, mesmo porque as evidências históricas não indicam que houvesse maior ênfase naquele plano (SOUZA, 2007, p. 31).

### Cristão-novismo e judaísmo “porta a dentro”: a condição religiosa da colônia

Mais de dez gerações separam os estudos contemporâneos das mulheres e homens que, por ordem do rei D. Manuel de Portugal, foram induzidos a se converter ao catolicismo. Tentando desvencilhar-se da imposição religiosa, os que possuíam cabedal puderam tomar o rumo de países que ensejavam maior liberdade de crença àquela altura; outros, impossibilitados financeiramente, tiveram de ficar em território luso, embora, inicialmente, uma grande parte permanecesse em resiliência frente à nova religião.

Em Portugal, acentuou-se a discriminação, já vigente em Espanha, entre o cristão-velho e o cristão-novo e os estatutos de pureza de sangue são reforçados como critérios de acesso a diversos campos da vida social (CARNEIRO, 2005). Os chamados “limpos” de sangue podiam ingressar em cargos, obter títulos e privilégios, enquanto os outros levavam consigo a mancha deletéria do sangue considerado “impuro”. Sobre estes recaía a depreciativa antonomásia “gente da nação”. Ao tempo em que a Coroa portuguesa sustentava o projeto de dissolução dos remanescentes judeus na sociedade cristã (-velha), mas na condição de cristãos-novos, essa diluição faria assentar, nas artérias da sociabilidade, considerações sobre a natureza impura do sangue dos conversos.

Por outro lado, com a colonização do “Novo Mundo”, o mar se abria tanto para os velhos cristãos como para os novos. Escrevia Pero de Magalhães Gândavo (1858, p. XIX), por

---

<sup>2</sup> Um panorama historiográfico pode ser visto em ASSIS, A. A. F. de. No interior do labirinto, o olho do vulcão: revisitar os estudos inquisitoriais no Brasil e vislumbrar o futuro que tecemos. *Revista Ultramares* [Online]. N. 7, vol. 1, jan.-jul. p. 10-33, 2015. Disponível em <<https://sites.google.com/site/revistaultramares/numero-7-1>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

volta de 1575, sobre a Província Santa Cruz: “Especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhela para seu amparo”. E descrevia aquela paisagem que, em nenhum tempo, caberia em fado nenhum.

Do ponto de vista religioso, Laura de Mello e Souza alerta para a face sincrética e antidogmática do catolicismo colonial, com crenças incorporadas de um lado a outro, porém não incautamente escolhidas:

Eivado de paganismos e de “imperfeições” [...], o catolicismo de origem européia continuaria, na colônia, a se mesclar com elementos estranhos a ele, multifacetados muitas vezes, como a própria religião africana transmigrada. Ainda no primeiro século de vida, a colônia veria proliferarem em seu solo as Santidades sincréticas, misturas de práticas indígenas e católicas. A mais famosa delas foi relatada pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil: a de Fernão Cabral de Taíde, senhor de engenho de Jaguaripe (SOUZA, 2014, p. 130).

A coloração tipicamente tropical da religiosidade do ultramar era fruto da diversidade de povos que viviam nas colônias e das distintas tradições que para aqui são transplantadas: “Toda a multiplicidade de tradições pagãs, africanas, indígenas, católicas, judaicas não pode ser compreendida como remanescente, como *sobrevivência*: era vivida, inseria-se, neste sentido, no cotidiano das populações. Era, portanto, *vivência*” (SOUZA, 2014, p. 135). Dentre os fatores que apoiaram o estabelecimento do sincretismo no ambiente colonial está a extensa dimensão geográfica, frente à qual a Igreja não dispunha de meios de controle efetivo.

No caso do criptojudaísmo, como destacam Anita Novinsky (1992) e Suzana Santos (2002), é evidente o paralelismo entre os momentos marcados pelo recrudescimento das perseguições inquisitoriais e o afrouxamento das práticas religiosas judaicas (que esmaeciam na memória coletiva). O *marrano* – a expressão carrega uma dicotomia que não pode ser apagada – não consegue se desvencilhar das marcas do judaísmo, vivenciadas como religião incipiente, de conhecimentos exíguos, escassa prática e limitada convivência, mas, ainda assim, uma forma de religiosidade. A exterioridade haveria de ser envernizada com padrenossos, ave-marias e uma boa dosagem de conhecimento sobre datas festivas, as quais marcavam o calendário católico na colônia. Outrossim, eram tomados como indícios de

## Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo

heresia, por parte dos inquisidores, alguns comportamentos como não “dizer a missa” e não comungar na quaresma.

As práticas criptas, ainda que realizadas no interior do *locus* residencial, hauriam rua afora como candeias de *shabat* a alastrar ares de afrontamento. E ainda, se, por um lado, é na quase intimidade do lar<sup>3</sup> que as mãos das mulheres dançavam em frente ao rosto ao acender as velas (lâmpadas ou candeiros) do *shabat*, por outro, a roupa limpa das consecutivas tardes das sextas-feiras eram notadas com facilidade pela vizinhança.

Como salientou Michel Vovelle (2004), não podemos perscrutar os rins e os corações das pessoas que viveram no passado. Este problema se impõe, sobremaneira, para os estudiosos da Inquisição, porque os “traços” marcantes deixados pelos acusados são tomados dos processos – nos quais respondiam por supostos desvios – e das confissões e das denúncias – quando delatavam, senão a si mesmos, aqueles de quem sabiam ou suspeitavam saber sobre coisa alguma.

Com a expressão “*Se sabeis, vistes ou ouvistes...*”, a Carta Monitória convocava “todos os moradores e por qualquer via residentes, estantes, ou vezinhos, desta dicta cidade de Salvador e de dentro de huã legoa ao redor della” (PRIMEIRA VISITAÇÃO, 1935, p. 14) a inculpar hereges, apóstatas, difamados ou difamadas, suspeitos ou suspeitas, sob pena de excomunhão maior *ipso facto incurrenda*. As denúncias açambarcavam vivos ou defuntos.

As visitas dos agentes do Santo Ofício à colônia recém-povoada se integravam ao programa de expansão geopolítica portuguesa e tinham como objetivo primordial corrigir os desvios aí instalados. Sob os auspícios de Trento, com as ações do Tribunal, a Igreja reforçava os seus propósitos de expansão do poder evangélico, aumentando a vigilância e redobrando a acuidade nas áreas incorporadas ao território da cristandade.

O impacto da presença inquisitorial foi sentido no decurso da Primeira Visitação do Tribunal, ocorrida entre 1591 e 1595, nas regiões da Bahia (1591-1593) e de Pernambuco,

---

<sup>3</sup> Sobre aspectos da privacidade colonial, conferir, entre outros, Alegranti (1997).

Itamaracá e Paraíba (1593-1595)<sup>4</sup>. A visita foi encarregada ao licenciado de grossas letras Heitor Furtado de Mendonça que, na opinião de Vainfas, em texto introdutório das *Confissões da Bahia*, “contribuiu para dissolver as sociabilidades [...]. Para desfazer amizades, solidariedades viciniais, amores, chegando mesmo a destruir famílias e grupos de convívio” (VAINFAS, 1997, p. 29). O visitador esforçou-se para dar provas de ação ao padroado régio e para reforçar a centralidade monárquica em terras coloniais. Furtado de Mendonça veio acompanhado pelo notário Manoel Francisco e pelo meirinho Francisco Gouvea e “contou com o auxílio de autoridades eclesiásticas e missionários locais, mormente o dos jesuítas” (VAINFAS, 1997, p. 18). Os acossamentos conduzidos pelo Tribunal tiveram um efeito destruidor nas acomodações que, nas paragens brasílicas, ainda no ocaso do século XVI, caracterizavam as relações entre os cristãos-velhos e os cristãos-novos:

Prova do bom convívio entre os “cristãos puros” e a “aflita gente”, é a presença neoconversa em praticamente todos os espaços da economia, imbricando-se nos mais diversos níveis sociais, chegando muitos deles a ocupar cargos e posições de importância: ouvidores da Vara Eclesiástica, mestres de latim e aritmética, senhores-de-engenho, religiosos, profissionais letrados, médicos, advogados, vereadores, juízes, escrivães, meirinhos e almoxarifes, o que reflete o alto grau de miscibilidade na colônia se comparado às outras áreas de migração dos cristãos-novos partidos de Portugal, como o Norte europeu, as geograficamente descontínuas ocupações no Oriente e o Levante (ASSIS, 2002, p. 51).

No período da Primeira Visitação, havia forte indício da existência de cristãos-novos criptojudasizantes, mas, com o passar dos anos, o distanciamento em relação às primeiras gerações *conversas* era um fator de arrefecimento da fé mosaica nos arredores da capitania baiana e comprometia o próprio sentido da prática religiosa. A tal ponto que a Grande Inquirição ocorrida em 1646, como assegura Anita Novinsky (1992, p. 132), “caracteriza-se principalmente pelo ‘vazio’ de seu sentido religioso”. A essência da ação inquisitorial era facultada pelos governantes metropolitanos e coloniais. Sobretudo cristãos-novos (homens

---

<sup>4</sup> As visitas ocorreram esporadicamente: “Ao Brasil, determinou o Conselho, ao que se sabe, Visitações em 1591, 1618, 1627 ao Nordeste; em 1605 e 1627 ao Sul, em 1763 ao Pará. Outros visitadores podem ter vindo durante a época colonial” (SIQUEIRA, 1978, p. 189).

## Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo

de negócios e suspeitos de colaboração com a invasão holandesa) foram denunciados por costumes estranhos ao catolicismo, mas a *vivência* religiosa referida por Laura de Mello e Souza andava em baixa naquela conjuntura.

À exceção da ocupação holandesa em Pernambuco, quando, por pouco mais de duas décadas do século XVII, foi consentida a prática religiosa judaica e aberta a sinagoga Kahal Zur Israel (VAINFAS, 2010), nos demais espaços coloniais a identidade dos cristãos-novos estava associada muito mais à noção de pertencimento étnico do que à efetiva experiência religiosa no âmbito do judaísmo. Aliás, o próprio preceito referente à observância do *shabat* (SHEMOT 20, 08) inicia com a palavra “lembrar” (*zachor*) seguida de “guardar” (*shamor*).

### Presença feminina nas fontes inquisitoriais do Brasil Colônia

O livro de fontes *Inquisição: prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX*, publicado por Anita Novinsky, fornece uma visão abrangente a respeito do contingente de penitenciados pelo Santo Ofício. Utilizando fontes diversas, mas particularmente os Livros dos Culpados, Cadernos do Promotor, Livro das Confissões, Livro dos Presos Pobres, Livro dos Presos Ricos, Lista dos Relaxados, Mandados não Cumpridos, Lista de Solicitantes, de Sodomitas, além de outros núcleos (NOVINSKY, 2009, pp. 28-30) do Arquivo da Torre do Tombo, a autora apresenta os dados de 1.076 (mil e setenta e seis) presos, de ambos os sexos, cujos processos foram iniciados no Brasil<sup>5</sup>.

O levantamento realizado por Novinsky (2009, p. 44) indica que dos “1.076 prisioneiros, entre homens e mulheres (excluídos os sem dados), 46,13% dos homens e 81,92% das mulheres foram acusados de judaísmo”. As mulheres representam 27,7% (ou seja, duzentos e noventa e oito) do total dos acusados, sendo que 231 (duzentos e trinta e uma) foram

---

<sup>5</sup> O trabalho demandou várias estadas no ANTT e demorou décadas para ser finalizado. O levantamento de Novinsky sobre os acusados do Brasil é o mais completo já publicado. Os números, contudo, ainda poderão ser acrescidos. Grayce Souza (2011) apresentou, em artigo publicado pela Revista *Politeia*, o caso de Alexandre Henriques, cristão-novo acusado de ter crenças judaicas e que foi enviado à ala de “doidos” do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Salvador, no início do século XVIII (ANTT – TSO, IL *Processo de Alexandre Henriques*. Proc. núm. 3.432, Portugal, Lisboa). No rol de *Prisioneiros do Brasil*, consta um acusado homônimo, morador do Rio de Janeiro, que também respondeu pelo crime de judaísmo (ANTT – TSO, IL *Processo de Alexandre Henriques*. Proc. núm. 2.359, Portugal, Lisboa).

tomadas como cristãs-novas (77,51%) e, dentre estas, 222 (duzentos e vinte e duas) responderam pelo crime de judaísmo.

No final do século XVI, no esteio da Primeira Visitação, enquanto 6 (seis) homens foram acusados de judaísmo, 11 (onze) mulheres receberam acusação similar em um total de 36 (trinta e seis) prisões efetuadas, o que corresponde a 74,5% (VAINFAS, 1997). Entre as acusadas encontravam-se Ana Rodrigues e suas filhas (a filha Leonor seria beneficiada pela bula do Perdão Geral<sup>6</sup> de 1604, publicada em Portugal em 16 de janeiro de 1605, e seria denunciada novamente na Segunda Visitação, em 1618, pelo visitador Marcos Teixeira). Também aparecem Branca Dias e suas filhas.

Durante a ação persecutória da Inquisição, três mulheres foram mandadas relaxar à justiça secular: duas em carne: Tereza Paes de Jesus<sup>7</sup>, natural e moradora do Rio de Janeiro (1720), e Guiomar Nunes<sup>8</sup>, nascida em Pernambuco e moradora em Santo André, distrito da cidade da Paraíba (1731). Uma mulher foi relaxada em estátua<sup>9</sup>, Ana Rodrigues<sup>10</sup>. Todas as três foram acusadas de praticar a religião mosaica<sup>11</sup>. De Ana Rodrigues nos dá notícia Angelo de Assis (2002, p. 63):

Idosa e doente, vingar-se-ia da prisão morrendo no cárcere, o que não a livraria de ser processada pela Inquisição, condenada ao "braço secular" e relaxada em efígie, tendo sua memória amaldiçoada e os ossos desenterrados, "queimados e feitos em pó em detestação de tão grande crime". Para evitar que seu exemplo fosse repetido, um quadro retratando-a entre labaredas e seres demoníacos ficaria exposto na igreja de Matoim, onde morara, a mando

---

<sup>6</sup>Sobre o Perdão Geral, argumenta Anita Novinsky (2007, p. 16): "Recuperaram em 1605 a liberdade 410 prisioneiros, entre os brasileiros que haviam sido presos nas investidas inquisitoriais na Bahia e Pernambuco, no final do século XVI. Entretanto, esse 'perdão' foi uma farsa, pois não se interromperam as perseguições. Alguns meses após a chegada da Bula do Perdão Geral, realizou-se em Portugal um auto-de-fé, o que mostra que os Inquisidores não levavam muito em conta as decisões de Roma".

<sup>7</sup> ANTT – TSO, IL, Processo de Teresa Paes de Jesus. Proc. núm. 2218, Portugal, Lisboa.

<sup>8</sup> ANTT – TSO, IL, Processo de Guiomar Nunes. Proc. núm. 11772, Portugal, Lisboa.

<sup>9</sup>Explica Elias Lipiner (1977, p. 119): "Os condenados presentes eram relaxados em carne e os ausentes, que haviam fugido escapando assim às mãos da Inquisição não acudindo à citação por éditos, eram relaxados em estátua ou em efígie". Havia ainda a opção de o réu presente condenado à pena capital ser reconciliado com a Igreja e, nesse caso, optar pelo garrote antes da execução da sentença.

<sup>10</sup> ANTT – TSO, IL, Processo de Ana Rodrigues. Proc. núm. 12142, Portugal, Lisboa.

<sup>11</sup>Por algum motivo, o texto de Novinsky (2009, p. 47) refere-se somente a duas mulheres sentenciadas à pena capital, embora os dados do livro sugiram que três mulheres tenham sido enviadas à justiça secular: duas em carne e uma em estátua, como se disse.

**Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo**

do Santo Ofício. Além da matriarca macabéia, outras gerações de familiares sofreriam acusações, e alguns deles seriam processados pela Inquisição: Heitor Antunes, seu falecido marido; Beatriz, Violante e Leonor, suas filhas, e a neta, Ana Alcoforado. Como os Macabeus bíblicos que lhe emprestaram o nome, seria, ela e os familiares, vítimas da intolerância religiosa de uma sociedade que não os compreendia nem aceitava em suas especificidades [...].

Até recentemente, raras vezes a mulher desabrochava como *persona* ativa na história desta possessão da coroa lusitana. Quando aparecia, ocupava a camada dérmica. Em congruência aos estudos de Gilberto Freyre (1950), não negamos ter sido a colônia luso-americana de um desmedido patriarcalismo. Porém, em meio à asfixia social e religiosa que lhes acometia, algumas mulheres romperam com a praxe, como destaca o trabalho de Luiz Mott (1993), amparado em fontes inquisitoriais, sobre a Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, trazida da África para o Rio de Janeiro, mulher escravizada, que sabia ler e escrever e, segundo diziam, realizava milagres.

O processo inquisitorial é um dos poucos tipos de documentos que registram a voz feminina, embora mais ou menos distorcida pelo aparato institucional. Para Carlo Ginzburg (1989), o reflexo do desequilíbrio entre réu e Inquisidor se projetava sobre a forma pela qual o processo era conduzido. Nos processos, como nas confissões, a voz do réu era transformada em voz do Inquisidor e registrada pelo Notário. Entretanto, malgrados os filtros, os documentos inquisitoriais dão indícios não só da religião, como também do universo mental, comportamental e das formas de consciência dos sujeitos enredados.

*A inquisição contra as mulheres*, tese de Lina Gorenstein publicada em livro em 2005, é um estudo de grande relevância a respeito do cristão-novismo no cenário do Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII. A autora analisa sessenta e um processos, de um conjunto de cento e sessenta e sete cristãs-novas, nascidas ou residentes no Rio de Janeiro, incriminadas por criptojudaísmo no primeiro quartel do século XVIII.

Gorenstein questiona o grau do criptojudaísmo dessas mulheres e levanta alguns dados importantes. Destaca que, num total de 94 (noventa e quatro) cristãs-novas, 63,82% (isto é, sessenta cristãs-novas) foram casadas com correligionários étnicos e considera que “os

grupos familiares de cristãos-novos estavam ligados entre si através de casamentos e também através de negócios” (GORENSTEIN, 2005, p. 91), embora a endogamia fosse “comum à elite colonial” (GORENSTEIN, 2005, p. 266).

Na interpretação da autora, reiterada em publicação de 2007, os matrimônios endogâmicos tinham por finalidade, principalmente, a preservação patrimonial: “É possível ver nesse comportamento vários significados: proteção do patrimônio familiar, proteção do segredo do criptojudaísmo e um reflexo da discriminação a que estavam submetidos” (GORENSTEIN, 2007, p. 74). As uniões eram seladas, sobretudo, pelos fatores étnico-econômicos. Gorenstein afirma a multiplicidade das atitudes das famílias analisadas, mas evidencia, com seus estudos, a incorporação dos sujeitos cristãos-novos à sociedade colonial.

O número elevado de processos por criptojudaísmo nas “capitanias do sul” de setecentos já havia sido ressaltado por José Gonçalves Salvador em *Cristãos-novos, jesuítas e Inquisição*, publicado em 1969– no entanto, sublinha-se que as interpretações de Salvador e Gorenstein diferem:

[A capitania fluminense] tornou-se um foco do judaísmo. Durante todo o século XVII os sefardins e seus descendentes cultivaram as tradições mosaicas. Os processos de réus condenados no decorrer do mesmo, e outros documentos, comprovam-no suficientemente. No século seguinte prendeu-se mais de uma centena, sobretudo nas três primeiras décadas. Acontece que muitos destes já eram naturais do Rio de Janeiro ou tinham vindo com os genitores em tenra idade. Em suas confissões diante dos inquisidores lisboenses recordaram reuniões familiares de há cinquenta, quarenta, vinte anos, etc., nas quais se praticavam os ritos judaicos ou se comentava acerca da lei de Moisés (SALVADOR, 1969, p. 183).

A visão de Gonçalves Salvador parece conspurcada pela interpretação *ipsis literis* do documento. O autor, ao tomar como critério de verdade a narrativa do processo inquisitorial, reconhece, genericamente, no elemento cristão-novo o criptojudeu em potencial. E isso a despeito de o seu texto ter sido publicado contemporaneamente ao desenrolar do famoso debate entre António José Saraiva (1969; 1985) e Israel Salvador Révah (1977), quando foram postos em contraposição a interpretação denotativa, literal do documento e, do outro lado, o questionamento sobre a juridicidade da heresia hebraica.

**Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo**

Na produção historiográfica recente, têm ganhado destaque os desdobramentos da presença do Tribunal da Fé no Brasil. Angelo Faria de Assis desponta como pesquisador do *marranismo* colonial e com perspectivas de abordagem a partir dos estudos de gênero. No texto *Macabeias da Colônia: criptojudáísmo feminino na Bahia*, publicada em 2012, o historiador examina o caso que envolveu a família Antunes, “macabeia”, que tomou residência no recôncavo baiano, a umas cinco léguas da cidade-sede. A nau que trouxe o casal Antunes em companhia do governador-geral Mem de Sá desembarcou na Terra de Santa Cruz em dezembro de 1557, após duzentos e quarenta e três dias em alto mar. A família tornou-se uma das mais proeminentes da colônia, posição almejada por qualquer cristão-velho. Estava entre as boas da terra, porém, era cristã-nova. As relações mantidas por Heitor Antunes, cavaleiro d’el Rei, na sociedade colonial, granjeavam-lhe sucessos na carreira.

O patriarca dos Antunes, no seio de uma sociedade que previa a uniformidade da fé, jactava-se de pertencer à linhagem dos macabeus bíblicos e afirmava possuir um alvará que comprovava os antepassados heroicos (ASSIS, 2012, p. 134-142). Na transversalidade, conectava o seu passado às origens de Portugal de modo a atenuar a gravidade do sangue “impuro” e, ao mesmo tempo, granjear justificativa para a preservação do possível judaísmo, praticado às escondidas.

Sobre os casamentos contraídos pelos filhos dos Antunes, sobressaem os matrimônios exogâmicos de Beatriz Antunes de Faria, casada com o cristão-velho Sebastião de Faria; de Isabel Antunes, com o cristão-velho Antonio Alcoforado; de Violante Antunes, com o cristão-velho Diogo Vaz Escobar; de Dona Leonor Antunes, com o cristão-velho Henrique Muniz Teles, “fidalgo da casa d’el rey”; de Jorge Antunes, casado com a cristã-velha Joana de Bethencourt de Sá; de Álvaro Lopes Antunes, com a cristã-velha Isabel Ribeiro. Já Nuno Fernandes Antunes, que planejava casar com uma cristã-nova, ficou solteiro. Outro filho havia falecido ainda em Portugal. Deste modo, assim como as filhas mulheres, que esposariam, todas, homens dos principais da terra, cristãos-velhos “honrados e nobres”, também os filhos homens dos Antunes que se casaram, uniram-se a mulheres ditas de “sanguepuro”(ASSIS, 2012, p. 118-123).

Com a morte do patriarca, Heitor Antunes, Ana Rodrigues, esposa, tornou-se responsável pela direção das cerimônias na *esnoga* residencial, da qual tanto falaram os denunciadores das redondezas. Ali, certamente, o *minyán* (ou seja, o quórum mínimo nas cerimônias religiosas) era atingido. Assis (2012, p. 279) atesta:

Fortes responsáveis pela sobrevivência do judaísmo na família e vítimas do comentário e escárnio geral por seu comportamento apontado como herético, as Macabeias encontrariam seguidoras e cúmplices fora dos limites da família e da capitania – outras *rabis*, igualmente responsáveis pela manutenção, prática e divulgação da religião de Israel em ambiente hostil –, verdadeiras mártires e símbolos da resistência judaica na luso-América.

Com a chegada do visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, e de seu séquito, graves denúncias foram apresentadas contra a família Antunes, em 1592 e 1593. A octogenária “Ana Rodrigues seria presa e enviada para Lisboa, em uma câmara comprada para ela, enjaulada” (ASSIS, 2002, p. 63), vindo a falecer “setenta dias após ter sido entregue aos representantes da Inquisição lisboeta” (ASSIS, 2012, p. 328). Em 1600 lavrou-se a sentença: que se desenterrassem os ossos e a ré fosse relaxada à justiça secular<sup>12</sup>.

No artigo *Menorá de mil braços: variações do criptojudáismo no mundo português*, o autor retoma o tema da valorosa presença feminina como agente da manutenção cultural. A metáfora do *Menorá de mil braços* remete à imagem do candelabro presente no Templo de Jerusalém, dotado de sete braços, cada um deles destinado a sustentar uma vela. Acesas, as velas simbolizavam a luz da Torá – livro de instruções para a vida hebraica. O título empregado libera o significante. O autor busca destacar a própria gestação do criptojudáismo como forma miraculosa de resistência, quase subterrânea, à religião cristã imposta aos conversos ibéricos. A tradição, a religiosidade, a cultura, enfim, o fogo dos antepassados continua e permanentemente aceso:

---

<sup>12</sup>Entre outras querelas, assinala-se a disputa em torno da idade da matriarca Ana Rodrigues. A ré chega a sugerir ser centenária. Sendo aceita esta idade, Ana Rodrigues não estaria submetida à jurisdição inquisitorial originada no batismo forçado de 1497. Mas os inquisidores rejeitaram tal pressuposto e consideraram-na octogenária e cristã-nova batizada por livre iniciativa. Não obstante, ainda que se aceitassem os 80 anos, a idade seria arma dos genros cristãos-velhos na vã tentativa de reaver os bens confiscados. Estes alegaram que durante as confissões Ana Rodrigues não se encontrava em sã consciência.

**Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo**

Por todos os braços por onde se espalharam os portugueses pelo mundo, o fato é que o elemento cristão-novo – e, dentre eles, uma considerável parcela de judaizantes – encontrou formas de resistir às pressões sofridas e burlar as proibições legais contra o judaísmo para continuar a seguir a fé que lhes fora arrancada por decreto, mas não apagada por completo da alma (ASSIS, 2011, p. 21).

A resistência se fazia mediante atitudes e as crenças e práticas eram amiúde ressignificadas, reinterpretadas, adequadas às circunstâncias e, muitas vezes, ocultadas. Elas se inseriam na vida cotidiana dos sujeitos e tomavam corpo no *locus* do privado: o lar. Isso explica por que “o criptojudaísmo possível foi, em grande parte, um criptojudaísmo feminino, só possível por conta do sacrifício destas mulheres, verdadeiras ‘rabinas’ num mundo que lhes negava a existência” (ASSIS, 2011, p. 24).

Assim como Ana Rodrigues, Branca Dias saíra de Portugal com destino à luso-América no momento em que as chamas dos autos da fé começavam a crepitar e a Inquisição, a “compor regulamentos internos” (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 39). Pelo que tudo indica, em ambos os casos, fatores econômicos influenciaram menos do que os socioculturais no desencadeamento dos processos.

As motivações da partida de Branca Dias de Portugal para a colônia parecem estar associadas à fuga ou ao degredo. Anos antes da viagem, no triênio de 1543-1545, a personagem já havia sido presa nos cárceres lisboenses, acusada de judaísmo, e não tinha autorização para ultrapassar os limites territoriais sem licença especial. Seu marido, o cristão-novo Diogo Fernandes, já sesmeiro em Pernambuco, sofria com dificuldades para recuperar-se de uma ação empreendida contra seu engenho. A chegada de Branca Dias com os descendentes à capitania pernambucana, por volta de 1550, veio a contribuir para a reabilitação financeira da família, por meio do empreendimento de uma escola de “lavar e coser” para moças, e, ao mesmo tempo, servirá de fator de estímulo ao fortalecimento do criptojudaísmo na região<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> De acordo com Veiga (2013, p. 84), “a pequena escola, que funcionou tanto no sobrado da família em Olinda, quanto no Engenho Camaragibe, estendeu suas atividades entre os anos de 1558 e 1563 provavelmente. Podemos concluir as datas através das informações contidas nos depoimentos das alunas de Branca Dias”.

Passados os tempos de desventura, os Dias-Fernandes dividiam o tempo entre Olinda e o Engenho de Camaragibe. No engenho, de acordo com denúncias, parte da família *fazia esnoga*, da qual participava um círculo de letrados portugueses, inclusive o autor da *Prosopopeia*, Bento Teixeira, e Ambrósio Fernandes Brandão, autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil*.

Na dissertação intitulada *Segundo as judias costumavam fazer: as Dias-Fernandes e o criptojudaísmo feminino no Pernambuco do século XVI* (2013), Suzana do Nascimento Veiga afirma a natureza familiar do criptojudaísmo e ressalta o viés matrilinear da transmissão dos ritos judaicos.

A miscigenação era uma constante entre as famílias da colônia, principalmente entre famílias de cristãos-novos e cristãos-velhos, como destaca Evaldo Cabral de Mello (1989). Deste modo, assim como entre os Antunes, a maior parte das mulheres da família Dias-Fernandes contraiu casamentos com cristãos-velhos, homens que exibiam genealogia e/ou posses capazes de amainar o mal prognóstico a elas imputadas. Mas consolida-se a tradição de transmitir as suas crenças ancestrais por linha feminina:

Sabemos pelos registros das denúncias que Branca Dias casou a maior parte das filhas com cristãos-velhos, muitos dos quais homens proeminentes da Capitania. Apenas duas das oito filhas do casal Branca e Diogo casaram-se com cristãos-novos e uma permaneceu solteira: Beatriz Fernandes. É possível que, assim como Violante, as outras filhas da matriarca considerassem mais seguro transmitir suas crenças para as filhas optando por não transmitir aos filhos, que eram “filhos de cristãos-velhos”, assim como também eram mais vulneráveis a serem notados por atividades suspeitas, por causa da natureza de seus trabalhos serem mais públicas que as femininas (VEIGA, 2013, p. 97).

O espaço colonial, a temporalidade e a religiosidade aproximaram as matriarcas Ana Rodrigues e Branca Dias, que acabaram por se tornar alvo da ação de Heitor Furtado. Após devassar a capitania baiana, o visitador percorre o caminho de Pernambuco e região (1593-1595) e põe-se a colher depoimentos que se enquadravam nas expectativas criadas pelo Santo Ofício. Apesar de as ações inquisitoriais revelarem-se novidades no campo das santidades ameríndias, em geral as acusações levantadas durante a Visitação referiam-se ao que parecesse judaísmo.

**Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo**

Na Bahia como em Pernambuco, uma “voz geral” se encarregava de apresentar as denúncias à mesa de Furtado de Mendonça. Já falecida à época das denúncias de Pernambuco, Branca Dias foi bastante citada, sobretudo pelas alunas do colégio/internato que havia fundado: “Elas relatam que, nesse período, cerca de 30 anos atrás, viam Branca Dias, assim como suas filhas, a praticar essas coisas” (VEIGA, 2013, p. 59). A lista de atitudes a elas imputadas e tomadas como suspeitas englobava: lavar a casa na sexta-feira; limpar e renovar o azeite dos candeeiros na sexta-feira; guardar o sábado; vestir roupa limpa no sábado; fazer comida diferente no sábado; possuir uma toura<sup>14</sup>; guardar as festas da Lua Nova e do *Yom Kipur, Sukot, Pessach*; reunir com portas trancadas em certos dias da semana; insultar objetos sagrados. Esses “indícios” de subordinação à lei mosaica, constantes no Monitório da Inquisição, eram os mesmos que haviam suscitado a condenação ainda em terras portuguesas, como assegura Suzana Veiga (2013, p. 92): “os rituais referidos pelos denunciadores, que eram praticados no Camaragibe, são exatamente os mesmos pelos quais Branca Dias fora anteriormente condenada no Reino”.

Os inquisidores não acharam razões para proceder contra a defunta e, provavelmente, desconheciam o processo instaurado em Lisboa, mas o Tribunal continuou a receber menções das Dias-Fernandes até a quarta geração. Quinze mulheres da família foram denunciadas e seis receberam sentenças.

Branca Dias e Ana Rodrigues foram filhas dos chamados batizados de pé (LIPINER, 1998). Os seus antepassados viram-se forçados a se converter ao catolicismo, espremidos entre o mar lusitano e a improvisada pia batismal. Doravante, os cristãos-novos iriam se distanciar da comunidade judaica organizada. A fundamental leitura dos textos sagrados estava proibida, mas elas tinham, a seu favor, a memória e o silêncio do lar.

---

<sup>14</sup> Corruptela de Sefer Torah. Considerando-se a descomunal dificuldade de se possuir uma Torá no Brasil Colônia, exceto no Pernambuco do curto período de ocupação holandesa, acredita-se que as denúncias possam estar se referindo a uma mezuzá. Interpretação diferente pode ser conferida em Lipiner (1997, p. 138-140).

### À guisa de conclusão

O tema do criptojudáismo feminino na América portuguesa encerra, ainda, em reduzida produção bibliográfica, embora de indiscutível qualidade. A produção historiográfica recente corrobora com a tese de que o judaísmo, enquanto religião praticada clandestinamente, acaba por se transformar em um corpo subconsciente de manifestações. Em uma sociedade cada vez mais marcada pela mestiçagem religiosa, as práticas religiosas associadas à origem judaica perdem sentido. Consolida-se, no ambiente colonial, o fenômeno do nascimento do que Anita Novinsky (1992) denominou de homem dividido: nem cristão nem judeu: *marrano*. No Brasil, “o marranismo foi um fenômeno heterogêneo e em cada região o comportamento *marrano* era específico” (NOVINSKY, 2001, p. 71). Nas aproximações permitidas pela reconstrução histórica parece plausível defender que, enquanto alguns grupos criptojudaeizavam, outros, não; e, dentro de um mesmo grupo, alguns indivíduos judaeizavam e outros, não.

O *marranismo* deve ser percebido, como explicitou Nathan Wachtel (2009, p. 15), “em sua complexidade e diversidade, no grande leque que se desdobra entre dois polos, o dos judaeizantes fervorosos de um lado e o dos cristãos sinceros de outro, passando por toda uma série de casos intermediários e combinações sincréticas”. Essa interpretação é corroborada por Ronaldo Vainfas (2010, p. 41): “Entre o criptojudáismo consciente e a assimilação católica, havia gradações sutis e variadas no seio da população cristã-nova. A identidade religiosa dos cristãos-novos é algo que só se pode desvendar caso a caso...”. Contudo, tanto o cristão-novo assimilado como o criptojudeu continuavam a enfrentar problemas com a Inquisição.

O judaísmo, juridicamente ilegal, se praticado, o foi no limite do possível e carregado de ressignificações. Reconhecendo a pluralidade da vivência espiritual dos cristãos-novos, diríamos que o *marranismo* foi o que pôde ser. No plano religioso, os novos cristãos rezavam para a “santa Ester” e acreditavam salvar-se pela “Lei de Moisés”. Embora não tenham resistido ao tempo, os “retratos” de várias hereges, a exemplo de Ana Rodrigues, renitentes à retratação, foram deixados nas paredes das capelas como exemplo à posteridade de comportamento inadequado.

## Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo

Segundo a jurisdição em vigor até a década de 1770, uma vez comprovada a ascendência judaica (*x.n.*<sup>15</sup> inteira ou parte *x.n.*), o lugar de ré estava assegurado à cristã-nova. Era indiferente se ela era, de fato, uma criptojudia, que vivia uma vida *kasher* segundo os princípios da Torá que não lia mais, ou se ela houvesse tentado diluir o sangue “puro” em suas veias e incorporar-se profusamente à sociedade, por meio de relações com a “boa gente”.

## Fontes primárias

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da Prouincia Santa Cruz**, a que vulgarmente chamamos Brasil. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

PRIMEIRA VISITAÇÃO do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça. **Confissões da Bahia**, 1591-1592. Prefácio de J. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1935.

SHEMOT 20, 08. In: **Torá**: a Lei de Moisés. Português. São Paulo: Sêfer Ltda, 2001.

## Referências bibliográficas

ALEGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 83-154, 1997.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial – Nordeste, séculos XVI-XVII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, p. 47-66, 2002.

\_\_\_\_\_. **Macabeias da colônia**: criptojudáismo feminino na Bahia. São Paulo: Alameda, 2012.

\_\_\_\_\_. Menorá de mil braços: variações do criptojudáismo no mundo português. In: **Politeia**: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v. 11, n 1, p. 19-33, 2011. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/1014/1470>. Acesso em 16 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. No interior do labirinto, o olho do vulcão: revisitar os estudos inquisitoriais no Brasil e vislumbrar o futuro que tecemos. **Revista Ultramares** [Online]. N. 7, vol. 1, jan. - jul. p. 10-33, 2015. Disponível em <https://sites.google.com/site/revistaultramares/numero-7-1>. Acesso em: 26 jun. 2016.

---

<sup>15</sup> Nota do Editor: X.N. é abreviação para a expressão “cristão(ã)-novo (a)”.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia**: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. 3. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 6º ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. 2 tomos.

GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 203-214, 1989.

GORENSTEIN, Lina. **A inquisição contra as mulheres**: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. “A inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVI-XVIII”. In: ASSIS, Angelo Adriano Faria de; SANTANA, Nara Maria Carlos de; ALVES, Ronaldo Sávio Paes (Org.). **Desvelando o poder**: histórias de dominação: Estado, religião e sociedade. Niterói: Vício de Leitura, p. 69-91, 2007.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará** (1763-1769). Petrópolis: Vozes, 1978.

LIPINER, Elias. **Os batizados em pé**: estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal. Lisboa: Editora Veja, 1998.

\_\_\_\_\_. **Santa Inquisição**: terror e linguagem. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Laura de Mello e. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, p. 17-38, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 2. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa** (1536 – 1821). Lisboa: A esfera dos livros, 2013.

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcíaca**. Uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Cristãos novos na Bahia**: a inquisição no Brasil. 2. ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **Inquisição**: inventários de bens confiscados a cristãos novos: fontes para a História de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda; Livraria Camões, 1976.

\_\_\_\_\_. **Inquisição**: prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX. 2. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2009.

## Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo

\_\_\_\_\_. Os cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 67-75. 2001.

\_\_\_\_\_; KUPERMAN, Diane (Org.). **Ibéria-judaica**: roteiros da memória. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996 (América: raízes e trajetórias, v. 6).

RÉVAH, Israel Salvador. "Os marranos". In: FALBEL, Nachman; GUINSBURG, Jacó (orgs.). **Os marranos**. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos, USP, 1977.

SALVADOR, José Gonçalves. **Cristãos-novos, jesuítas e Inquisição**: aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul, 1530-1680. São Paulo: Livraria Pioneira; EDUSP, 1969.

SANTOS, Suzana Maria de Sousa. **Além da exclusão**: convivência entre cristãos-novos e cristãos-velhos na Bahia setecentista. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SARAIVA, António José. **Inquisição e cristãos-novos**. 2. ed. – Porto: Inova, 1969.

\_\_\_\_\_. **Inquisição e cristãos-novos**. 5. ed. – Lisboa: Editora Estampa, 1985.

SHEMOT 20, 08. In: **Torá**: a Lei de Moisés. Português. São Paulo: Sêfer Ltda, 2001.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. (org.). **Confissões da Bahia** (1618-1620). 2ª ed. – João Pessoa: Ideia, 2011.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. Movido pela loucura e pela fé: trajetória de Alexandre Henriques. **Politeia**: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v. 11, n 1, p. 127-145, 2011. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/1103/1476>. Acesso em 16 de março de 2015.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial**: judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. (org.). **Santo Ofício da Inquisição de Lisboa**: Confissões da Bahia. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VEIGA, Suzana do Nascimento. **Segundo as judias costumavam fazer**: As Dias-Fernandes e o criptojudaísmo feminino no Pernambuco do século XVI. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife, 2013.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Brasiliense, 2004.

WACHTEL, Nathan. **A fé na lembrança**: labirintos marranos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

## A identidade latino-americana em *Cem Anos de Solidão* (1967), de Gabriel García Márquez

Bruna Ferreira da Silva\*

**Resumo:** O artigo aborda o tema da identidade latino-americana no romance *Cem anos de solidão* (1967) de Gabriel García Márquez (1928-2014). A análise parte da ideia de que é possível utilizar uma fonte literária como documento para o historiador, ampliando o diálogo da História com a Literatura. A posição política de García Márquez, tendo como cenário a América Latina pós Revolução Cubana (1959), e sua proximidade ao governo e ideias de Fidel Castro, influem na proposta identitária construída pelo autor no romance, em concordância com o pensamento anti-imperialista de sua geração. Para García Márquez, a América Latina constitui sua identidade através da comum exploração e submissão que seus países enfrentaram diante das políticas intervencionistas estadunidenses, materializadas no romance através da empresa Companhia Bananeira, inspirada na United Fruit Company, símbolo da intervenção estadunidense, bem como da repressão aos trabalhadores locais e às ideias socialistas, recorte central deste artigo.

**Palavras-Chave:** Gabriel García Márquez; Identidade latino-americana; *Cem anos de solidão*; História.

### Introdução

A formação de uma identidade, seja nacional ou mais ampla, como a latino-americana é um fenômeno social que pode ser expresso por meio da produção literária de uma época, tendo esta íntima conexão com seu contexto de produção (ao mesmo tempo em que este a influencia). É necessário ter a consciência de que a identidade, o “eu” só se sustenta perante o outro. Uma identidade é formada por dois ou mais lados e, além disso, ela não é natural nem

---

\* Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Contato: brunaferreira992@gmail.com.

tampouco estática, mas sim forjada e modificada de acordo com discursos de interesse de diferentes grupos. As identidades (nacionais), como lembra Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*, não são naturais, mas sim “formadas e transformadas no interior das representações” (HALL, 2011, p.49).

A literatura pode ser um documento para o trabalho do historiador, que se coloca como observador da obra em seu contexto de produção, circulação, recepção, de suas metáforas acerca do período e das ideias defendidas por seu autor. *Cem anos de solidão* traz uma grande carga de idealismo político e luta social encarnada por seu autor, Gabriel García Márquez, um intelectual engajado no discurso de uma unidade que ultrapasse questões culturais e se baseie antes de tudo em questões políticas e econômicas da América Latina com denúncias sobre a manipulação nestas duas esferas e também em termos históricos.

O trabalho com fontes advindas da literatura pode ser identificado nas pesquisas de Lucien Febvre e March Bloch na escola dos *Annales*. Na concepção tradicional as áreas eram consideradas opostas: uma tratava de fatos e a outra de ficção. Os *Annales* trouxeram para a História a possibilidade de ampliar sua base documental com romances, já que estes comportam em sua produção o contexto de sua época (FERREIRA, 2009). Assim, não é possível pensar a produção literária de um período sem contextualizá-la em sua situação política, econômica ou cultural, já que a uma obra literária pode ser a representação ficcional de uma realidade cara ao escritor.

Compreender a temática da identidade latino-americana por meio de um romance, tido, em primeiro momento, somente como ficção, e como ele pode ser visto como fonte para o historiador para levantar evidências sobre a cultura e o contexto de produção daquela obra que está no centro deste trabalho, que busca a integração entre dois campos de produção, a História e a Literatura. *Cem anos de solidão* é um exemplo de ficção que procura questionar e analisar os episódios da história da América Latina, relacionados à sua submissão econômica e política aos interesses internacionais.

Os discursos de Gabriel García Márquez, em *Cem Anos de Solidão*, afirmam sua posição de defesa da “latino-americanidade” como forma importante de questionar a dominação e

**A identidade latino-americana em *Cem Anos de Solidão* (1967),  
de Gabriel García Márquez**

exploração sofridas por esta parte do continente desde os tempos de colônia até as intervenções externas dos Estados Unidos da América, já no século XX. O autor assumiu o papel de intelectual engajado e sempre deixou claro em discursos, trabalhos jornalísticos e romances, a defesa e a necessidade da união latino-americana frente à dominação dos países ricos. Em *Cem anos de Solidão*, Macondo, a cidade que além de cenário, é também uma personagem da trama, se torna uma metáfora de nossa história e a solidão dos personagens, representação do isolamento político, econômico e social, no qual, para o autor, os latino-americanos sempre estiveram enredados.

*Cem anos de solidão* consolidou García Márquez como um dos mestres do realismo mágico latino-americano<sup>1</sup>. No livro, o autor relata acontecimentos ao longo dos anos no povoado de Macondo. Acompanha a trajetória da família Buendía, que participa de todo o processo político da região. Retrata guerras civis, disputas políticas entre liberais e conservadores, e inclusive fatos irreais se sucedem, dando um ar fantástico à narrativa. Estes contribuem para um questionamento acerca da construção da história e de seus agentes em episódios nos quais acontecimentos são esquecidos. A trajetória épica da estirpe Buendía por meio de conflitos políticos e ao mesmo tempo familiares, personagens seculares e uma mistura de realidade com fantasia compõem a obra, que promove interpretações e debates acerca do “mundo” latino-americano, de sua história e de suas relações com os agentes externos e com seus próprios atores históricos, na construção do seu imaginário e de suas projeções sobre o mundo e sobre si mesmos.

O romance tornou-se a expressão da posição política de Gabriel García Márquez e de seu alinhamento aos ideais da Revolução Cubana, fortificado após escrevê-lo, no que tange a ideia de sentir-se pertencente à América Latina e se identificar com os seus problemas. Assim como outros escritores de sua geração, defendeu a ideia de uma unidade latino-americana, superando o conceito de identidade nacional, discussão cara ao meio intelectual no século anterior, no período pós-independências.

---

<sup>1</sup> Sobre a relação de Gabriel García Márquez com o movimento do realismo mágico, ver Costa (2009).

Este artigo busca discutir o conceito de identidade pensado por García Márquez e partilhado com seus contemporâneos como Mario Vargas Llosa e Julio Córdaz, como forma significativa para fazer frente ao imperialismo e intervenções estadunidenses na região.

### O espelho da obra: O intelectual engajado

#### *Ser intelectual na América Latina pós-Revolução Cubana (1959)*

A identidade subcontinental dominou o imaginário da geração do *boom*<sup>2</sup> da literatura latino-americana – a primeira geração a atingir níveis relevantes de vendagem e reconhecimento internacionais – durante a segunda metade do século XX. A necessidade de buscar uma identidade regional vinha do incômodo dos intelectuais com a situação política da América Latina desde a virada do século XIX para o XX. A região se tornou um campo de disputas de estadunidenses e europeus.

Os primeiros lançaram mão de políticas intervencionistas e financiamento nos países latino-americanos a fim de evitar campanhas vindas da Europa, no início do século XX, com o objetivo de manter antigas zonas de influência (SMITH, 2009, p. 609). Ao perceber que a intenção dos Estados Unidos da América era fazer da região uma zona de interesses, os intelectuais passam a fazer frente ao alinhamento entre as duas partes.

O crescente poder dos Estados Unidos e sua criação de uma esfera de interesse na região do Caribe e América Central provocaram uma certa hostilidade na América Latina, especialmente entre os intelectuais. Alguns desenvolveram o conceito de civilização e cultura latinas versus anglo saxônicas e promoveu a ideia da unidade latina contra o 'Colosso do Norte' [...] Na década de 20, o antiianquismo era não só uma questão familiar nas universidades norte-americanas, onde se tornou parte do fervor emocional dos movimentos de reforma nacionalista, mas também uma característica regular do pensamento e retórica política de toda a América Latina (SMITH, 2009, p. 648-9).

---

<sup>2</sup> O Boom da Literatura Latino-americana foi um fenômeno literário e editorial entre as décadas de 1960 e 1970, no qual a produção da região foi amplamente divulgada na Europa, atingindo níveis de vendas, até então, inéditos. Associada à jovens escritores como Gabriel García Márquez, Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, entre outros, suas obras têm caráter experimental, influenciadas pela vanguarda modernista e politizadas, devido ao clima político pós Revolução Cubana (1959), da região.

A identidade latino-americana em Cem Anos de Solidão (1967),  
de Gabriel García Márquez

A oposição estabelecida pelos intelectuais de esquerda, que para Fidel Castro seriam representantes da Revolução tanto no meio acadêmico quanto nas artes, se firma na unidade como forma de evitar que os Estados Unidos estabelecessem seus interesses na região. A identidade latino-americana toma forma nos discursos da geração de 1960. Essas ideias estavam alinhadas ao que Fidel Castro defendia como o papel do intelectual latino-americano. Para ele, não fazia sentido à produção que não tinha como objetivo ser interlocutora entre a população e as ideias da Revolução Cubana. Segundo Adriane Vidal Costa:

O fato de pertencer à esquerda se converteu em um elemento crucial de legitimidade da prática intelectual na década de 60. [...] Essa esquerda intelectual, nos anos 60, configurou-se como uma corrente organizada e coerente de ação política e de orientação ideológica. Segundo Castañeda, [Jorge Castañeda] essa organização e coerência foram possíveis porque os intelectuais possuíam bases de apoio, canais de expressão e eram escolhidos por governos (e o resto do mundo) como interlocutores (COSTA, 2009, p. 45).

Grande parte dos intelectuais que estiveram alinhados a Fidel Castro em um primeiro momento, se distanciaram da causa revolucionária, por considerarem que o governo cubano passou a censurar e determinar os rumos da produção literária, ignorando a liberdade dos autores na escolha de seus temas, condicionando-a apenas à política de Cuba, principalmente após o Caso Padilla<sup>3</sup>. García Márquez, por sua vez, manteve-se alinhado a Fidel, defendendo-o de acusações de censura e afirmando que denúncias sobre a questão envolvendo o presidente eram planos dos Estados Unidos contra sua política.

*Gabriel García Márquez e a identidade de um artista comprometido.*

Gabriel García Márquez manteve-se ao lado de Fidel Castro e de seu governo mesmo quando a maioria dos intelectuais defensores da Revolução Cubana, em um primeiro momento, se afastou das políticas culturais cubanas. Tais políticas foram questionadas também por alguns cineastas que atuavam no *Instituto Cubano del Arte e Industria*

---

<sup>3</sup> Sobre o caso Padilla e a primeira grande ruptura dos intelectuais latino-americanos com o governo Cubano, ver Costa (2009).

*Cinematográficos (ICAIC)*. Esta instituição devia produzir filmes de acordo com as exigências do Ministério da Educação de Cuba, que tinha como objetivo transformar o cinema cubano em uma vitrine à “nova cultura revolucionária” da ilha. Muitos filmes tinham caráter didático, especialmente os curta-metragens, no que tange a nova política do governo. Tratavam de temas que envolviam heróis populares ligados à causa revolucionária e que eram levados a lugares mais isolados através do *cine-móvil*. (VILLAÇA, 2006).

O escritor aqui analisado, amigo pessoal de Fidel Castro, o defendeu publicamente das acusações de censura e serviu como um porta-voz do governo cubano em assuntos internacionais, como o Caso Padilla. García Márquez assumiu o papel de intelectual engajado levantado por Castro e transformou sua visibilidade enquanto escritor - fruto do *boom* da literatura - na possibilidade de propagandear as causas da Revolução, sobretudo no que tange o anti-imperialismo, e em especial o embargo econômico a Cuba que uniu a nova política latino-americana com o seu próprio pensamento político.

Será o anti-imperialismo que permeará sua ideia de identidade latino-americana, pensada como saída para enfrentar as intervenções estadunidenses e fazer com que a região alcançasse visibilidade e independências política, econômica e cultural. Diante de sua posição política, Gabriel García Márquez estabelece a identidade latino-americana, que se fará presente em seu romance baseada em questões econômicas. O autor encontra na esfera da economia, o discurso necessário para legitimar a unidade latino-americana, que, portanto, estaria apoiada no passado e presente comuns de exploração e submissão a interesses externos às suas necessidades.

O tema das identidades é uma discussão presente e relevante no meio intelectual latino-americano. A proposta de identidade forjada por Gabriel García Márquez e presente em seu romance se diferencia da concepção de identidade elaborada no contexto de formação dos Estados nacionais nos pós-independências. Neste momento, cada nação, ainda em formação estava em foco, e não toda a ampla região do continente colonizada por monarquias ibéricas, em seu conjunto. Nos idos dos anos 1960, toda essa região devia se opor ao inimigo do Norte. Partindo da consciência de comunhão de problemas,

**A identidade latino-americana em Cem Anos de Solidão (1967),  
de Gabriel García Márquez**

independentemente das fronteiras nacionais, almejava-se superar a exploração imperialista que causava a submissão da América Latina. Ser latino-americano, segundo esta concepção, era ter consciência de que era necessário opor-se a essa dominação.

Apesar de lidar com um referencial de identidade regional, há uma dimensão mais ampla que abrange as representações do autor. Ao referir-se às dominações econômica e política, é de um fenômeno estrutural, que atinge toda a América Latina, que o autor está tratando. Assim, a identidade, pensada em termos regionais, não se confunde com regionalismo e ganha amplitude.

**O reflexo do homem: A Companhia Bananeira como símbolo do imperialismo e a identidade latino-americana como resistência.**

O romance de Gabriel García Márquez é repleto de representações da história latino-americana, como apontam o peruano Mario Vargas Llosa e o poeta uruguaio Mario Benedetti em relação a Macondo (VIEIRA, 2012, p. 19), o povoado que é cenário para a narrativa e também uma metáfora da América Latina. A ideia de “macondismo”<sup>4</sup> está presente na sociologia desde meados da década de 1970, através da ideia do sociólogo chileno José Joaquín Brunner. Em meio à mistura de realidade e ficção, o massacre dos trabalhadores da *Companhia Bananeira* ilustra o discurso anti-imperialista. A narrativa sobre a Companhia Bananeira e o episódio sobre o massacre de três mil trabalhadores durante uma greve é um exemplo interessante do uso da História por Gabriel García Márquez para denunciar a intervenção estrangeira na região e o apoio dado pelos governos locais. Ao escolher o recurso de ampliar os números da história, três mil pessoas são mortas no romance, enquanto que os registros do episódio real giram em torno de mil (MARQUETTO, 2010, p. 55), García Márquez busca tirar o caráter local do acontecimento, criando a identificação através de

---

<sup>4</sup> Segundo o autor, o macondismo é uma forma de interpretar a América Latina através de sua literatura. *Cem Anos de Solidão*, assim como grande parte da literatura do *Boom* foi apropriado como um relato da realidade latino-americana. In: VIEIRA, Felipe de Paula Gois Vieira. *De Macondo a McOndo: os limites do Real Maravilhoso como discurso de representação da América Latina (1947-1996)*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. p, 22.

elementos comuns a todos os países da região, principalmente, na região do Caribe e América Central.

#### *A história*

A *United Fruit Company (UFCo)*, estava presente nas memórias de Gabriel García Márquez graças aos relatos de seu avô, um liberal que o fez criar um sentimento de aversão aos militares, ao contar-lhe o caso da matança de trabalhadores grevistas, ocorrida no ano e local de nascimento de García Márquez, Magdalena - Colômbia, em 1928.

A empresa, fio condutor de sua posição anti-imperialista no romance, através de sua representação, a *Companhia Bananeira*, instalou-se na América Latina, ainda no século XIX, sob propriedade de Minor Cooper Keith, de uma rica família do Brooklyn, Nova Iorque. Minor tornou-se o empresário mais rico da região, quando, em meados de 1890, além de instalar a multinacional produtora de frutas tropicais na região, concluiu a ferrovia que ligaria a produção de bananas ao porto, em Porto Rico.

Com filiais instaladas na Colômbia, Equador e Guatemala, serviu de mote não apenas para *Cem Anos de Solidão*, mas também para a *Trilogia Bananera* conjunto de livros que reúne as obras *Viento Fuerte* (1950), *El Papa Verde* (1954) e *Los ojos de los enterrados* (1960), escritas pelo guatemalteco Miguel Angel Asturias, que buscam resgatar os depoimentos de trabalhadores da região da Guatemala, que também sofreram com a exploração por parte da empresa (VERGARA, 2010). É o caso colombiano, caro a García Márquez, que nos interessa para entender o romance. Alinhada ao Partido Conservador, do presidente Miguel Abadía Méndez, que estava no governo naquele momento, a UFCo também se colocou contra movimentos de trabalhadores, tratados como ameaças comunistas. Até a greve de 1928, retratada em *Cem anos de solidão*, outros movimentos menores haviam acontecido, sem grandes repercussões, mas que serviram para chamar a atenção de movimentos liberais que passam a apoiar os trabalhadores.

Além das condições de trabalho, o pagamento dos trabalhadores da UFCo em cupons e não em dinheiro, o que os obrigava a comprar apenas nas lojas da própria companhia, levou ao crescente movimento trabalhista. Com a ausência de negociações por parte da UFCo, a

A identidade latino-americana em *Cem Anos de Solidão* (1967),  
de Gabriel García Márquez

greve deflagrada em 10 novembro de 1928, inicialmente tratada apenas como mais um movimento menor, tomou proporções não esperadas pelas autoridades locais, que sob pressão do governo estadunidense e dos dirigentes da companhia, enviou suas tropas para Magdalena para conter o movimento visto como uma organização revolucionária de caráter comunista

Em 06 de dezembro, os trabalhadores se reuniram na praça da cidade de Ciénaga - em Magdalena para ouvir o pronunciamento do governador local, no entanto, o exército havia cercado a praça com metralhadoras. Sem que ocorresse nenhuma tentativa de negociação, e após a multidão se negar a se dispersar, exigindo a presença de representantes da UFCo, o governador deu a ordem e os militares abriram fogo, levando a morte de mais de mil trabalhadores que encurralados pelo pequeno espaço, não tiveram como fugir. As mortes foram anunciadas com satisfação para Washington, pelo embaixador estadunidense na Colômbia, Jefferson Caffery (MARQUETTO, 2010,p. 55).

Os movimentos e a posição do governo em relação aos trabalhadores levou a desestabilização do governo que já recebia investidas liberais, concretizada com a entrada de Alfonso López Pumajero, no governo, em 1934. A UFCo enfrentou crises e pragas que levaram a sua retirada da região de Magdalena, voltando a investir na produção local apenas em 1947; no entanto, no início da década de 1960, se retiraram novamente para a região de Urabá, em Antioquia, terceirizando a produção, comprada dos fazendeiros locais de Magdalena, sem manter administração sobre a produção (MARQUETTO, 2010, p. 57-58).

#### *A Ficção*

A narrativa sobre a greve em Magdalena, em 1928, se dá no romance, quando a *Companhia Bananeira* reprime uma greve de trabalhadores através do exército. Encurralados na praça principal de Macondo, onde esperavam o pronunciamento do governador e a negociação para o fim do movimento, trabalhadores da Co. Bananeira e suas famílias foram alvejadas por metralhadoras instaladas por toda a praça, matando cerca de 3 mil pessoas, entre adultos e crianças, que tiveram seus corpos amontoados em um trem, que os levaria

para serem jogados ao mar. Assim, como a UFCo, na realidade, anunciou sucesso na negociação com seus trabalhadores, na ficção as autoridades locais de Macondo, anunciaram que o fim da greve se deu de forma pacífica.

Na noite anterior havia sido lida uma notificação nacional extraordinária para informar que os trabalhadores tinham obedecido à ordem de evacuar a estação e se dirigiam às suas respectivas casas em caravanas pacíficas (MÁRQUEZ, 2012, p. 340).

José Arcádio Segundo, um dos Buendía e trabalhador das plantações, além de ser um dos líderes sindicais, embora tenha sido jogado no trem com os corpos, sobrevive e ao voltar a Macondo é o único que tem consciência dos fatos, já que nenhum morador do povoado tem conhecimento sobre a greve e tampouco sobre os mortos<sup>5</sup>. A ausência de consciência no que tange o acontecimento por parte da população, pode ser vista como uma denúncia acerca da falta de comunhão dos problemas, bem como uma crítica aos responsáveis, ligados à empresa e ao capital externo.

[...] José Arcádio Buendía não falou enquanto não terminou de tomar o café.  
-Deviam ser uns três mil – murmurou.  
-O quê?  
-Os mortos – esclareceu. – Acho que todos os que estavam na estação.  
A mulher mediu-o com um olhar de lástima. ‘Aqui não houve mortes’, disse. ‘Desde os tempos do seu tio, o coronel, não acontece nada em Macondo’. Em três outras cozinhas por onde José Arcádio Segundo passou antes de chegar em casa disseram a mesma coisa: ‘Não houve mortes’. Passou pela praça da estação e viu as barracas de frituras amontoadas umas em cima das outras, e tampouco ali encontrou nenhum rastro do massacre. As ruas estavam desertas debaixo da chuva tenaz, e as casas fechadas, sem vestígios de vida interior (MÁRQUEZ, 2012, p. 343).

García Márquez retrata um fato em local e tempo determinados, mas abre mão de especificar o ocorrido de acordo com a “realidade dos fatos, tal como ela aconteceu”. Não há marcadores temporais no romance, à exceção dos “cem anos”, apontados no título. O autor

---

<sup>5</sup> O historiador Eduardo Posada Carbó discute as relações entre ficção e história no massacre das bananeiras de *Cem anos de Solidão*. O autor trabalha com a ideia de que a história colombiana pode ter absorvido o episódio narrado por García Márquez, de maneira que é a memória coletiva que é influenciada pela obra frente a história oficial da região e não a obra literária que busca as referências na história, já que os números tratados pelo romancista são discutidos como reais. In: CARBÓ, Eduardo Posada. La Novela como Historia: Cien Años de Soledad y as bananeras. Boletín Cultural y Bibliográfico. Vol. 35. nº 48. 1998.

A identidade latino-americana em *Cem Anos de Solidão* (1967),  
de Gabriel García Márquez

cria um povoado fictício, ao invés de tomar um local existente e escolhe, ainda, ampliar o número de trabalhadores mortos, triplicando em relação ao acontecimento real, para dar a sua obra um caráter mítico. Os episódios que compõem o romance, especialmente este, aqui destacado, podem ser inseridos em diferentes épocas e países, pois não é o acontecimento da realidade que importa, mas sim, a sua representação, enquanto sintoma de uma dada configuração política, econômica e social. A repressão aos trabalhadores, seja na realidade ou na ficção, remete aos governos locais e aos interesses políticos e econômicos, por parte dos Estados Unidos, na região. Este retrato contempla todos os países latino-americanos, embora o fato que inspira o autor seja um episódio da história colombiana. História, memória e ficção andam juntas na narrativa de *Cem Anos de Solidão*.

### Considerações finais

*Cem anos de Solidão* é produção de Gabriel García Márquez enquanto escritor engajado e nossa fonte primordial. É a narrativa ficcional levando em consideração o seu contexto de produção que tornou esta análise possível, e esta se trata de uma leitura possível da obra e de seu autor. A trama do romance reúne as posições políticas do escritor e suas memórias pessoais sobre acontecimentos caros à história da América Latina. Diferentes passagens do romance demonstram escolhas narrativas do autor, baseadas em fatos caros à região, como o episódio ficcional, tratado aqui, com maior atenção, do massacre dos trabalhadores da *Companhia Bananeira* fazendo referência à morte de grevistas da *United Fruit Company*, na Colômbia, em 1928, demonstrando a influência dos Estados Unidos nos governos locais bem como a negação de direitos sindicais.

As relações de poder são tema de interesse de Gabriel García Márquez, como o mesmo afirma no discurso *Uma natureza diferente num mundo diferente do nosso*, além de ser levantado em outras obras do autor, como *O General em seu Labirinto* e *Ninguém escreve ao Coronel*. A perda de poderes locais para as políticas intervencionistas estadunidenses é outro tópico do romance. Ele se constrói a partir da figura do Coronel Aureliano Buendía, que luta pela soberania na região, mas se rende ao tomar consciência de que não há motivos para

lutar, já que outros poderes maiores tornaram Macondo um centro de influência. Aureliano é a expressão das lutas por independência, que se processaram na América Latina durante o século XIX e que se perderam diante da influência de políticas intervencionistas que tomaram a região e se tornaram um incômodo para os intelectuais da época, permeando sua produção, bem como a oposição aos estrangeiros que invadem a região, trazidos pela grande produção bananeira.

Este artigo estipulou como objetivo analisar episódios do romance *Cem anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez, atentando para a forma como este autor desenvolveu no livro a ideia de existência de uma identidade regional, latino-americana, baseada em fatores políticos e econômicos, sem esquecer, mas se sobrepondo as questões culturais, base das identidades nacionais forjadas durante o século XIX. Esta posição estava ligada ao próprio contexto de produção da obra, pois os escritores levavam consigo as matrizes de pensamento de sua geração, que envolviam a posição política e o poder na América Latina, bem como as ideias da Revolução Cubana, um momento de possível virada na política e relações externas da região (AGGIO; PINHEIROS, 2012, p. 28). Nos anos 1960 e 70, muitos intelectuais se engajaram na luta contra a situação de “dependência” econômica e política da América Latina em relação a potências centrais<sup>6</sup>. Eles eram, via de regra, alinhados às ideias de esquerda e entusiastas da Revolução Cubana, de 1959. Para isso, partimos do pressuposto de que a forma como Gabriel García Márquez entendeu o problema identitário não despreza esta questão da posição de “dependência” econômica e política, tão em voga naquele período. Essa perspectiva acaba por enfatizar uma visão da região como una. As particularidades culturais de cada país não foram destacadas no romance, afim de se privilegiar o que há em comum a todos, isto é, a exploração e intervenção europeia e, especialmente, estadunidense.

---

<sup>6</sup> Assinalamos a palavra “dependência” entre aspas, para remarcar que se trata de um discurso dos anos 1960 e 70 cuja operacionalidade tem sido questionada, pelas implicações que ele traz. Ele alude a uma separação dual entre centro e periferia, que pode obscurecer as relações de exploração e dominação que ocorriam internamente no próprio continente; bem como pode levar a uma análise que desconsidera as diferenças de graus de desenvolvimentos entre os países da América Latina. Estes eram e são muito diversos em sua composição sócio-econômica. Para análise das críticas dualistas, vide: Hall (2011) e Rouquié (1992).

A identidade latino-americana em *Cem Anos de Solidão* (1967),  
de Gabriel García Márquez

### Fonte principal

MÁRQUEZ, G. G. **Cem anos de solidão**. Tradução Eric Nepomuceno – 80ª edição – Rio de Janeiro: Record, 2012.

### Fonte complementar

MÁRQUEZ, G. G. Uma natureza diferente num mundo diferente do nosso. In. **Eu não vim fazer um discurso**. Tradução Eric Nepomuceno –Rio de Janeiro: Record, 2011.

### Referências bibliográficas

AGGIO, A.; PINHEIRO, M. S. Os intelectuais e as representações da identidade latin-americana. In: **Dimensões**, vol 29. Franca: Revista do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista/ Unesp, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/5396>.

CARBÓ, E. P. La Novela como Historia: Cien Años de Soledad y as bananeras. **Boletín Cultural y Bibliográfico**. Vol. 35. nº 48. 1998.

COSTA, A. V. **Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)**. Tese de doutorado defendida pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

FERREIRA, A. C. "A fonte fecunda". IN: PINSKY, Carla Bssanezi; LUCCA, Tania Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009

LOWY, M. **O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução Claudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARQUETTO, S. R. **United Fruit Company: Poder e influência na América Latina**. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28378?show=full>.

PINTO, J. P. **A leitura e seus lugares**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

PRADO, M. L. C. Identidades Latinoamericanas. In: **Historia General de America Latina**. Volumen VII. Diretor: Enrique Ayala Mora. Ed. Trota, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma introdução ao conceito de identidade. In: SAMPAIO, C. A. B.; GARCIA, T. C. (Orgs). **Cadernos de Seminários de Pesquisa – Cultura e Políticas das Américas**. VI. 1. Assis: Unesp Publicações, 2009. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP1.pdf>.

RIEHEL, H. J. A identidade latino-americana na visão dos intelectuais da década de 60. In: **Estudos Ibero-Americanos**. V. XXXIII, nº 02. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

ROUQUIÉ, A. **América Latina: Extremo Ocidente**. São Paulo: Edusp, 1992.

SEIXAS, R. **Identidade Cultural da América Latina: Conflitos Culturais Globais e Mediação Simbólica**, EACH-USP, 2012

SMITH, R. F. Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930. In: Leslie Bethell (org.) **História da América Latina**, volume IV: De 1870 a 1930. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

VERGARA, A. M. F. **A United Fruit Company e a Guatemala de Miguel Angel Asturias**. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2010. Disponível em: [www.teses.usp.br/.../AMINA\\_MARIA\\_FIGUEROA\\_VERGARA.pdf](http://www.teses.usp.br/.../AMINA_MARIA_FIGUEROA_VERGARA.pdf)

VIEIRA, F. P. G. **De Macondo a McOndo: os limites do Real Maravilhoso como discurso de representação da América Latina (1947-1996)**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

VILLAÇA, M. M. **O Instituto Cubano del Arte e Industria Cinemtográficas (ICAIC) e a política cultural em Cuba (1959-1991)**. Dissertação de Mestrado defendida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06112006-174750/pt-br.php>.

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

Ricardo Luiz Souza\*

**Resumo:** O presente trabalho possui como objetivos principais, esmiuçar a evolução da Citricultura no país e o seu grande desenvolvimento no município fluminense de Nova Iguaçu, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1940 do século XX. Não obstante, será também analisado nesse trabalho, como a laranja desenvolveu-se como uma alternativa de diversificação econômica, com o intuito de suprimir a grande dependência das exportações do café e como tal produto irá encontrar as condições para se desenvolver em Nova Iguaçu. Assim, discutiremos os incentivos, deliberações e políticas estatais para a laranja ser comercializada com a devida qualidade e pujança, com a adoção dos *Packing Houses*, entre outras medidas, além é claro, como o *boom* da produção e exportação de laranjas trará recursos financeiros para o Estado Brasileiro e Fluminense.

**Palavras-Chave:** Citricultura; Laranjas; Nova Iguaçu; *Packing House*.

### Introdução

O presente trabalho possui por premissas principais resgatar e articular o período áureo da citricultura iguaçuana, compreendida entre as décadas de 1920 e 1940 do século passado. É um dos deveres da pesquisa histórica e da nova percepção e abordagem desta esmiuçar processos que parecem ser distantes e poucos tratados pela historiografia tradicional econômica, mas que tiveram total importância para o desenvolvimento de regiões, comunidades e cidades.

Essa cultura teve importante participação nos cofres fluminenses, principalmente a partir do Governo de Nilo Peçanha, que incentivou a diversificação da economia rural do

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato: ricardoluisouza@gmail.com ou ricardo.souza@edu.ifsuldeminas.muz.br.

estado do Rio de Janeiro (PEREIRA, 1977, p.122). Pensar a economia brasileira num panorama que só desenhe São Paulo e a cultura da Rubiácea do Café, nos primeiros decênios do século XX, como principal fonte de divisas para a população e para as receitas públicas, é cair numa análise macroeconômica um tanto inocente. Alguns produtos conseguiram grande vulto e capital para a economia de nosso país, que tem dimensões continentais. Esse produto teve um vulto importantíssimo nos cofres fluminenses e conseqüentemente na economia do município de Nova Iguaçu. Nilo Peçanha, então presidente do Estado do Rio de Janeiro no período de 1903 a 1906, é figura importante nesse processo de diversificação da produção regional. Diversas eram as estratégias e nuances desse político no processo de mudança econômica que o Estado do Rio de Janeiro deveria passar para sair da crise:

A administração Nilista seria marcada por um severo programa de saneamento das finanças públicas que visava a reduzir os gastos do estado e a ampliar a receita através de modificações no sistema tributário, e ainda pela implementação de um conjunto de medidas destinadas a incentivar a produção. Mesmo sem abandonar a cafeicultura e a lavoura açucareira, Nilo via na diversificação da agricultura a principal saída para a crise da economia fluminense. Tal convicção vinha reforçar a visão agrarista, então em voga, que exaltava a agricultura como a atividade básica da nação, apontando como evidência lógica dessa afirmação a dependência das cidades em relação ao campo. Com isso foi também descartada qualquer intenção oficial de criar incentivos para atividades industriais. (FERREIRA, 1994, p. 38)

Nesse ínterim, o Jornal Diário Carioca de 1928 destaca, com relevante ênfase, a importância do referido político na diversificação da produção agrícola do Estado:

As laranjas embarcadas no porto do Rio de Janeiro provém em sua quase totalidade do município fluminense de Nova Iguaçu, e o desenvolvimento ali, desta cultura, deve-se a ação administrativa de Nilo Peçanha, então presidente do Estado, no combate que sustentou contra a monocultura e nos estímulos que despertou as iniciativas particulares para o aproveitamento da terra de acordo com as possibilidades criadoras (*Diário Carioca* (RJ). Quinta feira, 19 de junho de 1928, p. 08).

Na virada do século XIX para o XX, o Estado do Rio de Janeiro já não era o líder na produção nacional de café, perdendo tal posto para o Estado de São Paulo (MELO, 2002, pp. 215-234). Conseqüentemente, o governo provincial do Estado do Rio de Janeiro começa a diversificar e a articular novas formas de angariar fundos para sua economia. Nisso, a laranja

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

entra como um produto condizente com essa nova realidade, pois essa cultura se mostrava em franco crescimento e ainda demandava grande volume de mão de obra em suas fases de implementação, condução da lavoura, colheita e distribuição do produto final. Esses fatores dinamizavam a economia regional.

Nesse íterim, refletir acerca da história econômica do Brasil, destacando somente ou exaustivamente a partir de uma concepção da produção e comércio do café, ou de outros produtos agrícolas com grande acervo historiográfico – algodão, borracha e cana-de-açúcar – acaba encobrindo o suor e o esforço que muitos homens e mulheres que empreenderam em outras culturas. A laranja cultivada nas lavouras iguaçuanas é uma destas. Afinal, como um produto que teve grande consumo e produção no Brasil, se expandindo a uma velocidade estrondosa, pode ser tão pouco lembrado pela história econômica que investiga a primeira metade do século XX? Não obstante, um dos objetivos desse trabalho é justamente esmiuçar tal paradigma da ausência (ou quase ausência) desse produto na nossa história econômica e os desdobramentos que a segunda guerra mundial trouxe para tal produto.

A laranja definitivamente entrou na lista de consumo das famílias, no Brasil e no exterior, exigindo maior espaço no campo. A citricultura conquista a cidade de Nova Iguaçu, onde todas as características profícuas para o estabelecimento da laranja se encontravam. Essa cultura encontrou nas terras de Nova Iguaçu muitas características desejáveis para seu desenvolvimento em larga escala comercial. O solo com características próprias para o cultivo dos Citros, com textura mais arenosa do que argilosa, o relevo plano facilitando o trabalho nos tratos culturais e na colheita, além de propiciar menor erosão de matéria orgânica, temperaturas agradáveis para as laranjeiras produzirem seus açúcares da energia solar em quantidades excelentes, e um índice pluviométrico que colaborava para o bom enchimento dos frutos, trazendo uma coloração, sabor e aroma inigualáveis. Essas características dispostas contaram muito para o sucesso de tal empreendimento, tornando a fruta de grande aceitação no mercado.

### Eis que surge uma nova atividade econômica

O café, no decorrer dos anos da Primeira República, começa a passar por diversas crises de superprodução e dificuldades de exportação. Foram criadas políticas próprias para o café, como a defesa permanente, onde o produto era subsidiado e estocado para vendas futuras (FAUSTO, 1989, p.380). Esse sistema de proteção fez com que os plantios se alastrassem de uma forma nunca antes vista, criando superproduções que eram muito maiores que o consumo mundial da bebida. O Brasil adquiriu empréstimos no exterior, com o objetivo de comprar o excedente da produção, tática econômica essa que desestabilizava cada vez mais a economia, criando uma atmosfera de crise que se perpetuaria durante os anos 1920 (e principalmente com a quebra da Bolsa de Nova York em Outubro de 1929) e seria fator preponderante entre a ruptura das alianças oligárquicas<sup>1</sup>.

É no meio desse clima de mudanças e diversificações da produção rural que a laranja e outras frutas, como o abacaxi e a banana, vão se consolidar na pauta de novos produtos para os mercados internacionais e nacionais. Parafraseando um Presidente do Brasil em 1930: “A laranja salvará o Café”<sup>2</sup>.

Na Primeira República, eram intensos os debates acerca dos rumos da economia nacional. A extrema dependência do café como principal formador de divisas e a sua quase totalidade da produção concentrada no território do Estado de São Paulo, causava mal-estar político entre as demais unidades da Federação (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 5). Esse processo foi uma das principais causas da cisão intra-oligárquica dos principais atores políticos da Primeira República: Minas Gerais e São Paulo. Assim, os debates em torno da diversificação econômica nacional expressavam em grande parte, preocupações de vários setores da sociedade brasileira com os rumos da nação. Nesse ínterim, outra grande disputa política nos últimos anos da Primeira República e nos primeiros momentos do governo provisório pós-

---

<sup>1</sup>Segundo Sônia Regina de Mendonça, a década de 1920 foi de grande efervescência política, com pressões de grupos que eram negligenciados com o núcleo de poder das oligarquias dos Grandes Estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul), além do aumento do custo de vida nas principais cidades. Ver: MENDONÇA, 1987; LINHARES, 1990, p. 322.

<sup>2</sup>O autor que cita a frase em questão não define o Presidente do período compreendido entre a década de 1930 que proferiu tal declaração (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 292).

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

revolução de 1930 foi a indecisão sobre os rumos econômicos que a nação deveria seguir. Uma corrente defendia veementemente a industrialização do país, com o intuito de superar o atraso social e econômico ligados ao campo e à inanição que este causava nas populações. Já do outro lado, persistia a corrente que pugnava a vocação agrícola do Brasil, baseada nos campos e pastoreios, sendo o alicerce “moral” da sociedade. Nisso, a “chamada vocação agrícola do país”, ganha ainda mais força com o auge das exportações de café entre 1910 e 1925 e o relativo sucesso que a rubiácea alcançou nos preços internacionais (OLIVEIRA, 1989, p. 187). A corrente da vocação agrícola aceitara que era preciso modernizar-se, mas sem abandonar o destino econômico do país, ou seja, a agricultura de exportação.

Seguindo esse aparente aspecto da vocação agrícola do país, Sônia Regina de Mendonça descreve o fato de que são criados mecanismos burocráticos nos setores administrativos da Primeira República, com o intuito de torná-la mais organizada e burocratizada, além de poder atender às diferentes classes produtoras, detentoras dos mais diferentes produtos de exportação.

Racionalizar a produção, tornando-a mais eficiente, esta era a meta dos ruralistas em questão. Produzir mais, com menores custos, seria o lema dos quais se propunham a atualizar a vocação eminentemente agrícola do país, [...] a “modernização” das lavouras pela mecanização, e a diversificação dos cultivos, mediante a adoção de métodos intensivos de plantio, seleção e beneficiamento das espécies (MENDONÇA, 2003, p.177).

Durante a Primeira República, há o surgimento da SNA (Sociedade Nacional de Agricultura), polo antagônico à burguesia cafeeira paulista, polo este hegemônico nos rumos da economia nacional. Os membros da SNA, em suas reuniões e propostas, procuravam discutir novas formas de desenvolvimento para o Brasil, com a paulatina busca por uma maior diversificação da produção nacional agrícola. Grande parte dos membros da SNA era de origem fluminense e teriam grande importância para o processo de diversificação e burocratização agrícola que irá ocorrer<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Amália Dias descreve em sua pesquisa o aumento significativo do número de membros da SNA, que passou de 4.000 membros em 1911 para 8.000 em 1929. Ver: DIAS, 2012, p. 61.

Nesse ínterim, o Brasil, na divisão internacional do trabalho, se mostraria como uma terra condizente para os mercados com o objetivo de produzir mercadorias primárias para a realização dos anseios externos. Essa demanda aumenta com a divisão internacional do trabalho e da produção de mercadorias manufaturadas e matérias-primas, fazendo que certas regiões, como já salientado no texto, tornem-se especialistas em produção de diferente gênero agrícola, mineral ou animal. Não obstante, os países que largaram na frente na corrida industrial financiaram a propagação em diversas partes do mundo da produção de certos gêneros de primeira necessidade de que sua indústria, economia e população necessitam. Nesse ínterim, estes países investem em alguma parte, na produção e compra de gêneros primários e agroexportadores. Em troca, exportam capitais, tecnologia e maquinário para as regiões onde esses produtos primários são os principais esteios da economia. A economia agroexportadora fica sempre a mercê das flutuações das cotações do mercado internacional, além de carecer cumprir sempre com seu papel de arcar com os investimentos perpetrados pelos meios externos.

Assim, a laranja entra como um produto perfeito para diversificar a produção nacional de produtos agricultáveis para a venda no exterior e para a alimentação da crescente população brasileira. A utilização do citros como alternativa ao café trará grandes benefícios e desenvolvimento para algumas regiões do país, principalmente, no caso desse estudo, do município de Nova Iguaçu. Interessante é perceber como a laranja no começo do século, na capital da República, tinha conotação pejorativa (HASSE, 1987, p.51). O comércio da laranja na cidade do Rio de Janeiro era feita na sua grande predominância por ambulantes, “biscateiros” e feirantes sempre dispostos a passar a perna no próximo. Não obstante, “Laranjeiro” passou a ser sinônimo de velhaco, malando e vigarista. Décadas mais tarde, com o alvorecer dos negócios relacionados à citricultura, a figura do laranjeiro seria sinônimo de grande mercador de frutas.

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

### Os laranjais iguaçuanos.

“Plante laranjas”. Essa era uma frase ecoada por muitos cantos durante a fase áurea da cultura em Nova Iguaçu. Desde políticos das mais diferentes classes, passando por produtores, exportadores e agrônomos, tal frase tinha uma mensagem clara. “As terras do município de Nova Iguaçu foram feitas para essa cultura.” Tal afirmação pode ser evidenciada na descrição do agrônomo Eduardo de Sampaio, funcionário do Ministério da Agricultura, no ano de 1932:

Pelas suas excepcionais propriedades de solo e condições de clima, é aquela zona o paraíso dos frutos cítricos e fatalmente destinada a abastecer os grandes mercados consumidores (AGRICULTURA, 1932, p. 58)<sup>4</sup>.

Não se sabe ao certo quando a laranja surgiu no território de Nova Iguaçu. Segundo Waldick Pereira, alguns homens importantes no período áureo dos laranjais, como Sebastião Herculano de Matos, presidente por diversos anos da Associação Dos Fruticultores do Município, veem o início no ano de 1883, quando começam algumas pontuais vendas para o exterior (PEREIRA, 1977, P.122).

Uma característica bem interessante da citricultura que surge nesse momento é o interesse e o uso de informativos agrícolas feitos por empresas relacionadas ao ciclo produtor da laranja. Estas empresas disponibilizavam nesses encartes informações de como proceder no melhor trato à lavoura. Continham conhecimentos que iam desde a melhor escolha das mudas e enxertos até a fase de plantio com os espaçamentos mais condizentes para o tamanho do terreno do produtor, método esse empregado para que o pomicultor aproveitasse melhor sua terra, com um número maior de plantas por hectare ou alqueire<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Com o intuito de alavancar a produção citrícola no país (além de outras frutas, como abacaxi e banana), será criada uma nova pasta dentro do Ministério da Agricultura que terá como objetivo orientar com pesquisas e trabalhos de campo a melhor condução da pomicultura, tanto em seus aspectos gustativos, estéticos, exportadores e também, pesquisas para uma boa condução na lavoura.

<sup>5</sup> O informativo “Conselhos práticos para a Cultura de Laranjeiras”, com 20.000 tiragens e escrito por Francisco França no ano de 1936, trazia inúmeras informações acerca de como proceder corretamente com a cultura da laranja. Indicava as melhores épocas do ano para as capinas, enxertos, adubações e correções de solo, além de indicar produtos fitossanitários para o citros. Um dado importante que esse informativo trás, é a melhor otimização da área com o plantio das laranjeiras em espaçamentos menores, para uma maior produção por área.

Muitas empresas multinacionais do ramo químico, como a alemã Bayer e a francesa Rhodia se interessavam e desenvolveram produtos para os tratamentos culturais nas lavouras ocupadas pela laranja. Operações como a pós-florada ou a assepsia das lavouras eram vistas pelos departamentos comerciais e técnicos de tais empresas como importantes no faturamento. Alguns produtos como o Solbar, fungicida para aplicação antes e depois da florada do citros, tiveram ampla divulgação na imprensa e eram usados frequentemente pelos citricultores. Com informativos técnicos, a Bayer<sup>6</sup> divulgava seus produtos e auxiliava os produtores com o apoio de uma equipe técnica da empresa, todos os cuidados técnicos para o cultivo da citricultura na região de Nova Iguaçu.

A laranja entra em um processo bastante interessante que estava acontecendo no campo brasileiro: a modernização agrícola. Tal processo não só residia no fato de se produzir no campo só resultados econômicos, mais que tais resultados trouxessem também implicações relacionadas a um dinâmico desenvolvimento social e tecnológico do homem do campo. Nesse ínterim, são destacadas a colocação de técnicos e agrônomos e utilização em larga escala da mecanização para esse fim, visto que estes elementos seriam a “virada” do processo modernizador da agricultura (MENDONÇA, 2002, p.231).

Hasse assinala que na maioria dos casos, os primeiros cultivos de citros no final do século XIX, não era no Rio de Janeiro e em seus arredores (em especial Nova Iguaçu) uma atividade agrícola com cunho comercial. Nas terras das antigas fazendas, um sítio valia mais se em seu interior se cultivasse um pomar e isso demonstra o pequeno zelo para com a cultura em seus primórdios, quando os grandes proprietários de terras ainda não viam a riqueza que poderia provir.

No final do século XIX, os pomares iguaçuanos eram infestados por uma doença chamada de fumagina ou “*Morphea* das laranjeiras”, doença esta provocada pela falta de

---

Esse informativo aconselha o plantio com espaçamentos de 6 m<sup>2</sup> ao invés de 7 m<sup>2</sup>, o que daria uma população de plantas na ordem de 1344 pés contra 987 pés respectivamente por alqueire. Ver: França (1936, p.04)

<sup>6</sup>Muitos produtos para a agricultura nacional eram produzidos por essa empresa alemã. Em 1958, a Bayer monta suas instalações em território iguaçuano, no Distrito de Belford Roxo. Em 1990, Belford Roxo se desmembra de Nova Iguaçu, ficando com a Sede da fábrica em seu território. Ver: Pohl; Wilcke; Dupré (2008, p. 47).

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

saneamento nos campos de cultivo e nos grandes alagadiços que a Baixada possuía antes das grandes obras de saneamento e controle de alagadiços. Tal moléstia foi controlada com a ajuda de agrônomos do IAC (Instituto Agrônômico de Campinas). Apesar dos problemas sanitários, “a citricultura fluminense foi, durante muitas décadas, uma referência para todo o Brasil”. Seriam nas terras iguaçuanas que surgiriam duas das mais importantes variedades de cítricos para a economia: a laranja pera e a mexerica do Rio (HASSE, 1987, p.47).

O projeto de saneamento das terras com potencial agricultável na Baixada Fluminense tem início no ano de 1909, a mando do Governador Nilo Peçanha. De acordo com os registros do Diretório de Fruticultura, de 1932, uma equipe de engenheiros é contratada para levantar as plantas da Baixada. Em seguida segundo esse mesmo relatório, 42.000 hectares de terras são saneados e drenados, acabando com as grandes fontes de criadores de mosquitos e outras intempéries que há anos castigavam a população de tais localidades.

Numa primeira fase, os pomares eram plantados nas zonas dos morros, nos contrafortes e mesmo nas encostas da Serra de Madureira, porém, com a valorização do produto crescente, o plantio também se alastrou pelos baixos montes e planícies que já se encontravam drenadas pelas grandes obras de saneamento, espalhando-se em seguida assim por vastos rincões de terra do município. Essa mudança de eixo no plantio e condução dos pomares levou a uma melhora no transporte do produto pelos caminhões e pelos vagões da via férrea.

A laranja mais plantada e que teve sua origem em Nova Iguaçu era a da variedade pera. Esses frutos se caracterizavam por possuir alta resistência, o que era uma vantagem bastante interessante se levarmos em conta os longos e desgastantes processos de colheita, beneficiamento e exportação. Essa variedade também era considerada os “pomos de ouro” das lavouras pelos produtores devido ao seu tamanho, casca fina e ótimo sabor. Uma nota do jornal carioca Correio da manhã demonstra a grande aceitação da laranja pera no mercado britânico:

Muito embora as laranjas “selectas” de São Paulo cessaram de chegar em meados de Agosto, essa fruta brasileira continuará sendo vendida na Inglaterra até os fins deste mês, devido aos embarques da laranja pera do Rio

de Janeiro, que começou a aparecer no mercado. Acredita o cônsul do Brasil que elas conseguirão altos preços devido ao seu tamanho, a finura da pele e ao sabor admirável do suco, aliado ao aroma suave que se desprende das frutas brasileiras (*Correio da Manhã* (RJ), 17 de maio de 1930).

Examinando tal afirmação nessa fonte jornalística, podemos perceber o quanto essa variedade de laranja era atrativa nas mesas dos súditos da rainha, pois os ingleses preferiam laranjas com tamanho menor, por possuírem um custo unitário baixo e serem mais fáceis para a partilha nas famílias com menor renda (HASSE, 1987, p. 66). A qualidade para ganhar esse nicho de mercado exigia cuidados que iam desde a produção das sementes e mudas, plantio, colheita e transporte dos frutos. Todas essas premissas influenciavam na qualidade do produto final, e essa era uma preocupação tanto dos governos em suas demais instâncias, tanto dos exportadores que firmavam compromissos como os mercados internacionais.

A laranja foi parte de um movimento de diversificação na pauta da exportação brasileira na década de 30. Nos dez anos entre 1929 e 1939, a participação do café na exportação caiu de 70% para 40% aproximadamente. Em 1939, apenas nove produtos representavam 77,6% da receita cambial brasileira. A laranja era um dos dez mais na exportação (HASSE, 1987, p.66).

Nos anos 1920, o Brasil já despontava no cenário econômico mundial como o 5º maior produtor mundial de Citros, ficando abaixo de verdadeiras potências mundiais, com produção há algum tempo consolidada como a Espanha, Estados Unidos da América (com a produção concentrada no Estado da Flórida), Japão e Itália. Mas, nenhum desses países possuía terras para expansão como o Brasil, além de clima propício, mercado interno e mão de obra para o pleno desenvolvimento da citricultura.

Quadro 1: Volume e Faturamento: Exportação de Laranjas de Nova Iguaçu entre 1927 e 1936.

Fonte: Jornal *Correio da Lavoura*, 04 de Março de 1937, p, 1.

ANO	CAIXAS	VALOR
1927	359.837	5.909:536\$
1928	560.906	10.012:639\$
1929	943.351	15.307:253\$
1930	812.207	16.075:677\$
1931	2.054.302	47.552:722\$
1932	1.930.138	40.179:070\$
1933	2.554.258	54.894:171\$
1934	2.621.827	56.189:240\$
1935	2.640.420	61.989:066\$
1936	3.216.712	75.530:674\$

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

Verifica-se a partir da tabela do jornal *Correio da Lavoura*, exposta acima, um considerável aumento de divisas e de produção citrícola entre os anos de 1927 e 1936. O valor das exportações cresce num ritmo acelerado no decênio 1927-1936 com aproximadamente 893% de aumento no volume de caixas exportadas. Já a rentabilidade dessa exportação crescente nesse mesmo período cresce de forma ainda mais acachapante, com aproximadamente 1.278% de aumento, no período de 1927 a 1936.

No relatório, expedido pelo do Ministério da Agricultura no ano de 1938<sup>7</sup>, a laranja figurava entre os dez principais produtos exportados pelo país no mercado internacional. Após o café e o cacau, a laranja vinha como o terceiro produto alimentício mais exportado. Como revela tal relatório, os maiores crescimentos a partir do ano de 1930 competem à laranja, que apresenta o extraordinário índice de aumento de 612%, seguido pelas carnes em conserva, com 317%; o cacau com 157% e a banana com 144%. No que tange aos preços verificados no período compreendido entre o ano de 1930 e 1939, a laranja alcança a formidável marca de crescimento em valor de 289%.

Assim era a importância da laranja, conforme os anos iam passando a partir da década de 1930, a produção e o uso do solo para o cultivo da citricultura aumentariam de forma substancial em alguns territórios do Brasil, mais especificamente em Nova Iguaçu e Limeira, no Estado de São Paulo

Os grandes mercados importadores das laranjas produzidas em Nova Iguaçu eram em especial os países Europeus. O Ministério da Agricultura, no ano de 1932, através do seu Diretório de Fruticultura, faz um levantamento bastante especial sobre a citricultura do município de Nova Iguaçu e traz como paralelos seus principais mercados internacionais:

Não há dúvida que os melhores mercados para a exportação da laranja estão na Europa. A Inglaterra recebe um terço da Exportação total. A Alemanha vem em segundo lugar, como melhor cliente. Pela ordem de importância, seguem-se a França, Noruega, Suécia, Hungria, Dinamarca, Irlanda e Romênia (AGRICULTURA, 1932, p. 30).

---

<sup>7</sup> Tal documento pode ser obtido virtualmente e é uma ótima fonte para o estudo econômico dos mais diversos produtos econômicos nacionais. Brasil, leis, decretos. Relatório do Ministério da Agricultura de 1938, p.14. <<<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u2026/000025.html>>>. Acessado em 02/02/2015 às 9h00.

Outro grande comércio para os frutos colhidos era o mercado interno (com o envio de frutos de menor qualidade). Nova Iguaçu pela sua proximidade de grandes centros consumidores como os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro - os três com maiores contingentes populacionais - facilitava tal processo. De acordo com nota do jornal *Diário Carioca*, a Bacia do Prata, era no ano de 1927 um dos principais clientes dos laranjais de Nova Iguaçu.

Dia a dia avulta a exportação de frutos especialmente da laranja, que vae vencendo a má vontade das autoridades dos países consumidores graças ao capricho e zelo dos produtores no esforço de melhorar o produto.

E completa:

Sobre esse movimento de exportação tão auspicioso à economia nacional, ouvimos ontem, ligeiramente o encarregado da exportação de frutas brasileiras que manteve conosco interessante palestra. Disse-nos ele que durante o ano de 1927, foram embarcadas pelo porto do Rio de Janeiro 350,270 caixas de laranja num total de 70,054,00 frutos. Em decrescente embarcamos frutas para Buenos Aires, Londres, Itália, Hamburgo, Holanda, Montevideo e Havre, e já conquistamos uma invejável posição nesses mercados (*Diário Carioca* (RJ), 19 de junho de 1928, p.07).

A partir de tal nota jornalística citada acima, podemos ver a importância dos mercados da bacia do Rio da Prata para a exportação de laranjas. Importância essa que seria minada a partir da década de 1930, com o maior direcionamento da exportação para a Europa.

Na mesma página desse periódico, o artigo ainda cita que “as laranjas embarcadas no porto do Rio de Janeiro provém em sua quase totalidade do município fluminense de Nova Iguaçu”. Tamanha a importância da laranja para os cofres do Estado do Rio de Janeiro era o fato de que essa economia foi no ano de 1934<sup>8</sup>, a principal detentora de divisas para o Estado fluminense. Segundo Ferreira:

A nova política desenvolvida pelo Departamento Nacional do Café (DNC) de favorecer o escoamento de cafés finos atingiu frontalmente a Cafeicultura fluminense, que produzia cafés inferiores com restritas possibilidades de

---

<sup>8</sup> O autor também destaca em seu artigo que o algodão, no Estado do Rio de Janeiro nos anos 1930, sofreu crescimento vultoso, mais nenhuma atividade agrícola apresentou aumento tão notável quanto o cultivo da laranja, que encontrou na Baixada Fluminense, clima, solo e relevo favoráveis à expansão da produção. Nova Iguaçu era, de longe, o maior produtor do estado (LAMARÃO, 2010).

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

exportação. A partir de 1933, o café deixou de ser o principal produto da economia estadual e o maior contribuinte na arrecadação da renda, com 28%, seguido pela laranja com 17,80% e pelo açúcar com 13,89%. Em 1934, o principal item da pauta de arrecadação estadual era a laranja, ficando o café em segundo lugar (FERREIRA, 1994, p. 99).

O relatório do Ministério da Agricultura no ano de 1932<sup>9</sup> enumera os principais concorrentes da Laranja de Nova Iguaçu na Europa. Os Estados Unidos são os maiores produtores mundiais, mas devido ao alto consumo per capita, consomem sua própria produção. A Espanha figura em 1932 como a maior exportadora, porém, sua época de colheita não entrava em choque com a safra e exportação Iguazuana, que tinha o grosso de seus volumes realizada nos meses de agosto a dezembro, sendo essa característica climática e de ordem geográfica primordial para fazer os negócios prosperarem pelas bandas da Baixada Fluminense. Produzir com qualidade era então uma premissa procurada pelos exportadores e pelo Estado para vencer a forte concorrência internacional.

De acordo com Sônia Regina de Mendonça, a súbita crise de 1929 e a consequente queda nos preços de produtos agrícolas no consumo mundo afora, levou a mais estreita necessidade de se fazer cumprir os compromissos com as importações em geral, e tornava-se ainda mais vital e urgente o intervencionismo do Estado de modo a propiciar aos proprietários rurais melhores condições para a colocação doméstica de seus produtos. Ou seja, a diversificação da produção agrícola, deixaria de ser apenas uma alternativa para complexos agrários menos dinamizados, passando a ser instituída uma “questão nacional”, materializada à sombra de déficits da Balança Comercial a serem minimizados no concerto de uma economia mundial em profunda recessão (MENDONÇA, 2013, p.31). Nos dizeres do Diretório de Fruticultura, os incentivos estatais eram primordiais para o sucesso da laranja em Nova Iguaçu, “Certamente a iniciativa particular jamais sem o auxílio oficial, inspirará confiança ao estrangeiro” (AGRICULTURA, 1932, p.58). Verifica-se a mão do Estado como o

---

<sup>9</sup> Nessa parte do relatório, é notória a preocupação das autoridades governamentais nacionais pela qualidade e sanidade das laranjas enviadas ao exterior. Nos dizeres dos técnicos, só a venda de um produto de ótima qualidade poderá vencer a grande concorrência externa (AGRICULTURA, 1932).

gerenciador e administrador da economia e o seu interesse em diversificar a produção agrícola.

Uma das principais e mais imediatas implicações do movimento revolucionário de 1930 foi a intervenção e o gerenciamento do Estado em alguns setores da esfera econômica. Essa mudança no papel, até então pouco desempenhado pelo Estado em relação à Primeira República, é também influenciada pela grande relação impactada pela crise econômica internacional, provocada pela crise de 1929. Essa crise, seguida de longa recessão mundial, afetou profundamente toda a esfera econômica brasileira. Para combater os efeitos da crise, o Estado assume, então, poderes inéditos na coordenação, planejamento, controle e incentivo a várias atividades econômicas, criando assim, diversos órgãos governamentais específicos para cada atividade econômica.

Sônia Regina de Mendonça ainda salienta que a atuação do Ministério da Agricultura no pós-1930 orientou-se pelo aprofundamento da diversificação agrícola do país, entendida quer no tradicional sentido do abastecimento interno de sua crescente população, quer no da ampliação da pauta de exportações brasileiras para os mais diversos mercados internacionais:

Inaugurava-se, também, no rearranjo do Estado restrito brasileiro no pós-1930, a prática da criação de autarquias especializadas em ramos ou setores produtivos as quais, diretamente vinculadas ao Executivo, transformavam-se quer em instrumentos de absorção dos conflitos intraclasse dominante pela sociedade política, quer em veículos da nacionalização das decisões econômicas, superando o embate regionalismo *versus* centralização política (MENDONÇA, 2013, p. 63).

Nilo Peçanha, em sua gestão como então Governador do Estado do Rio de Janeiro, contribuiu para o desenvolvimento da citricultura no estado fluminense, sendo fundamental para o estabelecimento e sucesso da citricultura nos campos iguaçuanos. Seja tanto por incentivos como a redução das taxas aduaneiras ou isenção de impostos comerciais das remessas de caixas de laranjas.

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

O governo provisório tratou logo de ser uma espécie de gerenciador da economia nacional<sup>10</sup>, estimulando a produção sistemática de certos produtos em detrimento de outros – o café ainda é o maior produto na pauta de exportações, como mais de 40% de participação na pauta de exportações, recebendo ainda, muitos incentivos, mais a abertura de novas aéreas de cultivo não são incentivadas. Essa era uma tendência geral que se apresentava em diferentes matizes na América Latina como um todo. O Estado como “administrador da economia”, gerenciando-a e coordenando a produção em seus mais variados setores. Essa foi uma diretriz muito em voga em toda América Latina:

Este fue también el período en que el Estado represento um creciente papel en la agricultura y en otros sectores de La economía. En toda América Latina, La intervención estatal por medio de organismos burocráticos y programas de extensión, ayudas y comercialización se convirtió em un rasgo ordinario de La economía agrária (OLIVEIRA; ROBERTS, 2005, p. 279).

### Os *Packing Houses*

O sucesso alcançado com a exportação da laranja em Nova Iguaçu trouxe uma verdadeira revolução no modo de produção da fruta. Com a exportação em alta, e a conquista cada vez maior de mercados estrangeiros diversificados – e ao mesmo tempo, exigentes em fatores referentes à qualidade do fruto, tais como aspecto, coloração, aroma e sabor –, se tornaria necessário para se firmar o compromisso com tais mercados entregar uma fruta que seguisse um padrão de qualidade e que chegasse à mesa do consumidor final com atributos que intensificassem ainda mais a fama da “melhor laranja do mundo” (CARVALHO, 1999, p. 51). A resposta para essa encruzilhada foi à adoção dos “*Packing Houses*”<sup>11</sup> (em português, casas de embalagem).

O *Jornal do Brasil*, em uma reportagem de janeiro 1929, destaca uma importante resolução do Ministério da Agricultura, a compra de equipamentos vindos dos Estados

---

<sup>10</sup> Esse gerenciamento fazia parte do pacto feito entre o Governo Provisório e as diversas elites nacionais, principalmente feito pela burguesia industrial, pois este extrato social encontrava-se em processo intenso de ascensão econômica no cenário nacional (MENDONÇA, 1987).

<sup>11</sup> Nova Iguaçu apresenta um notável desenvolvimento no número de *Packing Houses* e, já em 1931, existiam cerca de 13 instalações desse tipo, excluindo-se o pertencente ao Ministério da Agricultura, e em apenas 4 anos, esse número sobe prodigiosamente para 24 instalações desse tipo.

Unidos da América e a construção dos primeiros *Packing Houses*, sendo dois locais contemplados: Limeira e Nova Iguaçu. Segundo tal hebdomadário, os agricultores de Nova Iguaçu mostraram-se bastante animados com tal notícia:

O Dr. Leva Castro, Ministro da agricultura, tendo em vista o desenvolvimento extraordinário, que está tomando a exportação de frutas, principalmente as laranjas, etc... já encomendou nos Estados Unidos duas completas instalações de "packing house" com capacidade para 2.400 caixas de laranja diárias, na importância de 318:832\$000, quantia essa que já foi posta a disposição do nosso cônsul geral de Nova York, por telegrama de 11 do corrente mês. Os agricultores de Nova Iguaçu, indo ao encontro do louvável ato do Srº ministro da agricultura, vão construir os edifícios para as instalações da sua "packing house" (*Jornal do Brasil* (RJ), 19 de janeiro de 1929, p.5).

A efeméride<sup>12</sup> de Luiz Azeredo do dia 23 de junho de 1929 apresenta a informação de que o Presidente do Estado, o Dr. Manoel Duarte visitara Nova Iguaçu, acompanhado do Secretário Municipal da Agricultura e Obras Públicas, Dr. Rio Borges. Essas autoridades inspecionaram o local onde o Estado Fluminense pretendia construir, para a Associação dos Fruticultores, uma casa de embalagem de frutas (*Packing House*) para exportação.

Os *Packing Houses* eram barracões onde se estabelecia um interessante e importante processo da produção citrícola, o beneficiamento dos frutos. Operavam em média, cerca de cem pessoas, entre homens, mulheres e crianças, constituindo um importante mercado de trabalho para a cidade (SOUZA, 1992, p. 58). Nessas instalações, a laranja era processada e beneficiada, ato que começava desde a lavagem dos frutos (alguns frutos chegavam bastante sujos, devido ao manuseio da colheita e transporte), onde depois de lavados, eram secos pela ação de poderosos ventiladores. Após esses processos iniciais, a laranja era escovada por uma maquinaria apropriada e por fim, separadas, classificadas de acordo com seu aspecto, tamanho e qualidade, para assim serem embaladas e encaixotadas. Estas instalações na maioria das vezes também eram usadas como depósito para as caixas que ainda seriam embarcadas pelos caminhões ou pelos vagões do trem.

---

<sup>12</sup> Essas efemérides podem ser consultadas no CEDIM (Centro de Documentação e Memória da UFRRJ), campus Nova Iguaçu). Esse centro possui rico acervo histórico disponível em variadas fontes sobre a história de Nova Iguaçu e região. Efeméride do dia 23 de junho de 1929.

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

Essas instalações seriam importantes no projeto de se organizar a produção, e assim, entregar para os mercados estrangeiros um produto nos mais altos padrões de qualidade. O relatório do agrônomo Eduardo de Sampaio<sup>13</sup> salientava essa preocupação:

Por último, é importantíssimo, só se fazer a embalagem em entrepostos dotados de toda maquinaria moderna e aperfeiçoada que para esse fim existe, onde possa proceder à uma rigorosa seleção e beneficiamento de modo à que os frutos cheguem nos centros consumidores em estado de conservação e com aparência exigidos para sua boa cotação (AGRICULTURA, 1932, p. 60).

Antes dessas instalações, os frutos eram embalados em sacos de aniagem e caixas de cebola, o que significava muitas perdas na qualidade final do produto, pois os frutos poderiam sofrer esmagamentos, perdendo suas características gustativas. Além desse problema, poderiam sofrer fermentações indesejáveis e uma perda de aspecto estético. É importante o fato de que também os sacos e caixas de cebola não eram suficientes para atender toda a demanda dos exportadores. Essa demanda por caixas de madeira estimulou o desenvolvimento da indústria madeireira no norte do Paraná (PEREIRA, 1977, p.140), onde a produção de tábuas de pinho branco para a confecção de caixas encontrou um grande mercado: as laranjas iguaçuanas.

Os *Packing Houses* trouxeram uma nova modalidade de trabalho para a cidade. No eixo econômico trazido pela citricultura, podemos perceber o aparecimento de uma frente industrial que operava no funcionamento de tais instalações. O mercado de trabalho a partir da inauguração dos *Packing Houses* expandia-se com novas categorias de trabalhadores, nas mais variadas funções adjacentes, que iam deste a produção, mecânicos de manutenção das máquinas, lavadoras, encaixotadores, secretárias, corretores, caminhoneiros, etc. (PEREIRA, 1977, p.141). E essas novas funções trabalhistas vão se diferenciar das atividades referentes aos tratos culturais dos laranjais, como as capinas, adubações e podas, criando assim, um novo mercado de trabalho onde a produção agora obedece a uma dinâmica industrial, variando em sofisticação e especialização. Nessa nova dinâmica de produção, vários trabalhadores vão se instalando em funções como o transporte das frutas dos pomares até

---

<sup>13</sup> O Agrônomo Eduardo de Sampaio era encarregado do Diretório de Fruticultura, e atuava em Nova Iguaçu.

os embarques, na fabricação de caixas de madeira em barracões próprios para esse fim, na limpeza e embalagem dos frutos e no tratamento e acondicionamento das laranjas entre outros serviços.

Nova Iguaçu apresentava, assim, um notável desenvolvimento no número de *Packing Houses*. Já em 1931, existiam 13 instalações desse tipo, excluindo-se o pertencente ao Ministério da Agricultura, e em apenas 4 anos, esse número sobe prodigiosamente para 24 instalações desse tipo. Esse crescimento vertiginoso levou ao enriquecimento e prestígio de muitos homens, como exemplo o italiano Francisco Baroni, grande exportador de frutas e detentor de três *Packing Houses*, sendo um localizado no bairro carioca de Campo Grande<sup>14</sup> e dois no município de Nova Iguaçu. É importante notarmos as trocas de conhecimento técnico e maquinaria em conjunto com o intercâmbio dos agrônomos americanos da região californiana e os técnicos nacionais que atuaram na região de Nova Iguaçu, pareciam ser intensos, motivados pela crescente influencia que o capital financeiro Norte Americano (DEAN, 1989, p.256) já trazia para a economia brasileira pós-primeira Guerra Mundial.

O cooperativismo era visto como grande alternativa para as crises que os produtores e toda a cadeia produtiva da laranja passavam de tempos em tempos. Como todo produto agrícola de caráter exportador, os preços internacionais da laranja sofriam oscilações frequentes, tanto pelos ritmos de consumo que eram variáveis mundo afora, tanto pelo crescimento de potenciais concorrentes como a Espanha e os países da Europa mediterrânea. Nisso, o cooperativismo era uma grande ferramenta para o sucesso da citricultura, pois poderia oferecer aos produtores preços melhores de fretes, insumos para a lavoura em geral e crédito. A principal cooperativa do período áureo da laranja em Nova Iguaçu se localizava no Distrito de Austin. De acordo com as notas dos jornais *Diário Carioca* e *A Batalha*, ambos do então Distrito Federal, cooperação entre os produtores poderia alavancar a citricultura com segurança e pujança:

---

<sup>14</sup> É bem provável que os *Packing Houses* de Francisco Baroni tenham beneficiado as laranjas produzidas pelos produtores da região de Campo Grande, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. No artigo de Pedro Fonseca Leal, são analisadas as atividades agrícolas realizadas por produtores nessa região e a Laranja na década de 1930 foi uma importante fonte de renda para estes (LEAL, 2010, p. 71).

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

Com a inauguração do “Packing House” de Nova Iguaçu, podê-se afirmar que a citricultura fluminense entrou no plano de organização graças a ação do governo. Foi uma vitória do cooperativismo e isto porque somente depois que os grandes e pequenos citricultores se organizaram em cooperativas, tornou-se possível a sua emancipação (*A Batalha* (RJ), 30 de agosto de 1939, p.04).

De acordo com os referidos jornais, ainda seriam construídas mais duas cooperativas: uma em Austin e outra em Queimados. Essas cooperativas de agricultores tinham como premissa principal solucionar sistematicamente as crises agudas sofridas pelos citricultores iguaçuanos, principalmente no que concerne à questão de preços e à qualidade do produto final. A cooperação entre os produtores era vista como uma ferramenta para a citricultura crescer forte e com objetivos pautados no desenvolvimento. Segundo os jornais apresentados, essa instalação procurava, também, ser uma garantira da qualidade do produto final também ao mercado interno:

O grande “packing-house” da Cooperativa dos Citricultores de Nova Iguaçu destina-se ao beneficiamento e a embalagem de frutas, bem como à sua venda para os mercados externo e interno. Ao consumidor nacional as frutas são vendidas em péssimas condições e embalagem precária. A aludida Cooperativa está aparelhada para colocar no mercado interno laranjas seccionadas em ótimas condições de embalagem, tendo ainda a capacidade para beneficiar diariamente perto de cinco mil caixas de laranjas (*A Batalha* (RJ), 30 de agosto de 1939, p.04).

A nota do Jornal acima elucida de forma bem clara o direcionamento dos melhores frutos para a exportação, deixando para o consumidor interno os com menor padrão de qualidade. No processo de seleção que acontecia na maquinaria e nas mãos dos “operários da laranja”, os melhores mercados sempre teriam a chance de desfrutar dos melhores produtos, e essa é uma diretriz que sempre será exercida pelo mercado. Tal cooperativa visava, contudo, quebrar esse processo, algo que seria bem difícil em se tratando do direcionamento da exportação, pois é um processo que acontece até os dias de hoje, com os mais diversos produtos agrícolas.



Imagem 1: Fotografia do interior de um *Packing House* em Nova Iguaçu. Fonte: Agricultura (1932, p. 60).

A partir da imagem acima, podemos perceber o grande número de trabalhadores e a maquinaria empregados nos *Packing Houses*, nas mais diversificadas funções, tais como: limpeza dos frutos, acondicionamento dos frutos, seleção das melhores frutas, armazenamento nas caixas de madeira entre outras. Diferente dos trabalhos nas lavouras de laranjais, a rotina de trabalho nos barracões seguia assim uma lógica industrial. Essas instalações seguiam assim a vertente da modernização da agricultura, com os objetivos de torná-la mais produtiva e qualitativa.

## Conclusão

Nossa pesquisa mostrou como os anos de 1930 caracterizaram-se por um período de intenso movimento de intervenção estatal na economia. Buscava-se diversificar a produção nacional de bens agrícolas, para atenuar às profundas crises oriundas de um mundo em recessão, decorrente da grande queda da Bolsa de 1929 e da queda abrupta do café, de longe, o principal produto de exportação brasileiro. Esta não foi a primeira intervenção na economia local. Como vimos, as iniciativas de políticos como Nilo Peçanha, antes desse processo paulatino de diversificação da década de 1930, já atuavam no intuito de diversificar para mudar. Na década de 1920, Nova Iguaçu já despontava como grande produtora nacional de laranjas.

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

A agricultura foi um dos setores que sofreu maior mudança, dentro dessa nova esfera da economia nacional. Não obstante, a laranja seguiu como uma alternância ao café, encontrando terreno para crescimento, principalmente em áreas como o grande município da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu. Por sua vez, a cidade apresentará um crescimento econômico vertiginoso, além de uma grande migração de mão de obra para o trabalho nessa nova riqueza, que por sua vez, não brotava da terra como ouro, mais que dava frutos da cor do tão almejado metal.

Nisso, podemos também salientar que algumas políticas e incentivos para que os frutos cítricos pudessem se manter competitivos nos mais exigentes mercados externo foram feitas. Buscando-se a excelência na qualidade dos frutos e a ampliação dos mercados, são criados barracões especiais de beneficiamento, os *Packing Houses*. Essas instalações possuíam uma dinâmica produtiva diferenciada e fariam um turbilhão de mudanças na orientação do cultivo citrícola de Nova Iguaçu. Nisso, essas instalações também entram no processo modernizante que a agricultura passara no período dos anos 1930, nos quais a modernização da produção era ampliada por meios estatais ou privados, com o intuito de alavancar o país economicamente, trazendo tecnologias para aumentar a qualidade do produto final e levar a produção brasileira para um patamar mais tecnicista.

### Fontes

#### Anuário Estatístico do IBGE- Anos de 1936 e 1941

Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em 21/02/2015 às 14:00.

#### Decretos-Lei

Decreto nº 5.760 de 24 de junho de 1930. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5760-24-junho-1930-561362-publicacaooriginal-84976-pl.html>. Acesso em 27/04/2015 às 09:34.

Decreto nº 22.416, de 30 de Janeiro de 1933. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22416-30-janeiro-1933-504172-norma-pe.html>. Acesso em 27/04/2014 às 15:30.

### Diários Oficiais da União

Disponíveis em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1933/04/27>. Acesso em 04/05/2015 às 14:56.

### Livros impressos disponíveis no setor de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

AGRICULTURA, Ministério da. **A Fruticultura no Brasil: Sua situação atual e o seu futuro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1932.

FRANÇA, Francisco F. **Conselhos práticos para a cultura de laranjeiras**. Granja Aparecida, Retiro Nova Iguassú. Rio de Janeiro, 1936.

### Jornais acessados em [www.memoria.bn.com](http://www.memoria.bn.com)

A Batalha (RJ), 30 de agosto de 1939, p. 04.

Correio da Manhã (RJ), 17 de maio de 1930. p. 08

Diário Carioca (RJ), 19 de junho de 1928, p. 07.

Diário Carioca (RJ), 30 de agosto de 1939, p. 08.

Diário Carioca (RJ). Quinta feira, 19 de junho de 1928, p. 07.

Jornal do Brasil (RJ), 19 de janeiro de 1929, p. 05.

### Jornal Correio da Lavoura

Jornal **Correio da Lavoura**, 04 de Março de 1937, p. 1. Disponível no Centro de Documentação e Memória (CEDIM), situado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (*Campus Nova Iguaçu*)

**Efemérides** do Jornalista Sylvino de Azevedo (Disponível no Centro de Documentação e Memória (CEDIM), situado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, *Campus Nova Iguaçu*).

Efeméride do dia 23 de junho de 1929.

Efeméride do dia 24 de junho de 1933.

## E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940

### Referências bibliográficas

- CARVALHO, I. B. **As Laranjas Brasileiras**. Nova Iguaçu: Marvic, 1999.
- DEAN, W. A Industrialização durante a República Velha. \_\_\_\_ (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano III. [5ª edição]. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- DIAS, A. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro, UFF, Tese de Doutorado, 2012.
- FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. \_\_\_\_ (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano III. [5ª edição]. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- FERREIRA, M. M. **Em busca da idade do ouro**. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. "O Brasil Republicano", v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 387-415
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. [34ª edição]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HASSE, G. **A Laranja no Brasil 1500-1987: a História da agroindústria cítrica brasileira**. Dos Quintais colônias às fabricas exportadoras de suco do século XX. São Paulo: Duprat & Propaganda, 1987.
- HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- LAMARÃO, S. T. N. Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937). **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 5 No 8 Jan-Jun 2010
- LEAL, P. F. Construção do Agricultor 'Orgânico': Os Sítiantes do Rio do Prata, município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Raízes**, v. 30, nº2, jul-dez/2010.
- LINHARES, M. Y. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LOBO, E. M. L. A Imigração portuguesa e a mão-de-obra do Rio de Janeiro na Primeira República. pp.287-319. In SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.) **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.
- MARQUES, A. S. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da história** – Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 4-número 6 abril /2006.
- MELO, H. P. O café e a economia fluminense, 1889/1920. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.) **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002, pp. 215-234

MENDONÇA, S. R. Estado e economia no período 1930-1955. In: \_\_\_\_\_. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987

\_\_\_\_\_. Grande propriedade, grandes proprietários: Velhas questões, novas abordagens (1890-1930). In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.) **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil, Sociedade Política e Agricultura no Brasil (1910 – 1945). **História e Perspectivas**, Uberlândia (48): 43-80, jan./jun. 2013 .

NASCIMENTO, A. P. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição (Nova Iguaçu, século XX). In: VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis. **Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis, 2013. v. 1.

OLIVEIRA, F. A Emergência do modo de produção de Mercadorias: Uma interpretação teórica da Economia Velha no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano III. [5ª edição] Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

OLIVEIRA, O.; ROBERTS, B. Las estructuras agrarias de América Latina, 1930-1990. pp. 216-267. In: BETHELL, L. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade** Vol. 6. São Paulo: EdUSP, 2005.

PEREIRA, W. **Cana, Café e Laranja: historia econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/SEEC, 1977.

POHL, E. M.; WILCKEN, A.; DUPRÉ, A. A. **Bayer Belford Roxo 50 anos: 1958-2008: sua história, sua gente, sua cidade**. São Paulo: Carrenho Editorial, 2008

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, A. O. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): Economia e Território em Processo**. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

SAES, G. A. M. O Nacionalismo Econômico e o Desenvolvimentismo do Tenente Juarez Távora (1930-1934). **II Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica**. Brasília, 23 e 24 de setembro de 2010.

SIMÕES, M. R. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Editora Entorno, 2011.

SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. \_\_\_\_\_. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano III. [5ª edição] Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

SOUZA, S. M. **Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: PPGAS-MN, UFRJ, Dissertação de mestrado, 1992.

TEUTEBERG, H. J.; FLANDRIN, J. L. Transformações do Consumo Alimentar. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (Orgs.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

## Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racialista ao longo do século XIX

Julia Neves Toledo\*

**Resumo:** No presente artigo pretendemos analisar a difusão de teorias científicas europeias durante o século XIX na América Latina, principalmente no Brasil, que visavam legitimar a inferioridade biológica do negro, atribuindo o atraso econômico e o subdesenvolvimento da América Latina à questão racial. O pensamento intelectual do século XIX bem como sua produção literária e historiográfica serão analisados além da resposta fornecida pela historiografia do século XX, desvinculando o atraso da América Latina da presença do elemento negro, buscando inclusive sua valorização e protagonismo na formação da sociedade não só brasileira, mas latino-americana.

**Palavras-Chave:** Historiografia brasileira; Pensamento Social Brasileiro; Pensamento Intelectual; Teses Racialistas; Cientificismo.

A vida é um conflito permanente, uma luta desordenada, com episódios de violência e barbaria, de crueldade bestial, de perversidade torpe. A luta começou no dia em que o primeiro aventureiro pisou na América, e ainda não cessou. (BOMFIM, 200, p.166)

O pensamento intelectual do século XIX ao analisar a miscigenação, ou a mistura entre raças ocorrida durante a colonização se preocupou basicamente em exaltar seus aspectos negativos, sendo caracterizado enquanto processo degradante e destruidor da pureza da raça branca, enaltecida como superior e pioneira no processo de colonização dos índios bárbaros e dos negros selvagens. A América Latina, nesse período, foi caracterizada como atrasada e fadada ao fracasso, incapaz de se desenvolver econômica e politicamente, devendo permanecer na sua condição de dependência e subordinação às grandes potências dominantes, nesse caso, Portugal e Espanha. A questão do atraso do Brasil e de forma similar, porém com suas próprias particularidades, dos países de colonização espanhola, foi

---

\* Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Contato: julianevestoledo@gmail.com

historicamente analisada a partir do viés racial, pautada na suposta solução de superação através do branqueamento, visando principalmente à eliminação da presença dos negros da população.

Lilia Moritz Schwarcz (1993) aborda a forma como as teorias científicas, em sua maioria europeias, adentraram o solo tupiniquim e adquiriram tamanha legitimidade dentro do pensamento intelectual brasileiro. Segundo a autora, os intelectuais do século XIX descreviam o Brasil como uma sociedade multiétnica, no que ela classifica como “espetáculo brasileiro da miscigenação”. A autora nos apresenta inúmeras personalidades que trazem em seus discursos elementos enraizados nas teorias científicas, principalmente, a teoria do darwinismo social<sup>1</sup>. João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional em 1911, defendeu sua tese no I Congresso Internacional de Raças<sup>2</sup>, intitulada de “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento um século de perspectiva, saída e solução”, segundo Schwarcz (1993) uma clara defesa do branqueamento enquanto solução para o Brasil. A importação de teorias e ideias europeias resultou na acomodação de modelos a uma realidade distinta de seu plano de fundo onde foram formuladas e idealizadas e, a partir do momento em que os museus, universidades e instituições de saber dão legitimidade a esses discursos, as consequências são profundas e seus resquícios permanecem até os dias de hoje.

Lilia Moritz Schwarcz (1993) afirma que, com a vinda da família real para o Brasil, o monarca português estabeleceu no país uma série de instituições centralizadoras que visavam, principalmente, reproduzir de forma perfeita o antigo domínio colonial. “[...] com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, inicia-se propriamente uma história institucional local”

---

<sup>1</sup> O darwinismo social foi uma escola de pensamento, baseada em Charles Darwin em sua teoria da evolução biológica das espécies animais e a ideia da seleção natural, aonde os mais fortes sobrevivem, sendo uma tentativa de aplicar o darwinismo às sociedades. Baseado nessa teoria os países Europeus justificaram seu colonialismo, exaltando a sua cultura em detrimento dos outros povos considerados bárbaros. A “missão civilizadora” foi empreendida como forma de elevar essas nações do seu estado primitivo a um nível mais desenvolvido. Ver mais em: Seyferth, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.” *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB (1996): 41-58.

<sup>2</sup> Lilia Moritz Schwarcz (1993) afirma que o primeiro Congresso das raças ocorreu em Londres, em 1911, e se propôs a discutir a nação, raças e as relações internacionais no início do século XX. O Brasil teve como representantes os médicos e antropólogos João Baptista de Lacerda (1846-1915) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954).

**Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX**

(SCHWARCZ, 1993, p. 33). A Imprensa Régia, a Biblioteca e o Museu Real são algumas das instituições trazidas por D. João, sendo as primeiras instituições científicas e culturais de referência que se instalaram no Brasil, dando base para a institucionalização do país e que possuem matriz europeia, difundindo seu pensamento por todo território brasileiro. De acordo com Schwarcz, os primeiros centros de saber enxergavam o Brasil ora como um espelho, ora como uma extensão dependente da corte portuguesa e a ela subserviente (1993, p.24).

A partir da análise da obra referida, a importância das instituições de saberes na formação do Brasil enquanto nação foi fundamental para sua construção. Os estudos raciais de diferenciação biológica e intelectual observados no Brasil a partir de meados do século XIX encontraram respaldo nessas instituições, bem como meios de difundir e divulgar suas pesquisas. Essas instituições de saberes possuíam papel importantíssimo, porém não representaram a única forma pelas quais as teorias racistas encontraram de penetrar e se difundir no Brasil, as obras literárias possuíam grande influência no pensamento intelectual, bebendo das mesmas fontes nas teorias científicas desenvolvidas naquele momento já em solo brasileiro. “Também os romances naturalistas da época faziam larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas. [...] Com efeito, a moda cientificista entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente.” (SCHWARCZ, 1993, p. 32).

Em um primeiro momento as instituições de saberes, museus, liceus e universidades ainda passavam por uma fase de formação, outras só viriam a existir décadas posteriores, como foi o caso das universidades, os discursos presentes na literatura brasileira representavam, naquele momento, uma análise mais concreta e completa da realidade social do país que estava se construindo. Posteriormente, analisaremos o discurso racista presente em Silvio Romero, homem letrado do século XIX, que possuía grande respaldo e aceitação na sociedade, trazendo por meio da literatura um retrato do Brasil.

Thomas Skidmore (1976) afirma que o pensamento intelectual racista alcança seu auge entre 1880 e 1920. Em um contexto pós-abolição dos escravizados, a dificuldades que os negros encontravam de ascender socialmente e se adaptar a sua nova condição de homem

livre representavam para as elites um obstáculo para o desenvolvimento do Brasil. Vale ressaltar, a partir da análise da Skidmore, que não foram, por parte dessas elites escravocratas, oferecidas condições que possibilitassem a integração dos negros na sociedade de classes, expressão usada por Florestan Fernandes em seu livro de mesmo título. A condição que o negro encontrou, em um contexto pós-abolição, resultou na sua marginalização social respaldada pelas teorias racistas que supostamente justificavam o descomprometimento das elites e do próprio governo com ações que visassem inserir o negro na sociedade com condições dignas de vida.

O século XIX conviveu com duas tendências contraditórias nas teorias raciais, por um lado os abolicionistas triunfaram em defesa dos negros africanos levantando a bandeira da abolição, por outro lado, em detrimento das transformações sociais observadas, os pensadores europeus articulavam teorias sistemáticas de diferenças raciais biológicas. O racismo, segundo Skidmore, já havia sido definido como uma teoria pseudocientífica, porém racionalizada, que assegurava a inferioridade do preto em relação ao branco, com isso, não só o Brasil, mas toda a América Latina mostrava-se vulnerável as doutrinas racistas provenientes do exterior.

A elite brasileira passa a aceitar a tese da superioridade branca, como um fato histórico. A ideia da superioridade do branco levou alguns escritores brasileiros a endossar a suposta “degenerescência latina”, os brasileiros, de acordo com Thomas Skidmore, geralmente aceitavam o darwinismo social em princípio, onde os brancos seriam mais adaptados para viver em sociedade e por isso teriam evoluído em detrimento dos negros, estes últimos estariam fadados à extinção ou subjugação pelos brancos, procurando, os brasileiros, apenas determinar a melhor forma de aplicá-lo à sua situação nacional.

Em uma análise comparativa com os Estados Unidos da América, Skidmore afirma que a miscigenação nas terras da América do Norte era combativa veementemente por representar uma ameaça ao domínio branco racial em números. A adoção de um sistema de segregação legal viria assegurar que negros e brancos não se misturassem sob pena de crime. O Brasil, por outro lado, não possuía essa opção, devido à sua matriz de formação ser multirracial, a

## Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

miscigenação nas terras brasileiras foi de certa forma aceita pelas elites e, por vezes, até incentivada, em uma tentativa de embranquecer a população brasileira e sua cultura. Diversos foram os autores que influenciados pelas teorias racistas norte americanas e europeias tentaram adaptá-las à realidade latino-americana, formulando novas teorias que explicariam o suposto “problema do Brasil” através da questão racial.

### Século XIX: o pensamento racista no Brasil

Com o intuito de melhor situar historiograficamente o pensamento intelectual brasileiro e a discussão racista, analisaremos textos produzidos no século XIX, no qual as teorias raciais se fazem presente, principalmente, nas obras literárias e nos discursos proferidos pelos homens letrados.

Silvio Romero (1851-1914) dedicou grande parte de suas obras à analisar a sociedade brasileira e sua formação, em seus estudos busca a valorização do nacional e da cultura brasileira em detrimento do estrangeiro, ganham protagonismo, inclusive a defesa do fim da escravidão. É um dos primeiros autores a defender o reconhecimento da sociedade brasileira como fruto da miscigenação. Porém, é marcante a influência da teoria iluminista em suas obras, prevendo o autor, garantir as hierarquias da sociedade baseada no discurso racial de superioridade, não negando as teorias racistas e propondo que a melhor maneira de solucionar o “problema do Brasil” seria imigrar alemães, de modo que estes absorveriam a cultura brasileira. Romero (1888) defendeu a “teoria da degenerescência do mestiço”, na qual a miscigenação e, conseqüentemente, os mestiços, levariam a sociedade a degenerar-se, devido à incapacidade destes se civilizarem.

Silvio Romero teve grande importância para a legitimação do discurso racista no Brasil. Suas obras literárias serviram como porta de entrada para as teorias científicas europeias aplicadas a sociedade brasileira, culminando na aceitação do preconceito racial, bem como na discriminação das raças. Ainda que não fosse declarado oficialmente, é sabido que a discriminação por cor teve papel predominante nas relações sociais no Brasil República, e

ainda está presente fortemente na sociedade brasileira, tamanha a legitimação que as teses racistas obtiveram em escala mundial.

Dentre os intelectuais que tiveram seus estudos no século XIX influenciados pelas teorias raciais importadas do exterior, é importante citar o renomado médico Nina Rodrigues (1862-1906). Apesar de seu pioneirismo ao ressaltar a importância das contribuições do negro para a sociedade, não abandona as teses da inferioridade da raça negra e do “problema do negro” no Brasil, assim como Silvio Romero. Segundo Nina Rodrigues (1935), o problema seria amenizado através do processo de miscigenação, mistura de raças, tão comum naqueles anos. Uma tentativa de branqueamento racial, fortemente combatida em anos posteriores, devido seu propósito de eliminar ou amenizar presença negra no Brasil.

Ao analisarmos a obra de Nina Rodrigues (1935), observamos a sua defesa de que a inferioridade do africano tinha sido determinada para além de qualquer dúvida científica, defendendo, inclusive, um sistema penal diferenciado para negros e brancos, pois as características raciais intrínsecas aos negros afetariam sua conduta social, negros e índios possuíam uma “responsabilidade atenuada”, como era de se esperar, representando um problema a ser resolvido. Para Nina Rodrigues, o Brasil não possuía solução, e dois fatores eram considerados por ele as principais causas para os problemas do Brasil, a primeira delas era o clima tropical, que representava uma forte barreira oposta ao branco, a outra causa seria as vastas proporções de mestiçagem, que ao longo prazo, privava a liderança marcante da raça branca.

Oliveira Viana (1883-1951), autor que pensava a formação do povo brasileiro, afirma que seu livro, um clássico do pensamento nacional, “Populações Meridionais do Brasil” (1920), revela as falhas, acentua os defeitos, mostra as linhas da inferioridade e desfaz as ilusões do povo brasileiro a respeito de sua própria capacidade, afirmando que seu único propósito foi ser exato, sincero e veraz. As aspirações do povo brasileiro de se desenvolver e romper com a condição de dependente econômica e politicamente, segundo Oliveira Viana (1920), provém do fato de criarmos um Brasil *made in Europe*, afastado de sua realidade, de suas fraquezas, das suas incapacidades, de suas insuficiências e de suas misérias. Para Oliveira

## Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

Viana (1920), o povo brasileiro era incapaz que assinalar os seus defeitos e a incapacidade de sua raça.

Há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes, progressivas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante dos homens de ação e de preá, que, por toda parte, em todas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões de sua soberania (VIANA, 1918, p. 20).

Oliveira Viana (1920) acreditava que havia um caminho para não sucumbir diante desse destino e de sua fatalidade, a mudança de métodos, levada a sério e corajosamente, os métodos de educação, política, legislação e governo. Os critérios até então dominantes para o problema da salvação, deveriam ser esquecidos, e com eles toda a ficção, as ilusões e os desejos. Renovar de ideias, refazer a cultura e reeducar o nosso caráter eram os três passos para o progresso.

Na sociedade escravista, presente em unanimidade na América latina no século XIX, as teorias da inferioridade racial viriam a justificar a coisificação do negro e a exploração da mão de obra africana, através da escravidão, fatores que explicam a sua ampla aceitação e difusão dentro das academias e do pensamento intelectual da elite. Somam-se os fatores acima citados ao suposto fardo do homem branco, reforçado e amplamente difundido pela Igreja Católica, onde os europeus brancos e eurocêntricos partilhavam da ideia de que possuíam a missão de civilizar os povos bárbaros e levar sua língua, cultura e religião até os mesmos, processo conhecido posteriormente como colonização europeia, vieram a atribuir maior legitimidade à relação de superioridade da exploração do negro pelo branco.

### **América Latina em questão: as possíveis soluções de superação**

Persistiam entre os intelectuais da época, representantes da elite branca, dentre eles homens letrados e políticos respeitados, questionamentos sobre o suposto atraso político e econômico pelo qual sofriam, porém essa realidade não estava restrita aos intelectuais brasileiros. Em uma perspectiva mais ampla o pensamento intelectual latino americano, também fora fortemente influenciado pelas teorias racistas durante o século XIX, tamanha

sua propagação e difusão. A sociedade escravista e sua ideologia<sup>3</sup> atribuíam o atraso político e econômico como empecilho para o desenvolvimentismo latino-americano, à presença do negro no outro lado do atlântico, e conseqüentemente o processo de miscigenação, o que representaria um problema a ser superado pelos americanos, como um pressuposto para o desenvolvimento do continente americano e sua superação enquanto continente atrasado e doente.

Eugênio Rezende de Carvalho (1998) apresenta em uma análise crítico-comparativa, quatro visões de pensadores latino americanos de diferentes países, a respeito do problema da América Latina, ou seja, do atraso econômico frente as grandes potências europeias, e as possíveis soluções defendidas por cada um deles como saída para esse “problema” latente de uma América enferma. São eles: o argentino Domingo Faustino Sarmiento, o cubano José Martí, o uruguaio José Enrique Rodó e por fim o brasileiro Manoel Bonfim.

A nova conjuntura histórica aliada a absorção por parte de sua elite intelectual de um corpo de ideias científico-filosóficas de matriz europeia acabou por gerar no seio dessa intelectualidade novas “visões” ou perspectivas interpretativas da realidade ibero-americana que formaram a base de novos projetos de identidade. (CARVALHO, 1998, p.2)

Na América Latina, nesse período, observava-se a intensificação dos discursos identitários na tentativa de uma construção de identidade e na necessidade surgida a partir de uma nação recém-criada de um sentimento de pertencimento nacional. Esses discursos eram resultado do processo de independência em relação aos países europeus, e do esforço da elite intelectual em solucionar o atraso latino americano através de explicações baseadas nas teses cientificistas do darwinismo social, a partir de um diagnóstico patológico de uma América Latina enferma e imperfeita, dominada por forças irracionais e um povo sem história, incapazes de gerar o progresso.

Dentre os pensadores analisados por Eugênio de Carvalho, o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), foi presidente da Argentina em 1868, tendo como uma de

---

<sup>3</sup> Entende-se ideologia segundo o conceito de Karl Marx, em “A Ideologia Alemã”, significando um conjunto de proposições elaborado na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia da classe dominante.

## Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

suas pautas de governo o incentivo a imigração europeia na perspectiva de embranquecer a sociedade argentina e levá-la ao progresso. Seu livro *Civilização e Barbárie* (1845) é uma de suas principais obras, sendo reconhecida mundialmente. Sarmiento (1845) sustenta a defesa de que era preciso romper com o passado de barbárie, se inspirando no modelo europeu, para alcançar o caminho da civilização. O grande sujeito de seu projeto, capaz de levar a civilização a América, seria o imigrante europeu.

Sarmiento (1845) revela a maneira como o corpo ideológico de doutrinas científicas e filosóficas, presentes na Europa naquele momento, influenciava o pensamento latino americano, de tal forma que o legado cultural indo ibérico deveria ser negado e reconstruído, herdando inclusive, o racismo e a discriminação racial presente nessas doutrinas europeias. A mestiçagem aparece como o ápice da barbárie e conduziria a humanidade à degeneração e à incapacidade devido à inferioridade do homem americano, resultado da miscigenação entre diferentes raças e etnias. A presença do negro e dos nativos representaria a causa do atraso econômico e um empecilho para o desenvolvimento latino-americano, tese que contribuirá para a disseminação da vergonha da cor e da origem dos latino-americanos.

Apesar da teoria de Sarmiento ser amplamente aceita pela historiografia tradicional da época e pela elite intelectual branca, haviam autores, pensadores e intelectuais que se contrapunham as teses científicas e racistas importadas para a realidade latino-americana. O cubano José Martí (1853-1895), autor analisado por Eugênio de Carvalho, escreve no final do século XIX, questionando as teses de Sarmiento e o pensamento intelectual racista de todo um século que ficava pra trás, um contraponto a historiografia dominante e ao pensamento intelectual hegemônico começava a ganhar espaço na história. A trajetória política de Martí não pode ser desconsiderada, além de criar o Partido Revolucionário Cubano (PRC) organizou a Guerra de 1895 ou Guerra Necessária, sendo o grande mártir da Independência de Cuba em relação à Espanha.

Martí (1891) traça um panorama diferente de Sarmiento, e se contrapondo as visões comuns à época, valorizando a identidade latino-americana e os aspectos culturais peculiares e autóctones em sua totalidade, a partir dessa nova visão é que surge o conceito de “Nuestra

América”<sup>4</sup>. Para o cubano, a América Latina, a “nuestra”, sofria com ameaças que causavam o seu atraso e incapacidade de se desenvolver, dentre eles os vícios da herança colonial e criticava veementemente a importação de modelos europeus para explicar a realidade latino-americana, e as mazelas pela quais sofria.

A obra de José Martí possui extrema importância na construção de um projeto de identidade com bases autóctones, tão necessários à América Latina naquele momento de recente independência de suas colônias e formação de sua identidade e de seu passado histórico. A discussão trazida em seu livro *Nuestra América* se propõe a analisar a cultura e a história dos povos americanos, em busca justamente de formar uma identidade nacional que correspondesse a sua história e auxiliasse a construção de uma América latina independente e desenvolvida. Como solução para os problemas latino-americanos, Martí defendia a criação da “Nuestra América”, pois acreditava que a unidade na ação transformaria a América Latina e sua realidade de atraso e dependência em relação às grandes potências, principalmente os Estados Unidos da América, que vinham expandindo sua influência em seus países vizinhos a fim de atender seus interesses expansionistas e imperialistas<sup>5</sup>, disputando a hegemonia mundial desde o século XIX.

A questão da raça negra ou da mestiçagem enquanto um fator de inferioridade dos americanos em relação aos europeus e a atribuição da presença da população negra ou mestiça na América como causadores do atraso econômico e político latino-americano, como analisamos em Sarmiento (1845), são desmistificados em José Martí (1891), que propõe o orgulho americano, como um dos mecanismos de seu projeto de identidade latina. O povo latino americano seria o único capaz de conhecer suas verdadeiras necessidades e superar seus problemas a partir de sua própria força e fé, de forma nova e original, autóctone e particular.

---

<sup>4</sup> O termo “Nuestra América” é apresentado por José Martí em seu livro intitulado com o mesmo nome, onde Martí defende a tese de uma América unida em defesa de seus próprios interesses e não em detrimento das potências europeias e dos Estados Unidos América e suas demandas a favor do desenvolvimento e progresso científico e tecnológico.

<sup>5</sup> Entende-se imperialismo segundo o conceito de Lênin, apresentado em “Imperialismo, Fase Superior do capitalismo”, publicado em 1917, significando a fase superior do capitalismo.

## Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

O brasileiro Manoel Bonfim, também trazido por Eugênio de Carvalho, defendia a miscigenação que ocorreu historicamente no Brasil, valorizando-a e negando a validade das teorias racistas em voga. Via na educação o “remédio” para o atraso do Brasil, para a emancipação das classes populares. Foi um crítico de Silvio Romero, polemica que gerou um intenso debate no século XX sobre as questões raciais se propôs a analisar quais seriam os males da América Latina. Bonfim (1905) combate as teorias das raças inferiores, o “darwinismo social” e a mestiçagem como fator de degeneração da espécie. Bonfim, segundo Eugenio de Carvalho (1998), se questionava: com base em que critérios se poderia afirmar essa incapacidade do progresso? Manuel do Bonfim formulou as respostas na sua teoria do “parasitismo social” que representaria um obstáculo para o progresso nas terras latino americanas.

Manuel Bonfim (1905), afirma que o “parasitismo social” enfatizava a lógica da dominação externa pelo colonialismo combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes, causando profundos males aos povos latino-americanos. Bonfim (1905) acreditava que o parasitismo impunha três efeitos gerais: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre eles; e a adaptação do parasitado às novas condições de vida.

### O século XX e a resposta historiográfica

A visão negativa do período colonial, o desprezo pela colonização ibérica e sua herança na sociedade brasileira protagonizou grande parte produção historiográfica brasileira do século XX, em contraposição ao século XIX, que atribua o atraso do Brasil à presença do negro e à miscigenação. A historiografia brasileira do século XX, republicana, visava à valorização do povo brasileiro, mestiço, mulato, miscigenado, enaltecia a particularidade e singularidade do Brasil, buscando respaldo no regionalismo e na cultura nacional.

Florestan Fernandes (1965), ao analisar o período pós-abolição, desmistifica a ideia de que o fim da escravidão e posteriormente a instauração da República haviam trazido a igualdade entre brancos e negros. O argumento defendido pelo autor afirma que na verdade

negar o processo de marginalização do negro e da população de cor<sup>6</sup> na sociedade republicana foi o meio mais simples que a elite encontrou de solucionar o “problema racial” pelo qual sofriam as superestruturas e infraestruturas da sociedade.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. [...] O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008, p.29)

Os estudos de Florestan Fernandes contribuíram para analisarmos como o projeto republicano de nação não se preocupou em inserir os negros na sociedade, sendo o mesmo tão excludente nas questões raciais e culturais, em relação ao negro e ao índio, quanto o predecessor, prevendo a manutenção das hierarquias e relações de poder baseadas na cor.

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo brasileiro que se empenhou na causa indígena e em estudar a formação do povo brasileiro, feito materializado em sua última obra de título *O Povo Brasileiro* (1995), e em que aborda a formação histórica, étnica e cultural do povo brasileiro, com impressões baseadas nas experiências de sua vida. Foi um dos principais educadores e pensadores do século XX, sendo ministro da educação do governo de João Goulart e vice-governador de Brizola no Estado do Rio de Janeiro.

Darcy Ribeiro (1995) analisa o pensamento intelectual no século XIX, que, até então, estava restrito à elite branca dominante, na tentativa de responder aos questionamentos de porque o Brasil ainda não havia dado certo, afirmando que a produção intelectual da época se construiu a partir de teorias eurocêntricas que não valorizavam a experiência história brasileira, naquela velha tentativa de adequação de padrões e modelos europeus à realidade latino-americana. O que Darcy Ribeiro se empenha durante 30 anos é escrever a história do

---

<sup>6</sup> Carlos Hasenbalg (1996) utiliza o termo “populações de cor” para se referir a todos os indivíduos de cor de pele diferente do branco devido a dificuldade de se caracterizar a cor da população brasileira, resultado do intenso processo de miscigenação que sofreu desde a colonização portuguesa.

## Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

povo brasileiro, reconstruir o processo de formação dos povos americanos, para somente assim explicar as causas do desenvolvimento desigual e dependente.

Meu sentimento era de que nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em seus próprios termos, fundada em nossa experiência histórica. As teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotente para nos fazer inteligíveis. Nosso passado, não tendo sido o alheio, nosso presente não era necessariamente o passado deles, nem nosso futuro um futuro comum (RIBEIRO, 1995, p.13).

O pensamento intelectual do século XIX, fortemente influenciado pelas teorias racistas europeias, as mesmas utilizadas para legitimar a escravidão racial, atribuiu o subdesenvolvimento e o atraso dos países que foram colonizados na América Latina à presença do negro na sociedade, ou seja, a uma questão racial, sem problematizar a necessidade por parte das potências europeias de perpetuar a condição da América Latina de dependente e incapaz de “andar com suas próprias pernas”. Muitos destes países, apesar de terem alcançado sua independência política durante o século XIX, como foi o caso do Brasil, o imperialismo europeu reformulou seus mecanismos de dominação, baseados na crença da incapacidade na América Latina se desenvolver. O século XX, de um modo geral, foi responsável por fornecer uma resposta à equivocada associação do elemento negro presente na sociedade latino americana ao atraso da mesma. A valorização da presença do negro e seu protagonismo na formação do povo latino foram apontados como um dos caminhos da superação da condição latino americana de dependência, além da necessidade de uma análise crítica e autóctone da colonização europeia e suas permanências em nosso território.

### Referências bibliográficas

BOMFIM, M. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

DE CARVALHO, E. R. **Ideias e identidade na América: quatro visões**. São Paulo: Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC, 1998.

FERNANDES, F. **Integração do Negro na Sociedade de Classes**, V. 2. São Paulo: Editora Globo, 2008.

HASENBALG, C.; MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil**. Raça, ciência e sociedade, p. 235-249, 1996.

MARTÍ, J. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1983.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, R. N.; PIRES, H.; SALES, F. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B. LGarnier, 1888.

SARMIENTO, D. F. **Facundo**: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1997

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, G. **Construindo a nação**: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB (1996): 41-58.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, V.9. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**; e, Instituições políticas brasileiras. Vol. 14. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1982.

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

Michel Ehrlich \*

Jörn Rüsen nasceu na Alemanha em 1938. Estudou História na Universidade de Colônia, na qual também obteve seu doutorado em 1966, dedicando-se ao estudo da história do pensamento histórico e Teoria da História. Mais tarde, juntaria a esses campos estudos sobre Didática da História. Foi professor nas universidades de Bochum, Bielefeld e é professor emérito da Universidade de Witten/Herdecke.

*Humanismo e Didática da História* foi lançado no VIII Seminário de Educação Histórica, organizado pelo Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH) da Universidade Federal do Paraná, ocorrido entre os dias 21 e 23 de setembro de 2015 em Curitiba, com o tema *Jörn Rüsen e o ensino de História no Brasil* e que contou com conferência de abertura ministrada pelo próprio Rüsen.

O livro reúne, além de dois textos de apresentação – um escrito por Marcelo Fronza (UFMT) e Maria Auxiliadora Schmidt (UFPR) e outro por Estevão Martins (UnB) – oito textos independentes de Rüsen, em sua maioria já publicados em outros livros ou revistas científicas, mas reunidos neste volume por abordarem temáticas semelhantes.

O propósito comum dos diferentes textos de Rüsen é apresentar uma renovação do humanismo e as contribuições que este pode trazer para os desafios contemporâneos da humanidade, e em específico como ele pode contribuir para a educação histórica e para uma renovação na Teoria da História.

Talvez o maior dentre esses desafios seja o de promover um diálogo que permita a convivência entre diferentes identidades culturais. Assim, a didática da história proposta por

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: michelehrlich@gmail.com.

Rüsen, não somente nestes textos, necessariamente enfoca na relação do *Eu* com o *Outro*. Como definem Fronza e Schmidt na apresentação:

Jörn Rüsen propõe uma Didática da História Humanista que permita aos sujeitos terem acesso aos princípios de uma aprendizagem história emancipadora e que os levem ao autoconhecimento a partir do reconhecimento do outro, no processo de formação da consciência histórica (FRONZA e SCHMIDT in: RÜSEN, 2015, p. 6).

O desafio da convivência intercultural se torna mais complexo diante da encruzilhada apresentada por Rüsen. De um lado, a forma como as identidades culturais se forjaram – contando inclusive com a bagagem do humanismo clássico ocidental – acarretou, na maior parte dos casos, um etnocentrismo que inferioriza e até destrói o *Outro*. Esse processo foi amplamente criticado pelos estudos pós-modernos e pós-coloniais. Entretanto, ainda que aceitando e concordando com essas críticas, Rüsen não vê nas correntes relativistas uma proposta que permita quebrar esse impasse. Para ele, a saída está na renovação do próprio Humanismo:

esta perspectiva busca combater as perspectivas relativistas do multiculturalismo isolacionista e a hegemonia das cosmovisões etnocênticas a partir de uma reordenação da orientação de sentido no tempo que entende a humanidade como uma contínua e multiperspectiva da reconstrução temporal policêntrica (FRONZA e SCHMIDT, 2015, p 8).

Assim, a proposta que Rüsen desenvolve nos textos do livro não é procurar o respeito às outras culturas através de uma noção que trata as diferentes culturas como isoladas uma da outra, pautadas sobre valores totalmente distintos e incomunicáveis – visão que levaria a conclusão de que os contatos e interferências culturais deveriam ser evitados ao máximo. Mas, retomando princípios do humanismo clássico, tratar a humanidade como um todo, em um universalismo que não estabelece uma norma, mas inclui as diferenças.

No primeiro texto do livro, *Formando a consciência histórica – para uma didática humanista da história*, Rüsen apresenta quatro desafios atuais para a história e a educação histórica: a) a insegurança das identidades históricas (especialmente as nacionais), que se tornam cada vez mais ambíguas e fluídas (em noção semelhante à de Stuart Hall (2005); b) as

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

pressões da diversidade cultural, pois os processos recentes de globalização trouxeram a alteridade do exterior para dentro do cotidiano das pessoas; c) as críticas (de dentro e de fora) à tradição ocidental (incluída aí o humanismo) pelo pós-modernismo que rejeita a universalidade de princípios e pelo pós-colonialismo, que aponta como a relação dos conceitos ocidentais com os não-ocidentais carregou, historicamente, uma relação de dominação; d) a crise ambiental, ameaça que interessa a todos e exige ações e regras conjuntas.

Rüsen aponta que a superação desses desafios não virá através das críticas isolacionistas ao humanismo, mas de seu melhoramento:

este quadro deve ser reformulado, com a finalidade de superar as lacunas do humanismo moderno: a incapacidade para enfrentar a desumanidade; a ideia ilusória sobre o conceito paradigmático da humanidade na antiguidade clássica; os elementos eurocêntricos na ideia de história universal; e os limites em integrar a natureza no interior da ideia de humanidade (RÜSEN, 2015, p 27).

Portanto, o autor conclui que se faz necessária uma educação histórica livre de dominações, mas que não o faça abrindo mão de uma história universal da humanidade, que se manifesta de diferentes formas, mas que continua sendo uma só.

No segundo capítulo, *Em direção a uma nova ideia de humanidade: unidade e diferença de culturas nos encontros de nosso tempo*, Rüsen desenvolve melhor o que apresentou no texto anterior como uma história universal que contemple as particularidades.

Para Rüsen, choques culturais ocorrem justamente porque cada cultura entende seus valores particulares como universais:

Se um diferente conceito universalista de vida humana desafia o conceito de outrem, e não possui poder suficiente para mudá-lo ou até mesmo negá-lo, um confronto de civilizações no nível da orientação cultural é inevitável (RÜSEN, 2015, p 46).

Para o autor, o relativismo cultural inverte, mas não quebra o raciocínio etnocêntrico, pois ainda define cultura como algo rígido, atemporal e independente. Para ele,

“Culturas interferem, elas compartilham elementos universalistas da vida humana e do pensamento humano. Assim, devemos desistir de qualquer

conceito de culturas que afirmam universos distintos de significado, apenas coexistindo em um relacionamento externo” (RÜSEN, 2015, p. 49)

Nesse sentido, a proposta de Rösen consiste em estabelecer universais comuns, a partir dos quais as particularidades de cada cultura sejam manifestações diferentes de um mesmo universal. O primeiro e mais fundamental desses universais comuns é a própria ideia de *humanidade*:

Se alguém sublinha este elemento universal dentro da particularidade cultural da própria pertença a pessoas que usam os mesmos critérios básicos de sentido na compreensão do mundo e de si mesmos, pode-se indicar a chance de olhar para a alteridade dos outros em uma forma não-etnocêntrica, mas sim equitativa e equilibrada (RÜSEN, 2015, p. 54).

Assim, compartilhar a humanidade já seria uma característica comum que geraria uma identificação entre os sujeitos e, portanto, uma responsabilidade mútua, adotando a noção de Lévinas, que Rösen reconhece como uma de suas referências.

No capítulo seguinte, *Humanismo clássico – levantamento histórico*, Rösen traça um histórico não do humanismo em si, mas do conceito de humanidade.

Em sociedades que o autor chama de arcaicas somente os membros da própria comunidade são chamados de humanos (tanto é que é comum que a palavra utilizada para referenciar-se à comunidade signifique literalmente *Homem*). Na era axial (utilizando o conceito de Jaspers), é a relação com o divino que inclui o indivíduo na humanidade. Essa concepção rompe as barreiras étnicas, mas ainda não contempla todos os seres humanos. No início da era moderna, o humanismo em parte substituiu o papel do divino pelo ser humano em si mesmo. Finalmente, os seres humanos pertenceriam todos à mesma humanidade. Contudo, novas barreiras são criadas de modo a diferenciar esses seres humanos em categorias de qualidades diversas. Utilizando a leitura que Feres Jr. (2002) faz de Koselleck, o particularismo descrito por Rösen gera o que o primeiro chama de “pares de conceitos assimétricos”, no qual o *Outro* negativo não é definido por si mesmo, mas somente pela ausência do positivo, por não ser o *Eu*. Dessa forma geram-se pares assimétricos como humano/não-humano e, mais tarde, na era axial, cristão/pagão. Finalmente, mesmo

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

englobando todos os seres humanos na humanidade, o etnocentrismo moderno ainda diferencia gradações de humanidade em termos étnicos, culturais, raciais, etc., como nos pares assimétricos civilizado/bárbaro ou, utilizando um exemplo particular, ariano/não-ariano. Em todos os casos,

a alteridade ou a alteridade dos que existem fora desta forma de vida é, pela mesma lógica, definida em termos de falta, ou, pelo menos, pela redução de todos os valores positivos na forma de vida externa (RÜSEN, 2015, p. 62).

Portanto, o humanismo de certa forma não completou sua missão.

Conforme já explicado nos outros capítulos, Rösen não vê nas críticas ao humanismo, mesmo que válidas, uma proposta para sair desse impasse, pois apostam mais no isolamento do que na comunicação intercultural. Para Rösen, a resposta se encontra dentro do próprio humanismo, especificamente retomando o humanismo alemão do final do século XVIII e início do século XIX, com destaque para Kant e a consideração do ser humano como um fim em si próprio.

O quarto capítulo tem como título *Historicizando a humanidade – algumas considerações teóricas na contextualização e compreensão sobre a ideia de humanidade*. Nesse texto curto, Rösen faz uma defesa dos estudos de Humanidades. Diante das acusações de que as ciências humanas têm servido historicamente como instrumento de legitimação para dominação, Rösen reconhece essa potencialidade negativa, mas também defende sua utilidade como ferramenta para traçar uma história do conceito de humanidade que permita propor universais comuns e inclusivos das particularidades:

As humanidades podem ser utilizadas como um meio para os fins de formação da identidade. Elas podem ajudar a provocar uma auto-imagem positiva ao custo da imagem dos outros. Ao fazer isso, eles seguem a lógica do etnocentrismo. Ou, as ciências humanas podem ser usadas como uma estratégia cognitiva da inter-subjetividade. Essa estratégia faz a mediação entre o eu (*self*) e o outro e transfere diferença em uma forma de vida comum onde não se desaparece, mas se torna habitável de uma forma humana. Assim, no jogo da formação da identidade cultural, as humanidades podem ser uma arma ou uma ponte (RÜSEN, 2015, p. 91).

No texto seguinte, *O enraizamento da ordem política nos valores dos cidadãos*, Rösen discorre sobre uma dimensão mais política do humanismo.

A democracia, não somente como sistema de governo, mas como norteadora das relações sociais, é para ele vital para a concretização da comunicação intercultural. Porém, para além das instituições, a democracia necessita de uma mentalidade coletiva. No entanto, surge aí uma contradição. A democracia exige uma noção de identidade comum (a *fraternidade* do lema da Revolução Francesa). Porém, essa identidade comum facilmente leva ao etnocentrismo já tão criticado. É isso que, para Rösen gera a ideia da democracia como uma espécie de invenção ocidental imposta (portanto, de uma forma não democrática) aos povos não-ocidentais. A saída, para Rösen, estaria novamente na ideia dos universalismos inclusivos, ou seja, na adoção do conceito de democracia que conhecemos (derivado desde a Grécia Antiga) não como uma invenção ocidental, mas como uma manifestação particular no Ocidente de um mesmo universal comum. Uma vez que a dignidade humana seja um universal comum e ela demande a democracia, esta atende a uma demanda humana comum. Um exemplo que Rösen apresenta para isso é o conceito do *Zero*. Mesmo sendo reconhecidamente inventado na Índia, o número *Zero* é utilizado em todo o mundo sem ser uma imposição, pois é entendido como uma manifestação de um mesmo universal, pois responde a uma necessidade comum da humanidade, “uma manifestação específica de uma qualidade geral da humanidade, potencialmente dada em todas as culturas” (RÜSEN, 2015, p. 108)

Portanto, a proposta de Rösen pode ser sintetizada na rejeição da busca incessante de particularismos (não os negando) autênticos de cada cultura – justamente porque nenhuma cultura é autêntica, todas interagem entre si e com o tempo –, preferindo focar na procura pelos traços comuns entre as diversas manifestações culturais. É esse princípio que ele aplica naquele que talvez seja um dos exemplos mais evidentes de choque cultural contemporâneo: as religiões. Rösen constata que as religiões não desaparecerão. O que é necessário, para o autor, é procurar justamente os universais comuns entre as religiões, de modo que estas se vejam não como desenvolvimentos totalmente separados, mas como manifestações

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

diferentes de um mesmo conjunto de princípios. O primeiro passo seria justamente a desconstrução da ideia de autenticidade, ou seja, historicizando as religiões de modo que fique claro a pluralidade de manifestações dentro de uma mesma religião. Admitindo a própria pluralidade, a aceitação da alteridade do *Outro*, torna-se muito mais fácil.

O sexto texto da coletânea, *Humanismo e cultura muçulmana: patrimônio histórico e desafios contemporâneos*, discorre sobre um paradoxo do humanismo. Tendo surgido na Europa e desempenhado um importante papel na construção de uma identidade ocidental etnocêntrica, como tratá-lo como um conceito universal? Rösen, portanto, ainda que não concorde com as conclusões, acata as críticas de pós-modernos e pós-coloniais. O autor então elenca sete conceitos-chave para superar essa barreira: a) Conceito Universal de Humanidade, eliminando assim os pares de conceitos assimétricos; b) Centralidade do ser humano; c) A dignidade humana como um valor básico de orientação cultural; d) A igualdade de todos os seres humanos em relação à sua dignidade essencial (até hoje não se resolveu como implantar essa igualdade); e) Referência fundamental para a responsabilidade e alteridade na existência humana (para além do humanismo individualista ocidental, realçar responsabilidade em relação aos outros diferentes – fazendo aqui uma leitura de Lévinas); f) Individualidade e responsabilidade social (equilibrar os direitos individuais característicos da tradição ocidental com a responsabilidade coletiva de outras tradições); g) Humanidade e Transcendência (conciliar a noção kantiana do ser humano como um fim em si próprio com a transcendência das crenças religiosas).

No sétimo capítulo, *Humanismo intercultural: ideia e realidade*, Rösen elenca, de forma mais sucinta os limites do humanismo clássico, já expostos de forma separada:

Intelectualmente, o Humanismo moderno encontra os seus limites (a) por não estar suficientemente consciente da desumanidade humana [humanismo acreditou demais na noção de progresso], (b) pela sua relação ilusória com a Antiguidade clássica, (c) por manter elementos etnocêntricos na sua ideia de Humanidade e História universal, (d) por um conceito limitado de razão [a razão científica iluminista pode ser opressora a outras formas de pensamento], e (e) pela relação altamente problemática entre humanos e natureza (RÜSEN, 2015, p. 142).

Diante desses problemas, Rösen defende que o humanismo deve posicionar-se politicamente sobre as questões mais universais. Nesse ponto, Rösen contraria fortemente o relativismo cultural ao pregar alguns princípios fundamentais como aplicáveis a toda a humanidade:

Com base neste humanismo antropológico, existe um necessário fermento espiritual e mental da sociedade civil baseado culturalmente em valores universais seculares, como liberdade de expressão, estado de direito, igualdade perante a lei, pluralismo religioso num quadro de moralidade universal, representação dos dominados nas instituições dominantes, etc. Assim, o humanismo tem uma dimensão política. Ele critica formas feudais de dominação política e veda social e coloca a dominação política submetida a leis sobre direitos humanos e civis. O Humanismo é claramente oposto e dirigido contra qualquer forma autoritária de dominação política. Na sua dimensão social o Humanismo exige igualdade civil, contra superioridade da nobreza e, mais tarde (na sua particularidade socialista), contra qualquer tentativa de opressão social (RÜSEN, 2015, p. 139).

No oitavo e último texto do livro, *Humanismo na era da globalização: ideias sobre uma nova orientação cultural* – também o mais curto –, Rösen, além de ressaltar mais uma vez a centralidade da dignidade humana e da importância de universais comuns, aborda dois temas até então pouco citados. O primeiro é um radical desafio ao humanismo, ao qual ainda não encontrou respostas adequadas: os crimes contra a humanidade perpetrados justamente no seio do humanismo. O outro tema é o desafio imposto pelas teorias biológicas que procuram explicar todos os comportamentos humanos pela genética e pela estrutura física do cérebro, o que praticamente inviabilizaria o humanismo, uma vez que

O Humanismo afirma a natureza não determinista da pessoa humana na medida em que ela pertence ao plano da vida prática e das relações sociais, em que todos os participantes se tornam referentes das suas orientações culturais (RÜSEN, 2015, p. 161).

Os oito textos de Jörn Rösen disponíveis nesse livro recentemente lançados podem ser lidos de forma independente uns dos outros. Contudo, em seu conjunto, Rösen defende em todos os capítulos um mesmo grupo de ideias fundamentais.

Parte de sua argumentação consiste em apontar os erros cometidos pela sociedade ocidental sob o paradigma do humanismo. Nesse sentido, porém, suas teses seriam pouco

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

originais, pois somente reforçam as críticas já realizadas pelas teorias pós-moderna e pós-colonial. A originalidade e relevância da obra de Rüsen é a contra-argumentação que oferece justamente a essas críticas, das quais não discorda, mas nas quais não enxerga propostas construtivas. A negação da elaboração de princípios aplicáveis a toda a humanidade e a crítica radical ao contato cultural entre forças assimétricas (pois tende a levar a dominação de uma cultura pela outra) pode ter coerência teórica, mas é pouco aplicável em um mundo no qual o contato e interferência intercultural são inevitáveis (e por que não transformá-los em desejáveis?) e tornam necessária a elaboração de regras gerais que se apliquem a todos – inclusive diante da ameaça de um colapso ambiental que afetaria a todos.

A saída proposta por Rüsen é procurar universais comuns – a começar pelo próprio conceito de humanidade – partilhados pelas diferentes culturas. As particularidades de cada grupo seriam então manifestações diferentes de um mesmo universal. A visão de Rüsen não deve ser entendida como completamente antagônica aos estudos pós-modernos e pós-coloniais. Rüsen compreende e acata muitas das colocações dessas pesquisas, contudo, está preocupado com as implicações dessas teorias (e do humanismo) na educação. Nesse sentido, ele propõe, a partir das críticas pós-modernas e pós-coloniais ao humanismo, uma renovação no seio deste mesmo.

Como bom historiador e educador, Rüsen abre mais questões do que apresenta respostas. De que forma encontrar esses conceitos universais comuns a todas as culturas (supondo que existam) não é respondido com precisão no livro. A maior contribuição de Rüsen é devolver ao debate a tentativa de encontrar princípios válidos para toda a humanidade, mas que inclua as diferenças ao invés de padronizá-las a uma norma. E, para aqueles que não concordam com a possibilidade dessa renovação no humanismo, instiga a buscar outras soluções, mas práticas, que permitam ao menos uma coexistência intercultural.

**Referências bibliográficas**

- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- FERES JR, J. Contribuição a uma Tipologia das Formas de Desrespeito: Para Além do Modelo Hegeliano-Republicano. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002, p. 555-576
- RÜSEN, J. **Humanismo e Didática da História**. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

**Entrevista com  
PAULO SÉRGIO PINHEIRO**

Paulo Sérgio Pinheiro é uma referência capital em nosso país para quem estuda Direitos Humanos ou se interessa pelo tema. Formado em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Pinheiro é dono de uma rica trajetória, que transita entre a academia, a militância e a atuação na Organização das Nações Unidas.

De um lado, é Professor Titular Aposentado de Ciência Política na USP, tendo desenvolvido pesquisas sobre o movimento operário e comunista no Brasil, fundado o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade e sido Professor Adjunto de Estudos Internacionais da Universidade de Brown, nos Estados Unidos. De outro, militou contra a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), tendo fundado a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

Além disso, ocupou cargos do maior gabarito na defesa dos Direitos Humanos: foi Secretário de Estado de Direitos Humanos no 2º mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e foi um dos membros da Comissão Nacional da Verdade, órgão governamental instituído para apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 no Brasil. Pinheiro também passou por diversos postos nas Nações Unidas e exerce desde 2011 o cargo de Presidente da Comissão Independente Internacional de Investigação para a República Árabe da Síria.

Em meio a uma atribulada rotina, que envolve deslocamentos entre São Paulo, Genebra (Sede do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas) e diversos países, Paulo Sérgio Pinheiro gentilmente aceitou nos conceder uma entrevista por e-mail. Nela, aborda a importância da graduação e da participação no movimento estudantil em sua carreira, relata um pouco de sua experiência nas Nações Unidas, bem como expressa suas visões sobre a Questão Palestina e o a Guerra Civil síria. Como não podia deixar de ser, também indagamos Pinheiro acerca de questões da ordem do dia relacionadas aos Direitos Humanos no Brasil, como as atuais ameaças de enfraquecimento dos direitos trabalhistas, sociais e de minorias em âmbito federal.

**Epígrafe\_** O senhor se graduou em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no começo da década de 1960. A graduação é o período em que o estudante se insere num universo distinto de aprendizagem, tem contato com obras específicas referentes ao curso escolhido, principia ou desenvolve suas orientações políticas e define os rumos de sua carreira profissional. Qual foi o peso que esta fase teve em sua formação como docente, pesquisado e como ser humano? Já na fase da graduação, algo te motivou a seguir as áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais? Alguma disciplina, professor ou o ambiente universitário?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Minha graduação em Direito foi fundamental para as opções de pesquisa, trabalho e formação que tive de fazer depois do bacharelado. No curso, certamente alguns professores foram decisivos, especialmente Celestino Basílio<sup>1</sup>, que dava o curso de Teoria Geral do Estado. Mas, os professores daquela época que mais me influenciaram nos últimos trinta anos foram de outros Departamentos ou disciplinas, como os sociólogos Candido Mendes de Almeida<sup>2</sup> e Padre Fernando Bastos de Ávila<sup>3</sup>, além do professor de Literatura Alceu Amoroso Lima<sup>4</sup>. Foram eles que me motivaram a escolher uma formação em Ciência Política.

**Epígrafe\_** O período da sua graduação, a década de 1960, foi marcado por uma grande efervescência intelectual e cultural, na qual o Brasil (especialmente a ideia de nacionalidade e as disparidades classistas, culturais e regionais do país) era posto em questão e se elaboravam projetos políticos nacionais, de um lado. De outro, vivia-se uma grande

---

<sup>1</sup> Celestino Sá Freire Basílio foi jurista e professor da PUC-RJ.

<sup>2</sup> Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida (1928) é jurista e cientista social, com ampla carreira acadêmica (tendo sido professor visitante em diversas Universidades estadunidenses e fundado o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o IUPERJ, voltado para as Ciências Sociais). Além disso, militou na defesa de presos políticos na Ditadura Militar (1964-1985) e foi deputado federal pelo PSDB por curtos períodos na década de 1990. Para conhecer mais sobre sua trajetória, acesse: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/candido\\_mendes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/candido_mendes).

<sup>3</sup> Fernando Bastos de Ávila (1918-2010) foi um padre e teólogo brasileiro. Foi professor de Ciências Sociais na PUC-RJ e membro da Academia Brasileira de Letras.

<sup>4</sup> Alceu Amoroso Lima (1893-1983) foi um crítico literário (ofício no qual se notabilizou com o pseudônimo *Tristão de Ataíde*), pensador, professor e escritor católico brasileiro. Apesar de ter sido simpático ao Integralismo na década de 1930, usou seu prestígio intelectual para exercer uma firme oposição à Ditadura Militar, especialmente à censura e ao desrespeito aos direitos civis que impunha. Para conhecer mais sobre sua trajetória, acesse: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu\\_amoroso\\_lima](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu_amoroso_lima).

Paulo Sérgio Pinheiro

turbulência política, marcada por reiteradas tentativas de golpe e pela falta de apoio parlamentar a João Goulart, até o golpe civil-militar de 1964 propriamente dito. Como todos esses fatores repercutiram no ambiente universitário (em termos de espaços de convivência e articulação política) e, principalmente, na sua formação? Além disso, e quanto a Maio de 1968, como te impactou? O senhor já estava estudando na França quando ocorreu, não?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Mas, ao lado do curso de Direito e dos professores que tive, creio que foi essencial meu envolvimento no movimento estudantil e na organização de atividades extracurriculares como conferências, congressos etc. Era um momento muito animado, com grande participação política dos estudantes na transição para o Parlamentarismo (em 1961) e no período pré-Golpe de Estado em 1964. Fui para Paris em Setembro de 1967, e logo em Maio de 1968, com o protagonismo dos estudantes e, logo depois, das greves dos operários. Creio que para mim foi essencial ter vivido no bojo dessa Revolução nas ruas de Paris e em toda a França. Inclusive, fiz parte do Comitê Paritário de Estudantes de Pós-Graduação da Sciences Po, o Institut D'Études Politiques, de Paris.

De certa maneira, minha abertura para posições de esquerda, para a Reforma Social, iniciada com as Encíclicas Sociais do Papa João XXIII, e os movimentos sociais foi consolidada pelo pensamento de Maio de 1968. Uma inesperada confluência...

**Epígrafe\_** O senhor é um dos grandes estudiosos da violência e do autoritarismo – tendo fundado o NEV-USP, centro de pesquisa crucial para o tema, nos anos 1980 – e militantes pelos Direitos Humanos no Brasil. Diante disso, como o senhor vê as vastas manifestações nas mídias (incluindo as digitais) e no senso comum de intolerância, racismo e repúdio aos direitos humanos no país nos dias de hoje? O senhor crê que elas constituiriam uma continuidade, sob nova roupagem, do velho mandonismo, dos enraizados preconceitos e da ausência de cultura política democrática no país ou constituiriam formas novas do pensamento autoritário?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Apesar do fim da Ditadura Militar em 1985, do retorno do governo civil e da instauração do governo constitucional em 1988, jamais se deve esquecer que subsiste no Brasil um autoritarismo socialmente implantado nas relações sociais. Essa

estrutura autoritária, racista, fundada na desigualdade de classe e raça – legado da Monarquia – esteve e está presente em toda a História da República.

Para facilitarmos o argumento, pode-se dizer que tal estrutura favoreceu a emergência da Ditadura Militar e o apoio a ela na sociedade. Porém, esse autoritarismo sobreviveu na transição para a Democracia e a consolidação desta hoje. Depois do Golpe de Estado representado pelo Impeachment, observamos claramente esse autoritarismo como base das políticas contra os direitos sociais e os Direitos Humanos em geral. Durante três governos – Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT) – digo, sem querer sem pedante, que o centro hegemônico do Poder estava controlado por uma perspectiva progressista, apesar dos acordos (do chamado “Presidencialismo de Coalizão”, conceito que não me entusiasma, mas o uso na falta de outro) que tiveram que pactuar com partidos “gangsterizados” no Parlamento. Desse modo, políticas sociais e projetos progressistas puderam ser lançados.

Já no atual governo golpista, essa hegemonia progressista não existe mais. Trata-se de um governo dominado por partidos tradicional e extremamente fisiológicos. Deve ficar claro que o que vemos hoje não são novas formas de pensamento autoritário, porém simplesmente a sobrevivência de um enorme legado autoritário que ainda persiste.

**Epígrafe\_** No atual cenário brasileiro, são patentes no Legislativo Federal e na Presidência interina ações que põem em marcha um retrocesso contra direitos sociais (extinção ou diminuição de recursos para programas sociais, propostas de minimização de programas da saúde pública), trabalhistas (projeto para flexibilização legislativa de regimes de trabalho, favorecendo a terceirização), de minorias (não reconhecimento do nome social de indivíduos transgêneros) e Humanos (simbolizado pela emblemática perda de *status* ministerial da Secretaria de Direitos Humanos).

Diante dessa conjuntura desassossegadora para o campo político progressista, muitos articulistas têm cravado e temido uma iminente derrocada da consolidação de direitos ensejada pela Nova República brasileira, consagrada pela Constituição de 1988 e paulatinamente construída por ações de diferentes Presidências. O senhor acredita nessa

interpretação? Ou crê que a cultura de direitos, atualmente reivindicada e renovada pelos ascendentes movimentos negro, feminista e LGBT, subsistirá frente aos riscos de retrocesso conservador nos próximos anos?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Não há a menor dúvida de que a política do atual governo saído do Golpe de Estado que o Impeachment representou visa pôr abaixo a constitucionalidade de 1988 e destruir as políticas sociais destinadas aos segmentos sociais historicamente “sem-direito” que foram construídas na grande continuidade Fernando Henrique, Lula e Dilma. Não creio que a cultura de Direitos gerada no Pós-1988 vá se esvaír ou desaparecer. Pelo contrário, a resistências às políticas anti-populares poderá aprofundar e consolidar essa cultura. Não é diferente do que ocorreu na Ditadura Militar, quando, de certa forma, a sociedade civil descobriu e se valeu da pauta dos Direitos Humanos e sua força na resistência ao arbítrio.

**Epígrafe\_** Como intelectual engajado, o senhor tem articulado com diversos colegas professores acadêmicos o coletivo “Em defesa dos direitos conquistados” para refletir sobre esse cenário de retrocesso, se opor firmemente a ele e pensar em saídas de como superá-lo. Quais propostas de superação as discussões o coletivo têm mapeado? No evento de lançamento do coletivo, no dia 2 de março deste ano, o cientista político e professor da USP, André Singer, sugeriu que para enfrentar as vigentes ameaças aos direitos, seria preciso uma forte aliança entre campos políticos progressistas, ainda que parte desses seja mais à esquerda e parte mais ao centro, o que sempre implica discordâncias político-teóricas e partidárias. O senhor concorda com essa tese

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Claro que concordo. Vindo especialmente da experiência de trabalhar quatro anos com o Governador André Franco Montoro<sup>5</sup> e oito com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para mim, os Direitos Humanos não têm partido nem opção

---

<sup>5</sup> André Franco Montoro (1916-1999) foi um político e jurista brasileiro ligado ao pensamento católico progressista. Foi professor de Direito da PUC-SP e opositor à Ditadura Militar brasileira. Em sua trajetória política, também foi Ministro do Trabalho (1961-1962) no governo João Goulart, governador de São Paulo (1983-1987) pelo PMDB e deputado federal (1995-1999) pelo PSDB.

política. Essa tem sido a minha prática desde a resistência à Ditadura Militar até os dias de hoje, passando pelo retorno à Democracia.

Portanto, creio que o campo progressista precisa cada vez mais se alargar. A resistência não implica uma radicalização da estratégia, mas a abertura a todos que se oponham ao atual governo golpista, independentemente de sua opção político-partidária.

**Epígrafe\_** O senhor é especializado na área de Ciência Política, mas, seja em seus estudos sobre a violência, seja sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro nas décadas de 1920 e 1930, se valeu da área da História. Como o senhor enxerga a relação entre essas duas disciplinas? Como delimitar o que é um método, uma abordagem e um campo de estudo próprio de uma ou de outra? Na sua visão, como os historiadores podem beber na fonte da Ciência Política? E vice-versa?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Lembro-me da seguinte frase: “I’m not a donkey and I don’t have a field” (“Eu não sou burro, eu não tenho um campo”). Essa foi a reação do grande sociólogo Max Weber quando um professor o criticou por escrever fora da sua disciplina. Claro que desde a morte dele em 1920, a divisão do trabalho acadêmico só fez aumentar. Nunca me preocupei muito com as fronteiras entre Sociologia, Direito, História e Ciência Política. Todas essas disciplinas se entrelaçam. As pesquisas que fiz e os trabalhos que publiquei revelam essa interdisciplinaridade.

**Epígrafe\_** Ainda no campo da História, o senhor integrou uma das mais relevantes iniciativas de Estado quanto às investigações dos crimes políticos da Ditadura Militar brasileira: a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011 pela Presidência de Dilma Rousseff. Como foi participar dessa iniciativa e qual saldo o senhor faz da CNV, diante do processo de justiça de transição brasileiro? Como o senhor encara as críticas de que a CNV não pôde responsabilizar os agentes públicos envolvidos em graves violações de direitos humanos e de que não teve grande penetração na sociedade?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Foi uma decisão da CNV de somente tratar dos crimes praticados pelos agentes do Estado. No entendimento da Comissão, os atos praticados por

membros grupos armados e na resistência já tinham sido detidos arbitrariamente, sequestrados, torturados, alvos de desaparecimento forçados, julgados pela justiça de exceção militar, condenados e cumpriram pena, assim como militantes na resistência à Ditadura que não aderiram à luta armada. Quando a Anistia de 1979 foi promulgada, havia militantes condenados cumprindo pena de dez anos. Essas críticas são infundadas, pois a CNV jamais foi um órgão de justiça para julgar e punir os criminosos agentes do Estado. Fizemos o que estava claro no nosso mandato de identificar e responsabilizar os que cometerem violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade.

Como não teve grande penetração na sociedade? Durante os anos de existência da CNV em todo o Brasil houve mais de 100 comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, profissionais, além de comitês da verdade e justiça. A exposição na mídia e no debate público foi excepcional para um tema que jamais se tornara uma causa nacional. Basta examinar a cobertura que CNV fez do acompanhamento dos seus trabalhos na mídia escrita, impressa e eletrônica<sup>6</sup>. Agora, cabe ao Estado brasileiro implementar as recomendações da CNV, sendo que a primeira é justamente decretar a nulidade da Anistia de 1979, de modo que os criminosos agentes do estado identificados no relatório final da CNV possam ser processados e julgados.

**Epígrafe\_** Passemos agora a questões de relações internacionais. Como o senhor ingressou em diversos postos e comissões das Nações Unidas, chegando a assumir cargos da maior responsabilidade? Já era um antigo sonho seu, desde os tempos de faculdade?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Não, nunca sonhei com o que faço agora. O bom numa carreira longa são as possibilidades inesperadas que se abrem. Durante minha formação universitária ou na prática acadêmica, jamais cogitei trabalhar nas Nações Unidas. Evidentemente, não fiquei esperando que caíssem do céu as oportunidades, creio que meu trabalho acadêmico de pesquisa na USP e na UNICAMP, bem como meu trabalho na *Folha de S. Paulo* e na Revista

---

<sup>6</sup> Como exemplo da capilaridade da Comissão Nacional da Verdade, pode-se assistir a uma série de vídeos de audiências públicas, eventos e diligências vinculadas à CNV realizadas em diversas regiões do Brasil: <http://www.cnv.gov.br/audi%C3%A2ncias-p%C3%BAblicas.html>.

*Isto É* (na sua fase áurea das décadas 1970 e 1980, sob direção do jornalista Mino Carta) foram a base para essas oportunidades surgirem essas oportunidades ou no governo.

Foi algo que decorreu também da “conspiração positiva” de amigos meus que estavam trabalhando na carreira diplomática, como os embaixadores Gilberto Sabóia (aliás, meu contemporâneo na Faculdade de Direito da PUC-RJ) e Celso Amorim (amigo desde os tempos de Universidade no Rio de Janeiro, onde nasci e vivi até o1967), do ex-chanceler Antônio Patriota e do Marco Aurélio Garcia<sup>7</sup> (meu colega em Paris). E, claro, também tive o apoio dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula à minha indicação para diversos postos na ONU e na OEA. Desse modo, me vi nomeado em 1995 como Relator Especial da ONU para o Burundi em 1995 e depois em 2001 para o Myanmar. Outros mandatos que tive na ONU e na OEA em 22 anos decorreram das minhas experiências nessas relatorias e também do meu trabalho de pesquisa em violência e na fundação e coordenação do NEV-USP.

**Epígrafe\_** O senhor preside a Comissão Independente Internacional de Investigação para a República Árabe da Síria na ONU, escrutinando os impactos causados na Guerra Civil do país, que dura já cinco anos. Como essa Comissão funciona e quais estão sendo as dificuldades enfrentadas até agora por ela? Como o senhor avalia as ações da comunidade internacional diante da perpetuação desse conflito, com consequências tão funestas como o aumento exponencial do número de refugiados, o recrudescimento do terrorismo e as mais variadas formas de violência a que a população que continua na Síria está submetida?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** A Comissão fundamentalmente é um mecanismo de *fact finding* estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em setembro de 2011 e tendo seu mandato renovado até março de 2017. Somos quatro comissionados (Vittit Muntarbhorn, Tailândia; Carla del Ponde, Suíça; Karen Abuzayd, EUA e eu) e um secretariado de cerca de 30 investigadores e analistas, sediado no Palais Wilson, em Genebra, sede do Alto Comissariado

---

<sup>7</sup> Assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT).

de Direitos Humanos da ONU. Já publicamos 12 relatórios e mais de uma dúzia de relatório preliminares e papers temáticos<sup>8</sup>.

A República Árabe da Síria se transformou num dos mais caóticos e letais teatros de guerra do mundo. A guerra continua num impasse e a violência estraçalha a coesão da sociedade síria. Muitos estados membros na região, depois da repressão brutal do governo que se abateu contra as primeiras mobilizações por direitos fundamentais, viram uma oportunidade de militarizar a revolta em termos da derrubada do governo, apoiando a transformação dos incipientes grupos de autodefesa em grupos não- estatais armados. Outros países fora da região também, com grande desconhecimento da situação interna da Síria foram tomados pela tentação de um *regime change* em que a cada semana era anunciada a derrubada do governo de Bashar al-Assad. Em contrapartida, outros Estados por vinculações históricas com a Síria ou movidos por solidariedade sectária aprofundaram seus apoios ao governo da Síria.

A única solução para o conflito é uma solução política, sendo necessário superar-se o fracasso diplomático e reconhecer que existe, agora mais do que nunca, um interesse global sobre a Síria de retornar para a paz. O plano do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU, Staffan de Mistura, que trata do *political track*, apoiado pelos países influentes no conflito, prepara o caminho para os compromissos necessários para que a paz possa ser atingida na Síria. É auspicioso constatar que, apesar das tensões com os EUA, provocadas pelo maior envolvimento da Rússia na guerra, que ambos os países tenham concordado em informar suas operações aéreas e a discutir mecanismos para *deconflict* a crise síria.

**Epígrafe\_** O senhor também tem acompanhado a fundo o conflito israelo-palestino nas últimas décadas. Quais são suas perspectivas para esse conflito nos próximos anos? Na sua opinião, qual seria o primeiro passo para a resolução do impasse? A maior pressão da comunidade internacional (apesar da tradicional relutância da política externa estadunidense) em Israel? A saída da direita israelense (Likud) do poder?

---

<sup>8</sup> É possível acessar a parte da documentação produzida pela Comissão neste link: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/IICISyria/Pages/IndependentInternationalCommission.aspx>.

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** Não tenho nenhuma *expertise* acadêmica sobre a ocupação ilegal dos territórios palestinos por parte de Israel por mais de meio século. Tento acompanhar este fenômeno apenas como uma das causas fundamentais para a defesa dos Direitos Humanos no Mundo. Trata-se de uma ocupação colonialista, autoritária e racista de Israel – levada a cabo pelo governo de Direita e Extrema-Direita do país – dos territórios palestinos, em desrespeito flagrante a toda a normativa internacional. Não haverá solução enquanto os Estados Unidos continuarem a apoiar o Estado de Israel e os países europeus não implementarem políticas efetivas que consigam fazer parar a política de expansionismo colonial israelense sobre o território palestino.

Não concordo com a noção de conflito israelo-palestino, que dá equivocadamente a impressão de dois contendores em posições equilibradas. Na verdade, existe uma potência ocupante e uma população ocupada – oprimida há mais de um século – que tenta resistir às arbitrariedades que lhes são impostas. Essa visão é compartilhada hoje, inclusive, por diversos parentes de vítimas de atos de resistência praticados por palestinos e por numerosos chefes militares e de inteligência israelenses que condenam as atuais políticas belicistas e discriminatórias da atual administração israelense.

**Epígrafe\_** Caro Paulo Sérgio Pinheiro, agradecemos a oportunidade de entrevistá-lo. Para encerrar: das obras (sejam de História, de Ciências Sociais, de Filosofia Política ou mesmo de Literatura) que foram mais marcantes em sua formação, quais em especial o senhor recomendaria a um graduando em História, nosso principal público leitor? E por quê?

**Paulo Sérgio Pinheiro\_** As obras que mais me influenciaram no meu percurso desde 1967 e que recomendo para os jovens pesquisadores em Ciência Política, História e Sociologia foram, (por tema):

Sobre minha formação e militância em Direitos Humanos, as Encíclicas Sociais, do Papa João XXIII e *Pelo Humanismo Ameaçado*, de Alceu Amoroso Lima.

Sobre autoritarismo, elitismo, racismo, desigualdade e conciliação no Brasil, *A Revolução Brasileira*; de Caio Prado Júnior; *Brazil under Vargas*, de Karl Lowenstein; *Os Donos do Poder*, de

Raymundo Faoro; *Conciliação e Reforma no Brasil*, de José Honório Rodrigues; e *A conciliação e outras estratégias*, de Michel Debrun.

Sobre História Social, *Sindicato e Estado*, de Azis Simão; *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Edward Palmer Thompson; Toda a obra de Eric Hobsbawm; *O Problema do Sindicato Único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho; e todos os artigos de Michael M. Hall.

Sobre violência, *As Origens sociais da ditadura e da democracia*, de Barrington Moore Jr.; *Homens Livres na Sociedade escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco; e *A Sociedade de corte*, de Norbert Elias.